

“Arqueólogo por vocação e escolha, historiador de formação, esta sua obra reflecte a sua dupla vertente de trabalho. Embora nos dê, com detalhe e objectividade, os dados que o seu rigoroso trabalho arqueológico lhe foi apresentando, este livro não é um somatório de fichas de campo e de tratamento de materiais, como muitas vezes acontece, mas o “fazer a história”, o contar a História, a vida e o quotidiano da sua Machico.

(...) a chamada de atenção para o facto de, através destas páginas, ficarmos a conhecer, bastante mais, toda a história de uma população que habitou, desenvolveu e transformou Machico. E isto, mesmo quando estamos a folhear a aparentemente seca descrição do espólio arqueológico encontrado. E ficamos a saber o que usavam essas populações, a conhecer melhor o fabrico do açúcar, e descobrimos as ligações desta terra ao exterior da Ilha, através da cerâmica que importava.”

Pedro Gomes Barbosa

Professor Associado com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Élvio Duarte Martins Sousa. Santa Cruz, Madeira, 1973.

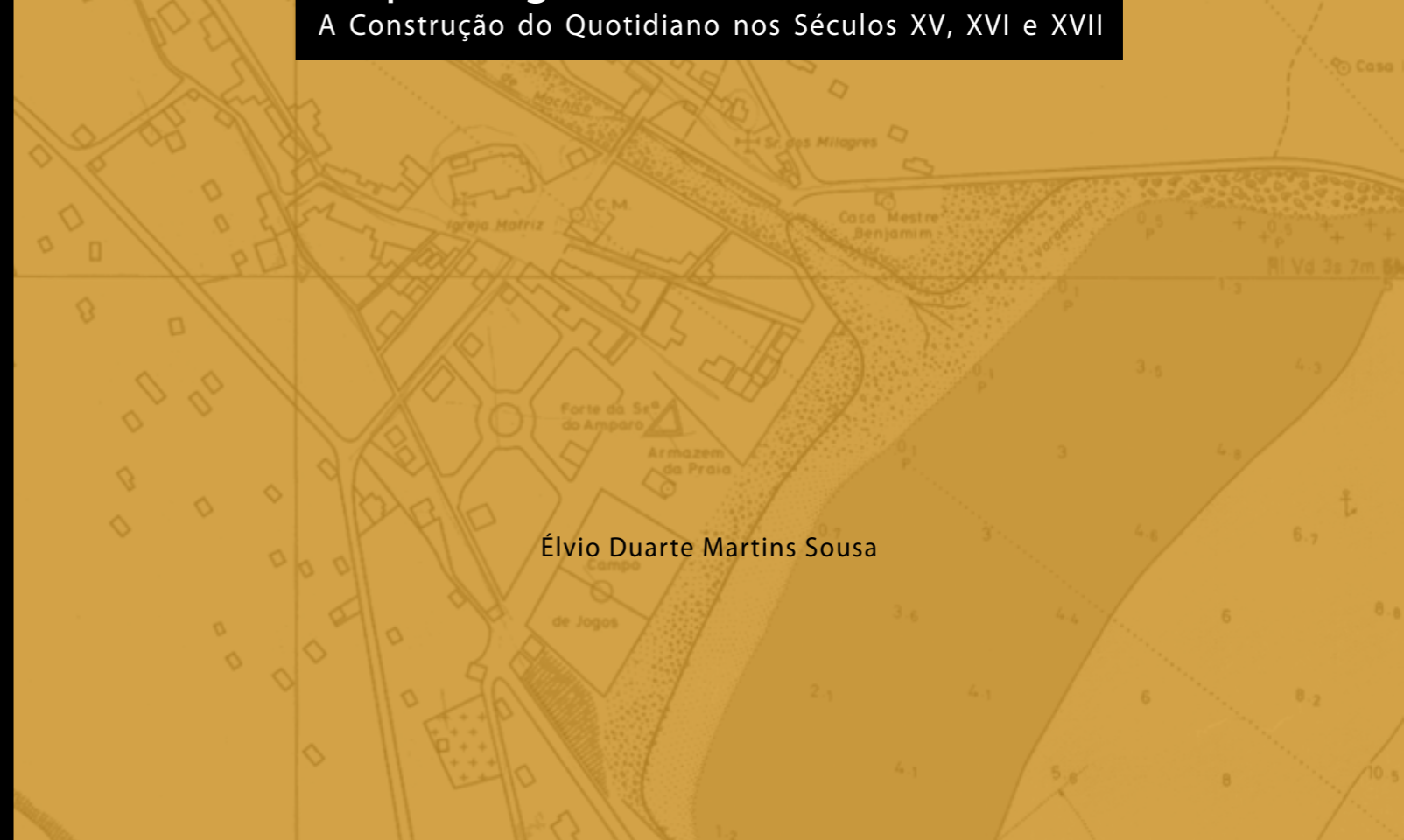
Arqueólogo da Câmara Municipal de Machico e investigador do CEAM – Centro de Estudos de Arqueologia Moderna e Contemporânea.

Licenciado em História, Variante de Arqueologia (1996) e Mestre em História Regional e Local (2003) pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Doutorando da Universidade de Lisboa com tema de dissertação *“Ilhas de Arqueologia. A Madeira e os Açores no contexto da Arqueologia da Época Moderna em Portugal”*.



Arqueologia da Cidade de Machico

A Construção do Quotidiano nos Séculos XV, XVI e XVII



Élvio Duarte Martins Sousa



Arqueologia da Cidade de Machico

A Construção do Quotidiano nos Séculos XV, XVI e XVII

Élvio Duarte Martins Sousa

CEAM – Centro de Estudos de Arqueologia Moderna e Contemporânea
2006

Ficha Técnica

Título: Arqueologia da Cidade de Machico. A Construção do Quotidiano nos Séculos XV, XVI e XVII

Autor: Élvio Duarte Martins Sousa

Endereço electrónico: elviosousa@portugalmail.pt

Edição: CEAM – Centro de Estudos de Arqueologia Moderna e Contemporânea

Design: Ricardo Caldeira

Revisão de Texto: João Lino Moreira

Tradução: Liliana Neto

Local/Data: Machico, Julho de 2006

ISBN: 972-99741-1-X

Depósito Legal: 244954/06

Impressão: O Liberal

Fotografia de capa: Perspectiva da antiga Vila de Machico nos finais do século XIX (ACMM).

Copyright: © Élvio Sousa

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida por processo mecânico, electrónico ou outro, sem autorização escrita do autor.

Distribuição: Sodisnasa, S. A. (Telf.: 291242425, Fax: 291242426)

Patrocínio:



Mecenato Cultural:



À Liliana e à minha rica Rita, Mãe.

página em branco

Índice

Apresentação - Algumas palavras	7
Prefácio	9
<i>Summary</i>	11
0. Introdução	14
1. Enquadramento teórico e programa metodológico	19
1.1. Problematização	20
1.1.1. O tempo e o espaço	23
1.1.2. Utilização conceptual	26
1.1.3. Arqueologia e História: a circunstância de um relacionamento	29
1.1.3.1. A problemática de uma Arqueologia Moderna e a singularidade do contexto regional	35
1.2. Metodologia	41
2. Caracterização geográfica	51
2.1. Localização e caracterização geomorfológica	52
2.1.1. A rede hidrográfica: a primazia da Ribeira de Machico	54
2.2. O coberto vegetal	56
2.3. O ordenamento do espaço	59
2.3.1. A implantação do povoado	61
2.3.2. A morfologia urbana	65
3. Os sítios arqueológicos e o contexto histórico	77
3.1. Estratégias, estratigrafias e cronologias	81
3.2. Os espaços arqueológicos escavados	87
3.2.1. Solar do Ribeirinho	87
3.2.2. Junta de Freguesia	92
3.3.3. Alfândega	98
3.3.4. Casa da Travessa do Mercado	106
3.3. Os espaços com acompanhamento arqueológico	109

4. Os dados arqueológicos	112
4.1. Cerâmica	114
4.1.1. Metodologia e análises arqueométricas	119
4.1.2. Os grupos cerâmicos	127
4.1.2.1. Cerâmica comum	130
4.1.2.2. Cerâmica vidrada	136
4.1.2.3. Faiança	138
4.1.2.3.1. Esmaltada	139
4.1.2.3.2. Pintada	140
4.1.2.4. Porcelana	143
4.1.2.5. Cerâmica de revestimento e de construção	144
4.1.3. Cerâmica de uso industrial: as formas de açúcar	146
4.1.4. Conjuntos de importação europeia: cerâmicas de Espanha, Itália e Holanda	155
4.2. Material metálico	164
4.3. Material lítico	170
4.4. Vidro	172
4.5. Material vegetal e faunístico	173
4.6. Material diverso	177
4.7. As estruturas	180
5. A construção do conhecimento: “recriar” o quotidiano na quotidianidade actual	183
6. Conclusão	188
Abreviaturas	194
Legenda das Figuras	196
Bibliografia	209

Algumas palavras

Sai finalmente a público a obra do Mestre Élvio Duarte Martins Sousa, *Arqueologia da Cidade de Machico. A Construção do Quotidiano nos Séculos XV, XVI e XVII*. Este trabalho é, com as necessárias alterações para apresentação a um mais vasto leque de leitores, a sua tese de Mestrado em História Regional e Local, aprovada com a máxima nota, por unanimidade e com louvor do júri, e que foi apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Élvio Sousa foi um daqueles alunos que um professor não esquece. De grande seriedade e formação científicas, de enorme capacidade de trabalho e muita força de vontade (não me esqueço da sua presença constante nos Seminários, embora viesse todas as semanas, ou quase, da Madeira).

Arqueólogo por vocação e escolha, historiador de formação, esta sua obra reflecte a sua dupla vertente de trabalho. Embora nos dê, com detalhe e objectividade, os dados que o seu rigoroso trabalho arqueológico lhe foi apresentando, este livro não é um somatório de fichas de campo e de tratamento de materiais, como muitas vezes acontece, mas o “fazer a história”, o contar a História, a vida e o quotidiano da sua Machico.

Mas é de ressaltar que o Mestre Élvio Sousa inicia o seu texto apresentando ao leitor a metodologia do seu trabalho, os objectivos que procurou atingir e as debilidades óbvias provocadas pela carência de fontes escritas e materiais. De destacar, ainda, a discussão que é feita sobre os conceitos que, hoje, enformam a Arqueologia Medieval e Moderna. Uma peça que deve ser lida com atenção, e meditada.

A reconstituição da Alfândega do Machico é um dos momentos altos da sua dissertação. Pena é que não seja possível aos leitores terem o privilégio, como teve o júri (e eu próprio, particularmente, já que segui a sua elaboração) de apreciar as imagens em movimento que retratam não só os momentos de escavação (a sequência estratigráfica e os materiais e estruturas) mas também a elevação das estruturas, criando aquilo que teria sido o edifício e espaços anexos.

Finalmente, a chamada de atenção para o facto de, através destas páginas, ficarmos a conhecer, bastante mais, toda a história de uma população que habitou, desenvolveu e transformou Machico. E isto, mesmo quando estamos a folhear a aparentemente seca descrição do espólio arqueológico encontrado. E ficamos a saber o que usavam essas populações, a conhecer melhor o fabrico do açúcar, e descobrimos as ligações desta terra ao exterior da Ilha, através da cerâmica que importava.

Mas o discurso já vai longo e, para aqueles que tiveram a paciência de ler estas linhas, vai sendo tempo de entrarem no que interessa: o trabalho do Mestre Élvio Sousa. Do seu professor, apenas um último pedido: que não pare as suas actividades arqueológicas e os seus trabalhos escritos, mas igualmente o seu percurso académico.

Lisboa, 12 de Junho de 2006.

Pedro Gomes Barbosa

(Professor Associado com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa)

página em branco

Prefácio

Quando, no Verão, de 1998 se encetaram os primeiros trabalhos arqueológicos no secular Solar do Ribeirinho, dificilmente imagináramos que, cinco anos mais tarde, uma parte substancial do espólio desse, e de outros sítios arqueológicos da Cidade de Machico, seriam estudados para uma Dissertação de Mestrado da Universidade de Lisboa. Com efeito, a obra que agora apresentamos ao público em geral constitui, na sua essência, uma parte considerável desse estudo que foi submetido às provas de Mestrado em História Regional e Local, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, no ano de 2003.

Passados mais de três anos sobre o acto de reflexão interpretativa que norteou esse trabalho escrito, procurou-se reunir patrocínios para sua edição. Esse percurso – também moroso pela complexidade da nossa quotidianidade – contou com a elevada recomendação dos cinco docentes universitários que integraram o Júri que apreciou a dissertação, nomeadamente pela expressividade do voto para que o estudo fosse rapidamente editado, permitindo a divulgação das conclusões científicas da investigação. Sublinhe-se nesse trajecto a amizade, o empenho e a apreciação crítica dos Professores Doutores Pedro Gomes Barbosa, na coordenação da dissertação, e do Professor Mário Jorge Barroca na respectiva arguição.

O contacto com o meio académico foi, decisivamente, uma das *mais-valias* no incentivo à construção desta investigação. A formação em História, Variante de Arqueologia, conduziu a uma aproximação ao mundo material construído pelos Portugueses nas terras insulares. Por conseguinte, o contacto com as materialidades sedimentadas pelas terras de Machico cultivou uma complexidade de tipologias que nos remetiam, quase sempre, para a vivência quotidiana no tempo diacrónico. Desse modo, independentemente da leitura social, económica e cultural que o Arqueólogo possa estabelecer para a realidade material observada, dificilmente deixa escapar a ligação do seu objecto de estudo com o quotidiano do Homem no espaço.

O tratamento da informação foi ligeiramente adaptado em relação ao conteúdo original. Encurtaram-se textos, simplificaram-se gráficos e apêndices exaustivos. O exemplo mais significativo foi o do catálogo descritivo das cerâmicas, entretanto reduzido à circunstância da representação gráfica da peça. Nesse e noutros casos, como é, por exemplo, o das imagens em pormenor acompanhadas da respectiva escala, remetemos o leitor para a consulta do original policopiado, disponível nas principais bibliotecas da Madeira e do Continente Português.

Eduardo Lourenço, numa das suas obras mais recentes, escrevia que *“Nós somos o discurso dos outros”*. O próprio acto que nos levou ao registo desse pensamento num simples papel de rascunho teve directamente a ver, com o significado que ele próprio continha para o arquivo da memória de todos aqueles que colaboraram directa e indirectamente na elaboração deste estudo.

Na verdade, o citado pensamento, claro, profundo e carregado de conteúdo, não deixa de perfilar a essência do trabalho de equipa, da amizade, do pluralismo e do empenho de “muitos outros” – colegas, amigos, conhecidos e até mesmo desconhecidos – que, no cenário do dia-a-dia, partilharam connosco a construção do conhecimento, tantas vezes sujeito às demais vicissitudes da nossa contemporaneidade.

Cada dia vivido foi, verdadeiramente, enriquecido por palavras e por coisas, infinitamente personificadas pelos valores de amizade e de liberdade. Registe-se, uma vez mais, o momento da partilha do conhecimento e as palavras de apreço e de empenho do Professor Doutor Pedro Gomes Barbosa.

No extenso quadro “dos muitos outros”, houve no entanto alguém que sempre acompanhou de perto o nascimento e o pôr-do-sol, ali bem perto das Ilhas Desertas, sem gente, pois sem Ela seríamos irremediavelmente um deserto, sem o fervilhar do sentimento profundo e do companheirismo de muitos e muitos anos. Para a Liliana Neto não existem palavras, não existem coisas – apenas um sorriso embebido num beijo eternizado de amor.

Uma palavra de estimado apreço aos amigos e parceiros de escavação: os professores Arlindo Rodrigues, Carlos Costa, João Lino Moreira, Emanuel Gaspar e Isabel Gouveia. Com eles construímos, também, em liberdade e em cidadania, um profundo movimento associativo em prol da Arqueologia e do Património Cultural na Madeira. A outros tantos amigos que partilharam os inesquecíveis momentos de descobrir e encontrar o passado soterrado de Machico: Alexandre Brazão, Cristina Sousa, Lúcia Gonçalves, Hugo Castro, Evaristo Teixeira e Martiniano Sousa.

Na fotografia sublinhamos o esforço e o talento do Miguel Correia Nunes que, desde sempre, nos acompanha no trabalho de campo. Destacamos, também, o trabalho amigo do fotógrafo Manuel Nicolau.

Registamos a genuína colaboração dos designers Ricardo Caldeira e Turnino Caires. Uma consideração particular aos Professores Doutores Naidea Nunes e Marco Milanese.

Por último, uma palavra de apreço a duas pessoas com responsabilidades políticas no Município de Machico. Ao deputado Dr. Bernardo Martins, à frente da autarquia no tempo em que se iniciaram os trabalhos arqueológicos no Solar do Ribeiro e ao actual Presidente da Câmara Municipal de Machico, Dr. Emanuel Gomes, pela prestigiosa colaboração pessoal e institucional na reconstituição da História de Machico.

Élvio Duarte Martins Sousa

Maio de 2006

Summary

Here are presented the most significant results of the archaeological works carried out in four sites at Machico Town, Madeira Island. These sites are *Solar do Ribeirinho*, a manor-house, *Junta de Freguesia*, the building of the parish council, *Alfândega*, the space of the old customs-house and *Casa da Travessa do Mercado*, a residential urban house. The research is supported on an interdisciplinary methodology, based on archaeological data from 15th, 16th, and 17th centuries, confronted with written, oral, cartographic, iconographic and photographic sources.

There are discussed the questions of material culture, marked by Portuguese Expansion, and its insertion in the insular space, where the urban trace is traditionally inspired on the portuguese model.

The archaeological data is grouped according to its technological affinities, considering, first of all and because of its number expression, the ceramic materials, followed by metal, glass and bone and shell remains.

In the ceramic chapter it is considered the regional productions question and the evolution scenery of the kitchen and table crockery, from the end of the 15th century to the middle 17th century. The presence of imported ceramics (Spain, Italy, Netherlands and China) is connected to the social, economic and cultural context of Machico Modern Period society, at a time of great vigour of sugar-cane cultivation. Integrated in this topic, there are analysed the only physical traces directly related to the sugar production at the old Machico Town, represented by the conical sugar-moulds used to make the sugar-cake. There are mentioned the data supplied by the chemical and mineralogical analysis of the ceramic pastes and its relation with production centres.

The archaeological data interpretation also allowed a reconstitution of food diet habits and of the wide panorama of day life behaviours, like clothing, accessories, games and other everyday habits.

The structures study granted the knowledge of some functional spaces, like the gardens with its flower beds and water-channels, the wells, the bridges and the diversity of pavements in the spaces architecture.

Arqueologia da Cidade de Machico.

A Construção do Quotidiano nos Séculos XV, XVI e XVII

Élvio Duarte Martins Sousa

CEAM – Centro de Estudos de Arqueologia Moderna e Contemporânea

Machico, Julho de 2006

ISBN: 972-99741-1-X

Copyright: © Élvio Sousa

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro
pode ser reproduzida por processo mecânico, electrónico ou outro,
sem autorização escrita do autor.



[1]

“Encontra-se primeiramente, para levante, sobre um promontório, a terra de Macingo (Machico) tornada famosa tanto pelos edifícios construídos, como pelo nome de Machim donde lhe proveio a designação e, ainda pela sua morte, pois ele aí morreu. Esta terra é muito grande e agradável. Nela, em vez daqueles casarões que em princípio aí foram erguidos, se vêm agora casas cómodas feitas de pedra. Brotam aí claríssimas fontes e nela há um grande número de ameníssimos jardins.”

Conde Giulio Landi, cerca de 1530, in “Descrição da Ilha da Madeira”,
A Madeira vista por estrangeiros – 1455-1700, Funchal, 1981 (coordenação e notas de António Aragão).

[0]

Introdução

O interesse pela realidade material dos contextos arqueológicos da Época Moderna foi sendo progressivamente alimentado pelo estado do conhecimento, tantas vezes lacunar, desses pequenos momentos mais quotidianos das comunidades que fizeram o passado insular. Na verdade, essa busca das coisas que os Homens do passado fizeram, até serem descobertas nas escavações, é o resultado do contributo da Arqueologia, enquanto disciplina científica, parceira da História, que tem procurado interpretar e construir conhecimentos das vivências passadas e os seus enquadramentos espaciais, cronológicos e culturais, a partir dos registos materiais observados.

Não raras vezes, interrogámo-nos do contributo da Arqueologia para o conhecimento do quotidiano de um passado relativamente recente como é o da História da Madeira, considerando-se, efectivamente, a expressiva diversidade da documentação escrita versando essa problemática. Todavia, o peso desta documentação parecia esbater muitos outros aspectos mais repetitivos e habituais. Havia, no entanto, um conjunto de leituras e de informações do quotidiano que pareciam “ficar quase em branco”, se para isso tivéssemos exclusivamente em conta apenas os textos históricos. A situação, porém, não carece de ser exemplificada com o esforço de uma ou outra realidade mais complexa. Basta, por exemplo, consultar uma das mais recentes “Histórias da Madeira” e constatar, na verdade, que a temática do quotidiano é quase omissa. Isto sem expressar o estado de quase total desconhecimento dos conjuntos artefactuais que eram utilizados no dia-a-dia dos séculos XV e XVI. Com efeito, perante este cenário, é legítimo esperar que a prática da Arqueologia contribua com importantes elementos para o conhecimento do período Moderno na Madeira, sobretudo em vários aspectos essenciais, entre os quais a alimentação, o vestuário e o comércio. Enfim, naquelas realidades quotidianas inferidas com base no conjunto material que compõem os objectos de cerâmica, de metal e vidro e na identificação de estruturas que reflectem os equipamentos e os espaços construtivos.

O presente estudo tem por finalidade apresentar um conjunto de leituras, resultantes da interpretação dos dados arqueológicos provenientes das escavações na actual Cidade de Machico, nomeadamente de quatro sítios arqueológicos situados em pleno centro histórico: o Solar do Ribeirinho, a Junta de Freguesia de Machico, o espaço da Alfândega e a Casa da Travessa do Mercado. Basicamente, a massa estratigráfica identificada nestes sítios permitiu observar uma longa sequência de ocupação do espaço, sedimentada pela complexidade e variabilidade do registo material soterrado. A sequência estratigráfica definida estabeleceu, pois, para o actual estudo, um período cronológico-cultural relativamente extenso, que compreende um hiato de tempo que vai dos finais do século XV ao século XVII.

No contacto diário com o espaço e com a comunidade que nele habita privilegiou-se a vertente formativa e educativa, procurando-se despertar para a sensibilização e consciencialização do valor do património arqueológico. Em certas ocasiões, a discussão de ideias e de conhecimentos centrou-se na partilha social de um discurso, acessível e perceptível, procurando demonstrar que a maior parte das coisas que nós encontramos no solo e subsolo são, efectivamente, o resultado de uma sucessão de realidades sincrónicas e diacrónicas, sedimentadas num complexo palimpsesto que faz, hoje, a Cidade de Machico. De uma maneira geral, partimos inicialmente com o pressuposto de fazer passar a mensagem de que debaixo da actual Cidade de Machico permanecem os restos materiais de uma outra realidade esbatida no tempo. Na

verdade, a promoção de actividades várias, relacionadas com os trabalhos arqueológicos desenvolvidos (exposições, conferências, debates), com maior destaque para a criação de pequenos núcleos arqueológicos *in situ*, foi de facto muito enriquecedor para a comunidade local, muitas vezes alheia às imperceptíveis realidades técnicas do mundo da Arqueologia. Neste sentido, a presente reflexão insere-se também numa estratégia de promoção e valorização do património arqueológico ao nível local e regional.

Quando nos debruçamos sobre este contexto da Arqueologia Moderna de Machico, partimos com uma ligeira percepção de que o cenário que nos esperava não era de leitura e de interpretação simples. Efectivamente, o desenvolvimento dos trabalhos e a própria natureza dos contextos estratigráficos exumados vieram, de facto, demonstrar uma crescente complexidade de interpretação destes cenários de vivência modernos, materializados pelos objectos e pelas estruturas, realidades essas que faziam transparecer diferentes fenómenos de continuidade e de mudança.

A arquitectura deste estudo é, portanto, basicamente conduzida pelos dados arqueológicos. Assim, baseamo-nos, em primeiro lugar, nos objectos e nas estruturas identificadas nas escavações e, depois, num outro conjunto de fontes de inestimável interesse para o conhecimento da História Moderna: fontes escritas, orais, cartográficas, iconográficas e fotográficas. Procurou-se, enfim, uma complementaridade de informação, toda ela profundamente humanizada no tempo, não esvanecendo, porém, o privilégio que sempre tivemos de percorrer quase diariamente as ruas da cidade e de olhar o casario modesto e abastado, graciosamente implantado sob um manto quase invisível de um outro património, quase sempre soterrado: o arqueológico.

O estudo estruturou-se em quatro painéis essenciais. Os dois primeiros tratam, respectivamente, das questões da teorização e método (capítulo 1) e do enquadramento geográfico, seguido de um estudo da morfologia urbana de Machico (capítulo 2). O terceiro painel apresenta a problemática das estratégias de intervenção nos sítios arqueológicos em estudo, com referências à complexidade estratigráfica e cronológica dos espaços intervencionados (capítulo 3) e, por último, o quarto, que abrange o estudo do conjunto dos dados arqueológicos e sua interpretação na quotidianidade, referindo-se também à estratégia de promoção e divulgação do conhecimento à comunidade em geral (capítulos 4 e 5).

Mais especificamente, o primeiro capítulo *“Enquadramento teórico e programa metodológico”* define, em traços gerais, o quadro teórico que orientou o projecto de investigação, no âmbito da Arqueologia Moderna na Cidade de Machico e a sua relação com a História. Discutiu-se o contexto da Arqueologia na Madeira, numa antevisão preliminar de uma das suas especificidades muito próprias, discussão esta, que antecede a problemática das balizas temporais e do contexto espacial do estudo, sem no entanto deixar de apontar as imperativas interrogações basilares, os objectivos e o quadro conceptual que nortearam a discursividade. Segue-se uma breve análise aos pressupostos metodológicos, desenhados no contorno da investigação, salientando-se as suas diversas fases e contributos inter e transdisciplinares.

A caracterização geomorfológica do espaço urbano de Machico, integrando uma leitura da componente hidrográfica e vegetal, constitui o tema de abertura do segundo capítulo: *“Caracterização geográfica”*. Apresentam-se algumas leituras que procuram reencontrar a

génese do povoamento, admitindo-se uma certa bipolarização que parece ter caracterizado o crescimento linear do traçado urbano (Vila e Banda d' Além), características que terão levado Orlando Ribeiro a reconhecer um certo *"ar de família"* na transposição da forma de humanizar o espaço, inspirado no modelo português. A arquitectura e a malha urbana actuais, profundamente ajustadas ao vale e à linha de costa, fazem transparecer uma imagem ainda fidedigna de uma interioridade de cariz tardo-medieval, assente pelo traçado secular da Rua Direita e pela centralidade dos imóveis (igreja, casa da câmara, cadeia e alfândega) e demais equipamentos públicos (cisterna, pelourinho e relógio).

A abordagem aos sítios arqueológicos e a sua contextualização com os ritmos da História Local e Regional é suscitada no terceiro capítulo: *"Os sítios arqueológicos e o contexto histórico"*. Não será extemporâneo tornar a sublinhar que o solo de Machico constitui um inegável documento histórico, sedimentado pelos restos de objectos e materiais deixados pelo Homem no percurso do tempo. Regra geral, esses momentos de antropização materializaram um palimpsesto de informação que aparece registado na complexidade da estratigrafia arqueológica, cuja leitura apurada permite definir as balizas cronológicas e culturais dos sítios. Esta e outras problemáticas são discutidas neste capítulo, que dá conta também de outros momentos de intervenção no âmbito das acções de acompanhamento técnico dos trabalhos que envolvem a transformação e o revolvimento do solo.

No quarto capítulo *"Os dados arqueológicos"* identificam-se os vestígios materiais com os quais se procurou construir o quotidiano de Machico, nos séculos XV, XVI e XVII. Os dados foram previamente sujeitos ao critério de uma amostra e, depois, agrupados geralmente de acordo com as suas afinidades tecnológicas, considerando-se os materiais cerâmicos, os metálicos, líticos, vítreos, osteológicos e outros afins. Construíram-se tipologias e definiram-se modelos de evolução, particularmente no grupo característico da louça de ir ao fogo, expressivamente representado pelas tradicionais panelas que foram cedendo o lugar, em função da generalização dos tachos e das frigideiras. Salienta-se a presença dos conjuntos de importação (directamente representados pela louça esmaltada de Sevilha e Valência, pelas faianças italianas e holandeses e pela porcelana oriental) e da cerâmica de uso industrial, predominantemente representada pelas formas cónicas de pão-de-açúcar, cujas análises químicas e mineralógicas apontam para uma produção aveirense.

A finalizar o capítulo, introduzimos outros testemunhos materiais que se revelam nas estruturas que o Homem construiu para habitar e usar de acordo com as suas próprias necessidades, enfim, pequenos componentes que nos remetem para o conhecimento das tipologias e das técnicas construtivas.

De uma maneira geral, o plano de investigação apresenta-se, todavia, consideravelmente incipiente no sentido de veicular uma leitura mais sistematizada e enriquecida da realidade quotidiana neste período. Note-se, por exemplo, que o nível de conhecimentos inferidos não permitiu, justamente, ordenar os dados observados – à excepção de alguns grupos cerâmicos provenientes de contextos selados – por eixos cronológicos mais pormenorizados. A situação parece não só resultar do estado ainda prematuro do plano de intervenção arqueológica em área, e acresce daí uma leitura se quisermos menos quantitativa, mas, também, do carácter fragmentário do conhecimento adquirido no espaço da escavação, muitas vezes condicionado pela própria dimensão, diminuta, dessa intervenção. Daí que entendemos que o processo

de interpretação de determinados espaços se compreende melhor se a escavação visar uma estratégia metodológica em área aberta. No entanto, continuamos, assim a abrir pequenas janelas para o passado, ficando-se, na maioria das situações, com uma visão muito particular de um compartimento de toda uma casa, complexa e profundamente remexida no tempo – uma casa que tem por nome: o Centro Histórico de Machico.

Por último, o quinto capítulo, de síntese – *“A construção do conhecimento: “recriar” o quotidiano na quotidianidade actual”* – reserva uma breve reflexão sobre a dialéctica e a historicidade da produção do discurso sobre o conhecimento do passado. Um passado que não se reflecte na narrativa como uma imagem no espelho e, portanto, é permanentemente construído na contemporaneidade.

Abordam-se, em dois planos complementares, a dialéctica do universo da História do quotidiano e o seu entrosamento com as leituras inferidas do registo arqueológico, cujo conteúdo material personifica os programas expositivos e os projectos de perfil museológico recriados com o objectivo de despertar o interesse colectivo pela Arqueologia e pelo Património Cultural em geral.

Se intentarmos “espremer” o conteúdo deste estudo, a matéria que resta dessa acção não deixa, no entanto, de estar repleta de interrogações e de outros tantos momentos ralos e incompletos. Deste modo, a presente reflexão expõe apenas um pequeno e inacabado esboço da problemática do conhecimento do quotidiano na antiga Vila de Machico. Um “mundo” construído pelo emotivo enredo dos factos que emanam dos cacos e das pedras, esse “mundo” de quotidianidades que Braudel apelidou ser um legítimo parceiro *“dos factos miúdos que quase não deixam marca no tempo e no espaço”*.

Perante uma realidade muitas vezes fragmentária e redutora – de objectos, de construções, de estruturas, de leituras – tempos houve em que o silêncio das coisas soterradas, como que de um texto se tratasse, falou levemente ao ouvido. Mas foram, espontaneamente, nesses instantes que ficámos com uma ligeira sensação de que, não só era possível conhecer materialmente as coisas que o Homem deixou, no tempo e no espaço, mas também, através dessas mesmas coisas, sentir e penetrar num outro “mundo” de ideias, de hábitos e comportamentos – o “mundo” vivido das mulheres, dos homens e das crianças que fizeram e usaram essas coisas. Não seria demais sublinhar essa especificidade que a prática da Arqueologia proporcionou: a oportunidade que sempre tivemos de tocar e tactear os objectos e experimentar os laços emotivos do passado.

[1]

Enquadramento teórico
e programa metodológico



[2]

1.1. Problematização

“Quando não se sabe o que se procura, não se sabe o que se encontra”

Dastre ¹

Toda a investigação necessita, impreterivelmente, de uma orientação teórica e de um programa metodológico. A construção de uma problemática assenta na formulação de um quadro teórico de base que orienta o projecto de investigação, tendo por referência um conjunto de interrogações basilares, objectivos gerais e conceitos fundamentais.

A problematização procurou, deste modo, seguir o caminho da formulação da estratégia de investigação em direcção ao conhecimento. Na condução desse enredo definiram-se, à partida, questões orientadoras que se articularam ao perfil dos objectivos propostos e ao objecto de estudo da investigação: os dados arqueológicos provenientes da área urbana da actual Cidade de Machico, na Ilha da Madeira.

Efectivamente, o plano de intervenções arqueológicas levado a cabo nos últimos anos na Cidade de Machico - com o desenvolvimento de acções de acompanhamento, prospecção e escavação - proporcionou um manancial de informação considerável ao conhecimento do quotidiano. O plano de trabalhos arqueológicos² foi progressivamente sistematizado em função de duas realidades: primeiro, numa lógica de acompanhamento arqueológico das movimentações do solo e subsolo, mediante a definição prévia das áreas de interesse arqueológico do “casco histórico” da cidade. Com efeito, sítios como a Junta de Freguesia de

[20]

Machico, o espaço da antiga Alfândega e a Casa da Travessa do Mercado são o resultado dessa metodologia preventiva, de acompanhamento e de intervenção pontual, muitas vezes em simultâneo com as obras de construção civil.

Segundo, numa óptica de um projecto de intervenção programado para um determinado sítio. É o caso do imóvel Solar do Ribeirinho, cuja estratégia de intervenção foi planificada com alguma antecedência, em sintonia com os parceiros locais (autarquia, associações, escolas, população).

Em síntese, o estudo desenvolvido assenta basicamente na leitura da evidência arqueológica de quatro sítios importantes da área urbana de Machico: Solar do Ribeirinho, Junta de Freguesia, Alfândega e Casa da Travessa do Mercado.

Problematizar é também levantar questões e definir objectivos. É legítimo recordar Lucien Febvre: *“E se não há pergunta, só há o nada.”* (FEBVRE, 1989:20).

Várias questões foram formuladas à partida: Qual o contributo dos estudos arqueológicos para o conhecimento da História da localidade de Machico? Qual a natureza de informações que os dados arqueológicos veiculam sobre o conhecimento do quotidiano? Em que medida os dados arqueológicos podem revelar conhecimentos da vida quotidiana, nos sucessivos cenários diacrónicos e sincrónicos soterrados? Que tipo de relação se pode estabelecer entre os objectos e as estruturas identificadas nas escavações, atendendo à realidade económica, social e cultural da comunidade? Que inferências cronológicas e comportamentais se pode deduzir da evidência arqueológica? Pode a evidência arqueológica mostrar os ritmos de continuidade e mudança na considerável espessura diacrónica de Machico? Que outros caminhos se podem perspectivar em termos de investigação futura?

Os dados arqueológicos, como as coisas materiais resultantes da acção humana no tempo e no espaço, constituem o nosso objecto de estudo. A partir deles, o arqueólogo, fazendo uso da sua capacidade de observação e identificação, procura inferir factos e acontecimentos de uma realidade quotidiana passada. No fundo, são estes dados que nos conduzem ao conhecimento de um “mundo” menos conhecido e retratado nas fontes escritas, um “mundo” de quotidianos e de vivências, de gestos, hábitos e comportamentos. Uma quotidianidade que se revela nos *“factos miúdos”*, nas coisas e nos homens que também fizeram essas coisas, no dia-a-dia de uma vida material sentida, pensada e espontaneamente retratada no tempo e no espaço. Para nós, no seguimento da linha de pensamento de Braudel, a *“Vida material são os homens e coisas, coisas e homens”* (BRAUDEL, 1992: 15).

Efectivamente, os dados arqueológicos em articulação com as fontes escritas despertam um conjunto de leituras da vida quotidiana, em vários aspectos: entre outros, a alimentação, as estruturas de habitat e de organização do espaço, a rede viária, os utensílios, o vestuário e o comércio. E foi, justamente, esse o objectivo essencial que encaminhou o presente estudo: o de



[3]

1- Citado por Lucien Febvre em *Combates pela História*, 3ª edição, Lisboa, Editorial Presença, 1989, pp. 64 e 252.

2- Considera-se que o conceito de trabalhos arqueológicos implica todas as acções que visem a detecção, o estudo, a salvaguarda e a valorização do património arqueológico por intermédio de prospecções, acções de registo, estudos de espólios, sondagens, escavações arqueológicas, acções de conservação e de valorização em sítios arqueológicos, conforme a legislação em vigor (Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro que *Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural* e o Decreto Lei n.º 270/99 de 15 de Julho que define o *Regulamento de Trabalhos Arqueológicos*).

conhecer, com base na leitura e interpretação dos registos materiais, as actividades e os factos que fizeram o quotidiano na pequena localidade marítima de Machico. Naturalmente que outros objectivos, mais específicos, se interrelacionam com o primeiro. Entre eles: compreender a lógica da implantação do povoado, tornado vila na segunda metade do século XV e a sua relação com os recursos naturais circunvizinhos, justamente com a Ribeira de Machico e com o mar; conhecer a cultura material associada aos diversos sítios arqueológicos da área urbana como também analisar a sua variação na sequência estratigráfica; criar um quadro tipológico das principais formas cerâmicas presentes nos estratos arqueológicos dos séculos XV, XVI e XVII, estabelecendo simultaneamente uma tipologia específica do grupo mais significativo da cerâmica de uso industrial representado pelas formas de açúcar; entender a linha de evolução tipológica dos principais grupos de cerâmica, nomeadamente da louça de ir ao fogo e dos conjuntos de mesa como reflexo de uma lenta mudança dos hábitos alimentares com o advento do século XVI; quantificar e classificar os conjuntos de louça de importação tendo por referência a origem dos fabricos; compreender a complexidade das estruturas encontradas no contexto dos equipamentos e dos espaços habitacionais da área em estudo; criar pequenos espaços museológicos, dinâmicos e acessíveis à generalidade do público.



[4]

1.1.1. O tempo e o espaço

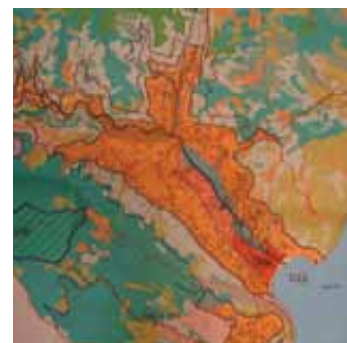
No momento de reflexão da problemática, delimitou-se uma área e definiram-se as balizas temporais da investigação.

Começamos pelo espaço. A leitura do espaço remete inequivocamente para uma paisagem urbana de cariz marítima, ela própria um “documento” singular que registou diacronicamente as marcas dos homens no tempo. Na verdade, observar e estudar o aglomerado urbano de Machico é deixar-se imbuir numa espessura diacrónica, onde o espaço, profundamente humanizado, revela indicadores morfológicos e funcionais de singular interesse.³

Deste modo, o cenário do presente estudo coincide com o actual centro geométrico da Cidade de Machico, se quisermos, o seu centro vital, o seu coração (Fig. 43). Um espaço que integra, no espírito do Plano de Ordenamento Territorial da Região Autónoma da Madeira, as chamadas “Zonas Urbanas a Preservar”, ou seja, as áreas que correspondem aos centros históricos e aos núcleos antigos, onde “em razão da sua morfologia, configuram memórias colectivas importantes e caracterizam a identidades dos aglomerados”.⁴

A esse espaço, optou-se pela designação de área urbana, que corresponde efectivamente à unidade de lugar inserida no perímetro urbano,⁵ (Figs. 5 e 6) representativa da sua posição central, da sua idade, malha construtiva e função.⁶ Uma área que acolheu o sítio inicial do povoamento e que actualmente integra o conjunto arquitectónico identificador do centro histórico⁷ de Machico: com os registos da arquitectura religiosa (igreja matriz, capelas de São Roque e Milagres); arquitectura civil/vernácula e erudita (caso, por exemplo, do Solar do Ribeirinho e Solar do Morgado Cupertino Câmara), arquitectura militar (fortes de São João Baptista e de Nossa Senhora do Amparo), entre outros equipamentos urbanos de especial interesse (fontanários, aqueduto, cisternas, mobiliário urbano)

Efectivamente é uma área de especial interesse arqueológico, se a isso juntarmos o impacto antrópico a que esteve submetida desde o início do povoamento. E é dentro desta área que se localizam os quatro sítios arqueológicos em estudo (Fig.7). Daí a validade da informação arqueológica exumada. A relação deste espaço com a dinâmica da génese do povoamento e com os traços de construção ritmados ao longo do tempo, em permanência ou em mudança,



[5]



[6]

3- Sobre este assunto vide o capítulo 2.3. “O Ordenamento do Espaço”.

4- Cfr. n.º1 do artigo 16º do Regulamento do POTRAM - Plano de Ordenamento Territorial da Região Autónoma de Madeira, (Relatório Síntese e Regulamento), Lisboa, Governo Regional da Madeira, Secretaria Regional das Finanças, 1994.

5- O Artigo 30.º do Regulamento do Plano Director Municipal de Machico define o perímetro urbano como os “espaços que pelas suas características fisiográficas, de localização e acessibilidade, se revelam apropriados para responder às necessidades de crescimento e mobilidade da população permitindo programar o desenvolvimento da estrutura urbana emergente”. Assim, o perímetro urbano delimitado na planta de ordenamento do concelho corresponde a vários núcleos dispersos pelas várias freguesias, destacando-se o núcleo principal localizado na Freguesia de Machico que vai do mar (extremo Sul) até ao Sítio dos Marçoços (Norte), prolongando-se em altitude para Oeste e Leste, sensivelmente até ao sector intermédio das vertentes (Fig. 6).

6- Destaca-se no conjunto a predominância da função terciária (comércio e serviços).

7- O respectivo regulamento e planta de ordenamento do citado Plano Director Municipal de Machico considera a “Zona antiga/histórica de Machico”, como uma unidade operativa de planeamento e gestão, ocupando geograficamente o sector mais a jusante de todo o vale, correspondente à área mais plana e impermeabilizada. O espaço compreende o centro da cidade, tendo como limite Sul a praia, a Oeste a Estrada Regional n.º 101 até ao cruzamento que liga à estrada do Caniçal e o limite Leste o percurso descendente dos caminhos do Engenho e da Estacada, junto à margem da Ribeira de Machico, prolongando-se à zona da Banda D’Além.



[7]

fazem daquela área um repositório singular da vida material dos homens e mulheres que ali viveram no passado.

Esse potencial foi sendo “desvendado” no decurso das escavações. Na verdade, foram os trabalhos arqueológicos que transmitiram a ideia de que debaixo da actual Cidade de Machico permanecem os restos materiais de uma outra infraestruturaração. Uma espécie de palimpsesto de camadas de terra, às quais o arqueólogo, tal como um historiador, procura interpretar e produzir conhecimento.

A periodização esteve logicamente dependente da evidência arqueológica dos sítios e da metodologia de que o arqueólogo se serve para “medir o tempo”. Com base na leitura estratigráfica, isto é, no estudo da deposição física dos estratos ou níveis arqueológicos acumulados sobre um determinado espaço estratificado (HARRIS, 1991:12,24-32; RENFREW; BAHN, 1998:108), procurou-se estabelecer uma ordem cronológica relativa, assente numa leitura de relações diacrónicas (onde a sequência estratigráfica estabelece uma relação entre as várias ocorrências nos diferentes momentos históricos) e sincrónicas (entre evidências de um mesmo momento de ocupação). Assim, a definição dos limites temporais da investigação assentou numa leitura atenta e cuidada da evidência arqueológica, tida como o conjunto dos dados que são recolhidos nas escavações (objectos, estruturas e outros espólios conectados com a presença do Homem, caso dos elementos de fauna e flora). P. Dymond, no seu estudo alusivo ao relacionamento entre a Arqueologia e a História - assunto que abordaremos mais adiante - ajusta com clareza o conceito:

“Archaeological evidence can be any object which has been associated with human life in the past. Normally it consists of “artifacts”, that is products of human workmanship. These can be small and portable, such as a stone axe or a tinder-box, or they can be larger, immovable “monuments” (...). In addition, providing they have some clear connection with human life, archaeological evidence can also consist of completely natural objects, such as animal bones, pollen grains, caves, layers of soil, and even defined areas of landscape” (DYMOND, 1974: 12-13).

Essa evidência, por sua vez, é lida num contexto de uma datação relativa, ou seja, através da determinação de uma sequência cronológica com base na relação dos objectos arqueológicos e estruturas com o contexto estratigráfico (camadas ou unidades estratigráficas). No fundo,

[24]

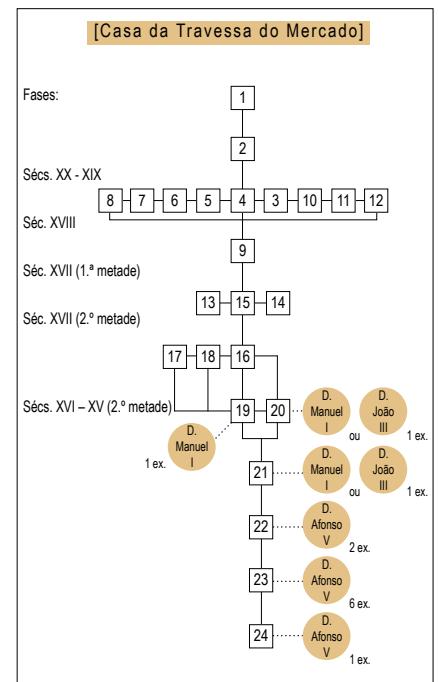
a datação relativa⁸ corresponde àquilo que Philip Barker considerou ser: “*the study of the superimposition of layers and features, or the intersection of walls, post-holes, slots, ditches, gullies and other similar features*” (BARKER, 1982:192).

Assim, a delimitação temporal do nosso estudo assentou, basicamente, na interpretação cronológico-cultural dos níveis da estratificação arqueológica dos sítios, operação pela qual foi possível circunscrever, para o presente estudo, um conjunto de fases que correspondem na sequência estratigráfica a um período que vai da segunda metade do século XV ao século XVII.⁹

Os níveis estratigráficos mais recuados correspondem, efectivamente, aos estratos homogéneos identificados quer no espaço da Alfândega de Machico, quer mais recentemente no contexto da escavação na Casa da Travessa do Mercado, nas proximidades do espaço da Junta de Freguesia de Machico. No caso concreto da Alfândega, as balizas cronológicas foram aferidas tendo presente não só a análise e interpretação dos materiais arqueológicos identificados nos estratos quatrocentistas (destacando-se as peças de cerâmica vidrada e esmaltada de importação e os numismas de D. Afonso V), mas também as informações históricas dispersas que tendem a localizar a criação do posto alfandegário de Machico na segunda metade do século XV.

A consciência de que as camadas de terra, sobrepostas umas às outras, constituem um documento histórico de inequívoco valor para o conhecimento do passado, é uma ideia que sempre partilhámos e que procurámos valorizar na construção deste estudo. Aliás, essa foi sempre uma mensagem deixada bem assente por Philip Barker, na introdução dos seus estudos sobre a problemática das técnicas de escavação arqueológica: “*The soil is an historical document which, like a written record, must be deciphered, translated, and interpreted before it can be used*” (BARKER, 1982:11).

De facto, os trabalhos arqueológicos na Cidade de Machico despoletaram um conjunto de informações relevantes para o conhecimento histórico da realidade quotidiana local. A validade desta informação não deixa, porém, de se assumir numa outra escala de relevância, sobretudo quando é do conhecimento público que o acervo documental¹⁰ existente sobre estas problemáticas é substancialmente escasso.



[8]

8- Philip Barker destaca, também, a aplicação dos conceitos de *terminus post quem* e de *terminus ante quem*, como fundamentais no processo de datação relativa (BARKER, 1982:197-200).

9- Embora o contexto arqueológico permitisse identificar naturalmente uma sequência estratigráfica contínua no tempo (do século XV ao século XXI).

10- As fontes escritas dos séculos XV e XVI alusivas ao território de Machico são muito escassas. O núcleo documental mais antigo existente no Arquivo Regional de Madeira remonta ao século XVI (um livro da Misericórdia de Machico (1543-1560) e alguns registos paroquiais que remontam à 2.ª metade do séc. XVI). São conhecidos para o século XVII, entre outros, os livros de Vereações (que se iniciam em 1606); de Obras e Receita e Despesa; do Finto; do Registo Geral e de Arrematações do Rendimento de Meia-Maquia. O Arquivo Nacional da Torre do Tombo possui vários documentos do século XVI incorporados no Corpo Cronológico e que foram estudados por Fernando Jasmíns Pereira (PEREIRA, 1990). Sublinhamos, por exemplo, outras referências dispersas existentes no Tombo Geral da Câmara Municipal do Funchal (publicadas e transcritas na revista do Arquivo Histórico da Madeira por Luís de Sousa Melo); nos livros de Vereações da Câmara Municipal do Funchal (transcritas por José Pereira da Costa) e na compilação de documentos de João Martins da Silva Marques, *Descobrimientos Portugueses: documentos para a sua história*, Coimbra, 1988.

1.1.2. Utensilagem conceptual

*“Gosto das palavras que sabem a terra, a água, aos frutos de fogo de Verão (...)”*¹¹

Eugénio de Andrade

Todo o conhecimento implica um quadro conceptual que torna inteligível a construção da nossa discursividade. Nesta apaixonante tarefa de procurar conhecer e reflectir o objecto de estudo impõe-se, efectivamente, uma abordagem da utensilagem conceptual que passa por uma explicação prévia das palavras que nos servimos para analisar e compreender as evidências detectáveis no decurso da investigação.

Esta acção de procurar definir as palavras por dentro, expondo a sua capacidade analítica e operativa, esbarra com os conceitos existentes no “mundo” da Arqueologia (da sua epistemologia e metodologia); por natureza palavras que, no sentir e na sensibilidade do poeta Eugénio de Andrade, *“sabem a terra, a água, aos frutos de fogo de Verão”*.

É, justamente, destas palavras e conceitos que a Arqueologia, enquanto forma de História, se serve para estudar o mundo da realidade material das coisas que observa e identifica no decurso da investigação. Palavras que definem metodologias, carregam significados vividos em contextos de “terra” e de “água”, ou não fosse a Arqueologia uma disciplina que se pratica, também, nesses dois ambientes.

Essas “coisas” de que a Arqueologia se serve constituem as estruturas, os objectos e os artefactos portadores de representações individuais e colectivas (de ideias, de mensagens, se quisermos também de sentimentos!) no fundo, são testemunhos que Charles Orser metaforicamente considerou serem *“the bread and the butter of archaeological research”* (ORSER, 1996:108).

O arqueólogo, na sua tarefa de procurar analisar e interpretar o passado (que é naturalmente pensado e conceptualizado) parte do registo da evidência arqueológica, isto é, dos dados arqueológicos, também vulgarmente denominados *cultura material*,¹² conceito este sujeito a uma maior complexidade, pelo que preferimos a adopção do primeiro, embora todavia não enjeitemos a sua utilização.

Entendemos, assim, que os dados arqueológicos são os vestígios materiais do passado e que englobam os objectos, os artefactos e as estruturas identificadas nos trabalhos arqueológicos (habitações, pavimentos, muros, estruturas de canalização de água, poços, etc.). Gordon Childe expressa bem o significado do termo: *“Os dados arqueológicos são constituídos por todas as alterações no mundo material resultantes da acção humana, ou melhor são os restos materiais da conduta humana”* (CHILDE, 1977:9).

Dentro deste universo dos dados arqueológicos, sobressaem os artefactos e os objectos fabricados pelo Homem. Os objectos representam o conjunto dos componentes individuais que formam o mundo material, isto é, qualquer coisa com existência material que é percebida pelos sentidos (BALLART, 1997:22; CASTELEIRO, 2001:2632). Deste modo, dentro do conceito de *objectos* podem caber todos os materiais móveis exumados nos trabalhos arqueológicos, entre eles, os cerâmicos, os metálicos, os líticos e os que, efectivamente, representam o resultado da transformação de outras matérias-primas, como o osso, a madeira, o marfim, o vidro, entre outros menos frequentes.



[9]

De significação semelhante a este último, embora mais vulgar na literatura especializada, onde a maioria dos autores o consideram mais abrangente, subsiste o termo artefacto ou artefactos, como o resultado das “*coisas feitas ou desfeitas por uma deliberada acção humana*” (CHILDE, 1977:11). Inserido num corpo conceptual mais técnico, o conceito transporta dois campos de significado: primeiro, aquele que invoca o elemento físico de que é feito esse artefacto (ou seja, a sua matéria-prima) e, segundo, o que o associa à actividade humana da transformação da matéria em objecto (BALLART, 1997:22). O seu conteúdo mais amplo e plural, há pouco já referido, revela-se na condição de se apresentar numa dualidade de representações, isto é, como “*artefactos móveis*” (ferramentas, vasos de cerâmica) e como “*artefactos fixos ou imóveis*” (um muro, uma estrutura de uma habitação, um poço), (BALLART, 1997:22; CHILDE, 1977: 11). Efectivamente, a nossa opção de utensilagem conceptual passa prioritariamente pelo uso do vocábulo *objecto* ou *objects*, embora todavia, se aceite a referência ao termo *artefacto* ou *artefactos*, não numa perspectiva do significado de coisas também imóveis, mas no sentido mais próximo à noção de objectos móveis, por natureza fabricados pelo Homem.

Mas os dados arqueológicos não se reduzem aos objectos e aos artefactos. Além destes, o arqueólogo põe a descoberto nos trabalhos arqueológicos, todo um conjunto de *estruturas*, que designam *grosso modo*, todos os componentes que compõem os espaços habitados, como por exemplo, as casas e outros elementos funcionais (pavimentos, lajeados, elementos arquitectónicos, fundações, muros, levadas, canteiros de jardim, poços, valas, etc.).

A observação e a interpretação dos dados arqueológicos pressupõem um conhecimento e uma aprendizagem de base, aquilo a que Popper chamou de “*background Knowledge*” (Apud ALARCÃO, 2000:129). Esta interpretação dos dados, esta definição do que a coisa é, implica um conhecimento prévio, pressupostos, conceitos e noções metodológicas, que nos ajudam à identificação da coisa observada. Quando, por exemplo, recolhemos nas escavações um fragmento de uma forma de pão de açúcar (Figs. 312 e 313), a operação de identificação desse objecto pressupõe justamente um reconhecimento da utilidade desse objecto, no fundo, pressupõe um conhecimento prévio, um conceito, uma ideia geral, uma classificação tipológica, uma concepção morfológica, que nos leva a identificá-lo como uma forma de depuração de açúcar. O exemplo remete-nos para os enunciados de *interpretação* e de *inferência*, fundamentais para a clarificação das ideias.

No entanto, em primeira-mão, julgamos pertinente a distinção entre dado¹³ e facto, conceitos que, frequentemente, são tidos como equivalentes. Partilhando, efectivamente, da explicação de Jorge Alarcão eis que “*O dado é isto que está aqui neste momento, no presente, diante de mim,*



[10]



[11]

11- Cfr. *Actual* (Expresso), 18 de Janeiro de 2002, p.6.

12- O uso da expressão “cultura material” é alvo de acesa discussão na discursividade científica. A “antiguidade” do termo (posto em prática em 1919 na sequência da criação da Academia da História da Cultura Material, na antiga União Soviética), (BUCAILLE; PESEZ, 1989: 15) a juntar à discussão em torno do vocábulo “cultura”, acabou por fragilizar o conceito, levando vários autores a repensá-lo e a adoptar outros sinónimos (Cfr. S. Beckou, “Culture, History and Artifact”, in SCHELERET, J., *Material Culture Studies in América*, Nashville, Tenn, 1982, pp.114-123 e G. Kubler, *The Shape of Time. Remarks on the History of Things*, New Haven, Londres, 1962, Yale University Press).

Embora reconhecidamente heterogéneo e complexo (BUCAILLE; PESEZ, 1989: 20-26) o conceito de “cultura material” carrega uma componente colectiva que pode ser extremamente diversa, compreendendo um “objeto en sentido colectivo, por tanto la expresión se utiliza para designar el conjunto de cosas materiales que el ser humano ha producido a lo largo de la historia” (BALLART, 1997:23). James Deetz tenta resolver a questão procurando assimilar cultura material e artefactos: “that material culture and artifacts are vaguely synonymous” (DEETZ, 1977:9). Fernand Braudel parece ter preferido chamar “*vida material ou civilização material*”, pelo menos a julgar pelo título de um dos seus livros: *Civilização Material e Capitalismo. Séculos XV- XVIII*. Da nossa parte a opção está tomada. Comungando da opinião de Luís Raposo, preferimos limitar o uso do conceito, embora quando o utilizamos seja mais numa tónica de justificar pedagogicamente a especificidade da arqueologia, que se serve maioritariamente de dados materiais (ALARCÃO; JORGE, 1997:58).



[12]

diante dos meus olhos. E o facto é qualquer coisa que passou e que eu só posso reconstituir a partir dos dados. O facto está no passado, os dados estão no presente. Os dados são visíveis e o facto é invisível." (ALARCÃO; JORGE, 1997:27). Por outras palavras, o dado é aquilo que se descobre, é um vestígio, é o *"que está aí, diante dos meus olhos, mas também aquilo do qual se deduz outra coisa que já não está aí, observável"* (ALARCÃO, 2000:128). Reservamos um exemplo. Se considerarmos a já referida forma de açúcar como um dado observável no presente, a dedução desse objecto como vestígio do fabrico de açúcar, revela-nos o facto. O fragmento de forma é o dado, a produção de açúcar é o facto. Outros exemplos: o canteiro¹⁴ da Alfândega de Machico é o dado, a existência de um espaço verde é o facto; a presença de caramujos é um dado, o consumo de moluscos, o facto.

Depois desta distinção entre dado e facto é oportuno reflectir sobre os enunciados de *interpretação e inferência*. A interpretação é um momento essencial ao raciocínio arqueológico, na medida em que procura definir o ser da coisa observada, ou seja, pretende responder às perguntas: o que é isto? Para que é que isto serviu?

O próprio acto de interpretar pressupõe um outro que lhe é indissociável, o de observar, pois para interpretar eu olho, eu observo, embora pressinta que, por vezes, para observar e descrever uma coisa ou um objecto, eu não tenha necessariamente que saber o que ele é ou para que é que ele serviu (ALARCÃO, 2000:94).

Interpretar é também identificar. Identificar as coisas feitas pelo Homem e procurar dizer para que é que serviram. Ora, este acto de identificar implica, como já referimos, um reconhecimento de para que é que serviram as coisas e de como é que as coisas são. Ao identificar: isto é um fragmento de forma de açúcar ou isto é um fogareiro, pressupõe uma ideia e um conceito geral, pois essa interpretação só é possível porque vimos nos livros, nos museus e nas escavações, as formas, as tipologias, as pastas, as tonalidades desses objectos. Por outras palavras: *"Todo o conhecimento se enraíza numa vida, numa sociedade, numa linguagem que têm uma história; e nessa história mesmo se encontra o elemento que lhe permite comunicar com outras formas de vida, outros tipos de sociedade, outras significações"* (FOUCAULT, 1991:408).

Ao conhecer a realidade material estarei eu a interpretar? Foucault responde afirmativamente: *"Conhecer será, pois, interpretar: ir da marca visível ao que se diz através dela e que, sem ela, permaneceria palavra muda, adormecida nas coisas."* (FOUCAULT, 1991:87-88).

A observação e a identificação conduzem o arqueólogo à descrição dos dados, que lhes são deduzidos a partir da inferência que corresponde basicamente à *"acção ou resultado de deduzir, de concluir a partir de certos dados"* (CASTELEIRO, 2001:2096). Logo, a inferência arqueológica corresponde ao momento em que o arqueólogo retira de um dado visível um determinado facto que ele não pôde presenciar directamente (ALARCÃO, 2000: 60). Vejamos um exemplo elucidativo de uma inferência cronológica: Se, porventura, encontrarmos, em condições normais, uma moeda (ceitil), cunhada durante o reinado de D. Afonso V (1438-1481), debaixo de uma laje de pedra que suportava um pavimento de calçada, poderíamos inferir que esse piso foi edificado depois desse período, pois a moeda dá-nos um *terminus post quem*.

O decorrer do estudo e a abordagem aos mais diversos assuntos relacionados com o conteúdo da investigação trará a lume outros conceitos operativos. Procurou-se, discutir e reflectir provavelmente aqueles que esbarravam com os conhecimentos epistemológicos e metodológicos da prática da Arqueologia nestes contextos históricos mais recentes, partindo do pressuposto de que se todo o passado é pensado, essa intervenção reflecte o uso de conceitos pelos quais procuramos interpretar e conhecer a realidade.



[13]

[28]



[14]

1.1.3. Arqueologia e História: a circunstância de um relacionamento

Em 1977, prefaciando o livro de Gordon Childe, *Introdução à Arqueologia*, Jorge Borges de Macedo fazia a seguinte reflexão: “*Há em Portugal um incontestável interesse pelas pesquisas arqueológicas, tanto históricas como pré-históricas, e não são poucos os problemas da história portuguesa que aquelas podem resolver*” (MACEDO, 1977).

Na verdade, é legítimo esperar que a prática da Arqueologia, neste caso concreto do período moderno, contribua com importantes elementos para o conhecimento da História, sobretudo para aqueles momentos frequentemente mais omissos na documentação escrita, por natureza nos aspectos mais repetitivos, habituais e quotidianos. Momentos que, provavelmente, foram difundidos oralmente, mas que a escrita não os registou, pelo menos de uma forma inequívoca. O raciocínio parece, no entanto, justificar a validade do registo arqueológico para o conhecimento de realidades passadas, pois ao partir de objectos, estruturas e respectivos contextos, o arqueólogo constrói História Social e Económica. Tomemos, por exemplo, um fragmento de prato de majólica italiana recolhida nas escavações¹⁵ (Fig.14). Ora, independentemente de uma leitura técnica (natureza e composição das pastas e texturas) como também estilística (aspecto decorativo, tonalidades, etc.), a presença destas cerâmicas nas escavações pode servir para ilustrar a rede de relações comerciais, e neste caso a Arqueologia aproxima-se de uma perspectiva de História Económica, ou serve também para deduzir a posição social do proprietário da habitação estudada, e daí a aproximação à História Social.

E são inúmeros os “*problemas da história portuguesa*” que a Arqueologia, enquanto disciplina interdisciplinar que procura reconstituir vivências passadas e seus enquadramentos espaciais, cronológicos e culturais (FABIÃO, 1989:10), pode ajudar a resolver. Partindo da nossa base de estudo, e apesar da realidade arqueológica conhecida se apresentar ainda diminuta, é possível, por exemplo, além dos elementos que nos levam ao mundo quotidiano da alimentação, da louça de uso utilitário, do vestuário e do comércio, conhecer algumas das estruturas da organização do espaço da antiga Vila de Machico nos séculos XV, XVI e XVII (como, por exemplo, a tipologia das levadas, dos poços, dos espaços verdes e dos pavimentos contíguos às habitações).

13- Do ponto de vista de José Ferrater Mora, o dado é aquilo que se encontra imediatamente presente a um sujeito, é “*um ponto de partida para o conhecimento, mas não é, todavia, conhecimento*” (MORA, 1991:91).

14- Estrutura circular, com lancil de pedra, que rodeia uma espécie vegetal.

15- Recentemente abordamos esta problemática, tendo como ponto de partida a análise de um exemplar de um púcaro de cerâmica comum do século XV (Fig.9) identificado na 3.ª campanha de trabalhos arqueológicos da Junta de Freguesia de Machico (SOUSA, 2005:83-90).

Entende-se, assim, que a Arqueologia compreende um grande potencial explicativo para o conhecimento histórico, pois parece claro, hoje em dia, que qualquer arqueólogo aceite que o desempenho da sua disciplina se reduza à mera descoberta e recuperação de objectos. A Arqueologia permite ir mais longe. Permite chegar aos factos sociais e económicos, a partir da dedução do registo arqueológico e do seu contexto (ALARCÃO, 2001:8). Esta será, seguramente, uma das especificidades da Arqueologia enquanto disciplina histórica - a de se basear, além dos factos relatados pelos documentos escritos, na observação e na inferência dos dados arqueológicos.

O assunto remete-nos para a noção de *acontecimento*, cujo conteúdo é mais difícil de explicar, do que propriamente de exemplificar. Mas, se considerarmos o *acontecimento* ou o *evento* algo que ocorre e que passa do nada ao ser (ALARCÃO, 2000:33) coloca-se, no momento, a questão de saber se o arqueólogo, tal como o historiador, fala de acontecimentos ou eventos. Podemos ilustrar com dois exemplos. Em relação ao espaço da Alfândega, a construção do próprio edifício fiscal é um acontecimento complexo, todo ele feito de partes, mas que pressupõe outros eventos particulares, como o da estruturação do espaço verde que foi identificado pelo registo arqueológico. A questão reside em saber se o arqueólogo ao descrever as variáveis que definiu para a leitura daquele espaço verde contíguo ao primitivo edifício da Alfândega (utilizando, por exemplo, critérios tipológicos, de orientação ou de composição material e construtiva das estruturas) estará, ou não, perante um acontecimento?

Vejamos outro exemplo. A edificação da casa solarenga da actual Junta de Freguesia de Machico é um acontecimento complexo. A construção do poço-cisterna no rés-do-chão, (Fig.15) como um dos equipamentos do edifício apenas identificados no decurso das escavações, constitui um evento elementar componente do todo que representa a edificação da casa.

Ora, ao presenciarmos os dados materiais, estamos perante coisas feitas num determinado momento, coisas essas que implicam uma acção, e por detrás desta acção está o acontecimento (ALARCÃO, 2000:36). Por outras palavras, a construção da cisterna no interior da Junta de Freguesia, que remonta ao século XVII, constitui uma acção particular no conjunto da edificação e daí se considere que essa ocorrência constitua um evento ou um acontecimento. Pela mesma razão que a construção das estruturas ajardinadas do espaço da Alfândega representou, também, um evento particular no complexo construtivo daquela casa fiscal.

Assim, tal como o historiador se baseia fundamentalmente em documentos, também o arqueólogo, com base nos dados materiais do passado, pode "reconstituir" acontecimentos. No entanto, a Arqueologia e a História diferem no acesso ao conhecimento, sobretudo pela natureza dos dados observados. Se, normalmente, os documentos escritos, ao contrário dos dados materiais, permitem chegar ao sujeito individual e a uma calendarização precisa, a Arqueologia dificilmente alcança esse pormenor do acontecimento, ficando-se, na maioria das vezes, pelo registo do colectivo.

O passado e o Homem são algo de comum tanto à História como à Arqueologia. O que tradicionalmente as separa reside no tipo de fontes que ambas manuseiam. A História com as fontes escritas e a Arqueologia com as fontes materiais. Mas há quem veja nas duas disciplinas e no facto de ambas lidarem com o passado humanizado, isto é, com o Homem, um ponto forte de aproximação: "*Although they show considerable differences in approach, raw materials and methods, both professions deal with human life in past; this itself is enough to relate them closely*" (DYMOND, 1974:9).



[15]



[16]

Progressivamente, historiadores e arqueólogos, cientes da validade de informação que ambas as disciplinas veiculam, procuraram estabelecer alguns laços de proximidade. Da parte dos historiadores, Jacques Le Goff: *“A arqueologia tradicional transformou-se em história e arqueologia da cultura (ou da civilização) material. Mais do que os monumentos (igrejas, castelos) e as obras de arte, são os objectos da vida quotidiana que chamam a atenção e orientam a investigação.”* (ARIÈS; DUBY; LE GOFF, 1994: 88). Gordon Childe, pelo lado dos arqueólogos: *“A arqueologia é uma forma de história e não uma simples disciplina auxiliar. Os dados arqueológicos são documentos históricos por direito próprio e não meras abonações de textos escritos. Exactamente como qualquer outro historiador, um arqueólogo estuda e procura reconstituir o processo pelo qual se criou o mundo em que vivemos”* (CHILDE, 1977:9).

Nesta reflexão, é legítimo esperar que a Arqueologia se sirva das fontes documentais ao seu dispor sem, no entanto, se deixar envolver e condicionar pelas suas premissas; e que também a História recorra, com maior frequência, aos testemunhos arqueológicos. Talvez seja novamente o momento oportuno para ressaltar outras considerações da parte de historiadores e arqueólogos. Jacques Le Goff, na sua reflexão em torno da “Nova História”, procurou chamar à atenção para a necessidade da ampliação do campo do documento, propondo um *“recurso do documento escrito, a busca do documento arqueológico figurativo, do documento oral, que é interrogar os silêncios da História”* (LE GOFF; LADURIE; DUBY, et alii, 1991:34). Gordon Childe, pelo lado dos arqueólogos, insiste na complementaridade dos dados: *“Evidentemente que os textos escritos se acrescentam aos testemunhos arqueológicos e enriquecem-nos, sem que os ponham de parte ou os tornem supérfluos.”* (CHILDE, 1977:23).

O raciocínio dos autores serve, efectivamente, para introduzir a situação da prática da Arqueologia nos períodos históricos mais recentes, caso do moderno ou do contemporâneo, onde as fontes de informação são naturalmente mais diversificadas. É neste contexto de uma arqueologia do período moderno ou contemporâneo, cujo âmbito conceptual e cronológico desenvolveremos na problemática seguinte, que se assiste ao cruzamento de duas fontes de informação: a escrita e a material. Ambas são estritamente necessárias à construção do conhecimento. Contudo, é preciso ter em atenção que essa articulação entre as fontes documentais e os dados arqueológicos deverá ser cuidadosamente equacionada, sob pena

[31]



de indirectamente condicionar a atitude e a observação do investigador. E é neste sentido que o arqueólogo deve partir para o trabalho de campo consciente dessa dificuldade e da possibilidade da informação histórica reunida sobre o sítio vir a condicionar (ou não) a interpretação da realidade arqueológica. Esta situação, já sustentada por Michel Bouard,¹⁶ traz novamente a lume o exemplo prático da localização das estruturas pertencentes ao espaço da Alfândega, cuja leitura assentou basicamente na interpretação do contexto estratigráfico. Independentemente da indicação histórica, em relação à data de construção e à localização do edifício, a evidência arqueológica conduziu ao registo de outras realidades funcionais, contíguas ao edifício da Alfândega, e que presumivelmente partilhavam o mesmo espaço (Figs.17 à 23). Procurou-se, assim, uma postura que assentou na observação directa da realidade material *in situ*, dispensando as habituais tentativas precipitadas de estabelecimento de hipóteses explicativas, com base num conhecimento prévio emitido pela documentação histórica.

Há, também, outras dificuldades que se colocam à utilização dos dados históricos. Independentemente da situação, já referida, do cruzamento dos dados arqueológicos com as fontes documentais, há uma outra questão que se prende com o potencial informativo que se pode deduzir dos dados e que tem manifestamente merecido a atenção de vários autores. Entre eles, Miquel Barceló:¹⁷ *“Hay cosas que no pueden saberse jamás a partir de la documentación escrita y también hay cosas que el registro arqueológico no permite ni siquiera plantear”* (BARCELÓ, 1988:11).

Ora a situação vai ao encontro daquilo que até aqui tem sido reflectido e que deriva, particularmente, da própria natureza dessas fontes: por um lado, o registo arqueológico que é deduzido pela circunstância do contexto (leituras estratigráficas, deposicionais, localização dos achados, etc.) e que não veicula um texto a “duas dimensões” e, por outro lado, o registo escrito (sobretudo a documentação de arquivo) que traduz uma outra abrangência histórica, cronológico-cultural, mas ao mesmo tempo carrega o “risco” de intencionalidade e de juízos de valor (BALLART, 1997:106), (RENFREW; BAHN, 1998:10-11), (ARIÈS; DUBY; LE GOFF, 1994:10), (MILANESE, 1997:14).

Neste sentido a prática da Arqueologia para a época moderna põe em evidência outras leituras do quotidiano, como sejam os estudos sobre o urbanismo, as formas de construção, as vias de comunicação, o uso de recursos naturais, a alimentação, o comércio, a cultura material, as fortificações e os hábitos funerários. A Arqueologia procurou incessantemente o contributo de outros domínios. A complexidade do registo arqueológico fez com que os arqueólogos caminhassem na busca de mais informação sobre o passado, recorrendo-se, assim, ao diálogo



[17-23]

e à contribuição interdisciplinar. A estratégia, na opinião de Charles Orser, foi justamente compensada pelo reforço de conhecimentos e maior capacidade de acção: *“Archaeology that opens itself to all sources of information - written, oral, cartographic, botanical, zoological, chemical - is simply more powerful than archaeology that is narrow and restrictively focused”* (ORSER, 1996:25).

Também para a História se tem “reivindicado” maior abrangência de fontes de informação. A consciência das limitações das fontes escritas, sobretudo na aproximação a uma realidade mais quotidiana, onde *“la masa de la población permanece invisible”*,¹⁸ levou os historiadores a apelar a uma maior abrangência e articulação de dados. Lucien Febvre deu conta, justamente, dessa preocupação: *“A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. (...) Mas ela pode fazer-se, ela deve fazer-se sem documentos escritos, se os não houver. Com tudo o que o engenho do historiador pode permitir-lhe utilizar para fabricar o seu mel, à falta das flores habituais. Portanto, com palavras. Com signos. Com paisagens e telhas. Com formas de cultivo e ervas daninhas. Com eclipses da lua e cangas de bois. Com exames de pedras por geólogos e análises de espadas de metal por químicos.”* (FEBVRE, 1989:249).

A História, parafraseando José Mattoso, deixou de estar prisioneira da escrita e deve procurar se *“debruçar também sobre os dados empíricos fornecidos por vestígios materiais da passagem e da acção do homem sobre a terra”* (MATTOSO, 1997:33). Reconhece-se, pois, não só uma necessidade de articulação com outras fontes como, também implicitamente, um apelo ao uso de outros dados materiais que registaram a acção do Homem no espaço. No mesmo sentido, em relação à abordagem das fontes escritas, tem-se chamado à atenção para uma preparação técnica mais efectiva de forma a melhor detectar aquilo que interessa ao objecto de estudo.

A reflexão traduz a necessidade de uma especialização técnica do investigador de modo a permitir uma melhor interpretação da realidade material observada. Do lado da Arqueologia e numa nítida alusão à máxima de Dastre (*“quando não se sabe o que se procura, não se sabe o que se encontra”*), vários autores, entre os quais Pedro Gomes Barbosa, têm reflectido e sugerido um

16- O autor do livro *Manual de Arqueología Medieval* alerta para essa situação: *“Incluso cuando no existe una contradicción tan flagrante entre el documento escrito y la información facilitada pela excavación arqueológica, la confrontación entre uno y otra puede plantear muchas dificultades. Es tal hábitat o tal edificio del que yo descubro los restos el mismo que mencionam los textos? Estoy seguro de que tal nivel, en la estratificación del suelo, corresponde a tal fase de la historia del lugar, mencionada por los documentos escritos - um incendio, unas obras de construcción o de restauración, o una deserción momentánea?”* (BOÚARD, 1977:13).

17- Cfr. Miquel Barceló et alii., *Arqueología Medieval. En las afueras del “Medievalismo”*, Barcelona, Editorial Crítica.

18- Cfr. Michel Boúard, *Manual de Arqueología Medieval. De la prospección a la historia*, Barcelona, Editorial Teide/Base, 1977, p. 11.



[24]

caminho em torno de uma maior especialização: *“Na realidade a especificidade de cada período deve conduzir a uma especialização do arqueólogo, de modo a que este saiba o que procura e reconheça o que encontra”* (BARBOSA, 1990:109).

Impõe-se, assim, uma breve reflexão sobre a problemática da arqueologia que é praticada nestes momentos históricos, por natureza uma arqueologia que esteve durante muito tempo à mercê da sensibilidade e da consciência dos arqueólogos, quando muito a intencionalidade da investigação em busca dos níveis arqueológicos mais recuados (proto-histórico, romano e medieval), terá influenciado o conhecimento da realidade material das épocas moderna e contemporânea. Por outro lado, a situação dos níveis modernos se encontrarem mais à superfície - e como tal expostos a um maior desgaste e revolvimento - sujeitou outro tipo de problemas, menos frequentes em contextos estratigráficos mais recuados. A crescente industrialização das técnicas de construção conduziu a maiores alterações topográficas, como resultado da construção de habitações e outras infra-estruturas.

Mas há quem identifique, porventura, a falta de tradição académica como um dos possíveis motivos de uma certa “marginalização” desta arqueologia moderna ou contemporânea: *“Los historiadores de la Edad Moderna no ven interés alguno en una disciplina arqueológica complementaria ya que cuentan con fuentes documentales de gran volumen sobre la que está fundamentada toda su tradición historiográfica.”* (AMORES, 1997:51-52). Em nosso entender, o problema é mais complexo e tem que ser necessariamente analisado no quadro de uma reflexão teórica e metodológica assente num perfil interinstitucional com objectivos e temas de investigação previamente definidos. De qualquer forma o momento presente parece, no entanto, reunir outras condições para encarmos com maior optimismo essa conjuntura, ainda incipiente.

1.1.3.1. A problemática de uma Arqueologia Moderna e a singularidade do contexto regional

A Arqueologia Moderna em Portugal ensaia timidamente os primeiros passos. Efectivamente, a consciência do valor e da potencialidade dos contextos modernos para o conhecimento histórico parece ter mudado nos últimos tempos, sobretudo se tivermos em linha de conta o injustificável desinteresse a que foi votado durante muito tempo. A situação, porém, de deliberada destruição dos níveis modernos a fim de detectar contextos mais recuados, sem um prévio e cuidado levantamento estratigráfico, condicionou irreversivelmente o conhecimento da realidade económica, social e cultural da época moderna.

Sem a pretensão de desenvolver neste estudo uma síntese da investigação da Arqueologia Moderna em Portugal¹⁹ – assunto este que, apesar de ser do nosso elementar conhecimento, não foi criteriosamente abordado na composição do presente trabalho – seria interessante considerar alguns aspectos ligados à realização de actividades e estudos,²⁰ que de uma certa maneira conduzissem à reflexão do âmbito conceptual e cronológico da disciplina.

Na verdade, a designação atribuída pela arqueologia portuguesa, e em geral pela europeia, aos trabalhos arqueológicos que se integram neste campo cronológico-cultural é de forma alguma unânime, o que parece também expressar o carácter ainda embrionário que caracteriza esta orientação disciplinar no contexto de uma arqueologia de investigação. Parece-nos, assim, fundamental reflectir numa primeira análise esta questão terminológica, estabelecendo em paralelo a experiência europeia e americana.

Tendo presente o espaço nacional, é comum observar-se uma dualidade de referências; por um lado, com a designação de uma “*Arqueologia Pós-medieval*”²¹ – provavelmente incitada pela designação tradicional britânica de “*Post-Medieval Archaeology*” – também seguida em Itália (“*Archeologia Postmedievale*”) e em Espanha (“*Arqueología Postmedieval*”), e por outro, uma “*Arqueologia Moderna e Contemporânea*”, na linha de orientação seguida em França.²² Notamos

19- Problemática que estamos presentemente a estudar, tendo por objectivo a dissertação de Doutoramento na especialidade de História Regional e Local, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

20- Entre as várias referências que directa e indirectamente aludem ao tema destacamos a realização de encontros, nomeadamente das *Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-medieval*, em Tondela (com três volumes de actas publicados, respectivamente em 1995, 1998 e 2003) trazendo a debate e ao conhecimento os resultados materiais de contextos estratigráficos de época medieval e moderna; o *IV Congresso sobre Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental* realizado no nosso país, em 1987 e mais, recentemente, o volume de actas com os textos do encontro promovido pela Associação dos Arqueólogos Portugueses, *Arqueologia 2000: Balanço de um século de investigação arqueológica em Portugal*, trazendo a lume a questão da Arqueologia Medieval e Moderna.

21- O termo, porém, não reúne unanimidade no meio académico e profissional espanhol. Veja-se, por exemplo, as reticências que lhe são apontadas pelo professor Fernando Amores do Departamento de Pré-história e Arqueologia da Universidade de Sevilha num interessante artigo alusivo à problemática da disciplina de Arqueologia da época Moderna em Espanha (AMORES, 1997:51-67). Entretanto, nos últimos tempos, merece especial referência a organização de dois congressos na Catalunha (*1r e 2r Congrès d'Arqueologia Medieval i Moderna de Catalunya* - Novembro de 1998 e Abril de 2002) trazendo a debate a problemática da Arqueologia realizada em meio urbano e rural.

22- Vide Bruno Bentz, “Les fouilles modernes et contemporaines”, *Revue d'Archéologie Moderne et d'Archéologie Générale*, Vol. 8, pp. 17-39.



[25]

assim, à partida, a existência de duas designações para uma só realidade histórica, uma mais abrangente no tempo, uma outra mais precisa.

À semelhança de uma “Arqueologia Clássica” ou de uma “Arqueologia Medieval” que suportam uma periodização definida pela História, têm-se insistido numa clarificação conceptual assente no princípio de que ao existir uma história moderna e contemporânea, terá razão de existir uma “Arqueologia Moderna e Contemporânea” e daí será extemporâneo falar de uma história pós-medieval. Neste aspecto, os autores franceses são muito claros: *“nous avons préféré d'emblée la désignation plus positive d'archéologie moderne et contemporaine, à la façon dont l'histoire médiévale n'est pas suivie d'une histoire post-médiévale, mais d'une histoire moderne et contemporaine”* (BALUT; BRUNEAU, 1997:69). Nesta linha de pensamento, Bruno Bentz defende que a Arqueologia Moderna e Contemporânea deve ser uma disciplina integrante da Arqueologia, não propriamente virada para si própria, mas assente num projecto de investigação com recurso a outras fontes de conhecimento (BENTZ, 1990:39).

O conceito de “Arqueologia Pós-Medieval” levanta outros problemas. Além de pressupor um extenso objecto de estudo, numa perspectiva se quisermos de “longa duração”, não define claramente um marco temporal. O próprio prefixo “pós”, que exprime uma noção de posterioridade ou de *postquem*, alinha numa direcção vaga e ligeira, que parece querer dizer que algo se encontra depois de algo, sem uma prévia fundamentação teórica e cronológica.

Efectivamente, esta problemática da definição terminológica (de uma Arqueologia Pós-Medieval ou de uma Arqueologia da Idade Moderna) envolve questões directamente relacionadas com a prévia divisão cronológica do “tempo histórico” – situação essa nem sempre linear e estável no tempo. Pela mesma razão que Marco Milanese, apercebendo-se dessa vulnerabilidade, expressava que um *“giudizio di antichità o modernità di una cronologia è, sempre e necessariamente, un concetto relativo e comunque “instabile” nel tempo”* (MILANESE, 1997:14).

A tradição inglesa da Arqueologia Pós-Medieval, seguindo o exemplo norte-americano, ajustou essa balização cronológica, tendo por base determinados acontecimentos à escala local, aliás bem expressos no editorial do primeiro número da revista *“Post - Medieval Archaeology”*.²³ Por

[36]

seu lado, o mundo científico americano procurou assentar o conceito de “*Historical Archaeology*” (Arqueologia Histórica), que abrange o período que vai desde o processo de chegada dos europeus ao continente até praticamente à actualidade.

Naturalmente que, ao abordamos esta questão da discussão conceptual e da definição cronológica, esbarramos com a designação de “mundo moderno”, também ele não linear e alvo de discussão no panorama historiográfico português. A intenção não reside, porém, em reflectir essa problemática, sobretudo da conjuntura dos factos históricos que frequentemente são individualizados para justificar a passagem de transição para a “modernidade”. No entanto, é geralmente aceite que todo o processo de exploração e uso do território, que se seguiu ao processo de povoamento do Arquipélago da Madeira, se enquadra numa conjuntura de perfil “modernista”. Efectivamente, a opção conceptual escolhida, passa pelo uso da designação de “Arqueologia Moderna”, realçando-se o facto da maior parte dos investigadores europeus situar os séculos XVI, XVII e XVIII, como o período cronológico de base para a Arqueologia Moderna (justificando-se que foi um período particularmente relevante em matéria de transformações sociais, económicas e culturais).

Mas a situação ainda parece ser mais embaraçosa, quando aparece no mesmo “campo histórico”, uma enraizada “Arqueologia Industrial”²⁴ que teve um razoável aceitação no nosso país. Presentemente, a disciplina desdobra-se em dois significados: a velha discussão reside no facto de saber se a Arqueologia Industrial é uma disciplina de carácter cronológico e que estuda a “Era Industrial” (cujo âmbito lhe confina o passado industrial nos últimos duzentos anos) ou se, efectivamente, corresponde a uma disciplina temática que estuda a “Arqueologia da Indústria”, desde os seus primórdios até a actualidade (PALMER, 1993: 67). Se aceitarmos as duas explicações assumimos que elas próprias recaem num “tempo histórico” que pode ir, por exemplo, do romano ao contemporâneo, ou do moderno ao contemporâneo, embora se insira neste último o maior número de intervenções vindas a público.

No presente momento, pensamos ser extemporâneo calcular até que ponto a aceitação da arqueologia industrial no quadro académico,²⁵ institucional e associativo, terá dissuadido a introdução da Arqueologia Moderna e Contemporânea no nosso país. Essa é definitivamente uma questão que impõe naturalmente outras reflexões. Porém, se considerarmos a sua tímida presença nos programas de ensino universitário,²⁶ depressa nos apercebemos do quanto é discreta, pese embora os estudos que lhe conferem alguma visibilidade nasçam no âmbito de estudos de cultura material (sobretudo de material ceramológico) de contextos de arqueologia urbana.



[26]

23- “In Britain both ends of the period are indistinct. The initial date may be seen as the accession of the Tudors or as the impact of gunpowder on military planning or perhaps as the introduction of Renaissance ideas into medieval pottery. (...) The terminal date is crudely expressed in the Constitution of our Society as “the onset of industrialisation” though it is appreciated that this transition will vary in date from one industry to another.”

24- Note-se que a própria publicação de títulos do género “Arqueologia Industrial o Arqueologia del Mundo Moderno y Contemporâneo” (BARRAL i ALTET, 1992:175-184), sem uma prévia explicação teórica e metodológica, compromete seriamente o conhecimento dessas realidades.

25- Em 1987/88 a disciplina é introduzida, como opção, na Licenciatura em História na Universidade do Minho e em 1989 é reintroduzida na Universidade do Minho como opção para os alunos das Licenciaturas em Engenharia. É ministrada também na Universidade de Coimbra e no curso de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade Nova de Lisboa.

26- As cadeiras de “Arqueologia Moderna e Contemporânea” e de “Arqueologia Moderna” fazem parte integrante respectivamente dos cursos de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Ao nível de Mestrados, merece especial referência, pelo seu carácter inovador, a abertura, em 2001, do “Mestrado em História e Arqueologia dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa (Séculos XV a XVIII), na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.



[27]



[28]

A considerável aceitação da Arqueologia Industrial parece também esvanecer a ideia de que o manancial de documentação escrita disponível para a escrita da História tenha, no entanto, retirado espaço de implantação à Arqueologia Moderna. Mas essa expressiva aceitação inicial depressa ganhou outros contornos, sobretudo quando a fase de reflexão teórico-metodológica impôs sérias limitações ao valor científico da Arqueologia Industrial, em boa parte diagnosticadas na sua vertente metodológica.²⁷

Independentemente desta convivência pacífica, talvez geradora de equívocos, entre o Moderno e o Industrial, outros factores poderão ter influenciado a ténue introdução da Arqueologia Moderna. Provavelmente a falta de tradição no meio académico; embora se admita que a denunciada carência de um suporte teórico e metodológico assente em bases programáticas definidas, tenha influenciado essa situação. Admite-se, assim, que a notória indefinição do objecto de investigação esbateu a concretização de uma orientação temática especificamente direccionada para as realidades do mundo moderno.

Os resultados estão à vista. Reflecte-se, sobretudo, no desequilíbrio de conhecimentos históricos existentes sobre o período moderno. Salienta-se um exemplo, paradigmático, que revela como a Arqueologia e a História, apesar de se enquadrarem em sintonia no mesmo “corredor histórico”, digerem diferentemente o nível de conhecimentos. Ora, se ao nível historiográfico temos à disposição um grande manancial de obras relativas às problemáticas dos séculos XV, XVI e XVII, em boa parte devido à importância dos Descobrimientos e da Expansão Portuguesa, no que diz respeito à Arqueologia e aos objectos de estudo que lhe são directamente afectos (os vestígios materiais ou a cultura material), o horizonte de conhecimentos fica muito aquém do desejado. Embora se assista presentemente a uma maior consciencialização para os contextos modernos (e que se tem traduzido na publicação de conjuntos materiais, com maior destaque para os cerâmicos), continua a persistir demasiadas indefinições, designadamente no estabelecimento de cronologias e no quadro tipológico das evoluções cerâmicas. Basta, por exemplo, verificar que para a datação das faianças portuguesas se apontem cronologias com um hiato temporal tão extenso e impreciso, do género, “*faianças do século XVII e XVIII*”.

Numa outra perspectiva, e no que diz respeito aos programas de investigação de sítios de criação ou de influência portuguesa no mundo, é notória a ausência de uma componente

[38]

portuguesa. Note-se, por exemplo, que tanto no Quénia (Mombaça, Forte de Jesus) como em Marrocos (Alcácer Ceguer), os trabalhos arqueológicos realizados tiveram a coordenação de investigadores ingleses, no primeiro caso,²⁸ e americanos, no segundo.²⁹ Situação quase análoga se passa em Espanha, onde se sustenta a necessidade de uma “Arqueologia Colonial” direccionada para o estudo do “Império Espanhol” na América, África e Ásia (AMORES, 1997:52). A publicação dos primeiros trabalhos de sistematização de cerâmicas de produção espanhola dos séculos XVI e XVII são da responsabilidade científica de investigadores americanos.³⁰

Os Arquipélagos da Madeira e dos Açores relevam-se dois campos promissores no conhecimento da Arqueologia Moderna em Portugal.³¹ O facto de terem sido humanizados na primeira metade do século XV potencia, à partida, uma expectativa cronológico-cultural que se poderá reflectir no campo do acervo arqueológico.

No caso concreto da Região Autónoma da Madeira existem duas áreas que correspondem aos dois principais núcleos de povoamento inicial, Machico e Funchal, respectivamente cabeças de sede das duas capitânias. A potencialidade arqueológica destas áreas, concretamente se considerarmos os respectivos centros históricos, revela-se na condição histórica de corresponder às primeiras acções de antropização do espaço - com a construção de infra-estruturas vitais à condução da vida quotidiana, caso das habitações, dos arruamentos, do abastecimento de água e demais equipamentos públicos e privados. Com efeito são áreas que impõem uma necessidade estratégica ao nível do planeamento municipal, nomeadamente na acção de delimitação das áreas de interesse arqueológico com vista à operacionalização de uma acção eficiente de acompanhamento arqueológico.³²

27- “Efectivamente, apesar de se terem anunciado e realizado várias campanhas de escavação de sítios industriais em diferentes pontos do país, a comunidade científica nunca teve conhecimento dos resultados e dos eventuais contributos que essa actividade trouxe para um maior conhecimento da história do nosso passado industrial, assim como nunca foram divulgadas as técnicas e metodologias utilizadas, a informação e documentação arqueológica proporcionada pelas referidas escavações, o que revela uma conduta deontologicamente inaceitável, para já não falar das sérias interrogações que muito justamente se levantam sobre o valor científico de todas essas iniciativas” (CORDEIRO, 1993:8).

28- Vide James Kirkman, “A Portuguese Wreck of Mombasa, Kenya”, *The International Journal of Nautical Archaeology*, 1, London, 1972, pp. 153-157 e *Fort Jesus. A Portuguese Fortress on the East African Coast*, Oxford, Clarendon Press, 1974.

29- Vide Charles Redman e James Boone, “Qsar es-Seghir (Alcácer Ceguer) a 15th and 16th century Portuguese colony in North Africa”, *Studia*, 1979, pp. 5-50; Charles Redman, “Late Medieval Ceramics from Qsar es-Seghir”, *La Céramique Médiévale en Méditerranée Occidentale, Xe - XVe siècles*, (Colloque International du C.N.R.S, Valbonne 11-14 Septembre 1978), Paris, Editions du C.N.R.S., 1980, pp.251-263; Charles Redman, *Qsar es-Seghir. An Archaeological View of Medieval Life*, London, Academic Press, 1986; James Boone, “Majolica escudillas of the 15th and 16th centuries: A typological analysis of 55 examples from Qsar es-Seghir”, *Historical Archaeology*, California, Vol. 18, 1984, pp.79-86 e James Boone, *Artifacts deposition and demographic change an archaeological case study of medieval colonialism in the age of expansion*, Ann Arbor, Michigan, UMI, 1997.

30- Vide John M. Goggin, *Spanish Majolica in the New World. Types of the sixteenth to eighteenth centuries*, New Haven, Department of Anthropology Yale University, (Yale University Publications in Anthropology, n.º 72), 1968; Kathleen Deagan, *Artifacts of the Spanish Colonies of Florida and the Caribbean, 1500-1800*, Washington, Smithsonian Institution Press, 1987; Kathleen Deagan, “The First European Artefacts in the Americas: La Isabela, Dominican Republic (1493-8)”, in HOOK, Duncan; GAIMSTER, David, edit., *Trade and Discovery: The Scientific Study of Artefacts from Post-Medieval Europe and Beyond*, London, (British Museum, occasional Paper n.º 109), 1999, pp. 3-11; Mitchell W. Marken, *Pottery From Spanish Shipwrecks, 1500-1800*, Florida, University Press of Florida, 1994 e Florence Lister e Robert Lister, *Andalusian Ceramics in Spain and New Spain. A Cultural Register from the Third Century B.C. to 1700*, Tucson, University of Arizona Press, 1987.

31- Já António Aragão Mendes Correia, um dos mais importantes “entusiastas” da arqueologia madeirense, registou com particular interesse essa condição: “Se não podemos colocar a Madeira em posição privilegiada no panorama arqueológico e artístico nacional, nela se encontram, porém razões particulares, modestas algumas, outras soberbas, que nos transportam a uma atitude ora de encanto singelo, ora de reverência admirativa” (CORREIA, 1959:7).

32- Actualmente na Região Autónoma da Madeira somente as câmaras municipais do Funchal e Machico possuem na sua orgânica gabinetes de Arqueologia: o primeiro criado em 1989 no seguimento das escavações arqueológicas realizadas na Praça de Colombo e o segundo, em Maio de 2001, pela necessidade de promover o estudo e a investigação da Arqueologia Moderna e Contemporânea, em contexto urbano e rural (SOUSA, 2001:191).



[29]



[30]

O ano de 1989 marcou uma viragem no paradigma da arqueologia madeirense. A intervenção arqueológica concretizada no antigo quarteirão das casas de João Esmeraldo - Cristóvão Colombo, pela equipa do arquitecto Mário Varela Gomes,³³ trouxe à luz do dia uma “outra cidade soterrada” que o Funchal parecia serenamente desconhecer (Fig.29). O perfil de conhecimentos postos a descoberto, gerados por uma onda natural de mediatização pública, ajudou a despertar consciências (individuais, colectivas, institucionais...), ao mesmo tempo que despoletou a criação de duas estruturas fundamentais, sob a dependência directa da autarquia funchalense: O Gabinete de Arqueologia e Restauro e o Núcleo Museológico “A Cidade do Açúcar” (que inclui no seu espólio alguns artefactos recuperados nas escavações).

No Verão de 1998, a área urbana de Machico conheceu os primeiros trabalhos arqueológicos com as escavações no Solar do Ribeirinho (Fig.30).³⁴ Depois seguiram-se no edifício da Junta de Freguesia, Alfândega e Casa da Travessa do Mercado, sítios que constituem justamente objecto do presente estudo.

Não obstante esta breve referência às intervenções concretizadas nos municípios do Funchal e Machico, seria interessante reflectir o contributo da arqueologia madeirense para o estado actual dos conhecimentos do período moderno em Portugal. A particularidade de ter sido povoada, como já entretanto referimos, nos inícios da época moderna, deixa em aberto um interessante campo de “experimentação científica”, sobretudo, no que concerne à contextualização cronológica da realidade material desse período. Efectivamente, ao contrário do que acontece com os dados das escavações no continente português (onde a sequência estratigráfica percorre o tempo normalmente até aos períodos pré-históricos), os objectos exumados na Madeira serão provenientes de um tempo posterior ao medieval, e daí que a cronologia que é apontada para o achamento e povoamento da ilha serve-nos de *terminus post-quem* - um marco no tempo para além do qual as datações se deverão orientar.

Esta especificidade, se entendermos cronológico-cultural, não deixa de ser relevante para a afinação das datações relativas e absolutas dos materiais identificados nos estratos mais antigos, isto se estivermos na presença de contextos selados e bem individualizados. Sendo, frequentemente, difícil distinguir os níveis baixo-medievais dos alto-modernos nos trabalhos arqueológicos no continente, os resultados obtidos na Madeira podem contribuir, de forma decisiva, para a evolução da Arqueologia Moderna no país.

[40]

1.2. Metodologia

“A espantosa realidade das coisas é a minha descoberta de todos os dias. Cada coisa é o que é!”³³

Alberto Caeiro

A concretização do programa metodológico formulado para a presente investigação conheceu, inevitavelmente, momentos de desígnio e de realização, outros porém, de expectativas frustradas. À medida que a investigação avançava, fomos convivendo com essa “*descoberta de todos os dias*”. Vários caminhos foram, entretanto, perfilados pelo contexto vivido, sentido, na proximidade de uma realidade material observável, por natureza, coisas, objectos e estruturas que carregam o “selo” admirável do Homem. E foi “nessa descoberta de todos os dias” que o discurso se compôs de palavras e de coisas articuladas sob um manto de dados e conhecimentos teóricos.

A investigação conheceu, assim, uma metodologia própria na linha da formação do autor, tendo presente os principais pontos de orientação (instrumentos práticos e teóricos) e os meios postos à disposição. Basicamente, o programa metodológico seguido procurou privilegiar um caminho de articulação de discursos e métodos próximos da Arqueologia, assente numa íntima ligação inter e transdisciplinar. A própria especificidade da evidência arqueológica – que justamente não reflecte um “texto” de forma directa – obriga o aperfeiçoamento do registo arqueológico e o recurso a outros domínios disciplinares (como por exemplo, o estudo da composição química, textural e mineralógica das pastas cerâmicas, o estudo dos restos de fauna e flora, as análises estratigráficas, o recurso às datações absolutas, entre outros).

Podemos sintetizar em três momentos essenciais o programa metodológico seguido. À fase de formulação dos objectivos e definição da área e periodização da investigação seguiu-se, num primeiro momento, o levantamento bibliográfico e documental com recurso também à pesquisa cartográfica, fotográfica e iconográfica. Toda esta documentação foi seriada em função da sua validade para o estudo. Num segundo momento, e já num sentido mais prático e de trabalho de campo, procurou-se ler o espaço envolvente não apenas numa base de observação das características físicas (caracterização geomorfológica e topográfica), mas também ao nível do impacte antrópico profundamente marcado na paisagem. Neste aspecto, foram extremamente úteis as informações colhidas oralmente junto da comunidade. Por último, seguiu-se o tratamento dos dados arqueológicos (preenchimento e organização de fichas descritivas de materiais (inclusive para objectos cerâmicos), desenho e tintagem das ocorrências seleccionadas e construção de sequências estratigráficas e cronológicas), analisando-os numa relação estreita com o quadro teórico, conceptual e metodológico definido.

33- Consulte Mário Varela Gomes e Rosa Varela Gomes, “Intervenção arqueológica”, *Escavações nas Casas de João Esmeraldo - Cristóvão Colombo, 1989 (1.ª fase)*, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1989, pp.27-48. (Catálogo de Exposição, Dezembro de 1989, Átrio do Teatro Municipal “Baltazar Dias).

34- Vide Elvino Duarte Martins Sousa, “Intervenção Arqueológica no Solar: Resultados Preliminares (Junho/Agosto de 1998)”, *A Propósito do Solar do Ribeirinho*, Machico, Câmara Municipal de Machico, 2000, pp. 33-53.

35- Cfr. Alberto Caeiro, *Poesia*, Lisboa, Assírio & Alvim, 2001, p. 104

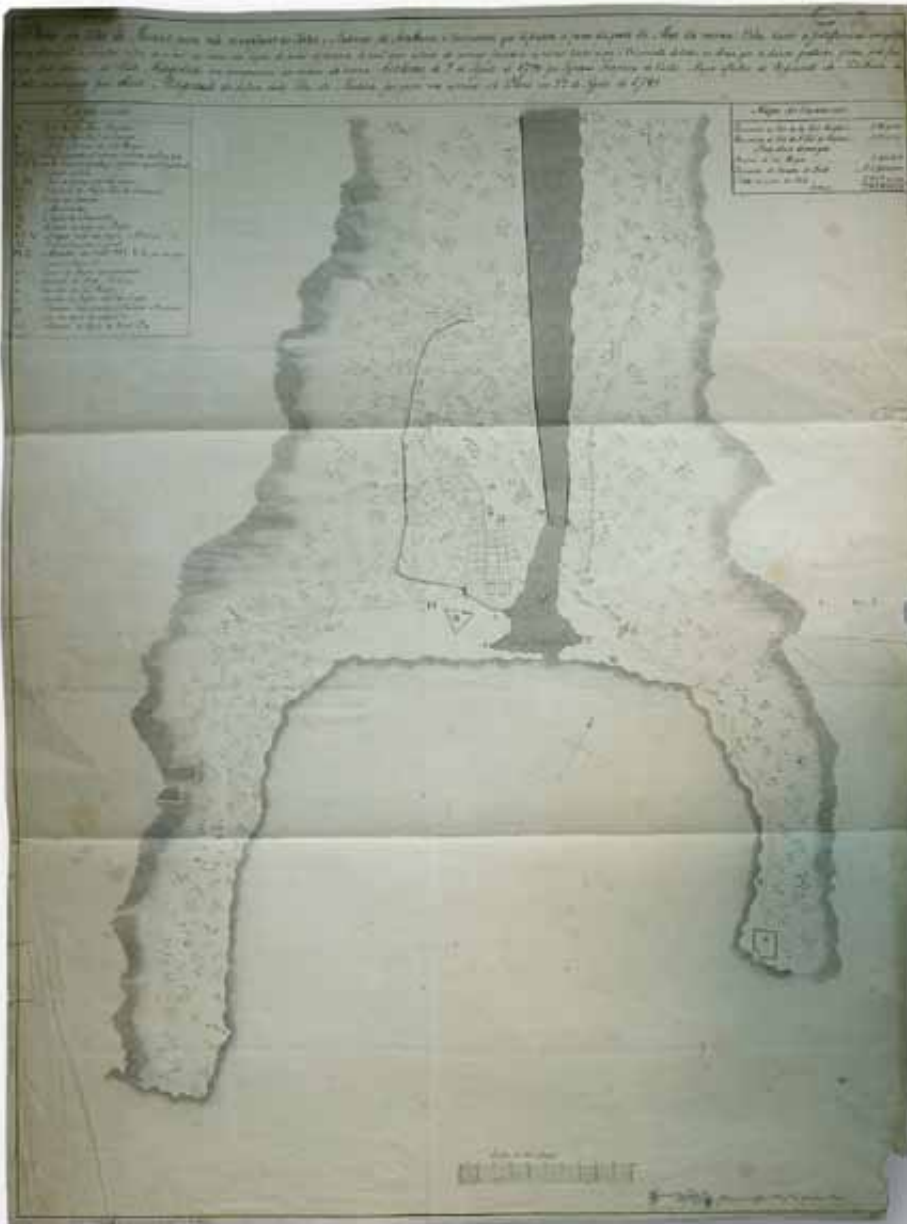
Abordaremos o programa metodológico em detalhe. O levantamento bibliográfico abrangeu a pesquisa de publicações, estudos e documentação de arquivo,³⁶ considerando o acervo respeitante à Histórica Local. Pelo carácter inédito dos estudos arqueológicos no concelho, não se verificaram ocorrências bibliográficas sobre essa temática. No entanto, fez-se uma inventariação sistemática das obras de temática local, considerando-se também as publicações periódicas regionais e as monografias locais. A bibliografia disponível sobre Machico, embora não seja escassa, peca pela qualidade de reflexão e tratamento da informação. Do conjunto, destaca-se pelo leque de conhecimentos trazidos sobre a problemática da vida quotidiana e poder municipal, o estudo de Fátima de Freitas Gomes subordinado ao tema Machico – *A Vila e o termo: Formas do Exercício do Poder Municipal (fins do século XVII a 1750)*³⁷ e, para a problemática do século XVII, um interessante trabalho do historiador Nelson Veríssimo subordinado ao tema “Poder municipal e vida quotidiana: Machico no século XVII”.³⁸ Acresce, ainda, referir o contributo das *Notas de Álvaro Rodrigues de Azevedo ao Livro Segundo das Saudades da Terra* de Gaspar Frutuoso.

O recurso às fontes documentais³⁹ constitui uma das ferramentas mais importantes da Arqueologia Moderna. Esse uso fez-se tendo em atenção, em primeiro lugar, o princípio da autenticidade e da credibilidade dos documentos e naturalmente a sua adequação aos objectivos e às exigências da investigação. Toda a atenção recaiu sobre os registos escritos que ofereceram condições de estabelecer paralelismos com a evidência arqueológica, designadamente sobre os elementos do quotidiano directamente deduzidos do contexto arqueológico. Neste âmbito, destaca-se o conjunto de informações recolhidas, por exemplo, das posturas municipais, dos processos de inventariação de bens (de famílias ou de instituições oriundas do Concelho de Machico) e da documentação alfandegária, procurando-se obter referências de materiais móveis que pudessem ser confrontadas com os objectos recolhidos nas escavações. Diga-se, a este propósito, que à primeira vista a escassez de referências às cerâmicas nas fontes documentais contrastou largamente com a quantidade de exemplares identificados, o que por si só demonstra o silêncio dessas fontes sobre os hábitos quotidianos, por natureza mais repetitivos. Os tais “*silêncios da História*” a que se referiu insistentemente Lucien Febvre.

Esta situação implica, também, uma sistemática revisão das fontes escritas com o objectivo de detectar outras leituras de interesse para o estudo destas realidades, particularmente sobre a problemática da cerâmica moderna (com o objectivo de determinar as proveniências e locais de produção das peças e registo dos oleiros, entender os condicionalismos que se impunham ao fabrico dos objectos e suas designações e terminologias). Daí a pertinência de consciencializar os investigadores, sobretudo aqueles que convivem frequentemente com documentação de arquivo, para a publicação de textos que dêem conta dessas ocorrências.

A particularidade do objecto de estudo e respectivo contexto cronológico-cultural exigiu, também, outras leituras de enquadramento e reflexão. Apesar dos estudos sobre estas problemáticas serem escassos, considerou-se a leitura de algumas publicações que promoveram encontros de reflexão, designadamente de alguns periódicos como, por exemplo, a Revista *Archeologia PostMedievale*, dirigida por Marco Milanese da Universidade de Sassari.

A cartografia e a iconografia históricas, complementadas pela informação bibliográfica e documental, revelaram-se duas fontes particularmente relevantes para o conhecimento da morfologia urbana da localidade de Machico. A pesquisa permitiu localizar, em diferentes



[31]

36- A pesquisa foi realizada no Arquivo Regional da Madeira (foi consultado o único livro da Misericórdia de Machico (1543-1560) e pontualmente o livro de vereações da câmara que se inicia em 1606); no Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Machico e no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (nomeadamente alguns documentos existentes no Corpo Cronológico).

37- Tema de dissertação de Mestrado em História apresentado à Universidade da Madeira em Maio de 1999.

38- Cfr. Nelson Veríssimo " Poder municipal e vida quotidiana: Machico no século XVII", *O Município no Mundo Português*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1998, pp. 291-302.

39- Autores como Anders Andrén consideram que a presença das fontes escritas pode trazer vantagens e desvantagens: "(...) the presence of written sources is seen as a great advantage, since archaeology is always dependent on analogies in order to translate material culture into texts. (...) On the other hand, the presence of texts can be seen as a great disadvantage, since it seems to leave little scope for archaeology by hampering the potential of archaeological analyses and interpretations" (ANDRÉN, 1998:3).

[43]



[34]



[32]



[33]



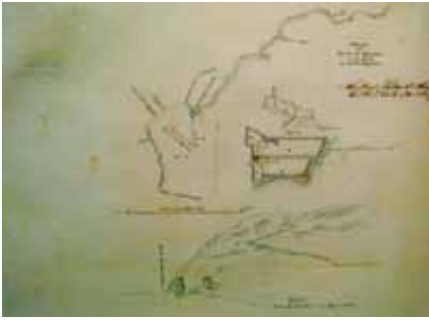
[35]

loais, quase uma dezena de levantamentos,⁴⁰ entre os quais destacamos, excepcionalmente pela validade da informação disponibilizada, o *Plano da Vila de Machico* de Inácio Joaquim de Castro, relativa ao ano de 1799 (Figs. 31, 32 e 112). Por se considerar relevante ao estudo, e também pela oportunidade que a imagem transmite para outras iniciativas, fizeram-se reproduções fotográficas das peças mais significativas.

A capacidade informativa disponibilizada pela cartografia histórica, sobretudo quando a sua confrontação com outros levantamentos actuais⁴¹ contribuiu decisivamente para uma visão mais aproximada da realidade geográfica local, ganhou maior expressão quando complementada com a análise e observação iconográfica⁴² e fotográfica. Todas estas fontes de informação foram imprescindíveis no conhecimento do espaço, designadamente na caracterização do modelo de malha urbana e do traçado viário, sublinhando-se a capacidade disponibilizada na localização de edifícios e equipamentos já desaparecidos (e que justamente desempenharam um papel fundamental na estruturação do conjunto, em função dos quais também se estruturaram novos espaços).

Acresce sublinhar o contributo da fotografia.⁴³ Efectivamente, o extraordinário acervo existente no Museu Fotografia Vicentes (o mais antigo da Europa) revelou um conjunto apreciável de documentos fotográficos que remontam aos finais do século XIX, dado esse que permitiu recolher importantes indicações da composição do aglomerado oitocentista (por exemplo, na localização de edifícios entretanto desaparecidos e no perfil do traçado de ruas).

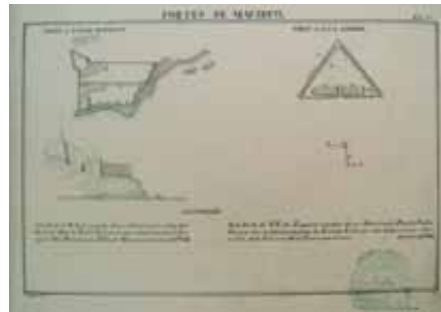
[44]



[36]



[37]



[38]



[39]

40- Consultaram-se as seguintes cartas: O *Plano da Villa de Machico*, de 22 de Agosto de 1799 pelo Major Inácio Joaquim de Castro (papel aguarelado, 1010x760mms, escala aproximada 1/1.700, cota 33-20), (Figs.31, 32 e 112) existente no Centro de Estudos de Cartografia Antiga, Lisboa; a *Planta de Encanamento das ribeiras e ribeiros da Ilha da Madeira* de 1844 de Manuel José Júlio Guerra (contém nota explicativa e caderno de encargos), desenho em papel a tinta-da-china e aguarelado com 842x643mm, cota D53 – 2C BAHOP), (Fig.33) consultada no Arquivo Histórico do Ministério do Equipamento, Lisboa; quatro levantamentos atribuídos ao tenente-coronel de Engenharia António Pedro de Azevedo: a *Planta da Villa de Machico e do Forte de Nossa Senhora do Amparo*, de 1860, (tela aguarelada no verso, com 450x350mm, escala 1/300, cota 5542 1A/12A/16), (Figs.34 e 35), a *Planta da Bahia de Machico e do Forte S. João Baptista* do ano 1860 (Figs. 36 e 37), (tela aguarelada, com 440x350mm, cota 5543 1A/12A/16); o *Reconhecimento Militar da Ilha da Madeira* do ano de 1841 (cota 1344 1A/12A/16), (Fig.38) e a planta da *Baixa da Agraje (Caniçal)* de 1861 (papel J. Whatman aguarelado com 658x31mm, cota 5494 1A/12A/16) existentes no Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar (GAAEM), Lisboa.

41- Foram consultados as seguintes fontes cartográficas: *Carta Militar de Portugal – Machico (Ilha da Madeira)*, escala 1:25000, folhas 6 (1975) e 7 (1974), Serviços Cartográficos do Exército; *Carta da Ilha da Madeira (Este)* escala de 1:50000, Instituto Geográfico e Cadastral, 1994, 3.ª edição; *Carta dos Solos da Ilha da Madeira*, escala 1:50000, 1.ª edição, 1992; *Carta Geológica de Portugal – Ilha da Madeira*, Escala 1:50000, Folha B, Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos; *Levantamento Aerofotogramétrico do Concelho de Machico*, escala 1:2000, Tecafo, cobertura fotográfica de 1980; o *Plano Hidrográfico do Porto de Machico*, escala de 1:5000 (Fig.39), Instituto Hidrográfico de Lisboa, 1974, 2ª edição (do levantamento de 1937); *Planta de Ordenamento do Plano Director Municipal de Machico*, escala 1:10000, Geometral, 2005 (Figs. 5 e 6); *Planta do Plano de Ordenamento Territorial da Região Autónoma da Madeira*, escala 1:50000, Governo Regional da Madeira, Secretaria Regional de Finanças, 1994.

42- À primeira vista e pelo facto das fontes iconográficas balizarem todas elas nos séculos XIX e XX, não se levantou o problema da sua suposta “invenção” (ou seja, as imagens retratadas se basearem mais em modelos convencionais pré-existentes do que propriamente em construções ditas “reais”), visto que muitas delas foram feitas directamente no local, outras a partir de elementos fotográficos. Acresce registar, também pelo seu carácter inédito, a observação de uma gravura de Luís Tomé Teixeira alusiva às “Ruínas da Alfândega de Machico (Madeira)” de 1916 (Fig.189), onde se verifica a fachada do edifício que dá para a Rua da Árvore. Outras gravuras e desenhos foram também publicados em livros e dicionários, como por exemplo no *Ensaio Iconográfico das Cidades Portuguesas do Ultramar*, Vol. I, Lisboa, 1956, de Luís Silveira e no livro *Estampas Antigas da Madeira*, Funchal, 1935, coordenado por João Cabral do Nascimento. Ao presente estudo destacamos as seguintes gravuras: “A Villa de Machico” (Fig.40), publicado no *Archivo Pittoresco*, Vol. IX, 1866, p. 353 com as indicações de D. Lima e Alberto e a “Capella de Machico” (Fig.73) na mesma obra, p. 357, com a indicação de Pedrozo. Das várias estampas publicadas por personalidades inglesas, sublinhamos as da colecção de James Bulwer de 1827 (Fig.63); de Lady Susan H. Vernon Harcourt de 1851 (Fig.41) e de Frank Dillon, em 1856, intitulada “Robert Machim’s Chapel, Machico” (Fig.72).

43- O levantamento foi efectuado no Museu Fotografia Vicentes, no Funchal (que na altura (2003) se encontrava em obras e cuja pesquisa foi naturalmente condicionada), no Arquivo Regional da Madeira (cuja colecção fotográfica dispõe de numerosos registos do património urbano e rural) e no Arquivo da Câmara Municipal de Machico.



[40]



[41]



[42]



[43]



[44]

A fotografia aérea⁴⁴ mostrou-se um recurso fundamental na observação do espaço. Os levantamentos mais antigos, de 1963, possibilitaram a observação de várias ocorrências de interesse para o presente estudo (habitações e estruturas de apoio, ruas, espaços verdes e outros equipamentos, Figs.7 e 220).

Reunida toda esta informação, chegou-se ao ponto de avaliar *in situ* o espaço que serviu de base ao estudo. Fizeram-se várias observações da área urbana de Machico através dos pontos mais elevados, a Este e a Oeste, respectivamente do Pico do Facho e do Miradouro Francisco Álvares de Nóbrega (Fig.43). Registaram-se os trajectos dos principais arruamentos e de outros espaços polarizados pelos principais edifícios. Avaliaram-se, também, os fenómenos de transformação e continuidade do espaço já de si muito cicatrizado pelas exigências da vida humana. Mas foi, claramente, o contexto da estratificação mais superficial do solo arqueológico de Machico que permitiu visualizar esses pequenos fenómenos de transformação e mudança, sobretudo pelo negativo que deixaram no subsolo.

A recolha oral foi efectuada junto da população,⁴⁵ considerando-se uma faixa etária mais elevada. A natureza das informações recolhidas revelaram-se frutíferas, quer no aspecto da localização de imóveis e equipamentos no centro urbano, quer no conhecimento de topónimos, tradições, usos e lendas de identidade local.

O tratamento dos dados arqueológicos foi concretizado em função de uma amostra seleccionada pelo arqueólogo e que corresponde, efectivamente, ao conjunto de evidências estratigraficamente bem individualizadas. Coube, nesta relação, por um lado, a análise e a interpretação das estruturas e da organização dos espaços e, por outro, o estudo e o tratamento do espólio arqueológico (triado por seis grandes grupos: espólio cerâmico, metálico - incluindo o numismático -, vítreo, osteológico, botânico e material diverso).

Neste aspecto colocaram-se vários problemas: a quantidade, a diversidade e o carácter fragmentário da expressiva maioria do material cerâmico. Todos eles, a juntar também o critério pessoal, pesaram significativamente na escolha da amostra material.

44- Foram reproduzidas para leitura (no Centro para a Geodesia e Cartografia do Instituto Geográfico Português) a fiada n.º 102 do rolo 10, na escala aproximada de 1:1250 do ano de 1963 e a fiada n.º T2, rolo n.º 86.19, na escala aproximada de 1: 2500 dos anos oitenta.

45- Registamos as prestativas informações dos senhores Agostinho Cupertino da Câmara e Manuel da Costa Andrade.



[45]



[46]



[47]

Colocou-se o problema da origem e da tecnologia de fabrico dos objectos cerâmicos. O quase total desconhecimento das produções cerâmicas regionais de época moderna, até mesmo para um período de tempo considerável da fase contemporânea, acabou por também não ajudar na resolução da questão. Nesse sentido, e por considerarmos relevante o conhecimento das tipologias e da determinação da proveniência dos fabricos cerâmicos, estabeleceu-se, mediante um protocolo de colaboração com o Departamento Geociências da Universidade de Aveiro, um estudo para a composição química, textural e mineralógica das pastas cerâmicas que constituem os fragmentos de formas de pão de açúcar.⁴⁶

Embora a título de experimentação, optou-se, também, por estabelecer paralelos entre os artefactos identificados nas escavações e as peças representadas na pintura portuguesa existente na Madeira e em Lisboa. No entanto, este estudo (feito através da observação no local e levantamento fotográfico dos painéis) realizou-se, e ainda de forma incipiente, apenas no Museu de Arte Sacra, no Funchal, e no Museu Nacional de Arte Antiga, em Lisboa (Figs. 45 à 47, 265 à 268, 273, 274 e 353). Fica em aberto, para um estudo futuro, um levantamento exaustivo dessas representações com a estrita colaboração de historiadores, historiadores de arte e etnólogos.

Estabeleceram-se paralelamente outros estudos interdisciplinares. Com o objectivo de conhecer e identificar as espécies faunísticas (algumas delas parte integrante da dieta alimentar da comunidade) e os materiais vegetais dos contextos arqueológicos, encetou-se uma estrita colaboração com entidades públicas e particulares. Respectivamente, o estudo das espécies vegetais recolhidas dos estratos mais recuados das escavações foi levado a cabo pelo Jardim Botânico da Madeira⁴⁷ e os restos de fauna (incluindo ossos de peixes, mamíferos, conchas) pelos técnicos da Direcção Regional de Ambiente.

O trabalho arqueológico de campo produziu um conjunto considerável de registos de informação (desenhos de plantas, incluindo as plantas de UE, diagramas e perfis estratigráficos, fotografias e diapositivos, desenhos de estruturas, fichas de UE e notas escritas) que exigiu uma efectiva tarefa de sistematização e de síntese (Figs. 48 e 49). Toda a informação foi correlacionada, estabelecendo-se diagramas de sequência estratigráfica (de perfil unilinear e multilinear), através de uma ordem de deposição dos estratos, formando fases e períodos (compostos por várias UEs associadas entre si). A análise, identificação e datação dos dados arqueológicos fornecem às sequências estratigráficas um valor cronológico, histórico e cultural, no fundo, uma sequência de acontecimentos (estratigráficos) que define a periodização.

O conhecimento adquirido por intermédio das fontes de informação permitiu experimentar modelos de reconstituição cartográfica do espaço e de ambientes urbanos em determinados períodos históricos. Neste âmbito, e tendo por base uma confrontação de vários elementos (cartografia histórica, iconografia, fotografia, fontes documentais e dados arqueológicos), estabeleceu-se um quadro de ocorrências que levou à tentativa de reconstituição aproximada, em mapa, do centro da antiga Vila de Machico no século XVII (Fig.51). Este mapa de reconstituição foi elaborado com o recurso ao software da esri, nomeadamente ao programa arcview, tendo por base a Plano Hidrográfico do Porto de Machico, escala de 1:5000, do ano de 1974 (2ª edição do levantamento de 1937), (Fig.39). É de salientar que esta carta não foi georeferenciada, tendo sido utilizada apenas como base de apoio ao desenho e implantação da simbologia.

[48]



[48]

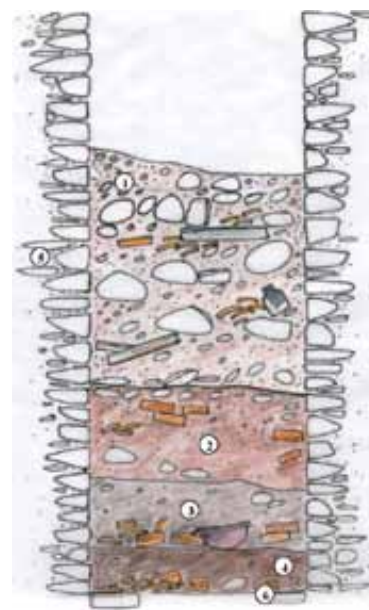


[49]

O mapa foi criado com a utilização de simbologia linear, pontual e poligonal, consoante o mais adequado. As informações utilizadas provêm de fontes cartográficas, bibliográficas, documentais, fotográficas e arqueológicas, sendo que foram implantadas no mapa de reconstituição tendo como referência a carta anteriormente citada. No que concerne à escala, é de salientar que as variáveis representadas por linhas e por polígonos encontram-se a uma escala aproximada, enquanto que a simbologia pontual não implica dimensão, apenas a posição geográfica da ocorrência.

Na fotografia aérea utilizada para a referência dos sítios sujeitos a intervenção arqueológica, bem como para a referência dos sítios passíveis de interesse arqueológico na área urbana de Machico (Figs.7 e 220), procedeu-se à delimitação das ocorrências através de simbologia poligonal.

Numa outra perspectiva, de dimensão ou de realidade virtual, optou-se pela construção de cenários virtuais baseados num sistema de multimédia de animação em 3D (três dimensões)⁴⁸ (Figs.17 à 23). O modelo que foi utilizado, inicialmente, para fins didáctico-pedagógicos, em pouco tempo constituiu um verdadeiro convite à exploração e à construção de ambientes históricos, assente numa metodologia de representação de estruturas arqueológicas e arquitectónicas, algumas das quais já desaparecidas da área urbana de Machico. Constituiu mais um complemento à investigação, sobretudo na excepcional capacidade de transmitir imagens e estruturas actualmente não perceptíveis no espaço. Fez-se reviver personagens e espaços, em momentos diacrónicos e sincrónicos.



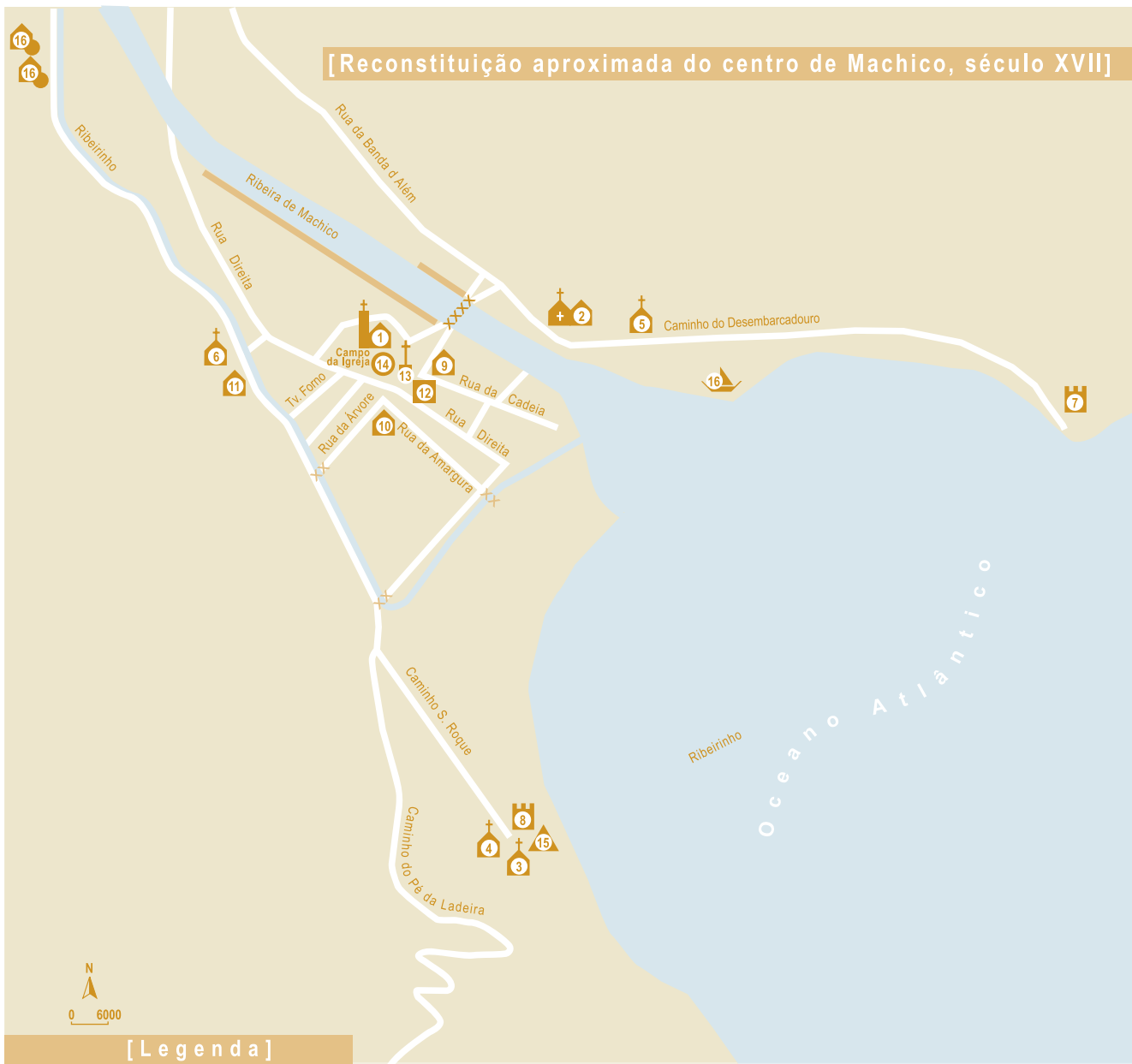
[50]

46- Sobre este assunto, consulte o ponto 4.1.1. "Metodologia e análises arqueométricas".

47- Os trabalhos foram coordenados pelo actual Director do Jardim Botânico, o biólogo Roberto Jardim.

48- Foi seguida uma metodologia de trabalho que se iniciou com a digitalização, vectorização e montagem dos elementos gráficos seleccionados (fotografias, plantas, cortes estratigráficos) seguida da montagem dos vários planos em suporte multimédia (com base no software macromedia freehand, macromedia flash mx, adobe photoshop, adobe premiere e 3d studio Max). O apoio técnico na criação e produção do modelo virtual foi disponibilizado pelo designer Turnino Caires, cujo profissionalismo e criatividade importa registar.

[Reconstituição aproximada do centro de Machico, século XVII]



[Legenda]

- | | | | | | |
|--|---|--|--|--|-----------------------|
| | 1 Igreja de Nossa Senhora da Conceição | | 8 Reduto de São Roque | | 16 Moinhos de Água |
| | 2 Misericórdia, Capela e Hospital | | 9 Câmara Municipal, Cadeia e Torre Relógio | | 17 Construção naval |
| | 3 Capela de São Roque | | 10 Alfândega | | Linhas de Água |
| | 4 Capela de São Sebastião | | 11 Solar do Ribeirinho | | Muralha da Ribeira |
| | 5 Capela de Santo António | | 12 Mercado | | Ponte da Banda d'Além |
| | 6 Capela do Rosário | | 13 Pelourinho | | Outras pontes |
| | 7 Forte do Desembarcadouro ou São João Baptista | | 14 Cisterna | | Arruamentos |
| | | | 15 Fonte de São Roque | | |

Arqueologia da Cidade de Machico.

A Construção do Quotidiano nos Séculos XV, XVI e XVII

Élvio Duarte Martins Sousa

CEAM – Centro de Estudos de Arqueologia Moderna e Contemporânea

Machico, Julho de 2006

ISBN: 972-99741-1-X

Copyright: © Élvio Sousa

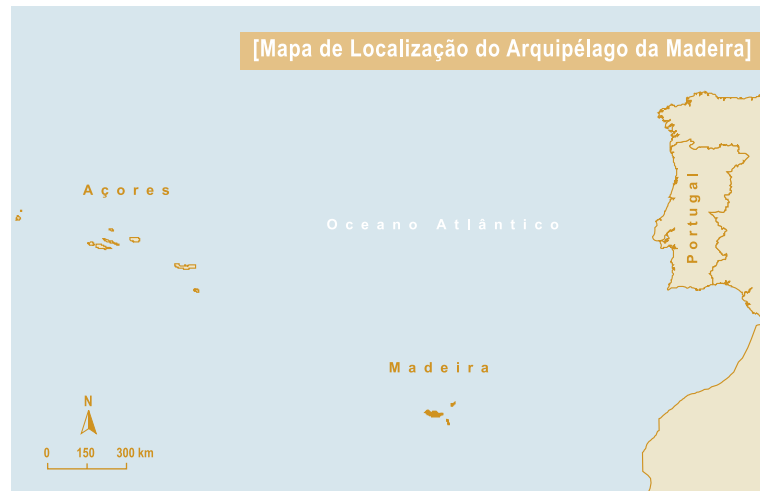
Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro
pode ser reproduzida por processo mecânico, electrónico ou outro,
sem autorização escrita do autor.

[2]

Caracterização geográfica



[52]



[53]

2.1. Localização e caracterização geomorfológica

A actual Cidade de Machico localiza-se na parte oriental da Ilha da Madeira a uma latitude aproximada de $32^{\circ} 42' 11''$ e uma longitude de $16^{\circ} 45' 41''$.⁴⁹ Está situada na encosta Sul, com altitudes inferiores a 10 metros e o seu aglomerado urbano desenvolve-se ao longo do majestoso Vale de Machico, disposto perpendicularmente à costa, acompanhando o corredor da Ribeira de Machico (Figs. 2, 42, 43, 54 à 56).

O Vale de Machico⁵⁰ integra-se no complexo vulcânico de base que aflora a parte central da ilha, representado essencialmente por materiais piroclásticos basálticos (geralmente grosseiras com grandes blocos, bombas, lapili e cinzas), (CARVALHO; BRANDÃO, 1991:24). O vale e seus afluentes ocupam um grupo considerável de afloramentos vulcânicos mio-pliocénicos, observando-se entre a Ponta de S. Lourenço, Caniçal e Machico materiais piroclásticos avermelhados, amarelados e acinzentados (AAVV, 1975:26).

Do ponto de vista geomorfológico o Vale de Machico é o único relativamente alargado da ilha,⁵¹ apresentando uma configuração em forma de “U”, ou seja, um vale aberto (Figs. 31,32,54 e 58.). Estende-se na direcção de NW-SE e desemboca na enseada que acolheu a povoação de Machico, ladeado, a Leste, pelo Pico do Facho e, a Oeste, pelo maciço rochoso da Queimada.⁵² Podemos observar na parte Este, e em direcção a Norte, uma sucessão de quatro elevações topográficas, algumas delas só dadas a conhecer pela tradição oral local. Além do já referido Pico do Facho, se olharmos para nordeste, registamos na paisagem os picos de Nossa Senhora, Castanho e da Coroa (Fig. 56).

O vale é constituído, quase na sua totalidade, por formações geológicas consolidadas, de permeabilidade reduzida, predominando o grupo “Vertisols”,⁵³ com elevado potencial de escoamento superficial. São solos fortemente agregados (com agregação anisoforme de muito fina a grosseira à superfície), de compacidade grande e consistência dura. Apresentam,



[54]

[52]

geralmente, cor pardacenta no estado húmido e superfície um tanto ao quanto fendilhada nos períodos secos (AAVV, 1992:71). A camada subjacente mostra, com frequência, um nível de material basáltico grosseiro (blocos, calhaus e pedras). Estes solos incluídos em D não são normalmente susceptíveis de utilização agrícola durante muitos anos, embora o possam ser por períodos curtos. No entanto, são solos com considerável apetência para pastagens, exploração de matos e uso florestal.

Junto às margens da Ribeira de Machico é possível observar um outro grupo de solos pouco representativos no contexto geral da ilha: os “Fluvisols”.⁵⁴ Caracterizam-se por depósitos não consolidados, de permeabilidade elevada, sobretudo de origem aluvional, localizados fundamentalmente perto das margens das linhas de água. São formações geológicas constituídas essencialmente por materiais terrosos e fragmentos rochosos de dimensão variada, que, ao facilitarem a infiltração de água, fazem diminuir o escoamento superficial directo e elevar a quantidade de reserva de água subterrânea. São solos susceptíveis de utilização agrícola com elevada capacidade produtiva.

A Baía de Machico é uma reentrância marítima que se destaca pela sua beleza, na costa meridional madeirense. A sua configuração, em “forma de ferradura” (PEREIRA, 1989:158) ou, como curiosamente comparada, em forma “de boca de caranguejo”⁵⁵ (Figs. 31,32 e 58), (NORONHA, 1996:201), permite a acostagem e o abrigo de embarcações.⁵⁶ Certamente que perigava a baía os quase submersos baixios ou restingas, denominados de baixas da Cruz, do Arroz, de Terra do Meio e de Fora (SILVA, 1934:192).

As arribas do litoral machiquense apresentam, na sua parte superior, escórias acastanhadas, alternando com bancadas delgadas de lavas basálticas cinzentas (AAVV, 1975:24).



[55]



[56]



[57]

49- Coordenadas geográficas recolhidas da *Carta Militar de Portugal - Machico (Ilha da Madeira)*, na escala de 1: 25000, folhas 6 (1975) e 7 (1974), Serviços Cartográficos do Exército.

50- O padre Fernando Augusto da Silva registou a sua “surpreendente beleza”, considerando-o “um dos mais encantadores pontos de vista da Madeira”, com um comprimento de cinco quilómetros e aproximadamente três da largura (SILVA, 1934:198).

51- Orlando Ribeiro, no seu trabalho alusivo à Madeira, descreveu-o assim: “O Vale de Machico, o único um pouco largo que se encontra na Madeira, tem outro significado. Separa focos de erupção diferentes e corresponde pelo menos na sua origem, a uma depressão que teria orientado a erosão. Algumas espécies de rechãs, que se observam dos dois lados do vale, poderiam representar esta depressão. A ribeira encaixou-se aí.” (RIBEIRO, 1985:23). Mais recentemente, Galopim de Carvalho e José Brandão consideraram que o vale deve a sua característica “larga” pelo facto “de estar encaixado, em toda a sua extensão, em material piroclástico do complexo de base e, também à circunstância de se encontrar numa região consideravelmente mais baixa (...)” (CARVALHO; BRANDÃO, 1991:57).

52- A SW da Baía de Machico fica a Ponta da Queimada com uma altitude aproximada de 130 metros.

53- Classificação atribuída pelo estudo da Carta dos Solos da Ilha da Madeira (AAVV, 1992:19-20), mediante as directivas definidas pela FAO/UNESCO para o “Soil Map of the World”. Os autores consideram o grupo “Vertisols” como detentor de alta fertilidade natural, pese embora a sua susceptibilidade à erosão: “tornam a sua utilização difícil” (AAVV, 1992:72). Outra linha de classificação, e com base nos tipos hidrológicos correspondentes à classificação do *Soil Conservation Service*, poderão ser interpretados como solos tipo D, de elevado potencial de escoamento superficial e níveis de intensidade de infiltração muito baixos. (LENCASTRE; FRANCO, 1984:294-295).

54- Geralmente são solos de tipo A, de baixo potencial de escoamento superficial e de elevada transmissividade (LENCASTRE; FRANCO, 1984:294-295).

55- O académico provincial Henrique Henriques de Noronha, em 1722, descreve a Baía de Machico como “hua ensiada de trezentos passos pello mar dentro, entre duas pontas de terra, em forma de boca de caranguejo com duzentos e sincoenta de largura...” (NORONHA, 1996:201).

56- Numa carta de 1582, sobre as defesas de Santa Cruz e Machico, António da Gama refere que na “vila de Machiquo estam duas Rochas que saen ao mar. E fazem huma baía que he capaz de xx (20) ou xxx (30) velas. E tem facil desembarçacam, aqual se podem impidir com muita facilidade se da parte esquerda da entrada que tem, que seraa somente de hum tiro de arcabus (...)” (CARITA, Vol. III, 1993:139). Por outro lado, Henrique Henriques de Noronha (NORONHA, 1996:201), reforçou esse aspecto da capacidade de acostagem das embarcações, salientando que no porto de Machico “podem ancorar 20 navios em doze braças de fundo limpo, que pella altura da serra se faz muito abrigado dos ventos, menos do les sueste eu lhe he fronteiro (...)”.



[58]



[59]



[60]



[61]

2.1.1. A rede hidrográfica: a primazia da Ribeira de Machico

A Bacia Hidrográfica de Machico ocupa uma área de 24 Km², sendo, portanto, uma das maiores da Ilha da Madeira. A rede de drenagem é média, com 315 cursos de água, o que corresponde a uma densidade hidrográfica de 13 cursos de água por Km² (CARVALHO, 2001:32-38). O curso de água principal corresponde à Ribeira de Machico com um comprimento total de 11.375Km (Fig. 59). A ribeira tem a sua nascente no cabeço dos Lamaceiros, na fonte do Pico da Suna⁵⁷ e na Portela do Porto da Cruz.⁵⁸

Se percorrermos com atenção a Carta Militar de Portugal, respectivamente as folhas 6 e 7 de Machico, individualizamos os seus principais afluentes: a montante, a Ribeira do Passa-Remos, na margem Oeste, as ribeiras da Ermida e de Alfurada (provavelmente uma corruptela de *Arcaforada*⁵⁹ ou *Alcanforada*)⁶⁰ e na margem Este, as ribeiras dos Churriais, da Ponte, das Cales, Grande, da Nóia e da Ribeira Seca.

A Ribeira de Machico apresenta um regime permanente ao longo de todo o ano, embora se observe um caudal mais reduzido durante a estação seca.⁶¹ A ribeira descreve a montante um perfil côncavo, dos 1030m até aproximadamente os 850m, para depois desenhar um perfil praticamente rectilíneo até à desembocadura. No sector do curso de água compreendido entre os 410m e os 310m, observamos uma ruptura de declive (com um desnível de 100m). Da sua cabeceira até a referida ruptura de declive, o curso de água tem uma maior inclinação, diminuindo progressivamente em direcção a jusante.

Mesmo nos dias de hoje, não é difícil entender a importância que a Ribeira de Machico desempenhou no contexto social e económico do povoamento da localidade de Machico. Uma vez amada, outras vezes temida, em grande parte pela perigosidade das suas intempestivas enchentes e aluviões⁶² que frequentemente marcaram a vida da população.

Desde muito cedo se teceram elogios à beleza paisagística, fresca e qualidade das suas águas. O Cônego da Sé do Funchal, Jerónimo Dias Leite descreveu-a, na segunda metade do século XVI (1579),⁶³ como *“hua das mais fermosas, e alegres obras da Natureza, pella frescura da Ribeira, e remanço que faz ho mar, quazi como rio, pella terra entrando, donde podem seguramente ancorar grossas, e poderosas Naaos.”* (LEITE, 1947:18). Serviu, inclusive, de termo de comparação

[54]



[62]



[63]

com as ribeiras do Funchal, como registou Dias Leite: “*Sahia deste deleitoso valle aho mar tres caudelosas e frescas Ribeiras, ainda que não tam soberbas na apparencia como ha de Machiquo, (...)*” (LEITE, 1947: 12).

Certamente que a Ribeira de Machico foi utilizada desde os primeiros tempos do povoamento do território como fonte de abastecimento directo às necessidades da vivência quotidiana. A água garantia, de facto, a vida no espaço. Garantia o consumo, a alimentação e a limpeza. Era também canalizada provavelmente através de uma ajustada rede de levadas⁶⁴ e aquedutos para a rega das culturas e para fazer mover as pequenas unidades de transformação, estrategicamente situadas: engenhos de açúcar, moinhos e serras de água.

Atravessava a Vila de Machico um pequeno curso de água paralelo à Ribeira, o Ribeirinho que, como podemos constatar pela observação do *Plano da Vila de Machico* de 1799, nascia no Sítio da Serra de Água, junto aos moinhos da vila, e vinha desaguar junto à foz da Ribeira de Machico, por detrás do Forte de Nossa Senhora do Amparo. As suas águas terão sido aproveitadas para o abastecimento e regadio de culturas.

57- Cfr. “Annaes do Municipio da Antiga Villa de Machico”, *Flor do Oceano*, n.º 263.

58- Algumas informações dispersas sobre as características da Ribeira de Machico poderão ser consultadas em vários estudos: Alberto Artur Sarmento, “Machico”, *Freguesias da Madeira*, p.100; Fernando Augusto da Silva e Carlos Azevedo Menezes, “Ribeiras”, *Elucidário Madeirense*, Vol.III, pp.206-207; Américo Costa, *Dicionário Chorográfico de Portugal Continental e Insular*, Vol. II, pp.871-874 e Fernando Augusto da Silva, “Machico”, *Dicionário Corográfico do Arquipélago da Madeira*, p. 198.

59- Cfr. “Annaes do Municipio da Antiga Villa de Machico”, *ob.cit.*, n.º 263.

60- Cfr. *Elucidário Madeirense*, Vol.III, *ob. cit.*, p.206.

61- Durante o período de Verão, o leito da ribeira apresenta geralmente detritos grosseiros e grandes blocos volumosos que se imobilizaram a meio do transporte por perda de competência das águas. O cenário é por natureza muito sugestivo da capacidade de transporte deste curso de água e das torrentes aluvionais (Figs. 61 e 62).

62- Em 2003 a Câmara Municipal de Machico iniciou a edição da colecção “patrimónios”, reservando o primeiro número ao bicentenário da grande aluvião de 9 de Outubro de 1803 (AAVV, 2003).

63- Supõe-se que foi a pedido do cronista açoriano Gaspar Frutuoso que o clérigo Jerónimo Dias Leite redige a *Historia do Descobrimto da Ilha da Madeira e Discurso da Vida, e feitos dos Capitães da dita ilha*. Com efeito, terá sido com base nessa documentação que Frutuoso redigiu o *Livro Segundo das Saudades da Terra*. Cfr. as notas de João Franco Machado, pp. LXXIX – XCIV (LEITE, 1947).

64- Pequenos canais estreitos, normalmente situados a céu aberto, construídos em alvenaria ou escavados directamente na rocha. São geralmente acompanhados de uma estreita plataforma de vereda ou caminho.



[64]

2.2. O coberto vegetal

*“É tal seu arvoredado, e tão crescido
Que a dizer dele hoje me acomodo,
Não ter igual porque é já sabido
Que de um cedro se fez um templo todo
Em seu tronco, Machim desfalecido
Chorava por Arfet, e de tal modo
Que este caso tão grande nos propunha
No cedro, como eterna testemunha”*

Manuel de Sousa Moreira⁶⁵

O denso arvoredado que caracterizou a ilha – amplamente descrita pelos primeiros cronistas - foi certamente decisivo para o baptismo do nome “Madeira”. Curiosamente, a descrição que Dias Leite fez sobre a tentativa do desembarque na praia de Machico mostra, apesar da forma exagerada, a braveza da vegetação e a impenetrabilidade do local: *“Tanto que amanheceo aho outro dia mandou ho Capitão Batel ha terra de que deo cargo a Rui paes, que fosse ver a desposição e sitio della, e lhe trouxesse recado do que achasse, ho qual hindo não pode desembarcar na praia por causa do arvoredado, que chagava aho mar, e paaos que elle e ha Ribeira alii tinham juntos”* (LEITE, 1947:9).

A vegetação (madeira, lenha, mato) foi, sem dúvida, um recurso fundamental às necessidades prioritárias de subsistência do povoado. Além da sua utilização para a cozinha, aquecimento e actividades económicas (panificação, forjas, engenhos de açúcar, agricultura), foi amplamente

[56]



[65]

utilizada para a construção.⁶⁶ A prática da agricultura motivou um maior desbaste do coberto vegetal e um conseqüente esgotamento do solo, desde a fase inicial do cultivo de cereais.⁶⁷

A crescente necessidade de terrenos abertos para a prática do cultivo de cereais e de cana-de-açúcar, acompanhado de frequentes queimadas,⁶⁸ provocou uma crescente desflorestação da ilha. Tal facto levou ao estabelecimento de um quadro normativo próprio (ordenações, regimentos e posturas) por parte dos sucessivos monarcas⁶⁹ e representantes municipais. O infante D. Fernando, em 1466, procurou tomar diligências no sentido de impedir o desbravamento de terras de sesmaria por acção do fogo.⁷⁰ Por seu lado, o Rei D. Manuel I,

65- Poeta, natural do Magadouro (1648-1722) que elaborou uma descrição poética da Ilha da Madeira, parte integrante dos *Ecoss da Musa Transmontana*. O conjunto dos poemas foi publicado por Nelson Veríssimo, na revista *Isleña* n.º 20 (VERÍSSIMO, 1997:157-180).

66- Gomes Eanes de Zurara, na *Crónica de Guiné*, salientou a grande abundância de madeiras das ilhas, referindo-se à influência que estas desempenharam na edificação de casas no "Reino" (ZURARA, 1973: 18-30). Por outro lado, Jerónimo Dias Leite, ao descrever a "Relação dos Capitães, Filhos, e netos da Jurisdição de Machiquo" referiu-se ao "muito arvoredo donde se faz muita madeira, grossos exos, grandes madres, e muita lenha vem pera hos ingenhos, casas, e provimento de toda a jurisdição (...)." (LEITE, 1947:101). Note-se ainda que a exportação de madeira foi prática no decorrer do século XV quer para o Reino, quer para o estrangeiro (PAVIOT, 1995:363-364).

67- Em meados do século XV, Cadamosto dava conta do esgotamento dos solos, em grande parte devido ao intenso cultivo de cereais: "As suas terras costumavam dar, a princípio, sessenta por um, o que presentemente está reduzido a trinta e quarenta, porque se vão deteriorando dia a dia." (CADAMOSTO, 1981:36-37). Na segunda metade do século XVII (1689), John Ovington deu conta dessa situação de saturação das terras: "A fertilidade da ilha decaiu muito rapidamente ao período das primeiras culturas. A cultura sem descanso dos terrenos tornou-os fracos em muitos lugares e de tal modo que os abandonam periodicamente, tendo de ficar de poiso três ou quatro anos. Depois desse tempo, se não crescer nenhuma giesta como sinal de fertilidade futura, abandonam-nos, como estéreis." (OVINGTON, 1981:201).

68- O "Regimento del Rey nosso Senhor açerqua do cortar da madeyra e lenha e outras cousas" de 5 de Março de 1515 advertia para o uso do fogo no desbravamento das terras: "Quallquer que ouuer desmontar alguma terra sera avjsado de aproveitar toda a lenha que tirar sem lhe poer fogo so pna de quem o comtrayro fizer pagar vymte cruzados" (Registo Geral da Câmara do Funchal, Tombo I, in *Arquivo Histórico da Madeira (AHM)*, Vol. XVIII, doc. 371, 1974, p.564).

69- Consulte as medidas impostas pelos governantes no ordenamento vegetal da ilha: os apontamentos do Infante D. Fernando, donatário do Arquipélago da Madeira, Beja, 7 de Novembro de 1466 (AHM, Vol. XV, doc. 13, p.38,1972); os regimentos das madeiras de 1515, D. Manuel, (AHM, Vol. XVIII, doc. 371, pp. 561- 566, 1974,) e de 27 de Agosto de 1562 (AZEVEDO, 1873: 463-471).

70- Cfr. AHM, Vol. XV, doc.13, 1972, p.38: "Dizeelhes que amjm praz de se nom poerem fogos nas Ditas terras que forem Dadas de sasmaria E por este mamdo atodos aquelles cujas as Ditas terra Sam que com machados E por quallqueer outra maneyra que poderem as alimpem E nam com fogo".

tendo conhecimento da devastação da ilha, procurou incentivar a plantação de castanheiros e pinheiros.⁷¹

Os chamados regimentos das madeiras (de 1515 e de 1562) atribuíam ao poder municipal responsabilidades acrescidas, na preservação e fiscalização da área florestal. Como atesta o corpo normativo de 1515, do Rei D. Manuel I, a atribuição de licenças estava dependente da prévia autorização dos representantes concelhios:⁷² *“Em toda a dita ilha nam cortem nejhua madeyra nem lenha pera seus açuquares e fazenda nem pera outra cousa sem primeyro pedirem liçemça a hos Juyzes e vereadores e procurador da cidade ou villa em cujo termo a qujser cortar hos quaes ofiçiaaes mamdamos que olhem muyto bem e com muyto cuydado.”*⁷³

A cobertura vegetal de Machico foi profundamente transformada pela intervenção do Homem. As frequentes esmoutadas⁷⁴ provocaram uma crescente diminuição dos recursos florestais, levantando sérias dificuldades à população. A falta de madeiras e lenhas, a conseqüente falta de água e a cedência de solos que entulhavam frequentemente as ribeiras do concelho, levou à elaboração de posturas municipais, no sentido de proibir a devastação das serras do concelho. Com efeito, uma postura de 22 de Outubro de 1673,⁷⁵ fruto de uma reunião dos homens-bons, povo e representantes concelhios determinou *“que mais se não esmoutasse terras novas nem arvoredos grossos”* (VERÍSSIMO, 2001:72 e Annaes do Municipio da Antiga Villa de Machico, 1865-1866: n.º 261). Uma outra, de 6 de Maio de 1688, proibia o corte de madeiras nos cabeços das serras que rodeavam a vila (Pico do Guerreiro e Pico Castanho).⁷⁶

Uma postura da Câmara Municipal de Machico (1627), embora anterior a esta, procurou, entretanto, promover o plantio de árvores de fruto (castanheiros ou nogueiras): *“que toda a pessoa que tiver fazendas sua ou foro será obrigada a plantar cada um ano ao menos 2 duzias de castanheiros ou nogueiras e será obrigado a certificar e mostrar como as plantou com pena de dois mil reis e segunda, dobrado”* (ALMADA, 1952b:53).

A edilidade, não obstante a denunciada negligência dos oficiais municipais que não actuavam os prevaricadores do Regimento das madeiras, procurou resolver os problemas que afectavam um dos seus mais importantes recursos naturais, numa altura em que a produção de açúcar estava quase praticamente irradiada dos campos.

Actualmente, o manto vegetal indígena de Machico reduz-se praticamente à zona das Funduras (Fig. 65),⁷⁷ que provavelmente chegou até nós, como atesta uma postura municipal de 1673, pelo facto de ser um local quase inacessível.⁷⁸

Os Anais de Machico referenciam as Funduras como a *“serra principal,”* representativa de espécies vegetais tais como vinháticos, loureiros, urzes, adernos, folhados, faias, azevinhos, sanguinhos, pau-branco, cerejeiras e nogueiras.⁷⁹



[66]

2.3. O ordenamento do espaço

“É necessário conceber essas aglomerações com ruas ladeadas de casas, praças e jardins públicos, como cidades em miniatura, não ultrapassando algumas centenas de habitantes. As mais interessantes neste aspecto são Machico, primeira capital da ilha (...)”

Orlando Ribeiro ⁸⁰

71- Cfr. AHM, Vol. XVIII, doc.371, ob. cit., p. 564: *“por que somos emformados que na dita ylha há muita terra em que se bem poderam criar castanheyros e pinheyros mamdamos a vos ditos Juyzes que coastramgaes aos ereos das ditas terras que Seme nellas aquellas castanhas ou pinhas (...)”*.

72- A acta da vereação da Câmara Municipal de Machico de 22 de Outubro de 1673 (ARM, CMM, L.º 104, fls 93-94) expressa a obrigatoriedade da concessão de licença camarária para cortar lenhas e madeiras (VERÍSSIMO, 2001:62).

73- Registo Geral da Câmara Municipal do Funchal, Tombo I, in AHM, Vol. XVII, ob. cit., p. 662.

74- No sentido que lhe deu o historiador Nelson Veríssimo: *“desbravar para fins agrícolas, terras incultas, cobertas de matagais, árvores ou arbustos”* (VERÍSSIMO, 2001:61).

75- A regulamentação de 1673 referia que parte do Concelho de Machico se encontrava irremediavelmente esmoutado, apontando-se os lugares do *“Loural”, “Feiteiras”, “toda a Ribeira Sequa”, “Piares”, “Lonbo Sequo Silvedo”, “Ribeira Mestre João”, “Lonbo do Gallo”, “Piquo das Agoas”, “quasi todas as Funduras”, “Madeira da Igreja”, “Portella”, “Margasal”, “Ribeiro dos covoeiros”, “Encomiada”, “Lonbo das Faias”, “terras da Alcoforada”, “Ermidas” e “as da serra dagoa da Ribeira de Machiquo”* (VERÍSSIMO, 2001:70-71).

76- *“(…) muitas pessoas vam cortando para fazerem lenhas e as vam deitando da encomiada para as partes do norte e da banda do piquo castanho e lavam a carregar ao porto do Canisal e que he muito em prejuizo da conservassão das fontes das agoas e abrir a porta aos ventos (...)”*, (GOMES, 2002:193-194).

77- Actualmente ocupa uma área total de 570 hectares cartográficos, representativa em duas parcelas distintas; uma mais a Norte com predominância das arribas sobre o mar e a outra mais a Sul, descaindo em direcção à vertente esquerda da Ribeira de Machico (AAVV, 1996:163-166).

78- *“(…) nas Funduras e essa que se não pode aproveitar pellos caminhos e tiradas serem deficultozos.”* (VERÍSSIMO, 2001:71). Paulo Dias de Almeida, que descreveu a Ilha da Madeira em 1803, referindo-se à povoação de Machico, relatou a particularidade vegetal das Funduras: *“As serras desta vila estão descobertas, só se conservando os arvoredos das Funduras. Porém isto deve-se a Manuel Telo Cabral, cujo entusiasmo pela cultura o obrigou a comprar aquele sitio, para assim escapar aos carvoeiros que destroiem as matas com os fogos.”* (ALMEIDA, 1982:75).

79- Cfr. *“Annaes do Municipio da Antiga Villa de Machico”, ob. cit., n.º 262; João Cabral do Nascimento, “Corografia Insulana” in Os pedreiros-livres na Inquisição e Corografia Insulana, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1949, p.79 e Freguesias de Madeira, ob. cit., pp. 98-99.*

80- Cfr. *A Ilha da Madeira até meados do século XX. Estudo geográfico*, 1.ª edição, Lisboa, Ministério da Educação, 1985, p.121.

[59]



[67]



[68]



[69]

Como observou Orlando Ribeiro, nos anos quarenta do século XX, a Vila de Machico apresentava-se como uma espécie de “*cidade em miniatura*”, com ruas ladeadas de casas, praças e jardins. Na verdade, a imagem que hoje colhemos do centro da cidade parece não se distanciar da observação do geógrafo. O sentido paisagístico que a localidade revela faz despertar o casario intercalado pelos quintais, jardins e hortas quase sempre unifamiliares (Figs. 4, 67 à 70).

A Cidade de Machico permite ainda hoje a possibilidade de ensaiar uma leitura diacrónica do espaço urbano. A observação atenta do aglomerado revela interessantes dados do impacte antrópico e construtivo, colhendo-se uma visão aproximada das suas características morfológicas (o local primitivo de implantação, a rede hidrográfica, a exposição da vertente, as vias de comunicação, o desenho da malha, o traçado das ruas, a edificação dos principais imóveis civis, militares e religiosos). A cidade e o seu território, tal como uma estratificação arqueológica, aparece-nos como um palimpsesto onde sucessivamente se foram registando fenómenos de permanência e continuidade que hoje podemos ler, registar e interpretar.

A localização dos principais edifícios institucionais - capela, igreja, misericórdia, hospital, casa da câmara, alfândega, entre outros - fornece elementos para o conhecimento da estruturação global deste conjunto urbano, assente numa tradição de continuidade de ocupação do espaço em função do conhecimento assimilado, do uso dos edifícios e das características topográficas do terreno.

A falta de estudos de investigação sobre a organização do espaço da antiga vila,⁸¹ assente numa cuidada leitura das realidades materiais, mas também das fontes escritas (com o levantamento de topónimos, hidrónimos e todo um conjunto de elementos que nos ajudam a compôr o espaço), dificulta, presentemente, uma exposição mais rigorosa do ordenamento do território, sobretudo para um período mais recuado. Note-se que, embora o interessante estudo de Fátima Freitas Gomes (GOMES, 2002) incida cronologicamente sobre os últimos vinte anos do século XVII (até cerca de 1750) – fornecendo novas abordagens da realidade social e das estruturas do quotidiano que poderão ser reportáveis para épocas anteriores -, escasseiam, em geral, estudos de maior pormenor e alcance sobre a temática acima referida.

Por outro lado, o conhecimento ainda superficial que temos da realidade material que permanece soterrada (pois dispomos apenas dos resultados de quatro sítios escavados e de outros parcialmente acompanhados) impede-nos, naturalmente, de ter uma visão mais sustentada das estruturas que compõem o espaço. De todo o modo, essas evidências arqueológicas, enriquecidas com outros elementos que chegaram até nós, têm disponibilizado um conjunto de dados de inegável interesse para o conhecimento do sistema organizacional do espaço (habitação e áreas verdes, rede viária, sistemas de canalização e abastecimento de água).



[70]

[60]



[71]

2.3.1. A implantação do povoado

A proximidade da ribeira, a baía aprazível e abrigada dos ventos e o extenso vale que se desenvolvia para Norte, são factores que terão pesado na eleição do local de implantação do povoamento de Machico. A escolha da “*posição*”⁸² e do “*sítio*”⁸³ não deixou de ser uma combinação feliz, bem ao gosto da tradição de ocupação do espaço no século XV: implantação junto ao litoral de preferência acolhendo uma enseada soalheira que permitisse uma fácil acostagem das embarcações, a existência de cursos de água (na tentativa de obter o precioso recurso para o abastecimento, produção e força hidráulica), a composição do terreno, os recursos vegetais existentes e a facilidade de comunicações, terrestres e marítimas.

81- O recente estudo de Fátima Freitas Gomes, intitulado *Machico - A Vila e o Termo: Formas de Exercício do Poder Municipal (Fins do século XVII a 1750)*, *ob.cit.*, dá-nos, efectivamente, importantes indicadores da organização espacial da vila e do seu termo (o estudo apresenta-nos um inventário dos principais sítios e artérias da povoação e da ligação do espaço com o “*Campo da Igreja*” e com a ribeira). Para a problemática do século XVII foi proveitoso a leitura de dois trabalhos dos historiadores Nelson Veríssimo, “*Poder municipal e vida quotidiana: Machico no século XVII*”, *ob. cit.*, e Luís de Sousa Melo, *Gentes e Lugares de Machico nos Séculos XVI e XVII*, Machico, 1983. Outros estudos parcelares fornecem elementos de interesse para o conhecimento das características do aglomerado, entre eles: “*A Villa de Machico e a Capella de Machim*”, *Archivo Pittoresco*, Vol. IX, p. 353, 1866, de Álvaro Rodrigues de Azevedo; “*Annaes do Municipio da Antiga Villa de Machico*” *ob. cit.*; *Portugal. Dicionario Histórico, Chorographico...*, Vol.IV, pp. 665-666, 1909, de Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues; Alberto Artur Sarmento, *Freguesias da Madeira*, *ob. cit.*; Fernando Augusto da Silva, *Dicionário Corográfico do Arquipélago da Madeira*, pp. 192-198; Américo Costa, *Dicionário Chorográfico de Portugal Continental e Insular*, *ob.cit.*, pp. 871-875; José António de Almada, “*Apontamentos para a Descrição Histórica, Topográfica e Económica do Concelho de Machico*”, *Das Artes e da História da Madeira*, Vol. III, n.º 13 e 17, *ob. cit.*, pp.35-37 e 53-56.

82- Tendo por base um estudo de R. Blanchard, *Une Méthode de Géographie Urbaine. La Vie Urbaine*, Paris, 1922, Susane Daveau estabeleceu dois aspectos complementares relacionados com a implantação espacial das obras humanas; o “*sítio*” e a “*posição*” (DAVEAU, 1981:47). Mais recentemente e no seguimento dessa linha de pensamento Teresa Barata Salgueiro definiu a “*posição da cidade*” como “*a função original que determina a instalação do povoamento ou proporcionou o seu desenvolvimento*” (SALGUEIRO, 1992:9).

83- O “*sítio*”, por sua vez, tem a ver com as “*características morfotopográficas do local exacto onde a cidade se instala. (...) deve responder a condições muito concretas que permitam a vida do aglomerado populacional (...)*” (SALGUEIRO, 1992:9).



[72]



[73]

O texto de Jerónimo Dias Leite, *Descobrimento da Ilha da Madeira e Discurso da Vida e Feitos dos Capitães da dita Ilha*, retrata o reconhecimento do terreno e descreve os pormenores da sacralização do espaço. O enviado a terra “*Ruis paes*” tratou de “*uer a desposição e sitio della*”.⁸⁴ De seguida, “*pellos padres mandou benzer agoa que andarão espargindo pelo aar, e pella terra, como quem desfazia encantamento, ou tomaua posse em nome de Deos (...)*”.⁸⁵

Inicialmente o povoado ter-se-á fixado junto à foz, acompanhando o percurso natural da Ribeira, estendendo-se ao longo da baía, ramificando-se para Este e Oeste. Desde logo e conforme nos relata Dias Leite, os navegadores portugueses, João Gonçalves e Tristão providenciaram a construção de um edifício religioso a que chamaram “*Igreia da invocação de Christo*”.⁸⁶ Acrescenta, ainda que:

“*(...) foi traçada a Igreja de maneira que ficou ha Capella sobre has sepulturas. [de Machim de Ana D’ Arfet]*⁸⁷ *E porque neste lugar ha primeira missa que se disse foi da uisitação de sancta Ilisabet, ficou esta casa da confraria da misericordia donde hoje em dia fazem ha festa por tal dia ho Prouedor e Irmãos desta Confraria em Machiquo. E foi esta ha primeira Igreja que se fez nesta Ilha da Madeira, e chamou se de Christo porque ha Ilha era do mestrado de Christo*”.⁸⁸

O registo do cronista fornece-nos interessantes indicações da natureza dos edifícios (capela e misericórdia), construídos numa fase inicial de implantação do assentamento (primeira metade do século XV), acrescentando-se o facto de indirectamente precisar a localização espacial, tendo presente a relativa durabilidade das construções, ainda hoje visíveis no espaço. Se considerarmos esta indicação das fontes escritas, a estruturação do conjunto edificado terá ocorrido na parte Leste, na margem esquerda da ribeira, à volta do primitivo templo religioso, no sítio a que se chamou Banda D’ Além de Santo António,⁸⁹ ainda na primeira metade do século XV. O traçado do arruamento terá beneficiado em certa medida da função dos espaços construídos e, naturalmente, das condições topográficas do terreno, obrigando à estruturação da primeira rua e das primeiras casas, dos dois lados da margem do curso de água.

Não se exclui, assim, a hipótese da génese do povoamento de Machico ter ocorrido na parte Leste do vale, nas proximidades da actual Ribeira de Machico que ameaçava pontualmente, pela fúria das suas águas, a tranquilidade da organização social daquela comunidade. Não é, portanto, por acaso que o Sítio da Banda d’ Além é frequentemente referenciado como o “bairro” mais antigo (AZEVEDO, 1866: 353). No entanto, é de admitir que a vila terá se desenvolvido a partir de dois núcleos distintos e separados pela ribeira, cada um deles polarizado por uma edificação de cariz religiosa: a nascente a Banda d’ Além, onde se localizava a Capela de Cristo (actualmente Capela de Nosso Senhor dos Milagres, Figs. 72, 73 e 79) e a misericórdia e, a poente, o aglomerado que constitui a vila propriamente dita, com a igreja matriz, a alfândega, a câmara municipal, a cadeia, o poço e o pelourinho. O espaço da vila compreendia assim os “bairros” da Vila e da Banda d’ Além (Figs. 40 e 64).

Esta bipolarização da génese urbana que parece ter caracterizado o crescimento linear da vila é visível na cartografia antiga, nomeadamente, no *Plano da Vila de Machico* de Inácio Joaquim de Castro de 1799 (Figs. 31 e 32) e na *planta da Villa de Machico e do Forte de Nossa Senhora do Amparo* de António Pedro Azevedo, do ano de 1860 (Figs. 34 e 35). A observação de uma gravura alusiva à Vila de Machico, da segunda metade do século XIX,⁹⁰ dá-nos também uma imagem muito sugestiva dos dois bairros separados pela ribeira (Fig. 40).

[62]



[74]



[75]

Efectivamente, compreende-se pela leitura das fontes de informação disponíveis (documentação, iconografia, cartografia, observação local) uma opção de instalar a sede da vila na parte Oeste, visivelmente mais plana e aberta, com a construção da igreja matriz (finais do século XV e de invocação a Nossa Senhora da Conceição, Figs. 4, 74 à 76), das “casas da câmara”⁹¹ (Fig. 77), do pelourinho, do poço e da alfândega. Este núcleo, que constituía o “bairro da vila”, reforçava a sua natureza religiosa, administrativa e comercial.

84- Jerónimo Dias Leite, *ob. cit.*, p.9.

85- *Ibidem*, *ob. cit.*, p.10. Refere, ainda, o cónego da Sé do Funchal que “Acabada a missa ho Capitão mandou entrar gente per entre ho aruoredado, e pella Ribeira acima haver se ha terra criaua alguus animaes ferozes, ou bichos peçonhentos: ho que elles fizerão, e andarão bom espaço pella terra dentro e correrão ha Ribeira que fresca e espaçosa era sem acharem cousa uiua senão Aues de diuersas maneiras que tomauão has mãos porque não erão customadas ha uer gente nem a conuersarão no mundo. Ho que tudo feito ho Capitão se recolheo aho batel com a gente, e mandou meter dentro lenha, agoa, e terra, que era ho que o Infante lhe encomendara (...)”.

86- Conhecida como a Capela da Misericórdia e actual Capela de Nosso Senhor dos Milagres, depois do aluvião de 1803 (Figs. 72, 73 e 79).

87- A abordagem à História da Madeira e, naturalmente, de Machico - onde aliás decorreu o primeiro desembarque - esbarra com a suposta lenda dos viajantes Machim e Ana de Arfet que terão desembarcado na Baía de Machico. O acontecimento é relatado em diferentes versões, desde o século XVI, podendo salientar-se a de Francisco Alcoforado e a de Valentim Fernandes, Alemão. O Centro de Estudos de Arqueologia Moderna e Contemporânea, em parceria com o GJDP editou, em Julho de 2005, um manual didáctico – pedagógico com um CD-Rom interactivo tendo por objectivo iniciar o público infante-juvenil a aprendizagem da Arqueologia, tendo como ponto de partida a Lenda de Machim e de Ana d'Arfet (SOUSA; NETO; BRAZÃO, 2005).

88- Jerónimo Dias Leite, *ob. cit.*, pp.17-18.

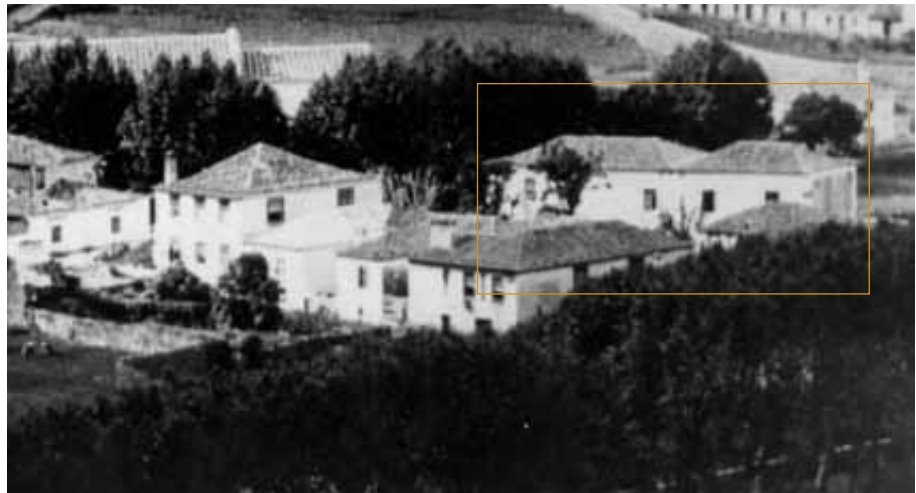
89- Como é frequente aparecer na documentação camarária do século XVIII (GOMES, 2002:39). A designação poderá ter alguma ligação às edificações de cariz religioso (de invocação a Santo António) que terão existido nas proximidades da Ribeira de Machico, mais propriamente no Sítio da Banda d'Além. A mais recente remete-nos para o século XVIII e para uma capela situada no início do Caminho do Desembarcadouro. (Vide nota n.º 118 e *Plano da Villa de Machico*, de 22 de Agosto de 1799 pelo Major Inácio Joaquim de Castro, Figs. 31 e 32). Uma outra, da segunda metade do século XV, tem a ver com a existência de um eremitério, criado por frades franciscanos, fundado pelos anos de 1460 e destruído por um aluvião de 1467, na margem esquerda da Ribeira de Machico, tendo o oratório e a “ermida por elles edificada junto á ribeira, em frente da capella da Misericordia” (Annaes do Município da Antiga Villa de Machico, 1865-66:n.º274), (SILVA, 1946:356-357; VERÍSSIMO, 2000:371).

90- “A Villa de Machico”, publicado no *Archivo Pittoresco*, Vol. IX, 1866, p. 353, com as indicações de D. Lima e Alberto.

91- Como vem descrito no texto do Auto do Levantamento do Rei D. João IV (Annaes do Município da Antiga Villa de Machico, 1865-66:n.º266).



[76]



[77]

Por outro lado, a implantação do povoado junto ao litoral garantia a facilidade de comunicações e o desembarque de pessoas e mercadorias, assente numa estreita ligação de cabotagem. A edificação do sítio parecia, pois, estar melhor posicionada em relação à circulação marítima do que propriamente à terrestre, embora a posição do vale permitisse as comunicações com o Norte da ilha pela portela menos elevada (600m).

De uma forma geral parece-nos que o modelo de referência de implantação urbana foi “importado” directamente do continente português.⁹² Um certo “ar de família” que terá levado Orlando Ribeiro a considerar ser “*uma réplica da fisionomia humana de Portugal numa paisagem física que o Continente desconhece*” (RIBEIRO, 1962:45).

Deste modo, todo o processo de humanização do espaço do núcleo urbano de Machico traduziu uma influência das regiões de origem e dos seus primeiros habitantes e governantes, que transpuseram a sua forma de “ver o mundo” para um contexto insular. Adoptaram-se, assim, formas de arquitectura, traçados e usos do espaço, tendo por referência o(s) modelo(s) culturalmente aceite(s) e conhecido(s) pelos povoadores, ajustado ao contexto e à especificidade local. José Leite de Vasconcelos expressou com realismo essa condição:

“Do Continente levaram os colonizadores a linguagem, e bñtizaram os sítios e as povoações segundo os aspectos que as ilhas lhes apresentavam, e de acordo com as circunstancias historicas dentro das quais eles se moviam” (VASCONCELOS, 1995:546).



[78]

2.3.2. A morfologia urbana

Como já foi referido, as características do sítio influenciaram o tipo e a configuração da malha urbana. A proximidade do litoral parece ter sido decisiva, na maioria dos casos, no surgimento de uma malha quadrangular, pois, *“a linha de costa fornecia um elemento rectilíneo que se repetia sucessiva e paralelamente no interior constituindo a base que, cortada pelas ruas secundárias, definia um plano ortogonal”* (SALGUEIRO, 1992:15).

A geometria mais ou menos linear que desenha o povoado de Machico, embora ciente do contorno marítimo que despertou a abertura de acessibilidades e de outras infra-estruturas de apoio ao embarque e desembarque de pessoas e mercadorias, configura uma centralidade à volta do principal edifício religioso e de outros edifícios e equipamentos urbanos essenciais no fervilhar da vida quotidiana, caso do complexo câmara/cadeia, da torre sineira com o sino e o relógio, do pelourinho e da cisterna.

O ponto de partida para a análise da morfologia urbana da Vila de Machico é a cartografia histórica.⁹³ Os levantamentos cartográficos efectuados no século XVIII e XIX (a maior parte deles com objectivos de reconhecimento e de planeamento militar) constituem uma importante fonte de informação e pesquisa. A confrontação destas cartas antigas com as plantas actuais, complementada com a análise da iconografia⁹⁴ e da informação bibliográfica e documental, permitiu aproximar e descortinar o modelo da malha urbana de Machico. A observação local foi igualmente relevante. Efectivamente, o privilégio que sempre tivemos de percorrer quase diariamente as ruas e as travessas da cidade, de olhar o casario modesto e abastado e de admirar as suas vistas dos pontos mais elevados (Pico do Facho e Miradouro Francisco Álvares de Nóbrega) foi extraordinariamente relevante na tarefa de procurar ler o espaço no tempo. Na verdade Machico revela, ainda hoje, as “cicatrices” desse crescimento no tempo. Revela a dimensão do seu traçado histórico sujeito aos inevitáveis fenómenos de continuidade e mudança.

92- Vários autores procuraram abordar o estudo do urbanismo português no espaço insular, entre eles José Manuel Fernandes com dois estudos: *Cidades e Casas da Macaronésia*, Porto, 1996 e “O Funchal e o Urbanismo de raiz portuguesa no Atlântico. Estudo comparativo e de enquadramento histórico estrutural”, *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira*, I Vol., Funchal, 1986, pp.247-260. Segundo o autor, a maioria das cidades insulares do Atlântico português caracterizam-se pela *“continuidade transformada e adaptada do padrão do “continente”, pela apresentação de uma localização litoral, por uma orientação virada ao quadrante meridional (usando o seu “sentido trópico”), por uma concepção “aberta” ao exterior (que abandona a muralha contínua), finalmente por uma estrutura bipolarizada do ponto de vista formal (a “alta” e a “baixa”) e do ponto de vista funcional (a “vocação” portuária e agrícola a um tempo)”*, (FERNANDES, 1996:135-136). Manuel Teixeira e Margarida Valla publicaram um trabalho de significativo interesse, intitulado *O Urbanismo Português - Séculos XIII - XVIII (Portugal - Brasil)*, 1999, onde abordam, igualmente, as características dos traçados urbanos insulares. Por outro lado, Carlos Caetano, num estudo sobre a Ribeira de Lisboa na altura da Expansão, reviu nas cidades ultramarinas portuguesas uma réplica das cidades do Reino, em especial de Lisboa (CAETANO, 2004: 65-66).

93- Vários levantamentos foram consideradas, vide nota 40.

94- O elemento iconográfico mais remoto que retrata a baía de Machico é um desenho que acompanha uma carta de António da Gama sobre as defesas de Santa Cruz e Machico datado de 1582 (Fig. 58) que, infelizmente, não nos transmite informação relevante para o presente estudo. Sobre os outros elementos iconográficos consultados *cfr.* a nota 42.



[79]



[80]



[81]



[82]



[83]



[84]



[85]

O aglomerado de Machico apresenta-se disposto perpendicularmente à costa, acompanhando o percurso natural da ribeira. A estrutura simples do traçado, de cariz linear, assenta numa rua central – a Rua Direita (actual Rua General António Teixeira de Aguiar, Figs. 80 à 83) – que atravessa longitudinalmente a localidade. Esta rua, como aliás é possível testemunhar hoje em dia, constitui, citando o geógrafo Orlando Ribeiro, “o próprio coração da vida urbana”.⁹⁵ Representa a principal via de entrada e saída da antiga vila, coincidindo o seu traçado com a localização dos espaços públicos de maior afluência; igreja e câmara, ainda hoje o arruamento que concentra o maior volume de comércio e serviços da cidade. Desta última para poente, em direcção ao Ribeirinho⁹⁶ (Figs. 86 e 87), (entretanto canalizado e que deu lugar à Rua do Ribeirinho),⁹⁷ seguem as travessas do Ribeirinho e do Forno, a Rua do Major e a Rua da Árvore⁹⁸ (Figs. 88 e 89).

Paralelas à Rua Direita, registamos outras artérias, em direcção ao mar: a Rua do Ribeirinho, a Rua da Amargura e a Rua da Cadeia (actual Rua Conselheiro José Ribeiro da Cunha, Fig. 90), com curtas travessas a cruzá-las (Travessa do Forno, Rua do Major, Travessa do Ribeirinho, Travessa da Figueira, Fig. 125, Rua do Portão e Travessa do Mercado, Figs. 91 e 92).

Paralela à costa desenha-se, no espaço central, a Rua da Árvore, também ela uma principal via de penetração para quem vem da parte Oeste da ilha e que se dirige para o centro e para a



[86]



[87]



[88]



[89]



[90]



[91]



[92]

95- Cfr. Orlando Ribeiro, "Cidade", *Dicionário de História de Portugal*, Vol.I, 1971, p.579. As ruas "direitas" devem tradicionalmente essa designação pelo facto de conduzirem directamente de uma das portas da vila a outra.

96- Pequeno curso de água que atravessava a Vila de Machico, actualmente sobreposto pela Rua do Ribeirinho, cujos topónimos lhes estão associados. Vide Fernando Augusto Silva, *Dicionário Corográfico do Arquipélago da Madeira*, ob. cit., p.305.

97- A documentação camamária do século XVII refere-se a um caminho do Ribeirinho.

98- O topónimo deve o seu nome ao facto de, em tempos, ali ter existido um enorme dragoeiro que florescia num serrado junto ao Ribeirinho (linha de água) e que foi "derribada por um tufão de sudoeste a 16 de Fevereiro de 1843" ("Annaes do Municipio da Antiga Villa de Machico", 1865 - 1866.n.º 262). A árvore foi descrita pelo carpinteiro Luiz Alvares da Corte como possuindo um "Tronco - 18 pés (escala ingleza) em circunferencia. Altura 39? Pés (dita). Copa 108 pés em circunferencia" ("Annaes do Municipio da Antiga Villa de Machico", 1865 - 1866.n.º 262).



[93]



[94]



[95]



[96]



[97]



[98]

Banda d' Além. Mais a Sul e de construção posterior, as artérias que constituem a Praceta 25 de Abril (antiga Praça Salazar, Figs. 93 e 94) e a Alameda José António de Almada (Fig. 95).

Na parte Oeste, junto ao litoral, desenha-se o Caminho de São Roque, também paralelo à linha da baía, que dá acesso à Capela e Fonte de São Roque (Figs. 96 e 97). Um pouco acima, o actual Caminho do Cemitério, decalque da antiga via que constituía o caminho do Pé da Ladeira⁹⁹ (Figs. 37 e 98), ainda hoje visível pelo seu aspecto geometricamente raro, em ziguezague, subindo o íngreme vale, em direcção às Queimadas. A documentação de arquivo refere que neste espaço das imediações do Largo de São Roque terá existido uma Capela de São Sebastião, entretanto já desaparecida, e que conheceu obras de reedificação na segunda metade do século XVIII.¹⁰⁰

Nas proximidades da Capela de São Roque terá existido um reduto, de nome São Roque, frequentemente referido como a primeira fortificação a ser construída em Machico, datada dos finais do século XVI (SARMENTO, 1953:97; CARITA, Vol. II, 1993:411). Rui Carita alega que seria uma fortificação de pequena dimensão (Fig. 100), provavelmente de tipologia redonda aproveitando o espaço da antiga Capela de São Roque (CARITA, Vol. II, 1993:411).

O núcleo da Banda d' Além apresenta igualmente uma rua perpendicular à baía, polarizada pela actual Capela de Nosso Senhor dos Milagres, conhecida pela Rua da Banda d' Além (Figs.101 à 103), ao longo da qual se terão construído as primeiras habitações. Acompanhando a linha de costa em direcção ao Desembarcadouro/Embarcadouro e ao Forte de São João Baptista, encontra-se a actual Rua do Leiria (antigo Caminho do Desembarcadouro, Fig.104),¹⁰¹ eixo fundamental de apoio e movimentação de pessoas e mercadorias.

O Plano da Vila de Machico de 1799, levantado por Ignácio Joaquim de Castro, em conjunto com as fontes escritas e arqueológicas, dá-nos importantes indicadores para o estudo da morfologia urbana. O cruzamento destes dados permite recuar no tempo e aproximar a organização do



[99]



[100]



[101]



[102]



[103]

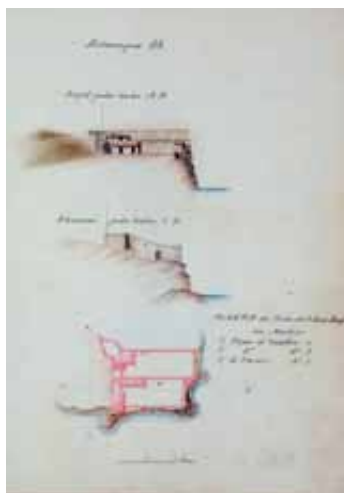
99- Consulte a *Planta da Villa de Machico* e do *Forte de Nossa Senhora do Amparo* de António Pedro de Azevedo, onde o caminho aparece designado de "Ladeira da Queimada" (Fig. 37) e "Annaes do Municipio da Antiga Villa de Machico", *ob. cit.*, n.º 259.

100- O documento é citado por Fátima Freitas Gomes e remonta ao ano de 1735, a propósito de uma contenda sobre a posse de terrenos considerados municipais, entre a Câmara de Machico e um influente religioso natural da vila. O documento referia que o reverendo "hia tomando todo o campo de sam Roque o sítio da igreja do senhor santo sebastião e forno da cal e sem deixar caminho para a serventia do povo e aberta da calçada (...)", (GOMES, 2002:70). O pároco Fernando Augusto da Silva, embora omita a localização, destaca que foi um edifício religioso bastante antigo, reedificado no ano de 1765 pelo padre Francisco Marques de Mendonça (SILVA, 1946:374). A escultura de São Sebastião que se encontra na Igreja Matriz de Machico é atribuída à referida capela (Fig.99).

101- Cfr. "Annaes do Municipio da Antiga Villa de Machico", *ob. cit.*, n.º 259.



[104]



[105]



[106]

espaço do núcleo urbano, pondo em evidência o traçado das ruas e das praças, as manchas de povoamento, os espaços verdes e a localização dos principais edifícios e equipamentos públicos. Com base nesta informação, procurou-se construir um mapa de reconstituição aproximada do centro da antiga Vila de Machico, recuando ao século XVII (Fig. 51).

O eixo principal da vila assentava, assim, na alongada e tortuosa Rua Direita e num arruamento de carácter secundário paralelo (as ruas da Cadeia, da Amargura, do Ribeirinho e da Banda d'Além). As duas, a Rua da Árvore e a Rua Direita, constituíam os caminhos principais de entrada e saída da localidade, convergindo em direcção ao espaço onde se localizava a igreja matriz e a casa da câmara. Nesta relação de proximidade e de cruzamento entre as vias principais e as outras ruas, inicialmente de carácter secundário, destaca-se um espaço central, visivelmente aberto:¹⁰² o "*Largo da Vila*" ou "*Campo da Igreja*"¹⁰³ (Fig.106). Este espaço de convergência da vida social, religiosa, económica, política e administrativa parece interromper a ordem do povoamento que ladeia as ruas, cujo casario se perfila, abrindo-se em "*praça*"¹⁰⁴ polarizada principalmente pela Igreja de Nossa Senhora da Conceição e pela casa da câmara, que agregava a cadeia. Ambas constituíam um autêntico pólo dinamizador da vida social; eram locais de reunião e de troca de informações, sendo a igreja um ponto de atracção cultural em torno da qual "*estavam marcados os momentos que ritmavam a vida pessoal, privada, mas também pública e de sociabilidade: o baptismo, o casamento e a morte*" (GOMES, 2002:201).

Outras referências de "*campos*" e "*praças*" são aludidos na documentação escrita e cartográfica, por vezes associadas a diferentes funções: "*praça da alfândega*";¹⁰⁵ "*Campo de São Roque*";¹⁰⁶ "*Prassa do Pelourinho*";¹⁰⁷ e "*Praça da Feira*".¹⁰⁸

A própria toponímia¹⁰⁹ fornece-nos importantes indicações das actividades económicas e dos ofícios que se praticavam nos arruamentos: Rua do Forno, Beco do Caldeireiro e Rua dos Moinhos. Relativamente a este último arruamento, o *Plano da Vila* de 1799 dá-nos importantes indicadores, pois localiza os "*Moinhos de Agua de Moer Pão*" no limite Norte do caminho que acompanha o curso de água, Ribeirinho, paralelo ao actual Caminho do Engenho, no Sítio da Serra d'Água. O local parece coincidir com a existência de dois actuais imóveis, provavelmente do século XIX, localizados no enfiamento da Vereda dos Moinhos, mas que se encontram em mau estado de conservação (Figs. 107 e 108). No século XVII, a Vila de Machico possuía três

[70]

moinhos, um dos quais por se encontrar avariado foi mandado consertar pelos oficiais da câmara, em Janeiro de 1674 (VERÍSSIMO, 1998:295,296,301).

A medição do tempo era facultada pela torre com relógio e sino existente nas proximidades do edifício da câmara, já referenciado na vereação de 24 de Novembro de 1609¹¹⁰ e mandado consertar em 1641.¹¹¹ Além do Sol, o relógio mecânico marcava a rotina da vida quotidiana, pois ajudou a precisar e a controlar o tempo para determinados afazeres. Digamos, parafraseando Norman Pounds, que o relógio acabou por dar precisão à vida (POUNDS, 1999:269).

O padre Fernando Augusto Pontes, numa das visitas que realizou à Vila de Machico, em 1871, deu testemunho da existência desse elemento ordenador representado pelo sino do concelho: *“O sino do município ou sino de correr, ainda existe ao lado dos Paços da Câmara. Tocava na idade média como signal de que as ruas desertas ficavam entregues á ronda dos archeiros municipaes. Segundo o foral de Machico, depois d’aquelle toque, perdia qualquer a arma com que fosse encontrado e pagava multa.”* (PONTES, 1891:81).

Embora hoje seja difícil localizar o espaço do mercado nos séculos XVI e XVII, supomos que o mesmo tinha lugar nas proximidades do edifício da câmara, provavelmente no local que ficou conhecido por *“Praça da Feira”*, onde, efectivamente, funcionou o mercado municipal, nos séculos XVIII e XIX. Pelo menos até ao século XVIII, sabemos que o mercado tinha lugar neste espaço do Largo da Vila, dotado de um bellissimo chafariz em mármore¹¹² (Fig. 109 e 110), equipamento público de primeira necessidade.

Em 1697, há referências sobre a reconstrução de base de um açougue municipal, bem como a reparação das suas balanças. Infelizmente, a documentação não nos dá pistas em relação à



[107]



[108]

102- Este espaço aberto na malha urbana é visível pela observação do *Plano da Villa de Machico* de 1799 (Figs.31 e 32).

103- Fátima Freitas Gomes, no estudo citado sobre *Machico - a Vila e o Termo*, *ob. cit.* p.201, refere que é o espaço mais referenciado na documentação municipal. A investigadora descreve, em jeito de síntese, que era um local de referência para a vida social, religiosa e económica, intimamente marcada pela presença da igreja e da câmara: *“No Campo de Igreja se faziam pregões, aí estava o pelourinho, aí se reuniam os oficiais antes de entrarem na Câmara para mais uma reunião da Vereação e daí, depois, se dirigiam para a zona fronteira onde está a Câmara.”* Actualmente, o mesmo espaço aparece compartimentado em diferentes “largos” com diferentes designações: Largo de Nossa Senhora da Conceição, Largo Dr. António Jardim d’Oliveira e Largo do Município.

104- É frequente aparecer na documentação camarária a designação de *“praça desta villa”* (GOMES, 2002:42, 89,136) ou *“Rua da Praça”* (VERÍSSIMO, 2000:225), embora o termo também designe o espaço destinado à venda de peixe. Recentemente, Manuel Teixeira definiu uma vasta “família de espaços urbanos”, na qual pode caber a denotação de *“praça”*, designadamente - *“praças largos, terreiros, campos, adros”* (TEIXEIRA, 2001:9).

105- Cfr. *“Annaes do Município da Antiga Villa de Machico”*, *ob. cit.*, n.º 257.

106- Fátima Freitas Gomes, *Machico - a Vila e o Termo*, *ob. cit.*, pp. 12 e 201.

107- Consulte a “explicação” do referido *Plano da Villa de Machico* de 1799 (Fig. 112).

108- Cfr. Carlos Cristóvão, *Elucidário de Machico*, 3.ª edição, Machico, Câmara Municipal de Machico, 1989, p. 29. O largo deve corresponder ao antigo mercado da vila que se localizava nas proximidades da câmara municipal.

109- Num documento de 1658, relativo aos foros pertencentes à capela dos Reis Magos da Vila de Machico, transcrito pelo historiador Luís Sousa Melo, na descrição de confrontações de terras e imóveis, fazem-se interessantes referências aos arruamentos da Vila de Machico, entre os quais, a uma *“rua publica que vai para o Campo da Igreja Maior”* e uma outra *“rua que vai para o Ribeirinho”*. O historiador Nelson Veríssimo tem apresentado ultimamente um conjunto de reflexões em torno da problemática da toponímia (VERÍSSIMO, 2004:49-59).

110- Cfr. *“Annaes do Município da Antiga Villa de Machico”*, *ob. cit.*, n.º 256.

111- Cfr. Nelson Veríssimo, *Relações de Poder na Sociedade Madeirense do Século XVII*, *ob. cit.*, p.210. Fátima Freitas Gomes, *Machico - a Vila e o Termo*, *ob. cit.*, pp.146, 269 e 270, registou a manutenção quase anual do relógio (a partir de 1683) e o arranjo do sino (em 1702 e 1704). Este equipamento foi demolido em 1844 (*“Annaes do Município da Antiga Villa de Machico”*, *Flor do Oceano*, n.º 256).

112- Este fontanário encontra-se, actualmente, na esplanada do pitoresco Café “Mercado Velho”, situado junto à Alameda Dr. José António de Almada (Figs.109 e 110).



[109]



[110]



[111]

sua localização. Num período mais tardio, e em face de não haver um sítio certo para a venda do peixe que, muitas vezes, ocorria de forma espontânea e improvisada em local variável,¹¹³ a câmara fixou o local de venda no Sítio da Banda d' Além, construindo, em 1727, um açougue para venda de peixe e carne (GOMES, 2002:188).

Como é possível verificar, no citado *Plano da Villa de Machico* de Ignacio Joaquim de Castro de 1799, o espaço central que correspondia ao Campo da Igreja reunia outros equipamentos públicos que marcavam decisivamente a vida quotidiana da urbe: a cisterna¹¹⁴ e o pelourinho.¹¹⁵ De facto, este espaço urbano central, que se materializava no Largo da Igreja, constituía o coração urbano da localidade, onde pulsavam os ritmos da vida diária, entre o religioso e o laico, o sagrado e o profano. Acresce dizer que era também neste espaço de grande afluência pública que provavelmente se localizava, integrado na fachada de um imóvel seiscentista da Rua Direita, um interessante paço processional ou um elemento de fontanário, datado do século XVII,¹¹⁶ (Figs.113 e 406).

Do outro lado da Ribeira, no Sítio da Banda d'Além, encontrava-se a Misericórdia servida de hospital,¹¹⁷ equipamento assistencial de apoio à comunidade. No percurso do caminho que desemboca no desembarcadouro, o referido Plano da Villa regista, curiosamente, a existência de uma Capela de Santo António,¹¹⁸ nas proximidades da "casa do Major Commandante";¹¹⁹ no início do Caminho do Desembarcadouro. Este espaço da vila era defendido por uma fortificação, o Reduto do Embarcadouro,¹²⁰ já documentado nos finais do século XVII (no ano de 1695, altura em que Manuel Ferreira Maciel foi promovido a condestável do forte), (VERÍSSIMO, 2000:322). Posteriormente, e conforme se pode ler na lápide que encima a porta de armas do actual imóvel, foi ali edificado o Forte de São João Baptista, a mandato do governador Duarte Sodrê Pereira, em 1708 (Figs. 105 e 114 à 116).

Um outro equipamento de cariz militar essencial à segurança da Ilha e naturalmente do espaço da Vila de Machico é o da Vigia do Pico do Facho (Figs.117 e 118). Trata-se de um edifício seiscentista de planta circular, situado no sopé do Pico do Facho, que fazia correspondência com outros postos de vigia do arquipélago, nomeadamente com o da Ilha do Porto Santo.



[112]



[113]



[114]



[115]



[116]



[117]



[118]

113- Em 1688, num local que designavam “*debaixo dos seisseiros*” e, em 1707, junto à ribeira, “*no canto a que chamão de Joana Vasques*” (GOMES, 2002:188).

114- A cisterna, conhecida vulgarmente na Madeira por “poço”, constituía uma importante peça do equipamento urbano, na medida em que cumpria as funções de abastecimento de água à vila. Provavelmente, numa fase posterior, este poço terá sido substituído pelo chafariz da vila, construído no local da realização do mercado.

115- O pelourinho era o símbolo representativo do poder judicial no concelho. Diz-se que “*era uma peça bem acabada*”, embora tenha sido lamentavelmente demolido em 1835 (ALMADA, 1952a:35). Não se conhecem quaisquer representações iconográficas deste equipamento.

116- As peças de cantaria que pertencem a este conjunto foram cedidas à Associação de Arqueologia e Defesa do Património da Madeira - ARCHAIS pelo Dr. Rui Nepomuceno. Aguardam a reposição no Núcleo Museológico de Machico – Solar do Ribeirinho (Fig.405).

117- Luís de Sousa Melo, no seu estudo sobre *Gentes e Lugares de Machico nos Séculos XVI e XVII*, aponta que o hospital da Misericórdia possuía, no século XVII, três cirurgiões: “*António Soares e dois franceses - Luís de Moura e Francisco Maremans*” (MELO, 1983:16). Alberto Artur Sarmiento, referindo-se à destruição do edifício causada pelas frequentes aluviões, destaca o seu papel preponderante no início do povoamento: “*A Misericórdia de Machico é logo do tempo da colonização. Foi moldada pela de Lisboa e chegou a ter bastante importância com os primeiros donatários e avultadas rendas. Tristão Vaz foi seu benfeitor e anualmente se elegiam em 2 de Julho, aniversário da descoberta, um provedor, dois escrivãos, dois gaveteiros, dois procuradores dos pobres, dois informadores e os mesários*” (SARMENTO, 1953:94).

118- O padre Fernando Augusto da Silva refere que foi uma capela edificada na primeira metade do século XVIII, em local relativamente próximo à capela dos Milagres. (SILVA, 1946:360).

119- Cfr. a legenda do referido *Plano da Villa de Machico* do ano de 1799 (Fig. 112).

120- Henrique Henriques de Noronha, nas *Memórias Seculares e Eclesiásticas para a Composição da História da Diocese do Funchal na Ilha da Madeira, ob. cit.*, p. 201 relata a capacidade bélica da área do embarcadouro de Machico: “*Tem alguns fortins artilhados, que defendem, no desembarque.*”



[119]



[120]

Ao olharmos o horizonte, deparamo-nos, hoje, com a extensa praia de Machico. Se recuarmos aos séculos XV, XVI e XVII, é possível ver na sua disposição um bom ancoradouro, possibilitando, também, a navegação de cabotagem e o desenvolvimento de outras actividades, como a construção de embarcações, a calafetagem (Figs.119 e 121) e a pesca (Fig.120). As ligações marítimas entre a vila e as outras localidades que dispunham de portos costeiros faziam-se, sobretudo, por intermédio da navegação de cabotagem. Operavam-se, também, frequentes viagens à Ilha do Porto Santo com o intuito de ali comercializar a cal, matéria-prima fundamental à construção de espaços para a habitação e de outras infra-estruturas (VERÍSSIMO, 1998:295).

O entendimento da realidade urbana da localidade de Machico, marcada fundamentalmente pela “centralidade” do Campo da Igreja, e com todos os elementos que parecem reforçar essa interioridade de cariz tardo-medieval, tem que contar com a presença do mar e naturalmente com a praia em íntima ligação com a aprazível baía. Efectivamente, não deixará de ser estimulante questionar o modo como a vila ter-se-á articulado com o mar e com todos os recursos que este proporcionou àquela comunidade. Ao mesmo tempo, na lembrança da História, foi o mar que trouxe a vida humana, os primeiros povoadores e moradores, mas também terá trazido muito antes, o casal Machim e de Ana D’Arfet – se olhamos a esse aspecto lendário profundamente enraizado nos registos históricos.

Além da ribeira, o mar constituiu assim um outro recurso que permitiu o desenvolvimento de várias actividades económicas. Neste sentido compreende-se a existência de uma componente portuária de média dimensão em ligação com uma série de estruturas¹²¹ que asseguravam a acostagem, o embarque e o desembarque de pessoas e mercadorias e a cobrança dos respectivos direitos fiscais.

Interligada com esta dinâmica, desenvolviam-se as actividades da pesca e da reparação e construção de embarcações (Fig.121). Fátima Freitas Gomes registou para os inícios do século XVII, várias referências aos trabalhos de calafetagem e de construção de pequenos barcos, do tipo barca, no calhau da Vila de Machico (GOMES, 2002:190).

A preocupação com a defesa das intempestuosas águas da Ribeira de Machico, que por diversas vezes ceifaram vidas humanas e bens materiais, traduziu-se na construção de uma muralha de protecção das partes mais baixas da vila¹²² (Figs. 32, 33 e 122.). Com o passar dos anos,



[121]



[122]

as frequentes cheias terão fragilizado os muros de protecção da ribeira, pondo em perigo a igreja matriz, razão essa que levou a câmara municipal a intervir, no sentido de promover a sua reparação e conservação.¹²³ O pano de muralhas que hoje é visível dos dois lados da margem da ribeira remonta a trabalhos de construção civil da segunda metade do século XIX.

A ligação entre os dois bairros, Vila e Banda d'Além, separados pela ribeira, fazia-se directamente pela travessia a pé, pelo curso da ribeira e por intermédio de uma ponte principal, frequentemente destruída pelas enchentes, e que aparece documentada, nos séculos XVII e XVIII, como *"a ponte grande que vai para a Banda d' Além"*, construída em madeira de traves de til e barbusano (GOMES, 2002:146), (Fig. 63). O referido Plano da Vila de Machico de 1799 referencia-a como *"ponte de pedra com três arcos"*.

Outras pontes são mencionadas na documentação escrita e iconográfica: *"ponte do Vale"*, *"pontinha que vai para o moinho"*, *"pontinha que vai para o calhau"*, *"pontinha do ribeirinho"* e *"ponte de abóboda"* (GOMES, 2002:146, 203). No citado *Plano da Vila*, Ignacio de Castro registou duas *"Pequenas pontes de pedra que atravessão o Ribeirinho, que desagoa na lagoa"* [foz da ribeira], respectivamente no lugar onde hoje se situa a Travessa e Rua do Ribeirinho e uma outra, entre o final da Rua da Amargura e o caminho a Norte do Forte de Nossa Senhora do Amparo.

As acções de acompanhamento arqueológico realizadas na área urbana de Machico identificaram elementos estruturais pertencentes a duas pontes. Uma primeira ocorrência teve lugar no cruzamento da Rua da Árvore com a Rua do Ribeirinho, com a detecção de um arco abobadado ligeiramente abatido de pequenas proporções, concebido com matéria-prima local (cantaria vermelha e cinzenta), ainda com vestígios de pedra calcetada pertencentes ao

121- Nos registos fotográficos dos inícios do século XX, observa-se na praia de Machico uma construção que serviu de apoio às embarcações conhecida, localmente, por "Arsenal". (Observe a Fig.64).

122- Em Junho de 1637, os oficiais da Câmara Municipal de Machico mandaram chamar o mestre-de-obras para *"dar traça onde se hão-de fazer muros da ribeira da vila"* (VERÍSSIMO, 2000: 193).

123- Em 1670, reuniram-se os oficiais da câmara, juizes, vereadores, sargento-mor da capitania, vigário e representantes do povo com o objectivo de promover o reparo dos muros da ribeira que ameaçavam a já debilitada igreja matriz, a *"primeira da ilha"* (GOMES, 2002:46).



[123]



[124]

plano viário (Fig.123). Não sabemos, efectivamente, se é o exemplar que as fontes documentais referem como a *“pontinha da vila”*, de pedra e cal, arco em abóbada e pavimento calcetado (GOMES, 2002:203). Localiza-se num ponto estratégico da vila, entre as artérias do interior e o arrabalde, garantindo a passagem a pessoas, animais e mercadorias em direcção ao interior do centro urbano. Provavelmente, a importância que representava no contexto social e económico quotidiano impôs medidas regulares de conservação e limpeza, sob a superintendência camarária.

A segunda estrutura, que provavelmente terá pertencido a uma das pontes sobre a Ribeira de Machico, foi detectada após as grandes chuvadas invernais de 1998. Trata-se de dois conjuntos de grandes lajes de pedra regular, paralelipédica, que provavelmente se destinariam a suportar os arcos da ponte (Fig.124).

A rede viária constituía um elemento aglutinador fundamental na vida quotidiana do núcleo populacional. Dela dependia a mobilidade de recursos humanos e materiais e toda uma dinâmica social e económica. As ligações à vila e arrabalde¹²⁴ assentavam num conjunto de caminhos em direcção ao Oeste e à vizinha Vila de Santa Cruz, ao interior Norte pela Portela e à Freguesia do Caniçal, a Este. A nomenclatura presente na documentação permite-nos fazer uma ideia da individualidade que marcaram os traçados mais extensos de ligação ao exterior. Termos, como o *“caminho da Cruz até ao Seixo”*, o *“caminho para a Queimada”*, o *“caminho que vai para os Vales desta vila”* e o *“caminho do Marco até à Portela”* (GOMES, 2002:202) fornecem-nos uma imagem muito sugestiva e diversificada do traçado viário da vila com os lugares do arrabalde e termo.

A preocupação pela conservação e manutenção destes traçados, não só no exterior como também nos caminhos dentro da vila, levou à contratação de uma equipa de quadrilheiros¹²⁵ que, basicamente, se encarregavam dos trabalhos de limpeza, desentulho e (re) calcetamento.



[125]

124- Com base na pesquisa de Fátima Freitas Gomes, o espaço circundante da vila correspondia, nos inícios do século XVIII, aos lugares da *“Madeira da Igreja, Moinho de Serra, Ribeira Grande, Ribeira de Machico, Serra de Água, Arrabalde dos Moinhos, Marouços, Caramanchão, Landeiros, Marco, Paraíso, Pé da Ponte, Poço do Gil, Ribeira Seca, Bairro de Nossa Senhora da Graça, Preces, Terça, Torre, Piquinho, Murtinhal, Pé da Ledeira, Banda d’Além, Campo da Igreja”* (GOMES, 2002:31-32).

125- Note-se, a título de exemplo, que, em 1619, foram designados seis quadrilheiros para a vila e arrabaldes de Machico (VERÍSSIMO, 2000:225).

[3]

Os sítios arqueológicos
e o contexto histórico



[126]

A abordagem aos sítios arqueológicos da área urbana de Machico pressupõe, ainda que de uma forma muito genérica, uma breve leitura do contexto histórico do espaço que acolheu a localidade de Machico e, naturalmente, ao marco geográfico que compreendia a capitania, com sede em Machico.¹²⁶ Sem, no entanto, pretendermos estabelecer uma síntese histórica de acontecimentos ocorridos no tempo e no espaço, nos séculos XV, XVI e XVII (uma vez que essas problemáticas têm sido tratadas e discutidas por parte de vários investigadores),¹²⁷ seria interessante registar de passagem alguns momentos históricos que nos parecem relevantes para a compreensão desta temática.

Os sítios em estudo localizam-se em pleno Centro Histórico de Machico, justamente no espaço que acolheu, inicialmente, a raiz do povoamento e, por esta razão, uma área extremamente relevante do ponto de vista do potencial arqueológico. A secular centralidade a que sempre estiveram expostos - na partilha dos ritmos da vida quotidiana em estreita relação com os centros de poder e com as demais estruturas sociais, económicas e culturais do espaço da vila e sede de capitania - foi decisiva na complexização estratigráfica e espacial das materialidades que hoje compõem o espaço urbano.

Logo após o povoamento do Arquipélago da Madeira, ocorrido na década de vinte do século XV, o Infante D. Henrique doou a Capitania de Machico a Tristão Vaz Teixeira,¹²⁸ em 8 de Maio de 1440.¹²⁹ Este acto marcou, efectivamente, a primeira doação específica da História da Expansão Portuguesa. A referida carta concedia ao donatário inúmeras regalias, entre as quais, o monopólio dos moinhos e do fabrico do pão, da venda de sal por preço estabelecido, a cobrança de um décimo da dízima e a aplicação da justiça, exceptuando-se as penas de talhamento de membro ou de morte.

Até ao século XVII, mantém-se a divisão do arquipélago em três capitánias-donatarias, o Funchal, Porto Santo e, naturalmente, Machico. A jurisdição de Machico, em relação à do

[78]



[127]



[128]

Funchal, era territorialmente maior e detentora de francos recursos aquíferos e florestais,¹³⁰ pese embora a produtividade das suas terras fosse menor. Já Jerónimo Dias Leite dava conta disso: “*E foi esta sorte que coube ha Tristão tam felice naquelle tempo como agora enganosa pella fertilidade que ho resto da ilha si mostrou (per descurso de tempo) na iurdição do Funchal que coube ha ho Zargo*”.¹³¹

Difícilmente a Capitania de Machico conseguiu impor-se ao domínio crescente da jurisdição do Funchal. Além das condições mesológicas não serem as mais adequadas, sobretudo para a produção do apetecido “ouro branco” (açúcar), outros factores terão sido determinantes nessa conjuntura. Tem-se salientado frequentemente várias razões, entre as quais, as carências produtivas e as limitações demográficas da capitania ao que se acresce referir, também, a falta de condições que permitissem a acostagem e o embarque de grande fluxo de mercadorias e bens (SILVA, 1995:169; GOMES, 2002: 28).

126- A capitania-donatária de Machico abrangia, até o século XVII, o espaço que compreende da Ponta da Oliveira, no Caniço, até à Ponta de São Lourenço e desta até à Ponta do Tristão, no Porto Moniz. O cónego Jerónimo Dias Leite dá-nos um registo pormenorizado dessa divisão geográfica: “*Desta ponta do Pargo vira a terra pera ho norte ate outra ponta que distaraa desta tres legoas, ha qual mandou descobrir por Tristão, e por ser elle ho primeiro que chegou a ella lhe ficou ho nome que hoje tem ha Ponta de Tristão, que jaz aho Noroeste. E daqui pera tras traçou ho capitão João Glz ha Capitania de Machiquo que ficou ha Tristão como trazia por regimento do Infante dom Henrique, partindo ha ilha de Noroeste asueste, que vem sair aoutra Ponta da banda do Sul, em que se afincou hum Ramo, ou paao de Oliveira (que viera do Regno) por baliza desta jurisdição (...)*” (LEITE, 1947:24).

127- Entre vários estudos conhecidos salientamos, por exemplo: Rui Carita, *A Demanda da Capitania de Machico nos séculos XVI e XVII. Texto e Estudo Histórico*, Funchal, 1994; Fátima Freitas Gomes, *Machico - A Vila e o Termo: Formas do exercício do Poder Municipal (fins do século XVII a 1750)*, ob. cit., Manuel Rufino Teixeira, *Tristão Vaz Teixeira quem era?* (s.l.), edição do autor, separata da Islenha, n.º 8; Nelson Verissimo, *Relações de Poder na Sociedade Madeirense do Século XVII*, ob. cit.

128- Tristão Vaz Teixeira, escudeiro da Casa do Infante Dom Henrique, foi casado com sua parente Dona Branca Teixeira, tendo dela quatro filhos, Tristão Teixeira, Henrique Teixeira, João Teixeira e Lançarote Teixeira e oito filhas, Tristoa, Isabel, Branca, Catarina, outra Catarina, Guiomar, Solanda e Ana (TEIXEIRA, 1991:126).

129- Cfr. Silva Marques, *Descobrimientos Portugueses: documentos para a sua História*, Vol.I, 1988, pp.403-405; *Carta de Doação da Capitania de Machico feita pelo Infante Don Henrique a Tristão Vaz Teixeira*, Machico, Câmara Municipal de Machico, 2002 e “*Annaes do Municipio da Antiga Villa de Machico*”, ob. cit., n.º 248.

130- O cónego Jerónimo Dias Leite registou os proveitos da capitania de Machico: “*(...) por ter muito arvoredo donde se faz muita madeira, grossos exos, grandes madres, e muita lenha vem para os ingenhos, casas, e provimento de toda a iurdição do Funchal (...)*” (LEITE, 1947:101).

131- Jerónimo Dias Leite, ob. cit., p.18.



[129]

Ao mesmo tempo que os cronistas referem um período inicial de uma certa prosperidade no espaço da capitania de Tristão, reconhecem tacitamente que essa preponderância foi efémera e passageira sendo, depois, ultrapassada pelo florescimento económico da Capitania do Funchal. Uma vez mais, Jerónimo Leite sintetiza essa situação: *“Toda esta monarchia se conuerteo em pobreza e foi um sonho ho passado pera hos trabalhos que agora padecem toda ha gente desta tam nobre geração, etam prospera Capitania, e se tudo sobeiou ahos progenitores, bem ho pagão agora hos descendentes que estam postos no extremo graao de pobreza: porque nunca foi cousa sobeia que por tempo não fosse minguada.”*¹³²

O registo arqueológico da área urbana de Machico deixa transparecer momentos diacrónicos de significativa diferenciação material. Os momentos essenciais balizam entre os estratos mais recuados, da segunda metade do século XV até aos meados do século XVI, nitidamente mais ricos do ponto de vista dos materiais arqueológicos exumados (com destaque para a louça de importação europeia e oriental e outros objectos de metal). Ao invés, as unidades estratigráficas que compõem o século XVII mostram-se acentuadamente inferiores do ponto de vista material. A situação mais significativa revela-se com a baixa frequência da cerâmica de importação e, até mesmo, das produções de faiança pintada de origem portuguesa, em pleno período de grande difusão desta louça.

Efectivamente, se compararmos os quantitativos dos rendimentos das duas capitanias madeirenses, Funchal e Machico, entre os anos de 1648 e 1655, os dados de Machico são claramente muito reduzidos (apenas 2 929 reis), para um período de oito anos (VERÍSSIMO, 2000:109).

A Vila de Machico terá sido criada em meados de quatrocentos, na mesma data em que foi criada a Vila do Funchal, portanto, no ano de 1451 (NORONHA, 1996:202;¹³³ AZEVEDO, 1873:504-505). Álvaro Rodrigues de Azevedo, nas anotações às Saudades da Terra, cita uma verba do testamento do primeiro donatário de Machico, Tristão Vaz Teixeira, em que a localidade é tratada várias vezes pela designação de vila.¹³⁴

O quantitativo da população, nos finais do século XVI, não era muito expressivo. De acordo com o *Reçençamento dos foguos Almas fregesias, e mais Igrejas que tem a Ilha da Madeira tirado pellois Rois das Confições, assi em geral como em particular*, a Freguesia de Machico apresentava, no ano de 1598, cerca de 210 fogos e 792 almas de confissão¹³⁵ (Apud, VERÍSSIMO, 2000:30).

3.1. Estratégias, estratigrafias e cronologias

"Hoy día también se acepta que la estrategia de excavación en área es a menudo la actividad más recomendable en la que un excavador puede embarcarse. A un nivel simple, la razón de esta opinión se halla en el tamaño de la excavación: cuanto más grande sea el área de excavación, mayor será la cantidad de información recuperada."

Edward Harris¹³⁶

Os trabalhos arqueológicos realizados na Cidade de Machico procuraram seguir uma estratégia que objectivamente se adaptasse ao contexto do espaço em estudo. Efectivamente, procurou-se seguir uma metodologia de intervenção que correspondesse às características e à complexidade estratigráfica da arqueologia praticada em meio urbano, adoptando-se, desta feita, os princípios dos ensinamentos de Barker e de Harris.¹³⁷ Neste caso, a metodologia de escavação, seguiu o modelo de intervenção em área aberta, combinando o registo minucioso das unidades estratigráficas (UEs),¹³⁸ mediante um conhecimento prévio dos princípios que regem a estratigrafia arqueológica.

A escavação estratigráfica é, pois, um método de escavação, onde os estratos (camadas de deposição de terras e objectos) de um estabelecimento escavam-se respeitando os seus contornos e dimensões naturais por ordem inversa à que foram depositados (HARRIS, 1991: 34). A espessura média da estratificação arqueológica andou à volta de 0,93 metros, atingindo no caso concreto do espaço da Casa da Travessa do Mercado cerca de 1,50m (situação que pode ser explicada pela proximidade do sítio com o leito da Ribeira de Machico, Fig. 130).

No trabalho de campo procedeu-se ao preenchimento das fichas de Unidade Estratigráfica, com os respectivos elementos de natureza descritiva e interpretativa (Fig.131) e desenharam-



[130]

[Ficha de Unidade Estratigráfica]

ESTACIÃO/SÍTIO	ACRÓNIMO/ANO	U.E. n.º	QUADRADO	AMBIENTE	SECTOR

CLASSIFICAÇÃO:

ARTIFICIAL:		NATURAL:	
Positiva	Negativa	Positiva	Negativa

DESCRIÇÃO

MEDIDAS	CONSISTÊNCIA	COR
Comprimento: _____ Largura: _____ Altura: _____	Compacto _____ Médio _____ Solto _____	A. Cailleux: _____ B. Munsel: _____

COMPONENTES

ESPÓLIO MATERIAL

RELAÇÃO ESTRATIGRÁFICA

POSTERIORIDADE

Cobre _____ Corta _____
Preenche _____ Apoi-se _____

ANTERIORIDADE

É coberto por _____ É cortado por _____
Preenchida por _____ Apoi-se-lhe _____

IGUALDADE

É igual a _____ Liga-se a _____

MATRIZ

INTERPRETAÇÃO

REGISTO

Fotos	Plantas	Cortes

COTAS

Relativas	Absolutas

Aparelho a _____ cm do ponto _____ do sector _____

Data _____ Assinatura _____

[131]

132- Jerónimo Dias Leite, *ob. cit.*, p.109.

133- Cfr. Henrique Henriques de Noronha, *ob. cit.*, p. 202: *"Antigamente foi povoasam de seis centos fogos, onde rezidia muita nobreza, que com o tempo, e falta de comercio a foram dezemparrando, mas ainda hoje tem quinhentos e trinta fogos, com duas mil e vinte e duas almas; e alguns edificios nobres. Tem a mesma antiguidade na fundação, que a Cidade do Funchal e entendemos a fez villa El Rey D. Affonso V."*

134- Álvaro Rodrigues de Azevedo, "Notas", in FRUTUOSO, Gaspar *As Saudades da Terra pelo Doutor Gaspar Frutuoso. História das Ilhas do Porto-Sancto, Madeira, Desertas e Selvagens*, p.505: *"Manda que (...) em cada hu ano lhe diguão hua misa cátdada ... e desto tem cerreguo Basco afomso biguayro ... por falecimento do biguayro fica a hos biguayros desta billa de Machiquo"*.

135- A classificação dada às "almas de confissão" corresponde aos indivíduos de idade superior a 7 anos.

136- Cfr. Edward Harris, *Princípios de Estratigrafia Arqueológica*, Barcelona, Editorial Crítica, 1991, p. 42.

137- Consideram-se várias leituras de síntese que abordam estas metodologias: Philip Barker, *Techniques of Archaeological Excavation*, London, B.T. Batsford, 1982; Philip Barker, *Understanding Archaeological Excavation*, London, B.T. Batsford, 1986; Andrea Carandini, *Historias en La Tierra. Manual de excavación arqueológica*, Barcelona, Editorial Crítica, 1997 e Edward Harris, *Princípios de Estratigrafia Arqueológica, ob. cit.*, Barcelona, 1991.

138- Uma unidade estratigráfica constitui uma realidade unitária e individualizável por um conjunto de características que a distinguem das restantes, à qual se lhe atribui uma numeração árabe crescente de acordo com a ordem de aparecimento no acto da escavação. São consideradas UEs realidades diversas, tais como os estratos, os elementos interfaciais (unidade de estratificação resultante da destruição ou da estratificação pré-existente e não da deposição simples de um estrato), as estruturas, as fossas, etc. (CARANDINI, 1997:56-57; HARRIS, 1991: 65-103).



[132]



[133]

se plantas, cortes e perfis¹³⁹ de pormenor, tantos quantos necessários, à escala de 1:20 (Figs. 48 e 49). Elaboraram-se duas modalidades de plantas: uma de características mais completas, mostrando diversas UEs que configuraram uma ou mais fases de ocupação e uma outra, mais simples, ao que se pode chamar uma planta de estrato simples, que regista num plano individual os elementos essenciais de uma UE.

Procedeu-se, também, ao registo fotográfico (fotografia e diapositivo) das áreas intervencionadas e dos objectos arqueológicos que nos pareceram mais significativos no contexto do achado. Nalguns casos concretos, como por exemplo, aquando da descoberta de moedas, de fragmentos de formas de açúcar e de outros objectos menos frequentes, fez-se o levantamento tridimensional e uma localização da sua disposição na planta de UE (Fig.132).

Para cada sítio arqueológico escolheu-se um acrónimo: para o Solar do Ribeirinho (S. RIB/98); para a Junta de Freguesia de Machico (JFM/00); para a Alfândega (ALF/00) e para a Casa da Travessa do Mercado (CTM/03).

Toda a escavação arqueológica é uma realidade complexa que exige dos intervenientes não só as indispensáveis capacidades técnicas (na leitura e interpretação da evidência arqueológica) mas, também, os necessários recursos humanos e materiais, todos eles dependentes, também, do tempo disponível. Deste modo, a realização de uma escavação implica previamente a concretização de uma série de diligências logísticas, como por exemplo: a preparação do terreno e respectiva limpeza (Fig.133), a colocação de andaimes e de outros equipamentos indispensáveis ao trabalho de campo e a constituição da equipa técnica para a coordenação dos trabalhos. Exceptuando-se o caso concreto do espaço do Solar do Ribeirinho - cujo plano de intervenção foi antecipadamente programado e calendarizado em estreita ligação com a autarquia machiquense e com a comunidade -, a condução dos restantes trabalhos arqueológicos na área urbana de Machico assentou numa linha de intervenção preventiva de acompanhamento técnico das movimentações do solo.

Em Machico, lidámos de perto com um contexto muito próprio de arqueologia urbana. A dinâmica de intervenção esteve, pois, subjacente, entre outros factores, à crescente expansão e à intensificação da ocupação urbana do centro da actual cidade. No entanto, não foi descuidada a



[134]



[135]

vertente de intervenção programada, pensada e reflectida no plano dos objectivos puramente científicos. Dessa estratégia concertada nasceu, efectivamente, o projecto de escavação do Solar do Ribeirinho (Figs.134, 147 à 149) e o plano de intervenção programada para outros sítios prioritários de Machico, nomeadamente a escavação do edifício alegadamente seiscentista da Rua General António Teixeira de Aguiar (Figs. 221 e 222), conhecido pela sua porta de desenho “manuelino” (actualmente em fase de escavação), dos fortes de Nossa Senhora do Amparo (Fig. 70) e São João Baptista e da Casa do Romeiro, junto à Capela de São Roque (Figs. 135 à 138).

Temos de reconhecer que a investigação arqueológica na Cidade de Machico envolve uma crescente complexidade. Levanta-se, pois, o problema da leitura da sedimentação acumulada ao longo do tempo (complexidade do registo estratigráfico) e o da inevitável variabilidade do registo (complexidade dos espaços). Na maior parte dos casos, observaram-se profundos revolvimentos de terras fruto de uma intensa actividade construtiva atingindo, inevitavelmente, os níveis modernos, sujeitos naturalmente a um maior desgaste. Foi sobretudo nestes contextos de remeximento de terras que apareceram, excepcionalmente, conjuntos de achados residuais certamente provenientes de níveis inferiores.

Os trabalhos arqueológicos na área urbana de Machico,¹⁴⁰ onde até à data não se tinham realizado acções desta natureza, iniciaram-se no Verão de 1998, no espaço exterior Sul do Solar do Ribeirinho. Seguiram-se outras intervenções pontuais, em 1999, 2000 e 2004, tendo-se, nesta data, dado por terminados os trabalhos, em grande parte devido ao risco eminente de desmoronamento do edifício.¹⁴¹



[136]



[137]



[138]

139- Procedeu-se ao registo de secções ou perfis acumulativos, desenhados à medida que as UEs foram sendo escavadas. Nas situações de acompanhamento arqueológico, sobretudo quando a exigência dos trabalhos levou ao corte do terreno, levantaram-se perfis ocasionais.

140- O pedido de autorização para a realização de trabalhos arqueológicos foi solicitado, de acordo com o quadro normativo da Região Autónoma da Madeira (Decreto Legislativo Regional n.º 23/91M), à Direcção Regional dos Assuntos Culturais que ainda não dispõe, actualmente, de profissionais de Arqueologia afectos ao seu quadro.

141- Numa oportunidade que tivemos de elaborar um estudo de síntese sobre a reabilitação do Solar do Ribeirinho, foi apresentada uma visão muito próxima do estado de degradação do edifício, sobretudo ao nível estrutural com graves deficiências físicas e anomalias construtivas (SOUSA, 2002:22-24).



[139]



[140]

Por diligências da nossa parte junto da Câmara Municipal de Machico, procurou-se acompanhar as obras de recuperação do actual edifício da Junta de Freguesia de Machico (Fig. 140), que funcionou em tempos como sede dos Paços do Concelho. A acção de acompanhamento técnico culminou com a descoberta, no pavimento do piso térreo, das bordas de uma cisterna de alvenaria de pedra, que se encontrava parcialmente entulhada. Reunidas as condições legais e demais autorizações, iniciaram-se em Maio de 2000, as escavações arqueológicas em simultâneo com as obras de recuperação do imóvel, tendo-se, efectivamente, prolongado a intervenção para o espaço logradouro do edifício.

No mesmo ano, decorreram as escavações no espaço da antiga Alfândega da Vila de Machico. Os trabalhos iniciados em Dezembro de 2000 estiveram sujeitos a condições climáticas muito adversas, com chuvadas e ventos fortes, que, além de terem danificado grande parte da logística das escavações, condicionaram o cumprimento dos prazos previamente acordados com a autarquia e com os proprietários.

A última intervenção arqueológica que integra o presente estudo decorreu entre os meses de Fevereiro e Junho de 2003, no pátio de uma moradia que designamos por Casa da Travessa do Mercado, situada no flanco Oeste do actual edifício da Junta de Freguesia. O interesse primordial do sítio, revelou-se pela sua localização e pela proximidade com um outro espaço anteriormente escavado, do logradouro da Junta de Freguesia, pois possibilitaria à partida a comparação com as realidades estratigráficas consideradas.

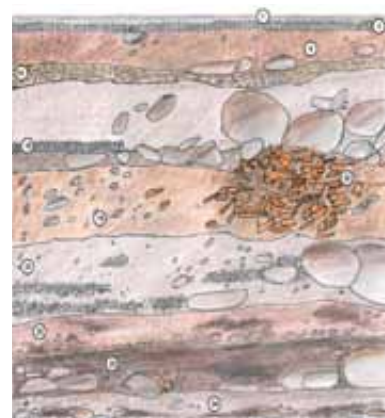
Todo o sítio arqueológico encontra-se num estado estratificado como resultado de uma acção natural (fenómenos de deposição, erosão, etc.) e humana (muros, valas, pavimentos, etc.), actividade esta que, em geral, o complexifica. Neste sentido, a estratificação identificada nas escavações arqueológicas constitui um registo inequívoco da actividade humana, compartimentada no espaço e no tempo. Ela constitui para o arqueólogo um “corredor cronológico”; diacrónico e sincrónico, individualizado pela acção do Homem - essa mesma actividade que, uma vez definida numa sequência estratigráfica, revela a periodização do estabelecimento arqueológico.

A periodização seguiu, fundamentalmente, duas etapas: a elaboração da sequência estratigráfica¹⁴² e a divisão desta sequência em fases e períodos, respectivamente, no decurso da escavação e na etapa seguinte: a da análise e interpretação dos objectos e das estruturas que compoñham as UEs. Os “períodos” registados na sequência estratigráfica correspondem

[84]

a unidades de tempo que agrupam extensivamente várias “fases” da estratigrafia dos sítios arqueológicos, registando-se apenas no presente caso os períodos “moderno” e “contemporâneo”. O período é, pois, um agrupamento mais amplo, quando comparado com a “fase” - outra realidade estratigráfica mais curta no tempo e que pode agrupar uma ou mais UEs.

De uma maneira geral, do ponto de vista estratigráfico, a ocupação dos vários sítios arqueológicos de Machico revelam uma certa complexidade de registo e leitura. As maiores dificuldades ocorreram na interpretação dos momentos descontínuos, sobretudo nos contextos estratigráficos verificados no exterior da Casa da Travessa do Mercado e no logradouro da Junta de Freguesia de Machico. Mais perceptível revelou-se a identificação das fases de ocupação/ utilização dos espaços, leitura que acabou por ser compensada pela ocorrência de estruturas que compõem os pavimentos (de calhau rolado, pedra irregular ou tijoleira).



[141]

A datação da estratigrafia arqueológica está manifestamente dependente da análise e interpretação dos objectos que compõem os diferentes níveis. Esta operação, apesar de complexa e de levantar vários problemas, é inquestionavelmente decisiva para a inferência cronológico-cultural do sítio. Para sermos mais precisos, servimo-nos das palavras de Edward Harris: “ *La estratificación arqueológica proporciona al excavador un cúmulo de información estratigráfica, estructural y topográfica. Los objetos naturales y manufacturados hallados en los estratos proporcionan a esta información su ubicación histórica, ambiental, cultural y cronológica.*” (HARRIS, 1991:176).

Outras observações complementares foram, justamente, tidas em consideração na problemática da interpretação da estratigrafia arqueológica e respectiva periodização:

- Todas as UEs que compõem a estratigrafia arqueológica (formada por uma massa acumulada de estratos e interfaces)¹⁴³ mantêm relações entre si. Consideraram-se, basicamente, três tipos de relações: de posterioridade, de anterioridade e de igualdade (Fig.131);

- A atribuição cronológica dos níveis estratigráficos que compõem os sítios arqueológicos teve em consideração a análise do conjunto dos dados arqueológicos, procedendo-se a uma cuidada avaliação da natureza dos objectos encontrados, com o objectivo de fazer uma avaliação dos achados classificados de originais, residuais e infiltrados. Esta situação levanta outras problemáticas: é legítimo fazer a distinção entre a cronologia dos estratos e a cronologia do espólio contido nesses estratos, pois, se considerarmos um contexto de deposição, as peças nele encontradas aparecem associadas não a uma utilização primária, mas a uma actividade posterior de abandono (considerada secundária ou mesmo terciária). A complexidade da leitura revela-se, sobretudo, na dialéctica de que os objectos e os artefactos achados, nos níveis arqueológicos, representam cumulativamente vários hiatos cronológicos, isto é, os períodos de fabrico, de uso e de abandono ou deposição que, aliás, pode ser ocasional ou deliberada;

- Com as habituais reservas em relação à presença dos objectos residuais ou infiltrados e ao facto da maior parte dos estratos arqueológicos não se encontrarem selados e, portanto, sujeitos

142- A sequência estratigráfica é uma abstracção que pode definir-se como a ordem de deposição dos estratos e a criação de elementos interfaciais num sítio arqueológico, durante um certo período de tempo (extraído e adaptado de HARRIS, 1991:153-154).

143- As interfaces são as superfícies de um estrato, ou seja, as superfícies de contacto entre duas UEs.



[142]



[143]



[144]



[145]

a uma possível intrusão posterior, admite-se, geralmente, que um objecto mais recente está mais próximo da cronologia do estrato (CARANDINI, 1997:35-36; BARKER, 1982:197), ou seja, esse objecto determina o *terminus post quem* - a data do estrato deverá ser posterior à data do fabrico do referido objecto. Vejamos um exemplo, tendo como referência o valor cronológico das moedas no contexto arqueológico. Ao identificarmos um conjunto significativo de ceitis do reinado de D. Afonso V (1438-1481), debaixo do pavimento de calhau rolado da Casa da Travessa do Mercado (UE16), inferimos que aquele chão terá sido construído depois de 1481 e, deste modo, os ceitis fornecem-nos um *terminus post quem*. Por outro lado, o processo de datação relativa, também põe em prática o conceito de *terminus ante quem* - que, de uma maneira geral, demonstra que no caso de termos um estrato bem individualizado e com uma cronologia coerente, todos os outros que o antecedem são, necessariamente, anteriores àquele (CARANDINI, 1997:155; BARKER, 1982:198).

[Quadro]

Datas convencionais e calibradas obtidas por radiocarbono

Acrónimo	Idade (anos BP)
ALF/00-5-2	870 ± 50

Acrónimo	Datas calibradas com uma probabilidade de 1 sigma *
ALF/00-5-2	1063-1076 cal AD 1126-1134 cal AD 1159-1230 cal AD
Acrónimo	Datas calibradas com uma probabilidade de 2 sigma
ALF/00-5-2	1031-1279 cal AD

* O laboratório usou, para calibração, a curva de STUIVER e PEARSON (Radiocarbon, 35 (1), 1993, 1-23).

[146]

A interpretação das sequências estratigráficas em complemento com o estudo dos materiais arqueológicos proporcionaram a aferição cronológica da ocupação humana dos sítios de Machico. Além da análise dos diversos grupos cerâmicos (cerâmica comum, vidrada, esmaltada, faiança e porcelana), consideraram-se outros materiais de interesse cronológico acrescido, com especial relevância para as moedas. Apesar de estarmos conscientes da complexidade que este tipo de artefactos levanta na problemática da datação (pois, entre os vários factores associados ao tempo de uso e de deposição da moeda, há necessidade de proceder-se a uma leitura apurada, a fim de determinar na sequência estratigráfica aquelas que podem ser o resultado de acções residuais ou de infiltração), de uma maneira geral as moedas representam um não menos importante indicador cronológico do contexto estratigráfico em que foram achadas. Efectivamente, estes achados proporcionam ao arqueólogo um *terminus post quem*, considerando-se apenas a UE em que estes foram recolhidos (BARKER, 1982:188).

Procurou-se sujeitar à datação por radiocarbono uma amostra de uma espécie vegetal, que veio a ser posteriormente identificada como vinhático, encontrada *in situ*, no interior do canteiro do espaço da Alfândega de Machico (Fig.145). No entanto, o resultado da datação não veio a ser conclusivo, muito provavelmente pela fiabilidade da amostra,¹⁴⁴ representada, neste caso, por um elemento de raiz. Todavia, a datação convencional obtida 870 ± 50 BP deixa antever a hipótese da preexistência daquela espécie vegetal num momento cronológico anterior à construção da Alfândega (Fig.146).

[86]



[147]



[148]

3.2. Os espaços arqueológicos escavados

3.2.1. Solar do Ribeirinho

O Solar do Ribeirinho, também conhecido por Solar de São Sebastião¹⁴⁵ ou Solar do Rosário,¹⁴⁶ é um edifício dos finais do século XVII, implantado na malha urbana histórica da Cidade de Machico, a uma altitude aproximada de 10 metros (Figs. 86, 134, 147 à 149). Fica contíguo à Rua do Ribeirinho e limitado a Norte pela Rua Padre Pontes, a Este pela Rua do Ribeirinho e a Sul pela antiga Estrada Regional 101.

A edificação do solar aparece conectada à família Mendonça e Vasconcelos, mais precisamente ao fidalgo da casa de El-Rei, Matias de Mendonça e Vasconcelos. Este nobre machiquense desempenhou vários cargos ao serviço do Rei, entre eles, o da cobrança da tributação das guerras do Alentejo e a resolução de contendas relacionadas com a venda do vinho (MOREIRA, 2000:12-13).

Adquirido pela Câmara Municipal, o solar, que é classificado de Interesse Municipal,¹⁴⁷ aguarda a instalação do primeiro do Núcleo Museológico Municipal com o objectivo de assegurar a prestação de um serviço cultural e educativo ao concelho (SOUSA, 2004).

Do ponto de vista arquitectónico, o imóvel apresenta um enquadramento urbano de planta quadrangular com três pisos, sendo o último constituído pela excepcional torre de corpo



[149]

144- Agradecemos os esclarecimentos do Engenheiro Monge Soares do Instituto Tecnológico e Nuclear. As datações foram realizadas no Laboratório de Datação por Radiocarbono do Instituto Tecnológico e Nuclear.

145- Atribuição de Carlos Cristóvão considerando que o nome do último dos morgados foi Sebastião de Mendonça e Vasconcelos (CRISTÓVÃO, 1984:10; CRISTÓVÃO, 1989:25).

146- Advindo-lhe a designação pela existência de uma capela anexa com o orago de Nossa Senhora do Rosário (SILVA, 1946:343; SARMENTO, 1950:8).

147- O processo de classificação foi requerido pela Câmara Municipal de Machico, em Novembro de 1998, com parecer técnico da Associação de Arqueologia e Defesa do Património da Madeira (ARCHAIS) e, posteriormente, classificado por Resolução do Presidente do Governo Regional, n.º 1732/98, JORAM, n.º 114 de 31 de Dezembro de 1998. Com a publicação da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, a sua classificação de "Imóvel de Valor Local" foi reconvertida para "Interesse Municipal".



[150]



[151]

rectangular adossado perpendicularmente. A torre constituía, pois, um elemento de referência da arquitectura solarenga e ao desejo de horizonte visual com a periferia e com o mar, característica bem vincada nas palavras de Álvaro Reis Gomes: “A “torre”, munida de óculo, era, antes do vapor e do telégrafo, o observatório da chegada dos navios, às vezes tão longamente esperada, mensageiros de notícias, portadores de mercancias (...)”, (GOMES, 1968:26).

A fachada principal está virada para nascente e é de composição linear, de grande simplicidade e sobriedade, destacando-se as portas e janelas com molduras em cantaria regional e vidraças do tipo guilhotina.¹⁴⁸ Sobressai da mesma fachada, o portal principal de cantaria, rematado em cornija, ladeado por duas portas, no segundo piso três janelas simples, simétricas e no piso superior, a torre com dois quartos amplos e três janelas, orientadas respectivamente para poente, nascente e para Sul. O acesso à torre faz-se pela escadaria de madeira do segundo piso.

O rés-do-chão, além da cozinha, dispunha de mais seis lojas, lagar e adega, observando-se numa das paredes divisórias, um belo arco em cantaria. Tem-se afirmado que as cavalariças do solar se localizavam no rés-do-chão do edifício (CARDOSO, 2001:103). No entanto, tal informação tem vindo a ser insistentemente refutada, não só pelo facto da tradição oral situar a localização das cavalariças no exterior Oeste do edifício (informações orais recolhidas junto do Sr. Cupertino da Câmara, ex-funcionário da Câmara de Machico), mas, também, pelos dados disponibilizados pelos trabalhos arqueológicos. Efectivamente, uma sondagem arqueológica realizada nos terrenos anexos à parte Oeste do imóvel pôs à vista um conjunto de estruturas de pedra, de pequena dimensão, com uma elevada probabilidade de se tratar das cavalariças (Fig.150).¹⁴⁹

A fachada Sul apresenta, no corpo mais baixo, três janelas, duas delas rectangulares, com duas portas emolduradas em cantaria. O segundo piso, o mais nobre da casa, é constituído por seis quartos, três virados para o Ribeirinho e outros três para a parte traseira do solar. No alçado poente, destaca-se no canto inferior esquerdo do andar térreo um interessante óculo de iluminação quadrilobado,¹⁵⁰ em cantaria vermelha (Fig.151).



[152]

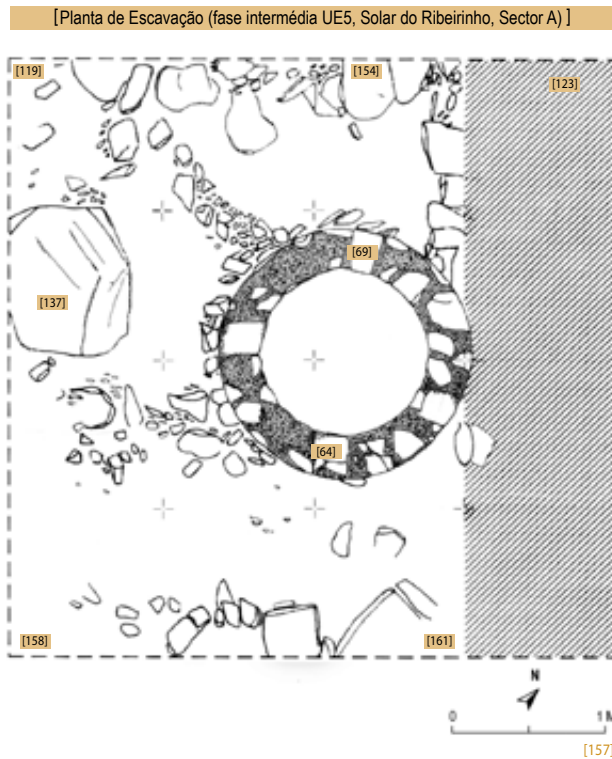
O Solar é todo ele construído por alvenaria de pedra aparelhada e cal com paredes portantes (cerca de 60 cm de espessura) e foi recentemente alvo de um projecto de recuperação, da autoria do arquitecto Vítor Mestre.

A entrada mais ampla, a social, é ladeada por duas pilastras de secção rectangular em cantaria cinzenta, observando-se à direita um banco de pedra em cantaria vermelha. Junto ao alçado lateral esquerdo, avista-se a cisterna construída em pedra semi-aparelhada, posta a descoberto nas escavações do Verão de 1998. Os arredores do imóvel aparecem verdejados por exuberantes jacarandás, sendo o piso calçetado com pedra de calhau rolado.



[153]

Anexa ao Solar do Ribeirinho existiu, em tempos, a Capela do Rosário, mandada edificar pelo capitão Matias de Mendonça e Vasconcelos, em 1654 (SILVA, 1946:343) e que terá sido destruída pela aluvião de 1803. Alberto Artur Sarmento assinalou o que ainda restava daquele edifício religioso: “Da capela do Rosário existem paus e pedras, socos e restos de cantarias dispersos por quintais na vila e a pia de água benta em pia de água cebenta” (SARMENTO, 1950b:8). Entretanto, a descoberta ocasional de azulejos de padrão massaroca, na loja frontal direita do rés-do-chão do Solar do Ribeirinho, em Fevereiro de 1984, suscitou grande interesse na altura, aventando-se a hipótese de que tais azulejos (formando vários conjuntos parietais e outros armoriados) teriam pertencido ao revestimento interior da referida Capela do Rosário (Figs.152 e 153).



[154]



[155]



[156]

Os trabalhos arqueológicos, no Solar do Ribeirinho, iniciaram-se com as várias acções de prospecção, tendo-se optado pela abertura do quadrado de escavação no perímetro onde foram descobertas as bordas da cisterna, junto ao alçado lateral esquerdo do imóvel (Figs.154 à 157). O espaço foi dividido em duas áreas, respectivamente o Sector A, correspondente à parte Sul do edifício, e o Sector B, a área a Oeste do solar, onde, aliás, foram detectadas as primeiras estruturas das cavaliças (Fig. 150).

A orientação do quadrado 4x4m seguiu de perto as estruturas existentes, orientando-se de acordo com o alinhamento do imóvel. A escavação deste espaço fez-se simultaneamente com a escavação do poço-cisterna – que, do ponto de vista estratigráfico, constituía um outro ambiente (Ambiente II), apenas com potência estratigráfica do século XX.¹⁵¹ Admite-se que a construção do poço é contemporânea ao edifício do solar (Fig.154). A estrutura apresenta

148- A generalização das janelas de guilhotina, em substituição dos postigos de madeira, terá ocorrido na segunda metade do século XVIII (FERNANDES, 1996:294).

149- Na fotografia aérea de 1963 (fiada n.º 102 do rolo 10, escala aproximada de 1:1250) é possível observar um pequeno compartimento de pedra, sem cobertura, na parte Oeste do edifício que presumimos ser as estruturas que ainda restavam da cavaliça (Fig. 7).

150- Eduardo Pereira situa a introdução destes óculos quadrilobados para a iluminação no último quartel do século XVII (PEREIRA, 1989:396).

151- Identificaram-se estratos com apenas materiais cronologicamente atribuídos ao século XX. Esta situação poderá ser explicada pela operação de limpeza e desentulhamento a que os poços estavam sujeitos ciclicamente. No entanto, tirando um leve enchimento sub-contemporâneo com cerca de 50cm, registaram-se duas UEs distintas na escavação da cisterna: o UE2 composta por terras de cor cinzento-escuro, com 1,50m de espessura, conservando grande quantidade de areia, restos de fauna, flora, cerâmica e vidros do século XX; e a UE3 de tonalidade mais clara, com 1,30m de espessura, contendo abundantes materiais cerâmicos, vidros, ossos de animais e espinhas.

[Perfil estratigráfico da metade Oeste (Solar do Ribeirinho)]

UE1 – Nível irregular com terra revolvida de cor castanha, T51, medindo 0,10m de espessura média, contendo pedras de médias e grandes dimensões, entre as quais pequenos seixos rolados, com pequenos nódulos de argamassa, restos de moluscos e vegetais. Forneceu um numeroso conjunto de cerâmica do século XX (cerâmica vidrada, cerâmica pó de pedra, grés, porcelana, faiança e cerâmica de construção).

UE2 – Camada de textura compacta de cor acinzentada, R30, apresentando alguns nódulos de argila e argamassa, com fósseis gastrópodes, ossos de animais, grandes quantidades de cerâmica do século XIX (cerâmica comum, vidrada, faiança portuguesa e inglesa) e dois fragmentos de azulejos policromos. O estrato forneceu, também, vários numismas do século XIX e um excepcional exemplar de uma pedra brasonada (Fig. 376). Mede entre 0,20 e 0,50m de espessura.

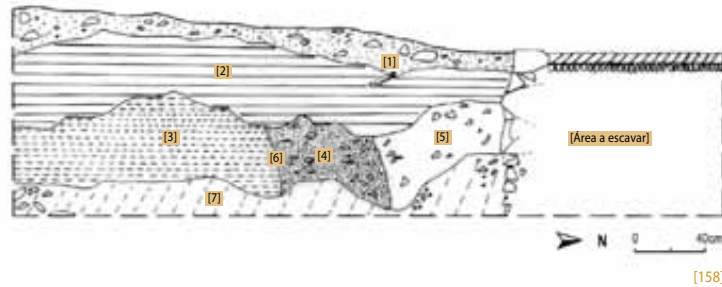
UE3 – Terras de tonalidade castanha, R49, muito compacta com uma espessura média 0,30m a 0,50m. Forneceu um conjunto diversificado de objectos arqueológicos, nomeadamente cerâmicas, azulejos policromos pertencentes ao padrão do tipo “massaroca”, materiais metálicos e outros objectos em osso.

UE4 – Vala de enchimento com terras de textura semi-compacta de tonalidade acastanhada, T30, com uma espessura aproximada de 0,30m. Forneceu um abundante acervo de fragmentos de cerâmica comum e vidrada (pratos, alguidares, testos, panelas, tigelas e tachos), faianças, vários exemplares de formas de açúcar de bordo não emoldurado e outros objectos (marcas de jogo, botões em osso, dedais, botões de cobre e fragmentos de haste de cachimbo).

UE5 – Terras de cor castanha, R49, de textura mais ou menos compacta contendo abundantes elementos pétreos e cerâmica de construção. Apresenta uma espessura de cerca de 0,40m.

UE6 – Elemento interfacial.

UE7 – Camada de terras de cor castanha, T71, de textura muito compacta, com uma espessura que vai dos 0,20m aos 0,40m. Recolheram-se vários fragmentos de cerâmica comum e faiança pintada a azul-cobalto de fabrico português representada, essencialmente, pelos pratos e pelas tigelas.



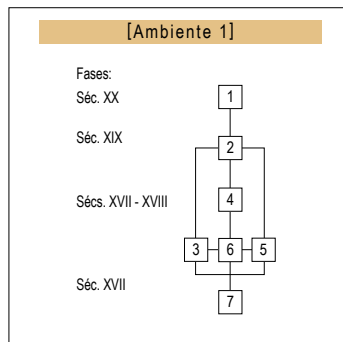
uma configuração circular, com 1,10m, de diâmetro interno e aproximadamente 6m de profundidade (SOUSA, 2000:43).

Foi possível verificar, no decorrer da escavação, as fases de deposição e revolvimento que o sítio sofreu ao longo do tempo, sobretudo pela abertura da vala/perfuração que se destinou à construção do poço. Identificaram-se várias fileiras de pedras, dispostas assimetricamente na periferia das paredes exteriores da cisterna. Presume-se que esta ocorrência tenha a ver com o funcionamento do poço, permitindo uma maior fluidez na condução da água até às paredes limítrofes daquela estrutura (Fig. 157).

Na metade Oeste do quadrado, registamos uma sucessão estratigráfica formada por 7 UEs (Figs.158 e 159). Os estratos superficiais, respectivamente a UE1 e a UE2, correspondem naturalmente a uma fase de ocupação mais recente do sítio. A UE2 parece situar-se, com alguma segurança, numa fase de ocupação do século XIX, tendo inclusive fornecido, além de várias numismas oitocentistas, grandes quantidades de faiança policroma portuguesa e cerâmica de pó de pedra de fabrico inglês do século XIX.

Consideraram-se vários achados residuais, presentes sobretudo nos estratos 2 e 3, tais como os pratos melados com decoração a óxido de manganés e os vários fragmentos de azulejo de gramática *massaroca*.

A massa estratigráfica do perfil estratigráfico referido permitiu observar que a UE1 se sobrepõe à UE2 que, por sua vez, cobre as unidades 3,4,5 e 6 acumuladas sobre a 7. A UE4 representa muito provavelmente uma vala de enchimento (aliás, bem visível pela grande diversidade tipológica dos materiais exumados), aberta pelo elemento interfacial 6 (UE negativa). Entre os vários objectos recolhidos nesta camada, sublinha-se a expressiva quantidade de cerâmica comum e vidrada (grupos representados essencialmente pelos pratos (Figs.160 e 161), alguidares, testos, tigelas, algumas de cerâmica preta com típicas pegas triangulares e formas de açúcar, Fig.162) junto de outros materiais significativos para a compreensão da vivência quotidiana daquela habitação, designadamente, marcas de jogo, botões em osso, fragmentos de canudo de cachimbo, dedais e botões em cobre, além dos frequentes núcleos de calcário e de pequenas lascas de quartzo e sílex (Figs. 373 e 374). A escavação verificou que esta vala (UE4), com uma espessura média de 0,30m, tinha continuidade até às paredes da cisterna. Por outro lado, o seu aparecimento veio eliminar a correlação entre as unidades 3 e 5, pois, sendo distintas, uma delas é necessariamente mais antiga.



[159]

[90]



[160]

Fizemos, também, a distinção entre duas sequências estratigráficas diversas que se traduziram em dois ambientes, respectivamente o Ambiente I relativo à escavação do quadrado, e o Ambiente II, identificado na escavação da cisterna.

No Verão seguinte, em 1999, estendemos a área escavada mais para Sul, obtendo-se uma proximidade de leitura da sequência estratigráfica àquela detectada inicialmente junto à cisterna. No entanto, numa área particularmente restrita da escavação, identificou-se um estrato (UE3), composto essencialmente por terras carbonizadas e uma quantidade apreciável de faianças portuguesas dos séculos XVII e XVIII. Atendendo às características deste estrato, designadamente a sua composição material de cor muito escura, aparentemente muito semelhante às terras que provêm do interior da cisterna, aventou-se a hipótese de serem materiais derivados de uma antecedente acção de limpeza e desentulho do poço e que, provavelmente, teriam sido depositados nas suas imediações (Fig.163). Note-se que este estrato cobria parcialmente um outro (UE4), fazendo parte, na sequência estratigráfica, de uma fase de ocupação atribuída ao século XIX.



[163]



[161]

[S.RIB/98-3-401]

Prato. Fragmento de bordo e bojo de prato vidrado castanho, decorado a óxido de manganês na superfície interna. Bordo não espessado de lábio afilado, para o convexo, com 5mm de espessura. O bojo apresenta-se com 7mm de espessura. Pasta de cor rosada L47, muito bem depurada, compacta e com escassos ENP.

DE: 260mm, EB: 3mm, EBJ: 8mm.



0 2cm

[162]

[S.RIB/98-4-47]

Forma de açúcar. Fragmento contendo porção de bordo e bojo de forma de açúcar com pasta semi-compacta, com o núcleo de cor acinzentada, M73, contendo abundantes ENP micáceos, quartzosos e nódulos de barro cozido de grão fino, médio e alguns de dimensão grosseira. Bordo ligeiramente espessado e lábio arredondado. As superfícies apresentam uma cor alaranjada, M45.

DE: 245mm, EB: 14mm.



[164]



[165]

3.2.2. Junta de Freguesia

O edifício da Junta de Freguesia de Machico¹⁵² é um imóvel de planta quadrangular dos finais do séc. XVII, que revela grande sobriedade de construção, constituído por paredes portantes em alvenaria de pedra com paredes divisórias interiores em tabique ou alvenaria (Figs. 164 e 165). Possui dois pisos (rés-do-chão e 1º andar), mais o sótão. Localiza-se no entrocamento da Rua Conselheiro José Ribeiro da Cunha (antiga Rua da Cadeia) com a Travessa do Mercado, confinando a Oeste com a Casa da Travessa do Mercado e com o harmonioso solar urbano da família do Morgado Cupertino da Câmara¹⁵³ (Figs. 166 à 168).



[166]

No piso superior, as janelas são do tipo guilhotina sem molduras de cantaria e, no piso térreo, são de portadas de madeira com vergas de cantaria vermelha e cinzenta regional. A chaminé exterior é de forma quadrangular.

A cobertura do edifício é em telha de meia cana assente sobre uma estrutura metálica, colocada com os trabalhos de recuperação. As paredes exteriores, em alvenaria de pedra, foram rebocadas e pintadas a branco com embasamento a azul. As portadas das janelas foram pintadas a ocre.



[167]

A intervenção arqueológica no imóvel resultou dos trabalhos de acompanhamento arqueológico levados a cabo no decorrer das obras de recuperação do edifício da Junta de Freguesia, especificamente aquando da descoberta da parte superior de uma cisterna localizada no pavimento do piso térreo, precisamente, sob um interessante arco em cantaria mole (Figs. 15 e 169).

Verificando-se uma distinção entre as várias ocorrências de estruturas arqueológicas no interior e exterior da moradia, optou-se por dividir metodologicamente a área em 3 Ambientes, designadamente o Ambiente 1 (poço-cisterna), no interior, e o Ambiente 2 (logradouro) e 3 (Vala1 UE16), no exterior da habitação.

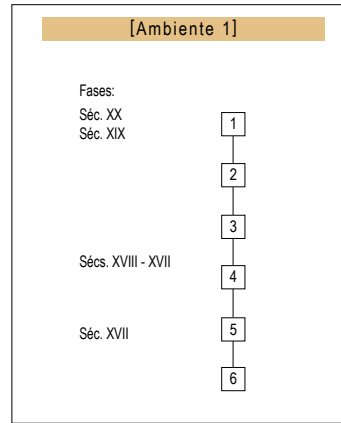


[168]

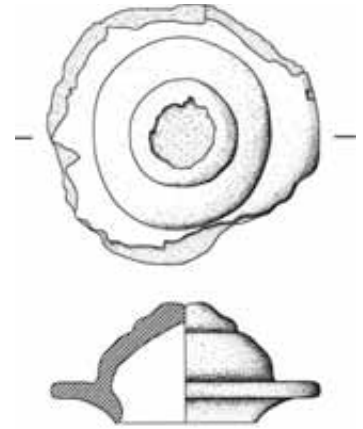
Os trabalhos iniciaram-se, pois, com a escavação do poço,¹⁵⁴ uma estrutura de planta circular com 0,90m de diâmetro interno, todo ele construído em pedra semi-aparelhada (Figs. 15 e 170). O interior forneceu um interessante espólio arqueológico, constituído essencialmente por cerâmicas, metais, vidros, restos paleobotânicos e faunísticos do século XVII ao XX. A primeira



[169]



[170]



0 2cm

[171]

camada (UE1), de um total de quatro correspondentes ao enchimento, situava-se a partir dos 0,70m de profundidade e forneceu grande quantidade de pedras e cerâmica de construção, entre outros materiais que se enquadram cronologicamente nos finais do século XIX e inícios do século XX (cerâmica comum, vidrada, faianças, vidros e metais). Este estrato pode estar directamente relacionado com a fase de abandono e entulhamento do poço, que pode ter ocorrido entre os finais do século XIX e o primeiro quartel do século XX. Seguiu-se uma camada menos espessa (UE2), com 0,40m, de terras de cor castanha escura com abundantes vestígios de areia, contendo abundantes materiais pétreos, cerâmica comum, telhas, faianças portuguesas e cerâmicas de pó de pedra de fabrico inglês.

As UEs 3 e 4 finalizam o potencial estratigráfico da cisterna e cumulativamente coincidem com a fase de ocupação do espaço, ocorrida no século XVII. A UE3, com uma espessura média de 0,30m, forneceu um conjunto interessante de materiais, entre os quais um caldeirão de cobre (Figs. 351 e 352), tijoleiras, pregos e vários exemplares de cerâmica comum, nomeadamente do grupo de pasta regional, representado pelos tachos de pegas triangulares, pelos fogareiros e tigelas. Seguiu-se a UE4, formada por terras pastosas de cor escura e com uma espessura média de 0,20m. A camada forneceu um conjunto muito diversificado de materiais cerâmicos, entre os quais vários fragmentos de painéis de paredes finas do grupo de cerâmica preta; dois gargalos e componentes de parede de anforetas; numerosos exemplares de recipientes de pasta regional (tigelas, alguidares, tachos, testos, tampas, Figs. 171 e 172), destacando-se,



[172]

[JFM.P/00-4-39]

Tampa de cerâmica comum, com a superfície externa engobada a vermelho escuro T20, com pasta ligeiramente grosseira de cor castanho avermelhado S27. Presença escassa de ENP
DE: 90mm, AL: 39mm.

152- O edifício foi recuperado pela Câmara Municipal de Machico para ali funcionar os novos serviços da Junta de Freguesia de Machico e sala polivalente de actividades culturais. O projecto de recuperação procurou manter a estrutura do edifício, estabelecendo um diálogo entre a pré-existência e a linguagem arquitectónica contemporânea, evitando "enganosas reconstruções e falsos regionalismos" (GASPAR, 2005:117).

153- Este solar localiza-se na actual Rua General António Teixeira de Aguiar (antiga Rua Direita) e constitui um digno exemplar da arquitectura madeirense, característico pela sua planta em "L" e pela sua construção em alvenaria rebocada e pintada de ocre, de molduras em cantaria insular, onde as janelas possuem vidraças de guilhotina e lambrquins e estores de ripas (GASPAR, 2005:116).

154- Os trabalhos de escavação do poço foram, inicialmente, desenvolvidos pelos nossos colegas Drs. João Lino Moreira e Arlindo Quintal Rodrigues, que sempre disponibilizaram elevado empenho na condução deste tipo de acções.



[173]



[174]



[175]

pela sua expressividade numérica, a presença de fragmentos de pratos e tigelas de faiança portuguesa pintada azul-cobalto da primeira metade do século XVII. Entre os artefactos de metal, salientamos os pregos e as cavilhas.

O final da escavação permitiu verificar que a estrutura do poço assentava, na sua profundidade máxima de 2,50m, sobre um travejamento formado por barrote de madeira ligados entre si (UE6), (Fig.173), cuidadosamente colocados no substrato geológico, constituído fundamentalmente por calhaus rolados de pequenas e médias dimensões. Ao forro do poço, de pedra semi-aparelhada, atribuiu-se a UE5.

Tal como no Solar do Ribeirinho, o primeiro piso da Junta de Freguesia seria o espaço da casa destinado à arrecadação e às lojas que compõem as necessidades quotidianas, caso da adega ou do lagar, e o segundo piso o espaço por excelência da residência dos proprietários. Era neste piso que se localizava a cozinha e um dos seus componentes essenciais: o forno. A sua construção é de cantaria regional (provavelmente oriunda das pedreiras da vizinha localidade do Caniçal),¹⁵⁵ combinada com cantaria cinzenta, dita rija, talhada com precisão para a moldura do forno (Figs.174 e 175).

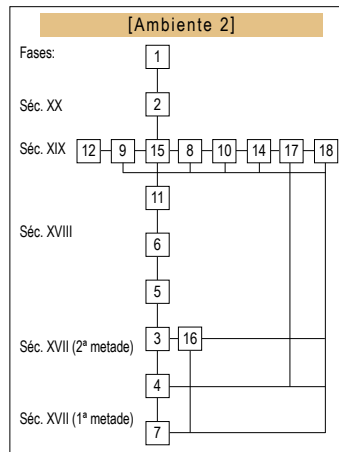
Note-se que este foi posto a descoberto com o derrube de uma das paredes do segundo piso. Presume-se, segundo a evidência material encontrada no seu interior (composta basicamente por recipientes em grés e cerâmica em pó de pedra de imitação oriental típicos do século XIX), que a sua utilização tenha sido suspensa entre os finais do século XIX e os princípios do século XX.

Terminada a escavação do poço, optou-se por intervir no exterior Oeste da habitação, na área reservada ao logradouro com aproximadamente 24m² (Ambiente II, Fig. 176). Em primeiro lugar e com o objectivo de estudar o potencial arqueológico do local, procedeu-se à abertura de uma sondagem no extremo esquerdo deste pátio. A opção pela escavação deveu-se naturalmente ao interesse estratigráfico do local, que ofereceu um conjunto de ocorrências de elevado interesse para o conhecimento do uso do espaço (nomeadamente os vários tipos de pavimentos e outras estruturas relacionadas com a vida quotidiana daquela habitação).

A escavação decorreu, assim, em todo o espaço exterior da casa, aproveitando o seu alinhamento, tendo como limite Sul um muro de blocos de cimento, que separa esta habitação



[176]



[177]

de uma outra, também com logradouro, denominada Casa da Travessa do Mercado, que também foi alvo de uma intervenção arqueológica, entre Fevereiro e Junho de 2003.

A massa estratigráfica identificada envolve alguma complexidade, sobretudo na interpretação de determinados níveis de grande remeximento do solo, que acabaram por levantar leituras dispersas, provavelmente de momentos de descontinuidade detectados logo nas primeiras realidades estratigráficas postas à vista. De uma maneira geral, a escavação do logradouro da Junta de Freguesia de Machico revelou diferentes estruturas sobrepostas (alicerces, pavimentos, levadas, valas), correspondendo a várias fases de ocupação e abandono do espaço ao longo de uma considerável espessura diacrónica (Fig. 177).

As primeiras unidades estratigráficas identificadas correspondem a uma fase de ocupação do espaço entre os finais do século XIX e a primeira metade do século XX, bem visível pela estrutura da pavimentação utilizada, num primeiro caso (UE1), composto por um cimento argamassado e, no segundo (UE2), formado por um interessante piso de calhau rolado fino, do mar, compondo uma sequência geométrica quadriculada (com agrupamentos de pequenos quadrados de 0,40m).

Paralela à UE17, composta por terras pouco compactas de cor castanha, com abundantes vestígios de argamassa e pequenos calhaus afeiçoados distribuídos de forma irregular no terreno, pôs-se à vista um conjunto de estruturas relacionadas com as obras de saneamento privado e municipal (UEs 8, 9, 10 e 12) respectivamente, tubos de plástico e de metal.

As UEs 4, 5 e 6 forneceram materiais relevantes do ponto de vista da datação do contexto. O estrato formado pela UE4, muito homogéneo do ponto de vista estratigráfico, sobreponha-se através de uma fina camada de terras de cor castanha escura (S51), ao piso de calhau rolado (UE7, Fig. 186). Os materiais exumados revelam a diversidade artefactual do sítio, sublinhando-se a presença de praticamente todos os grupos cerâmicos (pratos, anforetas, almofarizes, copos e testos de cerâmica comum (Fig.178); escudelas e pratos vidrados, porcelana do século XVII, majólicas italianas e faiança portuguesa pintada a azul e azul vinoso do século XVII) e

- UE1 – Piso de cimento medindo 0,08m.
- UE2 – Piso de calhau rolado formando um padrão geométrico quadrangular com 0,07m.
- UE8 – Cano (saneamento).
- UE9 – Cano (saneamento).
- UE10 – Cano de metal (saneamento).
- UE11 – Aglomerado de pedras de médias e grandes dimensões.
- UE12 – Cano (saneamento).
- UE14 – Estrutura de contraforte de esbarro.
- EU 15 – Terras de textura pouco compacta com abundantes pedras de calhau miúdo do mar e restos argamassados.
- UE3 – Camada de terras de cor castanha (P30) contendo um grupo diversificado de espólio arqueológico (cerâmica comum, faianças com decoração combinada a azul e vinoso, restos de fauna, materiais metálicos e outros em osso). Apresenta uma espessura média de 0,30m.
- UE16 - Vala1
- UE17 - Vala2
- UE18 - Vala3
- UE4 – Camada de sedimentos de tonalidade castanho-escuro (S51) com abundantes restos osteológicos e cerâmicos. Mede 0,30m de espessura.
- UE5 – Pequena bolsa que corta a UE4 composta por terras carbonizadas contendo grandes quantidades de cerâmica comum, cerâmica de construção, materiais metálicos e restos osteológicos. Mede 0,18m de espessura.
- UE6 – Unidade interfacial da UE5.
- UE7 – Piso de calhau rolado.



[178]

[JFM/00-4-33]

Testo. Fragmento de parede e base de testo com pega em forma de pitorra. Superfícies manchadas a negro e pasta compacta de cor alaranjada L47, com escassos ENP de finas dimensões. Base rasa de assentamento discoidal.

DE: 114mm, EF: 6mm.



de outros objectos de osso e metal (pregos alfinetes de cobre e contas em osso, Figs.179 e 180). Curiosamente, esta unidade continha, também, abundantes restos de moluscos (lapas, caramujos e búzios), em diversas situações associados à presença de pequenos alfinetes de cobre, dando a ideia de terem sido utilizados para auxiliar a extracção da parte comestível da concha do marisco, nomeadamente do caramujo.



Por sua vez, as UEs 3 e 4 parecem ter sido cortadas pela vala formada por uma pequena bolsa de 0,18m de espessura média (UE5), aberta pelo elemento interfacial UE6. O seu enchimento revelou grandes quantidades de fragmentos de recipientes de cerâmica e materiais osteológicos, misturados em terras muito revolvidas, com abundantes carvões vegetais. Por outro lado, as UEs 3, 4 e 5 cobriam a UE7, representada por um interessante pavimento de calhau rolado de desenho geométrico simples (quadrados com 1m de lado aproximadamente), correspondendo a uma fase de ocupação da primeira metade do século XVII (Figs. 176 e 177).

Uma outra estrutura (UE14), que se encontrava adossada ao canto lateral esquerdo do edifício, foi interpretada como uma espécie de contraforte de esbarro, certamente para garantir maior solidez ao imóvel (Fig. 403).

O derrube de uma pequena loja localizado no canto superior do logradouro, na segunda fase dos trabalhos de recuperação do edifício, pôs à vista uma estrutura de uma levada que canalizaria a água de rega no sentido Oeste-Este (Fig.181).

No decorrer da escavação deste Ambiente II, foi possível identificar a abertura de três valas, como resultado de acções diacrónicas distintas no tempo. Duas delas, de feição circular, a UE17 (vala2, Figs.182 e 183) e a UE18 (vala3), parecem corresponder a uma fase de utilização daquele espaço para a plantação de árvores de fruto, provavelmente já nos finais do século XIX. As valas foram abertas até uma profundidade de 0,90m, chegando mesmo a destruir parte do pavimento da UE7. Uma outra, a UE16 (vala1, Ambiente III, Fig. 184), detectada no substrato estratigráfico da camada 3, é de destrinça mais complexa, nomeadamente no que diz respeito ao período de construção/utilização. No entanto, a informação estratigráfica e material revelada pela escavação, permitiu inferir uma datação que pende mais para os finais do século XVII. Ponderou-se, inclusive, se esta vala correspondia a uma estrutura utilizada para tratamento de produtos vegetais, como o linho, ou mesmo como depósito de detritos domiciliários do tipo "enchagão".¹⁵⁶

Esta vala (Fig.184), de planta mais ou menos piriforme e com uma profundidade de 0,65m a contar do plano da UE7, forneceu um potencial estratigráfico formado por 4 UEs distintas. A primeira, UE18, media sensivelmente 0,10m. Compunha-se, basicamente, por pedras de médias e grandes dimensões e terras soltas de cor castanho acinzentado (T51). Seguiu-se-lhe uma camada mais espessa (0,20m), (UE19), com abundantes fragmentos cerâmicos, entre eles os interessantes conjuntos de louça de ir ao fogo (painéis, testos e tachos com pegas laterais) e de mesa (tigelas, escudelas, copos, pucarinhos, pratos), além de outras peças que certamente eram indispensáveis ao uso quotidiano, como sejam os alguidares de cerâmica comum e vidrada (Fig.185). A unidade forneceu, também, vários exemplares de alfinetes de cobre e um ceartil cunhado no reinado de D. João III (1521-1557).



As últimas camadas (UEs 20 e 21) revelaram-se particularmente férteis em materiais arqueológicos. No entanto, se compararmos os materiais cerâmicos provenientes daquelas com



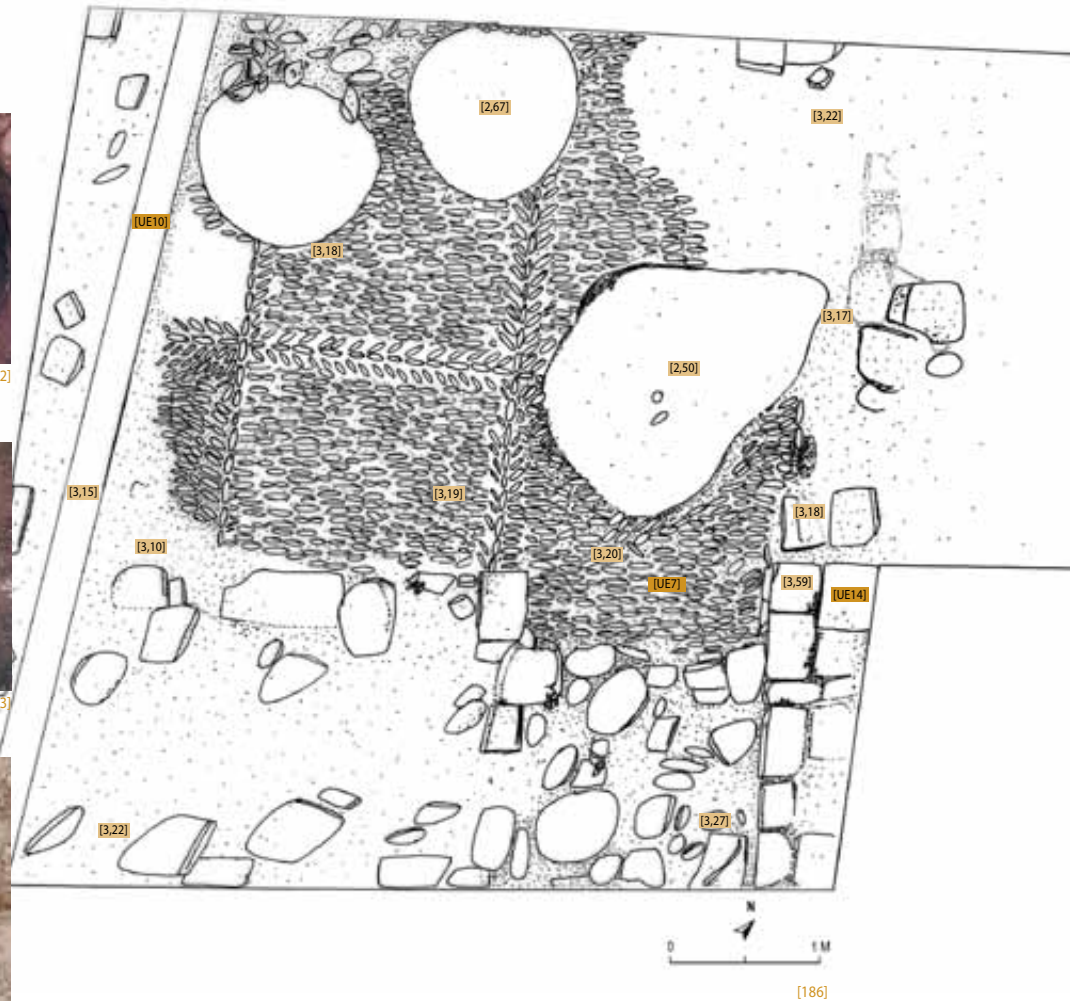
[182]



[183]



[184]



[186]

os outros exemplares das unidades que lhe antecedem, não se visualizam alterações tipológicas significativas, sendo legítimo, porém, aceitar a hipótese de uma continuidade formal. O último estrato, apenas com 8cm de espessura média, apresentava uma textura mais compacta com terras muito escuras e aquosas. Destaca-se a recolha de cerâmica comum (painéis e testos), cerâmica vidrada e um ceitel de D. Afonso V (1438-1481). Importa referir o facto desta vala apresentar com frequência material pétreo disperso nas extremidades laterais, particularmente desde a abertura até à base. Reconhece-se, também, uma proximidade estratigráfica com o corte posto a descoberto nas escavações da Casa da Travessa do Mercado.



0 2cm
[185]

[JFM/00-Vala1-6]

Algudar. Fragmentos de bordo e corpo de algudar. Bordo extrovertido, de lábio afilado, com superfícies, interna e externa, de cor avermelhada N19. A superfície interna apresenta-se engobada e polida. Pasta de cor rosada L25, de textura homogênea e com abundância de ENP, nomeadamente quartzo, micas e feldspatos distribuídos irregularmente. Cozedura redutora.

DE: 420mm, EB: 33mm, EBJ: 9mm, AL: 165mm.

156- Como é popularmente conhecido nos meios rurais madeirenses, as valas escavadas no solo, geralmente em frente às habitações, serviam como depósito de restos de comida e de outros materiais orgânicos, formando-se um composto natural utilizado como fertilizante na agricultura. No entanto, esta prática ancestral já se encontra praticamente extinta.



[187]



[188]

3.3.3. Alfândega

O edifício da antiga Alfândega de Machico, demolido em 1916, situava-se na fracção sudeste da freguesia, a 400 metros da Baía de Machico e a $32^{\circ} 42' 41''$ de longitude (Oeste) e $16^{\circ} 54' 17''$ de latitude (Norte).¹⁵⁷ Localizava-se num dos principais pólos da Vila de Machico, contíguo à actual Rua da Árvore e a Sudoeste da Igreja Matriz.

Era um robusto edifício de planta ligeiramente rectangular, com dois pisos e vastas dependências destinadas à pesagem, armazenagem e medição (SARMENTO, 1953:97). A fachada principal e a entrada encontravam-se viradas para o mar, a Sul (Figs. 187 e 188). Na fachada, virada a Norte, abria-se uma porta ogival¹⁵⁸ de cantaria mole e avermelhada que dava serventia para uma rua transversal, actualmente a Rua da Árvore,¹⁵⁹ um dos principais acessos ao centro da actual Cidade de Machico. A observação da gravura da autoria de Luís Tomé Teixeira, registada pouco tempo antes da demolição da Alfândega, e de outras fotografias da colecção do Arquivo Regional da Madeira, permite uma leitura muito próxima à real dimensão daquela edificação (Fig.189). Precisamente as fotografias dos finais do século XIX mostram, particularmente, o carácter rude e a “*nesga de muro negro*” (SILVA; MENESES, Vol. I, 1998:44) das paredes em cantaria basáltica do edifício, bem como atestam a existência dos dois pisos. A cobertura seria muito provavelmente de quatro águas e de telha de meia-cana. Por informação dos Anais do Município de Machico, o edifício possuía um pequeno largo, denominado de “*praça da Alfândega*”,¹⁶⁰ onde se efectuavam as arrematações públicas.¹⁶¹

Outra documentação cartográfica, como a *Planta da Villa de Machico e do Forte de Nossa Senhora do Amparo de 1860*, mostra, no enfiamento da Rua da Árvore, precisamente no espaço onde se localizava o antigo edifício da Alfândega, uma construção de planta rectangular que se presume poder corresponder àquela edificação. Todavia, além da referida planta não apresentar informação legendada, ela também não define com exactidão a natureza e o tipo de construção desenhada. Para todos os efeitos, e tendo como fim principal o levantamento virtual em três dimensões daquela construção, optou-se por calcular as dimensões da ocorrência, com base na referida planta de 1860 (Figs. 17 à 23). A estimativa dos valores obtidos rondam os 12,50m de comprimento e 4,20m de largura.

[98]



[189]

Numa visita à Vila de Machico, no ano de 1871, o Padre Augusto de Pontes, depois de uma breve passagem pelos principais edifícios e serviços da localidade, referia-se da seguinte maneira ao edifício da Alfândega: “*Nada mais existe como recordação historica, a não ser uma das portas da antiga alfandega, no gosto ogival, que aqui teve existencia para o embarque do assucar, primeira produção industrial d'esta ilha.*” (PONTES, 1891:81).

A data de criação desta unidade aduaneira, em pleno centro da Vila de Machico, permanece, ainda, uma incógnita, pese embora os autores do Elucidário Madeirense a tenham considerado de criação simultânea às alfândegas do Funchal e de Santa Cruz (SILVA; MENESES, Vol. I, 1998:43). No entanto, vários investigadores, entre os quais o historiador Rui Carita, têm defendido que o primeiro posto alfandegário da Madeira terá sido construído na localidade vizinha de Santa Cruz, alegando que essa situação se tenha concretizado provavelmente “*pela impossibilidade de o fazer em Machico*” (CARITA, 1994:7; CARITA, Vol. I, 1989:232).

Efectivamente, o ano de 1477¹⁶² tem sido sistematicamente referido como o período de fundação das alfândegas madeirenses, por determinação da Infanta D. Beatriz que, por sua vez, nomeia para juiz daquelas estruturas fiscais Luís de Atouguia, anterior contador na ilha (SERRÃO, 1951:1; MIRANDA, 1994:35). No entanto, as prescrições de D. Beatriz - que, efectivamente, se revelaram fundamentais no estabelecimento das bases do funcionamento das alfândegas - não esclarecem o local exacto da Capitania de Machico em que o edifício da Alfândega foi

157- Coordenadas geográficas obtidas da *Carta Militar de Portugal - Machico (Ilha da Madeira)* na escala de 1:25000, folha n.º 6, 1ª edição, Serviços Cartográficos do Exército, 1975.

158- O estilo arquitectónico da porta, de arco quebrado ao gosto linear tardo-gótico, é um indicador relevante para a síntese cronológica do edifício e que nos remete para os finais do século XV, especificamente para o período compreendido entre 1430 e 1480 (agradecemos as informações fornecidas pelo Dr. Luís Urbano Afonso, docente da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa).

159- A informação de que a Norte da Alfândega se situava a Rua da Árvore (SARMENTO, 1953:98) constituiu um importante indicador na definição espacial do programa de sondagens arqueológicas.

160- Observe-se, a partir da figura 187, o extenso terreno a Sul do edifício, rodeado por um muro, provavelmente o espaço onde terá existido a praça da alfândega.

161- Cfr. “*Annaes do Município da Antiga Villa de Machico*”, *ob. cit.* n.º 257.

162- Cfr. *AHM*, Vol. XV, doc. 52, 1972, pp. 79-88.

criado. O documento apenas revela que o edifício foi implantado numa parte da jurisdição de Machico, não revelando concretamente a localidade exacta: *“Y na parte do machico foram yso mesmo fazer outra alfamdegua per asobre dita maneyra. E depois qua as asy tiuerdes comçertadas fares todo apregoar per hos lugares acostumbrados (...)”*.¹⁶³

Numa carta do Rei D. Manuel, datada de 22 de Março de 1485, depreende-se que o estabelecimento alfandegário de Machico ainda não se encontrava em funcionamento: *“Y quamto he ao que dizem que se na jurisdiçam de machico ouuer da ver alfamdega que o Juyz della seja morador homde queer que se a dita alfamdega fazer.”*¹⁶⁴ Mais tarde, quando D. Manuel, em 1515, no âmbito de uma reforma dos forais, elevou Santa Cruz à categoria de município, levantou-se o problema da localização da Alfândega. Determinou-se que *“Na dita capitania de Machico havera hua Alfândega ou em Machico ou em Sancta Cruz, onde Sua Alteza depois declarar.”*¹⁶⁵

Na verdade, a documentação histórica parece não esclarecer esta situação das alfândegas existentes na Capitania de Machico. Das palavras do monarca poderá depreender-se várias hipóteses, naturalmente discutíveis: já existiam duas casas alfandegárias contemporâneas ou criadas em tempos cronológicos distintos, uma em Santa Cruz outra em Machico, pelo que o rei procurava determinar o funcionamento de um único posto na capitania? Já existia um posto mais antigo, em Machico (sede de capitania, embora com menos expressão quantitativa na produção açucareira e conseqüente movimento comercial) ou em Santa Cruz, cuja rivalidade existente entre os dois municípios¹⁶⁶ tenha levado à inevitável fundação de duas alfândegas?

Na sua descrição da Ilha da Madeira, o Cónego da Sé do Funchal, Jerónimo Dias Leite, em 1579, refere-se à existência de um estabelecimento alfandegário que existia na Vila de Santa Cruz.¹⁶⁷

Numa carta enviada a sua majestade a 8 de Setembro de 1658 os signatários davam conta do estado relativamente degradado do edifício, cujo *“vento e tromenta do anno passado as pos (paredes) por terra em hua noute.”*¹⁶⁸ Testemunhavam, ainda, o esvaziamento de competências da Alfândega, traduzido numa evidente diminuição do movimento marítimo e comercial: *“Há muitos annos que aquella villa não vai navio algum tomar nem lansar.”*¹⁶⁹ Esta situação pode ser contextualizada e, ao mesmo tempo, constitui o resultado da intenção de centralização das operações de importação de bens, fixada no porto do Funchal ao longo do século XVI, que acabou por restringir os serviços alfandegários de Santa Cruz, no despacho de mercadorias de exportação (MIRANDA, 1994:36). A carta régia de D. Manuel I, datada de 15 de Janeiro de 1512, expressa bem essa intenção de centralizar transacções comerciais no Porto do Funchal.¹⁷⁰

Extintos os serviços alfandegários em Machico o edifício entrou no seu inevitável processo de degradação física. As ruínas acabariam por ser parcialmente soterradas pelas lamas e entulhos que, anteriormente à canalização da ribeira, as frequentes e sucessivas aluviões que fustigaram Machico foram arrastando (SARMENTO, 1953:98). Quando, em 1916, o resto das ruínas foram derrubadas ainda podíamos observar um trecho de muralha que o tempo havia enegrecido, onde se abria a porta ogival, esta já parcialmente soterrada devido ao levantamento da Rua da Árvore para onde a dita porta dava serventia.

Acabava, assim, de desaparecer mais um dos muito poucos exemplares da arquitectura tardo-gótica da Vila de Machico. As palavras dos autores do Elucidário Madeirense são bem elucidativas do sentimento de perda: *“O município de Machico não quis ou não soube conservá-las e permitiu que o camartelo as lançasse vandalicamente á terra no ano de 1916”* (SILVA; MENESES, Vol. I, 1998:43).



[190]



[191]

A estratégia de intervenção foi, efectivamente, concretizada em função do espaço e das condições logísticas disponíveis. A ausência de qualquer vestígio material à superfície pertencente à antiga Alfândega, admitindo-se a hipótese dos alicerces terem sido devastados pela implantação de uma casa no segundo quartel do século XX (Fig. 88) colocou, à partida, crescentes dificuldades. Por outro lado, os frequentes despejos de terras e pedras provenientes das frequentes aluviões a que o espaço esteve ao longo do tempo sujeito¹⁷¹ dificultaram, à partida, a acção de reconhecimento e prospecção do espaço, também ele relativamente extenso (aproximadamente 1800m²). Atendendo às informações recolhidas (fotografias e recolha oral), optou-se por iniciar os trabalhos no canto superior do Gaveto da Praceta 25 de Abril, junto à Rua da Árvore. Programou-se uma série de sondagens paralelas ao terreno, do tipo “trincheira” no sentido poente-nascente, distanciadas entre si em cerca de 2 metros, com recurso a meios mecânicos devidamente acompanhados (Figs. 190 e 191). Note-se que a intervenção neste espaço foi despoletada pela consciencialização do Senhor Manuel Rufino Teixeira, a quem publicamente manifestamos os sinceros agradecimentos.

Identificadas as primeiras estruturas de um muro (UE10) a Sul suspenderam-se as sondagens mecânicas e iniciou-se a escavação em área aberta, no espaço confinado a Sul da Rua da Árvore e limite exterior do edifício a Este (Fig.192). A continuidade da escavação, embora não possibilitasse a identificação das antigas fundações daquela casa fiscal, pôs a descoberto

163- Cfr. AHM, Vol. XV, doc. 52, 1972, pp. 79-88.

164- Cfr. AHM, Vol. XV, doc. 95, 1972, p.155.

165- Cfr. ARM - Livro do Registo Geral da Câmara de Machico, (Foral da Vila de Machico), n.º 87, Tomo I, fl.259, 1764-1771.

166- Tese defendida por Rui Carita (CARITA, Vol. I, 1989:232).

167- Consulte, Jerónimo Dias Leite, *Historia do Descobrimento da Ilha da Madeira e Discurso da Vida, e feitos dos Capitães da dita ilha, ob. cit.*, p.11.

168- Cfr. AHM, Vol. VII, 1949, pp.77-94.

169- Ibidem.

170- Cfr. AHM, Vol. XVIII, 1974, p. 543 : “ (...) Somos emformados que por rezam das naaos e navios que aesa ilha vão tomar suas carregas carregarem per nosa hordenamça fora desa cidade nos outros portos (...).Reçebemos muyta perda e se furtam e sonegam nosos dreytos por se sespacharem em muytos logares apartados e por muytos ofiçiaaees e nam rezam que por ello nos percamos (...) Avemos por bem e queremos qua daqui emdiamte as ditas naaos e naujos nom tomem nhua carga Daçuquar nem sejam despachadaos saluo na dita çidade do fumchall”.

171- Alberto Artur Sarmiento deu conta de que as ruínas da alfândega foram parcialmente soterradas por terras oriundas das aluviões que assolaram frequentemente a Vila de Machico, referindo-se mesmo que, por altura da sua demolição, “ (...) as lamas e entulhos elevavam-se a mais de um metro de altura, obstruindo as entradas.” (SARMENTO, 1953:98).



[193]

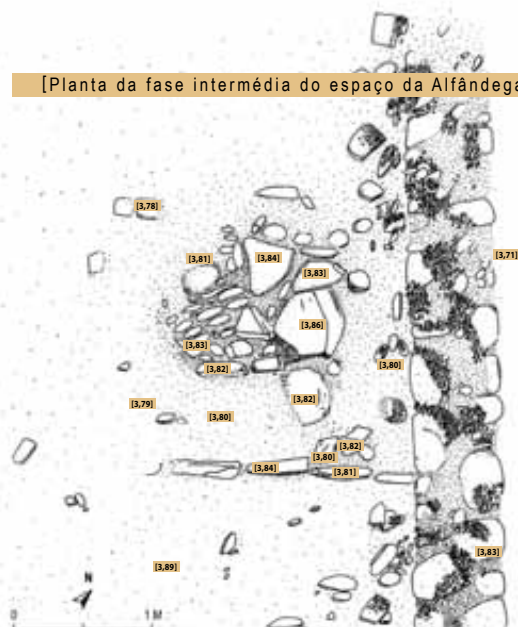


[194]



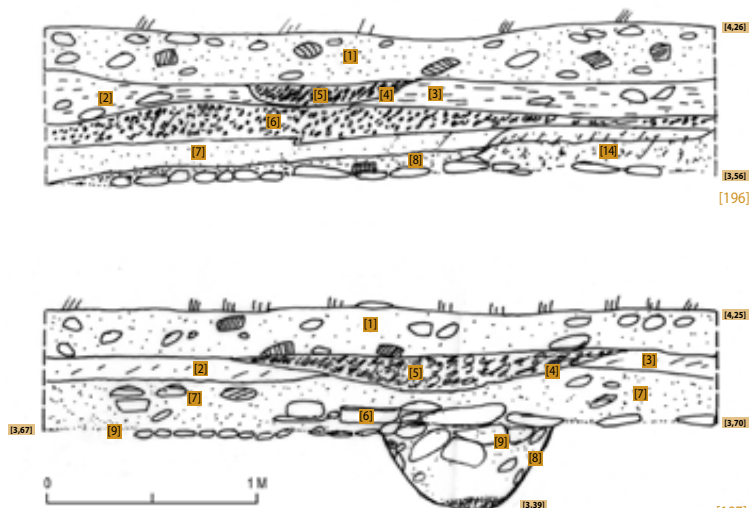
[192]

[Planta da fase intermédia do espaço da Alfândega]



[195]

[Cortes estratigráficos do espaço da Alfândega - A e B]



[197]

um conjunto interessante de diferentes estruturas sobrepostas numa relativa cronologia de ocupação e abandono do espaço (Figs. 193 e 194). O perfil da área identificada, particularmente pela natureza das estruturas posta à vista (pavimentos de calhau rolado, uma levada e dois canteiros,¹⁷² um dos quais (UE9) surpreendentemente com restos vegetais) autorizou a interpretação daquela ocorrência como um espaço verde, de dependência exterior, anexo provavelmente ao edifício alfandegário. No entanto, a possibilidade de confirmar a eventual localização da Alfândega a nascente do espaço escavado torna-se, no momento, extremamente difícil pela existência de uma habitação posteriormente construída nesse limite (e que provavelmente terá se implantando sobre as fundações da Alfândega).

Os níveis superiores do espaço escavado revelaram evidências físicas das acções de despejo e terraplanagem de terras, materializadas pela elevada frequência de pedras argamassadas, calhaus e areias. É possível que alguns destes materiais sejam resultantes do derrube das paredes do edifício da Alfândega.

O muro, a Sul, com 0,65m de espessura (UE10), pode ser interpretado como um vestígio de uma parede portante que isolaria aquele espaço do exterior (Figs.192 e 194). As pedras estruturantes apareciam consolidadas com argamassa de cal e areia, mostrando na parte externa vestígios de reboco. As bases alinhavam-se no sentido NO-SE, com 5 metros de comprimento (ao limite da intervenção arqueológica).

A escavação mostrou no espaço interior adossado ao muro, um conjunto significativo de estruturas pétreas basálticas com restos de argamassa, de médias e grandes dimensões (UE6), que parecem ter sido a consequência de um derrube do muro (Fig.195).

Os sucessivos cortes estratigráficos levantados em área (Figs.196 e 197), no sentido Oeste-Este, identificaram uma vala de enchimento (UE5) que se estende variavelmente a toda a área de escavação, constituída por terras de cor acinzentada (T51), contendo basicamente areias

172- Entendemos por canteiros as estruturas de feição circular de alvenaria de pedra destinados à plantação das espécies vegetais.



[198]



[199]

[ALF/00-4-41]

Prato. Fragmento de perfil de prato com esmalte branco, pintado com decoração do tipo "contas" a azul e vinoso, apresentando também linhas concêntricas paralelas. Pasta compacta, de cor amarelada K90 e base de assentamento anelar.

DE: 180mm, EB: 5mm, EBJ: 7mm.



0 4cm

[200]



[201]

[ALF/00-5-30]

Forma de açúcar. Fragmento de bordo e bojo de exemplar de forma de açúcar de grandes dimensões fabricado com pasta mais ou menos grosseira, semi-compacta, de cor avermelhada, N37. Exibe bordo com engrossamento externo do tipo emoldurado, com 53mm de altura e lábio convexo. A superfície interna mostra um engobe em cor vermelha mais escura com nítidos sinais de alisamento. Fragmento pertencente ao grupo de pasta de Aveiro.

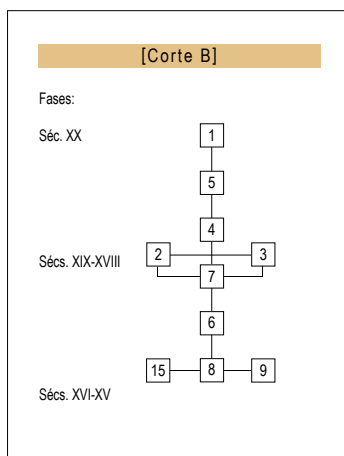
DE: 300mm, EB: 21mm EBJ: 9mm.

argamassadas e carvões vegetais. Os materiais cerâmicos exumados são diversificados, entre eles, alguns bordos e paredes de anforetas, alguidares vidrados a verde, pratos vidrados de cor melada, porcelana, faiança pintada de fabrico português (Figs.198 e 199) e as típicas formas de açúcar de bordo emoldurado (Figs. 200 e 201). Ao elemento interfacial vertical responsável pela abertura e corte das UEs 2 e 3, atribuiu-se o número 4, pois, partimos do pressuposto que é anterior aos níveis de enchimento da vala. Por outro lado, as unidades 2 e 3 são correlacionadas e cobrem a UE7 no Corte B (Figs.197 e 202) e respectivamente as UEs 6 e 7, no Corte A (Figs.196 e 203). Neste último, a UE7 é formada por um depósito predominantemente de cor castanha (K71), com uma espessura irregular entre os 0,05m e os 0,20m. Do ponto de vista dos materiais arqueológicos, este estrato é particularmente interessante. Recolheram-se várias tijoleiras de formato mais ou menos quadrangular, telhas de meia cana, cerâmica esmaltada (escudelas decoradas a azul formando temas geométricos, provavelmente de fabrico sevilhano), cerâmica vidrada (alguidares vidrados a verde com brilho metálico) e outros objectos de metal (pregos, cavilhas, um tostão de prata de D. Manuel I, Fig. 371 e um fecho de cobre). A identificação de centenas de fragmentos de telha de meia-cana disseminadas pelos vários estratos arqueológicos faz supor que a cobertura das construções, nomeadamente do edifício da Alfândega, utilizasse telha daquela tipologia. Por outro lado, a frequência de tijoleiras pode atestar uma utilização na arquitectura dos espaços, justamente como um elemento cerâmico aplicado no revestimento dos pavimentos.

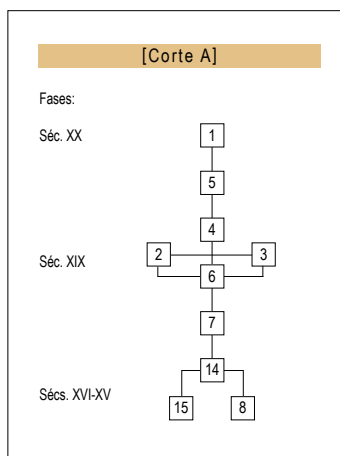
Inferior à UE7 e sobreposta à UE8, identificou-se um outro nível mais homogéneo (UE14) de elevado interesse ceramológico e cronológico-cultural. O seu recheio compunha-se, essencialmente, de cerâmicas esmaltadas, nas variantes lisas e decoradas a azul e verde, fragmentos de cerâmica tipicamente valenciana exibindo decoração dourada com tonalidades metálicas (Fig. 205) e vários conjuntos de vidrados melados decorados com motivos predominantemente geométricos a óxido de manganés, representados maioritariamente pelas escudelas. Duas moedas foram encontradas neste contexto: uma delas (um real preto de D. Afonso V) foi recolhida no extremo da superfície deste estrato; outra (um ceitil também de D. Afonso V) foi encontrada sobre a calçada (UE8).

Aos 3,56m de cota real apareceu um pavimento de calhau rolado mais ou menos regular (UE8), desenhando um curto corredor, do género vereda, ladeado por lancis de pedra basáltica tomando as direcções poente-nascente (Figs.192 e 193) e Sul-Norte. Paralelo a este, pôs-se à

[104]



[202]



[203]

[Corte A]

UE1 – Nível irregular com terras revolvidas de cor castanha T51, medindo 0,20m de espessura média, contendo pequenas pedras algumas das quais de calhau rolado, restos de moluscos e inúmeros fragmentos cerâmicos (cerâmica comum, faiança portuguesa e europeia, cerâmica de construção, vidrada, grés).

UE2 – Unidade estratigráfica de tonalidade castanha R69, de textura semi-compacta, com 0,10m de espessura média contendo abundantes elementos cerâmicos, restos osteológicos animais e moluscos.

UE3 – Idêntica à anterior.

UE4 – Elemento interfacial.

UE5 – Vala contendo terras de cor acinzentadas, T51, com inúmeros fragmentos de argamassa de carvões vegetais. Forneceu materiais cerâmicos diversificados, entre os quais alguns bordos e paredes de anforetas, alguidares vidrados a verde, pratos vidrados melados, porcelana, faiança portuguesa pintada com motivos azuis e fragmentos de formas de açúcar de bordo emoldurado.

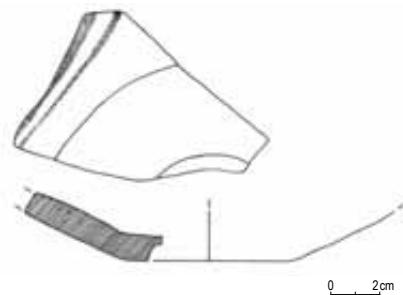
UE6 – Unidade estratigráfica de cor esbranquiçada K31 devido à elevada inclusão de areia e argamassa. Apresenta uma grande quantidade de cerâmica, nomeadamente do grupo de faiança portuguesa pintada a azul-cobalto e azul e vinoso com temas decorativos do tipo "contas" e "rendas". Exumaram-se, também, marcas de jogo, boquilhas de cachimbo e objectos de metal. A espessura varia entre os 0,8 e os 0,20m.

UE7 – Terras de cor castanha R71 com uma espessura irregular (entre os 0,05m e os 0,20m). Forneceu um conjunto apreciável de materiais arqueológicos, sobretudo para a balizeação cronológica da fase que compreendia o estrato. Recolheram-se várias tijoleiras de formato mais ou menos quadrangular, telhas de meia-cana, cerâmica esmaltada (escudelas decoradas a azul formando temas geométricos, provavelmente de fabrico sevilhano), cerâmica vidrada (alguidares vidrados a verde com brilho metálico) e outros objectos de metal (pregos, cavilhas, um tostão de prata de D. Manuel I e um fecho de cobre).

UE14 – Camada de terras com aproximadamente 0,07m de espessura média contendo um conjunto diversificado de espólio, entre os quais cerâmica esmaltada de importação (algumas nas variantes lisas e decoradas a azul e verde e outras com decoração dourada de tonalidades metálicas, provavelmente de fabrico valenciano) e vários conjuntos de vidrados melados decorados com motivos predominantemente geométricos a óxido de manganés. O estrato forneceu, também, duas moedas cunhadas durante o reinado de D. Afonso V (um real preto e um ceitil).

UE8 – Piso de calhau rolado, calcetado em pedra mais ou menos regular.

UE15 – Estrutura de levada.



[204]

[ALF/00-5-414]

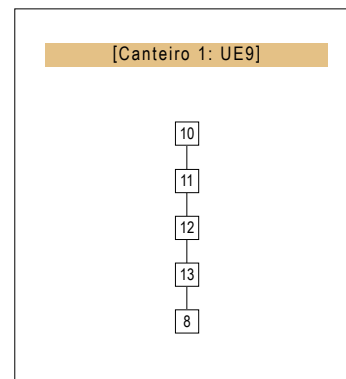
Prato. Fragmento de base e parede de prato com superfícies meladas, com decoração interna a traço paralelo a óxido de manganés. Pasta de textura compacta, com ENP de muito pequena dimensão e em número razoável, e de cor rosada L50. Base reentrante. EF: 12mm, EP: 9mm.



[205]

vista uma estrutura de levada (UE15) flanqueada por alvenaria de rocha com a base em terra batida (Fig.192).

O levantamento do aglomerado de pedras (UE6) e a continuidade da escavação puseram a descoberto duas estruturas de feição circular de canteiros com bordos em pedra, paralelas ao piso de calhau rolado (UE8). O canteiro1 (UE9), com um diâmetro aproximado de 0,60m, produziu 3 camadas distintas (Fig.206) e os restos de uma raiz e tronco de um vinhático (Fig.145), aparentemente carbonizado. A leitura que fazemos do seu enchimento, talvez resultante de uma fase de abandono daquela construção ou do espaço em geral, remete-nos para os meados do século XVIII.



[206]

3.3.4. Casa da Travessa do Mercado



[207]

A Casa da Travessa do Mercado é uma habitação dos finais do século XIX princípios do século XX, contígua ao alçado lateral esquerdo do edifício da Junta de Freguesia de Machico onde, em tempos, funcionou a “Pensão Vieira” e o afamado Colégio Tristão Vaz Teixeira (Fig. 207).

Actualmente o edifício encontra-se em avançado estado de degradação, sendo significativamente grave a situação do abatimento da cobertura e de uma parte considerável do primeiro piso do corpo anexo ao entrocamento das artérias da Travessa do Mercado com a Rua General António Teixeira de Aguiar.

A intervenção decorreu no pátio exterior do imóvel, com a abertura da escavação no espaço limítrofe ao muro (no sentido Norte-Sul) que actualmente separa este edifício do logradouro da Junta de Freguesia de Machico. A natureza muito semelhante dos contextos estratigráficos, se o compararmos com o exterior da Junta de Freguesia - quer do ponto de vista da sucessão diacrónica do tipo pavimentos identificados, quer na proximidade morfológica da sua componente material - parece revelar que o espaço terá sido partilhado em épocas anteriores. É lícito inferir, pela leitura que fazemos das estruturas associadas à pavimentação nos dois sítios arqueológicos, que em épocas recuadas, provavelmente nos séculos XVI e XVII, o espaço seria comum à área demarcada por uma habitação abastada, na melhor das hipóteses ao próprio edifício que hoje acolhe os serviços da Junta de Freguesia.

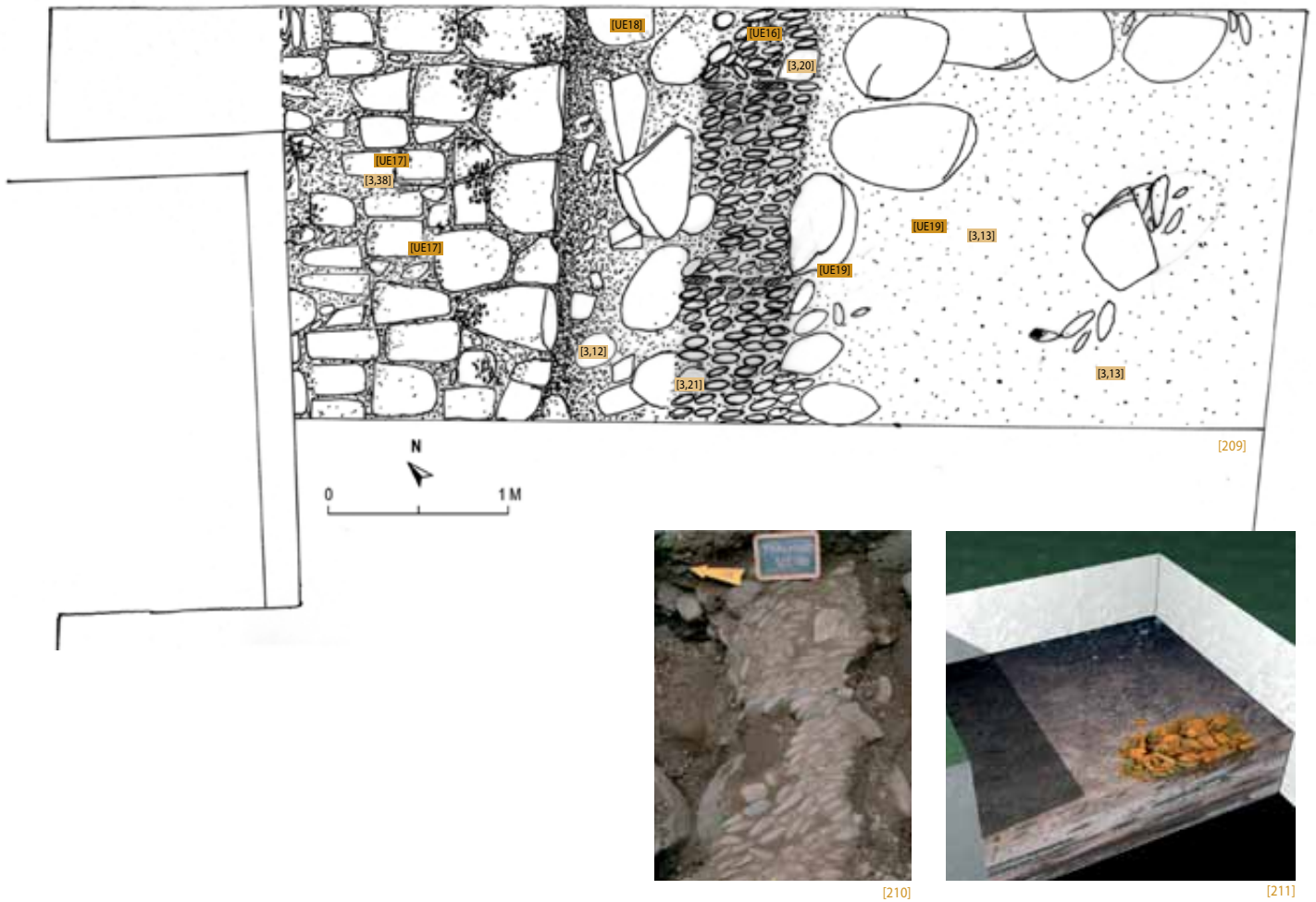
As primeiras unidades estratigráficas conhecem uma afinidade muito próxima às do espaço exterior da Junta de Freguesia de Machico, nomeadamente no tipo de pavimentos identificados (um primeiro piso de cimento (UE1) e um outro de calhau rolado miúdo (UE2), também de sequência geométrica quadriculada, idêntica à da Junta de Freguesia).

As primeiras estruturas, possivelmente relacionadas com uma construção foram detectadas à cota de 3,38m da superfície, revelando ser uma parede (UE17) alinhada no sentido Norte-Sul, parcialmente argamassada. Mais a Sul abria-se uma vala (UE18) com aproximadamente 0,60m de largura, acompanhando a extremidade da parede (UE17, Figs. 208 e 209). A natureza desta vala e dos materiais recolhidos em ambiente muito revolido (restos de argamassas, pequenos blocos de tufo de *lapilli*, materiais líticos de ribeira e de mar, cerâmica comum, vidrada e esmaltada, objectos de osso e metal (entre as quais várias moedas residuais) mostram que terá servido de lixeira.

À cota 3,20m apareceu um piso de calhau rolado numa extensão de formato rectangular (UE16, Fig. 210), tipologicamente semelhante a um outro exumado no logradouro da junta (UE7). A hipótese inicial de que o espaço era comum à propriedade abastada, actualmente Junta de Freguesia, ganhava maior probabilidade com esta ocorrência. A estrutura conserva apenas um curto enfiamento na largura máxima de 0,60m, observando-se nos dois lados opostos vestígios de destruição aparentemente por a acção de desaterro do espaço mais a Sul. Deve corresponder a uma fase de ocupação e utilização do espaço datada da primeira metade do século XVII. Seguiu-se-lhe uma camada de terras de cor acastanhada com 0,13m de espessura média (UE19) contendo vários materiais cerâmicos, vítreos e metálicos. Forneceu, também, um ceitel de D. João III (1521-1557) em mau estado de conservação. Este estrato confinava com uma outra realidade constituída substancialmente por uma numerosa concentração de fragmentos



[208]



[210]



[211]



[212]

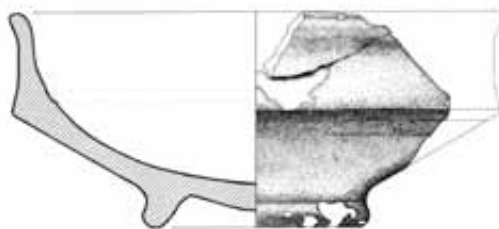


[213]

de formas de açúcar (bordos, pontas e outros fragmentos de parede, Fig. 211) depositados sob a forma de entulho no substrato terroso, ocupando uma área mais ou menos circular com 1,30m de largura (UE20, Figs. 212 e 213). O estudo destes materiais, intimamente relacionados com o fabrico de açúcar, permitiu elaborar um pequeno estudo tipológico das formas utilizadas obtendo-se, assim, dados relevantes sobre a capacidade daqueles recipientes cónicos e a sua utilização no contexto da produção açucareira ao nível local. Foi inicialmente equacionado que a acumulação destes vários fragmentos de formas açúcar pudesse corresponder a materiais provenientes de uma possível unidade industrial de transformação de cana-de-açúcar. No entanto, o prosseguimento da escavação da unidade veio esbater a validade dessa hipótese, por duas leituras de registo: a ausência de estruturas correlacionáveis com a existência de um engenho; o resultado dos estudos de quantificação e a ocorrência de vários fragmentos de outros recipientes cerâmicos de forma fechada, cuja tipologia se aproxima aos conhecidos porrões espanhóis utilizados no processo caseiro de fabrico de açúcar e seus derivados. A análise de toda a informação material acumulada nesta unidade, inclusivamente a identificação de um



[214]



[215]

[CTM/03-19-16]

Escudela. Perfil completo de escudela carenada, de pasta compacta, de cor creme K91, com escassos ENP e superfícies meladas. Bordo ligeiramente extrovertido, de lábio convexo e base de assentamento anelar. DE: 175mm, EB: 6mm, EBJ: 9mm.



[216]

ceitel de D. João III (1521-1557), permitiu propor na sequência estratigráfica uma cronologia que pode oscilar entre a segunda metade do século XVI e os inícios do século XVII (Fig. 8).

As UEs 19 e 20 cobriam uma outra, a UE21, que por sua vez cobria a UE22, a uma profundidade de 2,66m (UE21) e 2,58m (UE22). Os materiais exumados nestes estratos integram um grupo cronológico muito homogêneo representado, essencialmente, pelas cerâmicas de importação (majólicas montelupinas da segunda metade do século XVI, escudelas esmaltadas sevilhanas decoradas a azul e vinoso do tipo *Isabella polychrome*, pratos vidrados a castanho com pintura a óxido de manganés e alguns fragmentos de porcelana, também com cronologias a apontar para o século XVI) e pelo grupo de cerâmica comum (painéis, testos e tigelas). O estrato 21 forneceu, também, um ceitel de D. João III (1521-1557).



[217]

As duas últimas camadas, UEs 23 e 24, revelaram materiais arqueológicos que se enquadram cronologicamente entre a segunda metade do século XV e o decorrer do século XVI. A presença de numismas foi particularmente relevante nesse processo de aferição cronológica, realçando-se a identificação de sete ceitis de D. Afonso V (1438-1481), seis na escavação da UE23 e um no substrato da UE24. Note-se, a título de curiosidade, a recolha de abundantes escórias de ferro na camada 23 (Fig. 216).



[218]

[CTM/03-20-15]

Tacho. Fragmento de bordo e parede de tacho com pega triangular. Lábio boleado, com canelura exterior. Superfície externa com marcas de fogo e superfície interna de acabamento engobado, de cor alaranjada M37. Pasta de textura semi-compacta, de cor alaranjada M20, com ENP (quartzo, micas, feldspato) com frequência razoável e de fina dimensão. DE: 230mm, EB: 45mm, EP: 6mm.

As painéis de ir ao fogo, na modalidade de cerâmica comum e vidrada, constituem as peças mais representativas do contexto artefactual das duas unidades, juntamente com os testos. Exumaram-se também vários fragmentos de almofarizes (Fig. 217), anforetas e tigelas de cerâmica comum. A louça de importação marcou a sua presença, nomeadamente, com as peças esmaltadas e vidradas com reflexos dourados de origem valenciana e com as escudelas e pratos com vidrado melado decorados a óxido de manganés.

A uma profundidade de 1,35m, e na extremidade Sul da área intervencionada, identificou-se uma pedra de cantaria vermelha de grandes dimensões provavelmente oriunda de alguma construção. O limite da escavação em profundidade foi atingido à cota real de 1,51m com o levantamento da UE24 composta por abundantes terras carbonizadas e pedras ligeiramente arredondadas.

[108]



[220]

Intervenção arqueológica

- [1] Solar do Ribeirinho
- [2] Junta de Freguesia
- [3] Alfândega
- [4] Casa da Travessa do Mercado

Ações de acompanhamento arqueológico

- [5] Rua do Ribeirinho
- [6] Antigo Campo de Futebol
- [7] Casas da Rua do Ribeirinho
- [8] Rua General António Teixeira de Aguiar
- [9] Foz da Ribeira de Machico
- [10] Largo de Nosso Senhor dos Milagres
- [11] Rua do Portão
- [12] Caminho da Misericórdia

Intervenção arqueológica prevista

- [13] Casa com Porta Manuelina
- [14] Edifício da Rua do Major
- [15] Vila Telo
- [16] Forte de Nossa Senhora do Âmparo



3.3. Os espaços com acompanhamento arqueológico

As acções de acompanhamento arqueológico dos trabalhos que envolvem a transformação e revolvimento do solo e subsolo na área urbana de Machico resultam, efectivamente, de uma postura preventiva com vista a salvaguardar o património arqueológico. Neste sentido, temos procurado, sempre que possível, uma estreita articulação junto dos serviços técnicos da autarquia e dos investidores imobiliários, de forma a estabelecer-se paulatinamente uma certa “pedagogia de intervenção” no objectivo de avaliar as potencialidades arqueológicas, sobretudo das áreas sujeitas à grande pressão imobiliária.

Na verdade, a opção pela escavação arqueológica de alguns sítios abordados neste estudo como por exemplo a Junta de Freguesia de Machico, resultou de uma destas acções específicas de acompanhamento arqueológico. É bem provável que se não o tivéssemos concretizado, muita da informação encontrada estaria hoje desconhecida e, irremediavelmente, destruída.

A definição das prioridades de investigação foi seguida pelo registo cartográfico das áreas de interesse arqueológico de Machico, primeiro numa perspectiva de acção ao nível do zonamento dos espaços do centro urbano, segundo, numa metodologia de enquadramento às demais freguesias do concelho (estudo que, actualmente, se encontra finalizado).



[219]



[221]



[222]



[223]



[224]

Assim sendo, realizaram-se várias acções de acompanhamento em situações que envolveram o licenciamento de operações urbanísticas e de obras de saneamento, sobretudo nos principais arruamentos da área urbana da actual cidade. A figura 220 localiza o conjunto desses espaços: as casas do Ribeirinho, os arruamentos centrais e periféricos (Rua General António Teixeira de Aguiar (Figs. 221 e 222), Rua do Portão, Rua do Larano e do Ribeirinho), o Largo de Nosso Senhor dos Milagres e as obras do Centro Cultural de Machico, onde até há bem pouco tempo se situava o anterior campo de futebol "Tristão Vaz". Particularmente interessante, sobretudo pela natureza dos achados, foi o conjunto de estruturas fotografadas no decorrer das obras de beneficiação da Capela de Nosso Senhor dos Milagres, no Largo da Banda D' Além. Foi possível registar o tipo de pavimentos que a capela possuía (nomeadamente as tijoleiras quadrangulares (Fig.10) e a pedra de cantaria vermelha) e uma peça de arquitectura religiosa, uma pia de água benta ao gosto "manuelino", que se encontrava no recheio dos entulhos após o levantamento do soalho de madeira da capela (Fig. 225). Note-se que esta capela foi várias vezes danificada pelas frequentes aluviões que assolaram a antiga Vila de Machico, facto este que terá contribuído para a acumulação de sedimentos nas margens da Ribeira de Machico, elevando o plano de construção a um nível mais superficial. Curiosamente, uma descrição dos Anais do Município de Machico dos anos cinquenta do século XX dá conta dessa situação



[225]



[226]



[227]



[228]

resultante do processo de deposição de uma das margens onde se localizava a primitiva capela, cujos alicerces se encontram soterrados sob as paredes do actual edifício religioso. O relato dos Anais elucida bem esta situação:

“Deixou de haver dúvida que a actual Capela foi reedificada depois do aluvião de mil oitocentos e três no mesmo local, pois no desaterro necessário para ficar com a caixa de ar abaixo do soalho, se encontraram as paredes primitivas que ainda conservavam caiação, por debaixo do Altar-Mor, dando a perceber perfeitamente que o nível do soalho assenta, hoje em dia, quase no tecto da capela primitiva, demonstrando bem que as gravuras antigas existentes sobre a capela e que a colocavam ao nível da ribeira, são verdadeiras.”¹⁷³

Outros elementos foram, entretanto, documentados no decorrer destes trabalhos de acompanhamento arqueológico. O presente estudo dá conta dessas ocorrências no desenvolvimento das várias áreas temáticas, designadamente na rubrica relativa às estruturas identificadas pelos trabalhos arqueológicos.

173- Cfr. *Annaes do Municipio da Villa de Machico*, Câmara Municipal de Machico, 1864, fl. 40vº.

Arqueologia da Cidade de Machico.

A Construção do Quotidiano nos Séculos XV, XVI e XVII

Élvio Duarte Martins Sousa

CEAM – Centro de Estudos de Arqueologia Moderna e Contemporânea

Machico, Julho de 2006

ISBN: 972-99741-1-X

Copyright: © Élvio Sousa

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro
pode ser reproduzida por processo mecânico, electrónico ou outro,
sem autorização escrita do autor.

[4]

Os dados Arqueológicos



[229]

" (...) conduzir por ordem dos meus pensamentos, começando pelos objectos mais simples e mais fáceis de conhecer, para subir, pouco a pouco, como por degraus, até ao conhecimento dos mais compostos; e supondo mesmo uma ordem entre os que não se precedem naturalmente uns aos outros."

René Descartes¹⁷⁴

Os dados arqueológicos constituem, na verdade, as "provas" físicas pela qual se procurou construir o conhecimento do quotidiano da histórica Vila de Machico nos séculos XV, XVI e XVII.

Perante a diversidade de dados recolhidos procurou-se seguir, efectivamente, uma linha metodológica simples e ajustada à realidade material sujeita à amostra de estudo. Na verdade, a condução dos trabalhos de separação, seriação, análise e interpretação dos dados acompanhou de perto o pensamento de Descartes (citado em epígrafe) e, justamente, procurou reduzir a multiplicidade dos materiais a uma unidade de tipos e grupos: cerâmicas, vidros, metais, líticos e osteológicos.

Basicamente todos os materiais foram referenciados em função do acrónimo (código do sítio), UE e número de peça atribuído.

174- Cfr. René Descartes, *O discurso do método*, 2.ª edição, Lisboa, Editora Replicação, 1997.



[230]



[231]

4.1. Cerâmica

" (...) a cerâmica é, porventura, o vestígio da vida material de outrora que mais perto nos aproxima das condições reais da existência humana."

José Mattoso¹⁷⁵

A cerâmica constitui o conjunto mais expressivo do espólio arqueológico identificado nos vários sítios da Cidade de Machico. A representatividade numérica que apresenta no contexto geral dos materiais recolhidos mostra, efectivamente, a importância que desempenhou no dia-a-dia da comunidade, evidenciando, por exemplo, a sua utilidade nas actividades relacionadas com a alimentação (confeção, armazenamento e consumo de alimentos e bebidas).

Na sua simplicidade aparente, a cerâmica retém as marcas do Homem, quer por intermédio das técnicas que ele imprimiu no seu fabrico e uso, quer na diversidade tipológica e decorativa que a sua reconstituição manifesta. Ela é, no fundo, uma parceira do Homem - do mais pobre ao mais abastado - embora, no espaço tradicional de vivência deste último se observe a presença de outros fabricos mais requintados, alguns deles de importação europeia e oriental.

Várias perspectivas poderão ser equacionadas no estudo da cerâmica. Particularmente, optou-se por dar maior ênfase a dois aspectos essenciais: em primeiro lugar, à representatividade da cerâmica como indicador das relações sociais e económicas, assente numa leitura de utilização social dessa evidência e na ligação estreita de relações comerciais (por um lado, numa perspectiva mais interna, do espaço da vila e do espaço regional e, por outro, numa lógica de contactos exteriores com o Reino e com os comerciantes estrangeiros). Nesta leitura destacam-se a presença das formas de açúcar e das louças de produção europeia, caso das séries esmaltadas do Sul peninsular (Valência e Sevilha), das majólicas italianas e da porcelana

chinesa; em segundo lugar, procurou-se estabelecer uma relação entre a cerâmica e as actividades quotidianas, nomeadamente com os exemplares directamente relacionados com a alimentação e a cozinha moderna, procurando-se individualizar quer as formas destinadas à confecção e consumo de alimentos e bebidas, quer as peças destinadas à mesa. O aparecimento no registo arqueológico do século XVII de exemplares cerâmicos de fabrico local trouxe, no entanto, novas perspectivas de estudo, sobretudo no que diz respeito à reconstituição gráfica e tipológica desses conjuntos de cerâmica de uso utilitário nas lides quotidianas modernas.

A expressiva quantidade de cerâmica recolhida nos trabalhos arqueológicos da Cidade de Machico, evidencia, numa primeira análise, o papel significativo que estes objectos desempenharam no contexto do quotidiano machiquense. O carácter fragmentário com que a maioria dos materiais chegou até nós colocou, à partida, a operacionalização de um critério metodológico que se ajustasse às características da amostragem. A seriação dos materiais cerâmicos em grupos com características tecnológicas definidas acompanhou de perto a integração tipológica e funcional dos conjuntos, acção pela qual foi possível construir outras leituras à volta da realidade quotidiana, na antiga Vila de Machico do século XV ao XVII.

O processo de povoamento da Ilha da Madeira trouxe consigo hábitos e costumes que a pouco e pouco foram sendo integrados e ajustados ao contexto local. Numa fase inicial, e no sentido de fazer face às necessidades quotidianas (alimentação, construção, aquecimento, transporte e armazenamento de líquidos) com o uso de recipientes de madeira,¹⁷⁶ chegaram as louças e cerâmica de construção (telhas) de várias partes do Reino, nomeadamente de Lisboa, Porto e Setúbal.¹⁷⁷

Entre os séculos XV e XVII existem várias referências documentais relativas à importação de louça¹⁷⁸ do continente português e de Espanha. Talvez mereça especial destaque, sobretudo pelas referências documentais às mesas mais requintadas da sociedade madeirense, as louças finas, tidas como “*púcaros de Maya*” ou “*púcaros de Maya ou de Estremóz*”.¹⁷⁹

A pouco e pouco a produção de artefactos de cerâmica (provavelmente de cerâmica comum) foi-se implantando na ilha, pese embora não lhe fosse reconhecida a qualidade da cozedura e da argila. O próprio Rei D. Manuel I, em carta datada de 9 de Fevereiro de 1502, reconhece o interesse público dos “barreiros”, que aliás eram também fundamentais no processo de fabrico

175- Cfr. Texto de apresentação às Actas do *IV Congresso de Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental*, 1991, p.19.

176- Referindo-se à Ilha do Porto Santo Gaspar Frutuoso, no século XVI, refere o fabrico de artefactos de madeira: “*E em muitas partes desta ilha produziu a Natureza muitos dragoeiros, do tronco dos quais se faz muita louça, e muitos são tão grossos, que se fabricam de um só pau barcos que hoje em dia ha, que são capazes de seis, sete homens, que vão pescar neles, e gamelas que levam um moio de trigo. Tira-se desta louça bom proveito, de que se paga dizima a el-Rei (...)*”, (FRUTUOSO, 1968:62).

177- As Vereações da Câmara Municipal do Funchal do século XV (1485) referem a proveniência dos conjuntos de louça importados do reino, nomeadamente “*pannelas do Porto*”, “*louça de Lixboa*” e “*louça de Setuall*” (COSTA, 1995:100).

178- Encontra-se em fase final de revisão a publicação de um estudo da componente artefactual cerâmica existente na Madeira no tempo dos Descobrimentos, onde abordaremos com algum pormenor esta questão das importações de louça, nomeadamente de Aveiro, Porto, Lisboa, Setúbal, Vila Nova de Gaia e Espanha. Neste estudo, discute-se, entre outros aspectos, a presença das cerâmicas no contexto social madeirense (louças comuns e outras ditas de excepção), abordando a informação terminológica das posturas municipais, com especial referência para a presença das produções regionais, ditas de inferior qualidade.

179- Sobre este assunto, redigimos um texto sobre a problemática da louça fina não-vidrada no Arquipélago da Madeira, na sequência de uma breve comunicação integrada na Mesa Redonda, nos *Encontros de Olaria de Matosinhos*, a 5 de Junho de 2004 (SOUSA, 2006).



[232]

do açúcar: “que os oleyros posam tirar e cavar barro na dita ylha em toda e quall quer terra honde houbeer suficiente e posam tirar outro sy barro pera fazerem casas”.¹⁸⁰

O fabrico de peças de cerâmica pelos oleiros da Ilha da Madeira foi objecto de frequentes preocupações municipais. A inferior qualidade do barro de ilha, conhecido por “barro da terra”,¹⁸¹ não garantia, pois, a confecção de recipientes de boa qualidade para as lides quotidianas, pelo que a Câmara Municipal do Funchal promoveu, sistematicamente, uma série de medidas com vista a impedir a proliferação da chamada “lousa falsa”, tida como frágil e quebradiça.¹⁸² Procurou-se, assim, ao longo dos séculos XVI e XVII, fiscalizar a actividade dos oleiros, sobretudo na preparação da matéria-prima, determinando-se que no fabrico da louça não se misturasse o barro da ilha com o importado de Lisboa,¹⁸³ ou que se a fabricasse através de uma mistura de barro local com outros do Porto Santo e Açores.¹⁸⁴

O famoso médico e naturalista Hans Sloane, durante a sua estada na Madeira, em 1687, testemunhou o fabrico de uma louça local de cor vermelha, classificando-a de inferior qualidade: “Fabricam aqui uma louça fina e quebradiça, usada para conservar a água fresca ou para outros fins; a sua cor vermelha resulta provavelmente do ferro existente na argila.” (SLOANE, 1981:161).

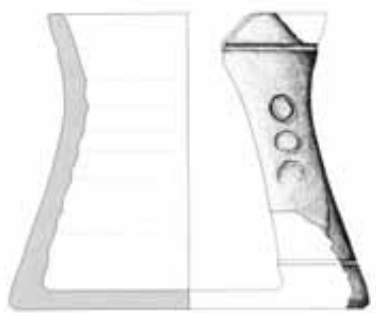
À primeira vista, a documentação reconhece como uma das principais características da louça regional a cor predominantemente avermelhada que distingue as suas pastas e superfícies. Característica essa, que, segundo Alberto Artur Sarmiento, qualificava as produções da Rua da Olaria, na actual Zona Velha do Funchal, na segunda metade do século XVII, onde também se comercializava louça vermelha (SARMENTO, 1941).

Apesar da inferior qualidade das peças, a produção de cerâmica local parece ter tido uma fatia no mercado regional, sobretudo na confecção de recipientes para uso utilitário e culinário, provavelmente copiando modelos de importação, como se pode observar na descrição das posturas de 1587,¹⁸⁵ relativamente aos alguidares, tendo como referência a localidade de Aveiro.

A pouco e pouco os oleiros madeirenses construíram os seus fornos e diversificaram as suas produções, que foram comercializadas pelas várias localidades da Ilha da Madeira e Porto Santo. Em Machico, Artur Sarmiento dá conta da existência de uma olaria de boa qualidade próximo do Forte de S. Roque, na foz do Ribeirinho, pertencente a um “baço de raça atravessada”¹⁸⁶ (SARMENTO, 1941). Segundo o autor, esta olaria teria utilizado os barros vermelhos do Caniçal para a laboração das suas peças (SARMENTO, 1953: 49).

Como vimos, a cerâmica produzida localmente era tida como de fraca qualidade, muito provavelmente correspondendo àquela louça vermelha a que se referiu Sloane, na segunda metade do século XVII. Às várias referências que as fontes documentais veiculavam em relação a essas produções locais, certos investigadores, mesmo aqueles que nos anos sessenta do século XX haviam dirigido várias campanhas de escavações no Funchal e em Santa Cruz, como é o caso de António Aragão, mostravam com desânimo a inexistência de evidências físicas desses fabricos: “(...) os oleiros insulares, com o andar dos anos, se multiplicaram, construíram os seus fornos e levaram a cabo a execução duma grande variedade de objectos para uso doméstico, dos quais nem conhecemos um para amostra” (ARAGÃO, 1981:170).

O recente contributo dos estudos arqueológicos na Cidade de Machico veio, no entanto, trazer novos dados a esta interessante problemática. A identificação de vários fragmentos cerâmicos (do grupo de cerâmica comum) de pastas de textura mais ou menos grosseira de cor



[233]

[JFM.P/00-3-40]

Fogareiro. Fragmento de parede e base de fogareiro de pasta grosseira, vermelha T37. Superfícies manchadas a negro, destacando-se na externa inscrições circulares e caneluras (que parece tratar-se de uma marca de oleiro). Base rasa.

EP: 12mm, EF: 15mm, DB: 190mm.



[234]

predominantemente vermelha, alguns dos quais exibindo as superfícies engobadas e brunidas (Fig.234), deixa em aberto um novo universo de estudos sobre as características tipológicas e tecnológicas destes materiais. As formas exumadas, em contextos estratigráficos homogêneos dos séculos XVII e XVIII, correspondem fundamentalmente a peças de uso utilitário, como sejam alguidares, tigelas, tachos, frigideiras e fogareiros. No fundo, são peças de uso comum, extremamente úteis às necessidades quotidianas da vida doméstica da Época Moderna, não só para um uso estritamente culinário (como as peças de cozinha e mesa), mas também, para outras necessidades prementes, caso da armazenagem de materiais e do aquecimento.

Também as escavações levadas a cabo na Praça Colombo, Funchal, exumaram vários fragmentos cerâmicos que se supõem serem de produção madeirense (característicos pelas suas pastas castanhas não muito bem depuradas), (GOMES; GOMES, 1989:40 e 1998:342).

180- Álvaro Rodrigues de Azevedo, Nota XXVI, *As Saudades da Terra pelo Doutor Gaspar Frutuoso. História das Ilhas do Porto-Sancto, Madeira, Desertas e Selvagens*, Funchal, Typ. Funchalense, 1873, p.689. Note-se que o uso do barro era fundamental no processo de purgação do açúcar. Segundo a documentação, as formas eram "barreadas" aplicando-se uma camada de barro sobre a massa de açúcar (caras) na superfície das formas com vista a uma melhor purificação, como aliás se constata de um Regimento do Rei de D. Manuel I de Setembro de 1507: "quallquer purgador Daçucar que se achar que nam daa ao dito açúcar os barros que lhe sam necesarios pêra seer bem purgado" (AHM, Vol.XVIII, doc. 306, 1974, p.495).

181- As provisões da Câmara do Funchal proibiam na confecção da louça o uso da "terra de masapes" ou de "almagra" [variedade de argila vermelha]: "(...) os oleiros desta cidade não uzem de botar almâgra na lousa que fizerem e lavrarem que ouuer de hir ao lume (...) por quanto ha muita queixa no povo que fazem adita lousa de barro da terra de masapes e a singem(?) com a dita almagra hem chegando ao fogo se quebrao no que notauel engano para o povo (...) e outro si não botarão na dita lousa area da terra (...)"; (ARM, CMF, Livro de Vereações, L.º n.º 1324, fl. 9, 6 de Janeiro de 1627).

182- A Câmara Municipal do Funchal, num auto de Junho de 1605, mandou que se "quebrase toda panelas e tigelas de fogo que he lousa que vai ao fogo", fabricadas pelo oleiro Roque Freitas, pelo facto de ser "loiaça falsa e de barro falso" (ARM, CMF, Livro de Vereações, L.º1316, fl.42, Junho de 1605).

183- Cfr., ARM, CMF, Livro de Vereações, L.º1324, fl.12,1626: "(...) os oleiros que tirem barro desta ilha pêra misturarem os de Lisboa para fazerem lousa encorrerão em penna de seis mil res (...)".

184- No século XVI (1589), estabeleceu-se que não se lavrasse o barro "estreme da terra, sem juntar os do Porto Santo" (Apud SARMENTO, 1941). Em Maio de 1635, a Câmara Municipal do Funchal aprovou o fabrico de louça com argilas de mistura: "(...) requereram que tinham trazido a esta camara a lousa das misturas do barro que se lhe tinha dado: uma parte do barro desta ilha, e duas do Porto Santo, das ilhas de baixo [S. Miguel e Santa Maria, Açores] e se tinha achado ser a dita louza boa e de proveito ao povo, pelo que lhes deram licença para usarem dos ditos barros e fazerem a lousa no modo e maneira da mostra que trouxeram a esta carta (...) " (ARM, CMF, Livro de Vereações, L.º1327, fl.19, 1635).

185- Cfr. "Posturas que fizerão os officiaes do anno de oiteta e sete (1587)", AHM, Vol. I, n.º1 e 2, 1931, pp. 15-20 (vide também ARM, Posturas, L.º 685, fls. 60-67, 1587).

186- Alberto Artur Sarmiento, numa curiosa descrição de um caso de amor proibido ocorrido na Vila de Machico em 1740, dá conta da existência de um tal Pedro Mendes, oleiro, "carreteiro de barro e descendente de preto mariola" (SARMENTO, 1957:7).



[235]

Delineia-se, assim, um interessante campo de investigação com o objectivo de constituir um quadro tipológico dos conjuntos cerâmicos de produção local recolhidos em contextos estratigráficos homogéneos. A seriação que temos vindo a realizar, essencialmente por análises macroscópicas dos fragmentos, cujas pastas e superfícies correspondem ao grupo identificado como de fabrico local, deixa em aberto a possibilidade de concretizar brevemente um estudo aprofundado destas produções.

No entanto, e com vista a obterem-se informações mais precisas da composição química deste grupo de pasta, submeteu-se a análise química, textural e mineralógica um fragmento de parede de cerâmica (pertencente a um recipiente de armazenamento ou a um material de construção, Fig. 235), cujo resultado mostrou, com elevada probabilidade, tratar-se de um material de origem vulcânica, com escasso material plástico e de toque vidrado, interno e externo. As análises foram efectuadas no Departamento de Geociências da Universidade de Aveiro, fazendo parte de um grupo de doze amostras, onze das quais representam fragmentos de bordos de formas de açúcar.¹⁸⁷

Efectivamente, estão lançadas as primeiras bases de investigação com vista à identificação dos primeiros tipos cerâmicos de fabrico madeirense, nos séculos XVI, XVII e XVIII. A continuidade dos trabalhos arqueológicos no Concelho Machico está a fornecer mais exemplares cerâmicos deste grupo, que surge, predominantemente, em estratos arqueológicos do século XVII e XVIII.

Considerando a sua relevância nas actividades quotidianas, a cerâmica desempenhou um lugar de destaque no comércio local. A pouco e pouco, não obstante continuar a chegar ao Porto do Funchal louça de importação, a produção regional de louça, a julgar pela evidência arqueológica, parece ter correspondido a uma fatia considerável de mercado, com a oferta de produtos de uso culinário, como as peças de ir ao lume (panelas, tachos e frigideiras).

A cerâmica chegava às várias localidades, acompanhando outras mercadorias, por via marítima, e aos lugares mais recônditos da ilha, por intermédio dos adelos e almocreves.



[236]

4.1.1. Metodologia e análises arqueométricas

Uma das grandes dificuldades com que nos deparamos no estudo da cerâmica destes contextos arqueológicos residiu no elevado número de exemplares existentes para os depósitos atribuídos aos séculos XV, XVI e XVII, totalizando cerca de 10 000 unidades, incluindo faianças, grés, porcelanas, cerâmicas comum, preta e vidrada. O estado de fragmentação das cerâmicas - com a excepção de alguns conjuntos recolhidas no contexto das cisternas - exigiu um critério metodológico mais preciso que, de uma maneira geral, se ajustasse às características do conjunto.

Num primeiro passo, procedeu-se ao tratamento dos fragmentos cerâmicos, iniciado pela acção de limpeza¹⁸⁸ e marcação (Fig. 236), depois pela seriação e, quando estritamente necessário, pela intervenção, tendo em vista a conservação e a consolidação.¹⁸⁹ Após este tratamento preliminar, procedeu-se à contagem dos fragmentos por unidade estratigráfica e à comparação com outros materiais provenientes de outros níveis estratigráficos, tendo em vista uma possível colagem.¹⁹⁰ Este processo foi proveitoso na relação estratigráfica de unidades que se integram em níveis atribuídos ao século XVII e mesmo ao século XVIII. Porém, para as fases mais recuadas, dos séculos XV e XVI, a expressiva maioria dos materiais cerâmicos exumados não possuía afinidades tipológicas com outros níveis superiores. Este

187- Sobre este assunto consulte a rubrica 4.1.1. "Metodologia e Análises Arqueométricas".

188- A lavagem e limpeza das cerâmicas teve em especial atenção o estado de conservação dos fragmentos e o respectivo tipo de pasta. No caso concreto da cerâmica vidrada e da faiança, tiveram-se especiais cuidados na lavagem, sobretudo quando o vidrado ou o esmalte se apresentava com uma deterioração considerável.

189- O tratamento do espólio arqueológico, no caso concreto da escavação das cisternas, foi improvisado no próprio local da intervenção. O restante foi remetido para um espaço actualmente a funcionar como Laboratório de Conservação e Restauro na Secção de Machico da Associação de Arqueologia e Defesa do Património da Madeira (ARCHAIS).

190- Alguns fragmentos de peças cerâmicas, com o objectivo de integrarem os conjuntos expositivos do "Núcleo Arqueológico da Junta de Freguesia de Machico", receberam um tratamento de conservação e restauro. A metodologia assentou, basicamente, na modelação e preenchimento do objecto cerâmico sempre que tal se revelou possível até um limite que não desvirtuasse o carácter único do objecto.



[237]

dado poderá evidenciar, em duas situações distintas - no espaço da Alfândega de Machico e na Casa da Travessa do Mercado - o carácter bem individualizado e homogéneo dos conjuntos que integram as fases atribuídas aos séculos XV e XVI.

Os materiais cerâmicos, mediante uma análise macroscópica das pastas, foram depois separados por grupos com características tecnológicas definidas: cerâmica comum, faiança, porcelana, grés¹⁹¹ e cerâmica vidrada (considerando-se os vidrados de chumbo, de estanho e outros). Procurou-se valorizar outros aspectos tecnológicos da cerâmica, nomeadamente o estado das superfícies, a cor e os acabamentos e decorações, a textura das pastas e a distribuição e frequência dos elementos não plásticos (ENP). Elaborou-se uma Ficha Descritiva de Cerâmica (Fig. 238) para o registo dos fragmentos e peças¹⁹² mais significativas (cujo conteúdo será abordado mais adiante). Mais sucinta foi a elaboração de um pequeno catálogo descritivo, em forma de inventário, que teve por base as seguintes linhas orientadoras: no topo, a referência ao acrónimo numa lógica previamente estabelecida (designação do sítio, ano, UE e número), depois a indicação da tipologia, número de fragmento e análise da natureza das superfícies e das pastas (acabamento e decoração, cor, cozedura, componentes não plásticos). As dimensões são dadas em milímetros e são considerados os diâmetros, externo e da base, e as espessuras do bordo, bojo, parede e fundo.

Os fragmentos foram analisados um por um, sem uma excessiva preocupação por um registo muito pormenorizado e uma medição rigorosa, pese embora fossem tidas em conta todas as operações de análise que garantem a validade técnica da observação.

Na observação macroscópica das cerâmicas (com o objectivo de constituir grupos homogéneos de pastas), constatou-se uma variação de tonalidade e aspecto das superfícies, característica esta que pode não estar totalmente dependente do processo de fabrico, mas também dos efeitos pós-deposicionais.¹⁹³

A estratégia metodológica seguida neste estudo assentou na selecção de uma amostra constituída por vários conjuntos cerâmicos (totalizando 5 518 unidades), provenientes de vários níveis de ocupação antrópica com estratigrafia homogénea, integrando um reduzido número de espólio residual. Assim, os conjuntos cerâmicos seleccionados correspondem a várias fases de ocupação dos sítios arqueológicos com uma sequência cronológica que vai do século XV aos finais do século XVII. Basicamente, a sequência estratigráfica definiu três fases essenciais: uma, que coincide cronologicamente com a segunda metade do século XV atribuída aos níveis arqueológicos da Alfândega e da Casa da Travessa do Mercado; outra que baliza no século XVI e, finalmente, uma terceira correspondente ao século XVII. Todas elas estão presentes nos quatro sítios intervencionados.

A quantificação das cerâmicas arqueológicas envolve uma certa complexidade. No entanto, não abordaremos aqui a discussão teórica que envolve a validade e a limitação dos vários sistemas de medida actualmente utilizados.

Foram duas as metodologias estruturantes neste estudo: a contagem do número de fragmentos e o cálculo do número mínimo de indivíduos (fazendo uso dos bordos), conforme os pressupostos sugeridos por Clive Orton e Stéphanie Raux.¹⁹⁴ No cálculo do número mínimo de indivíduos, seguimos duas operações: a colagem de todos os fragmentos, pelo que 2 fragmentos colados equivaliam a 1 fragmento e quando um tipo possuía, por exemplo, n bordos, n+1 bojos e n+2 fundos, o número mínimo era de n+2. No entanto, para o estudo estatístico dos fragmentos das formas de açúcar e atendendo às características específicas

[Ficha Descritiva de Cerâmica]

Estação/ sítio	Acrónimo	Quadrado	Ambiente	Peça n.º
Sector	N.º unidade estratigráfica	Contexto Escavação Prospecção	Coordenadas X: Y: Z:	Desenho n.º Foto n.º

Forma tipológica
Aberta | Fechada | Outra _____

Componentes
Corpo | Bordo | Lábio | Colo | Base/pé | Asa | Fundo | Outra _____

Estado da peça
Completa | Incompleta | Fragmento | Conjunto de fragmentos |

Reconstituição
Total | Parcial | Duvidosa |

SUPERFÍCIE
Cor
Externa _____
Interna _____
Cobertura/Acabamento _____ Interna |
Engobe/aguada | Vidrado | Esmalte | Outro _____ Externa |
Decoração
Impressa | Modelado |
Incisa | Estampilhada |
Excisa | Canelada |
Estratificada | Pintada |
Descrição:
Estado da superfície da peça _____ Interna |
Porosa | Grosseira | Normal | Rugosa | Brunida | Afagada | Externa |

PASTA
Cozedura
Oxidante | Redutora | Redutora parcial | Outra _____
Cor
Categoria da pasta
Cerâmica | Faiança | Grés | Porcelana | Outra _____
Textura da pasta
Grosseira | Homogénea | Depurada | Estratificada | Compacta |
Componentes não plásticos
Tipo ou matéria: Quartzo | Mica | Feldspato | Outro _____
Frequência: Abundante | N.º razoável | Escasso |
Dimensões: Fino | Médio | Grande | Muito grande |
Distribuição: Regular | Irregular |
Tipologia: Bolesados | Angulosos |

MEDIDAS
DIÂMETRO: interno _____ externo _____
ESPESURA: bordo _____ bojo _____ fundo _____ espessura máxima _____
ALTURA: altura total do recipiente _____ altura do fundo _____

OBS: _____

[238]

daquele recipiente, optou-se por considerar o número de bordos como o número mínimo de indivíduos, apesar da maioria dos fragmentos corresponderem à parede da peça.

O baixo índice de integridade das peças não permitiu, naturalmente, identificar um maior número de tipos de formas cerâmicas e, conseqüentemente, aprofundar a questão da funcionalidade e da utilidade dos objectos, para além da elementar divisão entre forma aberta e forma fechada. Com efeito, em face do reduzido número de perfis completos, a reconstituição gráfica das peças limitou-se à representação dos objectos seriados, embora em casos particulares em que as peças encontraram paralelos conhecidos, se optasse pela reconstituição em traço interrompido.

Assim, os exemplares que garantiam a determinação aproximada do diâmetro e da forma foram seleccionados para desenho (instrumento imprescindível na reconstituição das formas cerâmicas). Neste aspecto, a escolha recaiu, naturalmente, sobre as peças que, apesar de muito fragmentadas, nos forneceram perfis aproximados, nalguns casos completos, e também sobre os bordos representativos do conjunto. A separação de bordos e fundos foi conjugada pela comparação e aproximação entre os vários fragmentos, com vista a detectar-se aqueles que pertenciam a cada um dos objectos. Notamos que o número de fragmentos de bordos é, geralmente, muito superior ao de fundos, o que evidencia que os primeiros constituem uma componente mais frágil da peça, logo a que mais se fragmenta quando se parte.

Colocou-se também o problema da identificação das formas com base na observação dos fragmentos. Neste aspecto, o recurso à análise dos bordos foi massiva, uma vez que ao contrário dos fundos - que nem sempre permitem a distinção da morfologia, dado que peças diferentes podem ter fundos idênticos (embora as diferentes espessuras do fundo possam garantir outras leituras) - os bordos permitem determinar, ainda que de forma aproximada, a forma dos objectos cerâmicos. Deste modo, a operação aqui delineada e a reconstituição gráfica permitiu definir um quadro tipológico, reduzindo a diversidade de formas e feitios, a uma unidade de tipos, ou seja, um quadro tipológico articulado por uma combinação de atributos (formas, pastas, interpretação funcional, temáticas decorativas, etc.).

Associado a esta operação metodológica, levantou-se o problema da nomenclatura a utilizar.¹⁹⁵ A grande profusão de termos por vezes referentes a uma só forma cerâmica

191- Os conjuntos de grés integram-se essencialmente em níveis crono-estratigráficos dos séculos XVIII e XIX.

192- O conceito de "peça" e de "fragmento" foi adoptado no presente estudo, tendo por base a explicação de que o primeiro é representativo dos vários fragmentos que compõem uma forma cerâmica e como tal permitem uma reconstituição do corpo da peça; o segundo exemplificativo de um ou de várias componentes que, embora não permitam uma reconstituição do perfil da peça, possam dar indicações precisas acerca da sua forma.

193- Os efeitos pós-deposicionais podem levar, por exemplo, a que um conjunto de fragmentos da mesma peça apresente colorações diferentes. Note-se que o objecto, perante as características ambientais existentes no subsolo (ausência de luz, presenças de sais minerais na água, acesso limitado de oxigénio, temperatura e humidade relativa estável, contacto com outros solos, etc.), sofre uma série de transformações.

194- Vide Clive Orton ; Paul Tyers ; Alan Vince, *Pottery in Archaeology*, Cambridge, Cambridge University Press, 1993 e Stéphanie Raux, "Méthodes de quantification du mobilier céramique", *La quantification des céramiques. Conditions et protocole*, Centre Archéologique Européen du Mont Beuvray, 1998, pp. 11-16.

195- Esta problemática foi abordada por vários investigadores, entre eles, Isabel Fernandes, "Da necessidade de uniformizar a terminologia cerâmica", *Actas das 2as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval. Métodos e Resultados para o seu Estudo*, Tondela, Câmara Municipal de Tondela, 1998, pp. 479-480 e Paulo Dórdio e Alexandra Lima "Introdução: breve relatório para um debate", *Actas das 2as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval. Métodos e Resultados para o seu Estudo*, Tondela, Câmara Municipal de Tondela, 1998, pp.461-467.



[239]



[240]

levantou uma dificuldade acrescida na escolha da designação a atribuir às peças. Efectivamente, essa operação fez-se pelo recurso à leitura de outras publicações que, além de mostrarem materiais semelhantes, apontavam designações comuns. Procurou-se, assim, estabelecer uma uniformização própria, embora esteja em preparação um estudo reflectido com base em leituras pluridisciplinares (paralelos etnográficos, informação arquivística, tradição oral e contributos de técnicos: arqueólogos, historiadores, artesãos, filólogos, etc.). Foi extremamente útil a consulta de alguns estudos de Luís Chaves,¹⁹⁶ relativamente à terminologia corrente para a louça tradicional portuguesa.

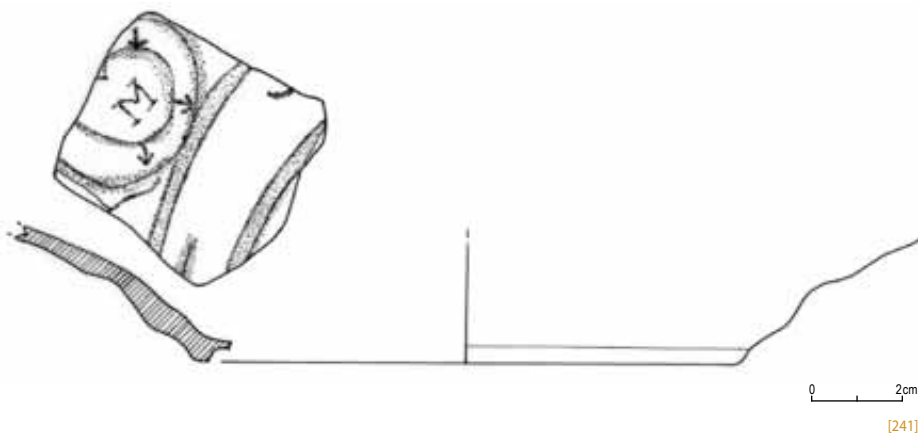
O estabelecimento de paralelos morfológicos foi realizado com outros exemplares cerâmicos contemporâneos provenientes de contextos estratigráficos homogêneos, seguindo justamente o conselho de Harris: “*La validez de las comparaciones artefactuales depende de la calidad del registro estratigráfico*” (HARRIS, 1991:176). Note-se, efectivamente, que são os objectos, em associação, que estabelecem a ponte com a história dos sítios arqueológicos e por conseguinte estabelecem as balizas cronológicas de um determinado tipo ou grupo cerâmico. Nesta leitura, há que ter a percepção que o nível estratigráfico em que se encontra o objecto indica a época em que foi abandonado e não a data do seu fabrico. Esta problemática, já referida anteriormente, tem a ver com o tempo e a duração das coisas, pois os objectos tiveram um tempo de uso em que foram utilizados e serviram para várias tarefas, e um tempo em que deixaram de servir porque, entretanto, se estragaram em tempo de uso ou porque foram destituídos da sua utilidade original e, portanto, foram conservados ou abandonados. O assunto remete para um campo de questões de leitura difícil: quando é que foram fabricados os objectos? Quanto tempo tiveram de uso? Quando é que foram abandonados e quais as circunstâncias que levaram a esse abandono? Vejamos um exemplo. O caldeirão em cobre (Figs. 351 e 352) encontrado no fundo da cisterna da Junta de Freguesia de Machico terá sido usado ao ponto de já não servir e, depois, atirado para a cisterna? Terá sido utilizado durante muito tempo? Que circunstâncias terão levado ao seu abandono, sobretudo se considerarmos que a peça se encontrava no momento do seu achamento em óptimas condições de uso?

É fundamental precisarmos alguns conceitos e descritores utilizados no formulário da *Ficha Descritiva de Cerâmica* (Fig. 238).¹⁹⁷ Em primeiro lugar, fez-se referência à designação atribuída ao objecto com base em critérios de natureza morfológica, tendo presente os diversos componentes de uma peça: o corpo, o bordo (que representa o acabamento da abertura da peça e vem classificado quanto ao seu espessamento e orientação), o lábio (acabamento ou a extremidade do bordo), o colo, a base, a asa (no caso da fixação ao corpo se fazer nos dois pontos e pega quando é feita apenas num ponto) e o fundo (coincide com a parte interna da base de uma peça).

Seguem-se os descritores referentes ao estado da superfície da cerâmica (critérios estéticos e morfológicos). A indicação da cor fez-se de forma aproximada, sobretudo pela observação da superfície externa dos fragmentos, utilizando a tabela de André de Cailleux¹⁹⁸ que, por sua vez, estabelece uma correspondência com a tabela de Munsell.

O acabamento das superfícies mereceu também especial atenção. Normalmente, as técnicas utilizadas antes da cozedura faziam-se pela aplicação de uma aguada ou engobe, com o objectivo de fornecer à peça um determinado tipo de acabamento - com função impermeabilizante ou decorativa. Contudo, há que fazer uma distinção, apesar de muito

[122]



[JFM/00-3-79]

Prato. Fragmento de base e parede de prato esmaltado a branco, com pasta de textura compacta, de cor amarela K90. Mostra um interessante apontamento decorativo na superfície interna, com a letra "M" representada no interior de um coração ladeado por setas. A decoração combina as cores de azul-cobalto e vinoso. Base de assentamento anelar. EP: 5mm.

ténue, entre a aguada e o engobe. A primeira, é caracterizada por uma solução de barbotina (barro fluido contendo grande percentagem de água), com fins decorativos e impermeabilizantes (MARTINS; RAMOS, 1992:96). A segunda, através de uma mistura de agentes colorantes (óxidos) à barbotina, no sentido de melhorar o aspecto da superfície ou também de impermeabilizar a cerâmica (MARTINS; RAMOS, 1992: 96; ALARCÃO, 1974: 26).

As superfícies das peças podem ser vidradas ou esmaltadas. O vidrado é um tipo de engobe que é aplicado à peça, garantindo um melhor acabamento (para servir várias finalidades, entre elas a impermeabilização e a protecção contra a deterioração). Note-se que os vidrados podem ser transparentes (obtidos através de óxidos alcalinos de chumbo) e de várias cores (obtidos através de outros óxidos). O esmalte é uma técnica de vidrado opaco que se faz pela adição de óxidos de estanho (branco opaco).

Relativamente aos aspectos decorativos, procurou-se identificar vários tipos tais como: impressa, incisa, excisa, modelada, estampilhada, canelada e pintada.

O acabamento da superfície da cerâmica considerou quatro ocorrências: porosa, rugosa, brunida e afagada. É porosa quando a peça não recebe qualquer tipo de acabamento, observando-se a presença de elementos não plásticos de frequência e tamanho diversificado. As superfícies são rugosas quando, apesar de se verificarem vestígios de tratamento (com fins impermeabilizantes), o acabamento se apresenta irregular. Apresentam-se brunidas quando exibem um aspecto acetinado e lustroso (quando a peça é polida após a secagem), muitas vezes com a aplicação de engobe (MARTINS; RAMOS, 1992:98). Por último, as superfícies são afagadas, quando apresentam um acabamento de aspecto mais grosseiro (feito na pasta húmida, utilizando diversos materiais).

196- Cfr. de Luís Chaves, vários estudos específicos, nomeadamente *Acerca da louça popular de Mafra*, Lisboa, 1961, *Nos domínios da Arte e da Artesania: olarias rústicas e cerâmicas artísticas*, Lisboa, 1965 e outros em que colaborou em parceria, AAVV, *Vida e Arte do Povo Português*, Lisboa, Secretaria da Propaganda Nacional, 1940 e F. Castro e Pires Lima, *A Arte Popular em Portugal*, Vol. II, Lisboa, Editorial Verbo, Vol. II, 1961.

197- Vários estudos foram tidos em conta na elaboração da ficha, tais como Artur Martins e Carlos Ramos, "Elementos para a análise e descrição de produções cerâmicas", *Vipasca*, Vol.I, 1992, pp.91-101 e Jorge de Alarcão, *Cerâmica Comum e Regional de Conimbriga*, Coimbra, 1974.

198- Cfr. André de Cailleux, *Note Sur le Code des Coleurs des Sols*, Boubée. Note-se que os índices cromáticos identificados na análise das pastas e superfícies das cerâmicas devem entender-se como aproximados.



[242]

Por outro lado, optou-se por indicar, mediante uma simples observação macroscópica, o tipo de textura das pastas. Consideraram-se três aspectos essenciais: grosseira (pastas menos depuradas com grande variedade de ENP); homogénea (uma pasta que apresenta pouca variedade e aproximada simetria de ENP) e densa/depurada (revela-se quando os componentes estão bem ligados entre si com escassos ENP). Todos estes tipos de pastas (grosseira, homogénea e depurada) podem ser também, compactas (quando os seus componentes se apresentam bem ligados, sem camadas sobrepostas) e estratificadas (quando a pasta aparece disposta em finas camadas).

Relativamente ao tipo de cozedura (oxidante ou redutora) das cerâmicas seguimos de perto as indicações dos autores do estudo sobre os *"Elementos para a análise e descrição de produções cerâmicas"*¹⁹⁹ (MARTINS; RAMOS, 1992: 98-99).

Os elementos não plásticos foram agrupados quanto à matéria-prima, ao seu número, frequência, distribuição e tipologia. Note-se, neste último caso, que a leitura das tipologias dos elementos (que podem possuir arestas angulosas ou boleadas) pode fornecer importantes indicações da proveniência de extracção (no caso de materiais ribeirinhos ou não).

Por último, consideram-se as medidas necessárias ao reconhecimento e classificação tipológica da cerâmica (o diâmetro, a espessura²⁰⁰ e a altura).

As metodologias utilizadas, na caracterização mineralógica e química dos fragmentos cerâmicos estudados basearam-se nas seguintes técnicas analíticas: Difracção de Raios X (DRX), Espectrometria de Fluorescência de Raios X (FRX) e Espectrofotometria de Chama (FC).

A DRX é uma técnica analítica que fornece informações mais amplas, precisas e detalhadas quanto à quantificação dos minerais presentes, sendo, para além disso rápida, versátil e não destrutível. Cada espécie mineral cristalina tem um modelo de difracção específico, a partir do qual pode ser identificada, mesmo em misturas complexas, desde que a amostra a

[124]

analisar tenha representatividade e que os procedimentos a utilizar na sua preparação sejam executados com o máximo rigor e sistematização.

A FRX foi outra técnica seleccionada, devido à sua simplicidade, rapidez e precisão. Na análise dos elementos químicos maiores e menores, a técnica de FRX, em parte por causa do modelo do equipamento utilizado, apresenta limitações quanto à precisão das determinações de Na e K, razão pela qual estes elementos foram analisados por Espectrofotometria de Chama (FC).

As análises por DRX, FRX e FC²⁰¹ foram realizadas sobre a amostra tal-qual, devidamente seca e moída. Foram analisadas no total 12 amostras (onze das quais de fragmentos de formas de açúcar e uma de cerâmica de construção/armazenamento, Fig. 242).

As análises mineralógicas e químicas dos fragmentos cerâmicos, encontrados nas escavações arqueológicas da Cidade de Machico, constituem um contributo fundamental na determinação da origem dos centros produtores dessas cerâmicas. Deste modo, estabelecendo a comparação dos estudos mineralógicos e químicos de determinados elementos cerâmicos com a análise de outros materiais e argilas geograficamente bem definidos, é possível estimar a probabilidade de certos fragmentos ou grupos cerâmicos corresponderem a uma determinada proveniência.

Tendo por objectivo principal identificar a proveniência dos fragmentos cerâmicos analisados (na sua maior parte, elementos pertencentes a formas de purgação de açúcar), procurou-se estabelecer a seguinte metodologia:

- Selecção e classificação dos materiais cerâmicos por grupos de pastas,²⁰² seguida de comparação com outros fragmentos de referência exumados em sítios arqueológicos de Aveiro (caso das escavações no Convento de Jesus);²⁰³
- Análises químicas das amostras cerâmicas, considerando como grupos de referência as argilas de barreiros de origem reconhecida (Barreiros de Jerónimo Campos, Aveiro);
- Pesquisa arquivística e bibliográfica relativa à importação de louça e formas de açúcar para a Madeira, considerando também as fontes documentais alusivas ao fabrico de louça local.

Durante o século XVII chegaram ao Funchal vários carregamentos de louça e formas de barro para a purgação de açúcar provenientes de Aveiro. Considerando a tradição oleira desta região, particularmente rica em jazidas argilíferas (BARBOSA, 1985:101-102) e ao facto de



[243]

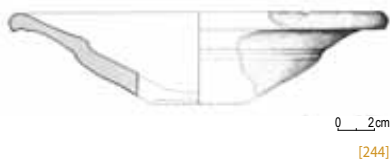
199- A impreparação técnica da nossa parte para as questões tecnológicas relativas ao tipo de cozedura dos conjuntos cerâmicos conduziu à opção de referir, indistintamente, aqueles conjuntos que nos pareceram menos complexos.

200- Note-se que a indicação da espessura da parede do corpo é demonstrativo do maior ou menor requinte e cuidado no fabrico da peça, para além de ser um indicador da qualidade dos barros.

201- Os estudos foram desenvolvidos sob orientação científica do Professor Celso de Sousa Figueiredo Gomes e do engenheiro João Baptista Pereira Silva no Centro de Investigação Minerais Industriais e Argilas, sedado no Departamento de Geociências da Universidade de Aveiro.

202- Note-se que as análises realizadas tiveram por base a composição das pastas (directamente relacionadas com as características geoquímicas das argilas dos Barreiros) e não as superfícies ou revestimentos (que obedecem mais a factores de ordem técnica).

203- Por informação da Dr.^a Isabel Pereira, ex-Directora do Museu de Aveiro, algumas formas de açúcar foram recolhidas em escavações nas proximidades do Convento de Jesus (mais propriamente da cerca do convento), onde, aliás, se identificaram fornos de cerâmica. Amaro Neves, no livro *Azulejaria Antiga em Aveiro. Subsídios para o estudo da cerâmica*, Aveiro, ed. Autor, pp. 17-18, faz referência à destruição de vários fornos nas traseiras do Convento de Jesus, em 1975, para a construção de prédios de habitação.



[JFM/00-3-501]

Prato. Fragmento de bordo e bojo de prato com superfície interna engobada e brunida de cor vermelha M37. Pasta compacta, de cor cinzenta M71 e com abundantes ENP (micas e quartzo). Bordo extrovertido, de lábio afilado. DE: 210mm, EB: 10mm, EBJ: 12mm.

estar referida como um dos principais centros produtores de formas de açúcar (além dos já conhecidos fornos da Mata da Machada, Barreiro),²⁰⁴ existia uma possibilidade acrescida (inicialmente por comparação macroscópica) dos fragmentos exumados, em níveis do século XVI e XVII, de Machico serem oriundos dos fornos de Aveiro. De facto, os estudos químicos realizados a partir dos fragmentos de formas de açúcar dos sítios arqueológicos de Machico indicam uma elevada probabilidade de Aveiro ser o centro produtor (SOUZA; SILVA; GOMES, 2005:267). Pela leitura que fazemos da evidência arqueológica, o grupo da cerâmica de uso industrial (constituído pelas formas de açúcar) com origem na região de Aveiro é, de facto, o conjunto que reúne uma maior expressividade quantitativa, se compararmos com a identificação de outros fragmentos de cerâmica utilitária, bem menos numerosa (estão apenas contabilizados oito fragmentos, três de pratos (Fig.244) e os restantes de paredes, que fazem lembrar os alguidares típicos de Aveiro).

A falta de estudos publicados sobre a escavação de fornos cerâmicos, na área de Aveiro,²⁰⁵ impossibilita, no presente, uma maior profundidade no conhecimento tipológico, tecnológico, químico e mineralógico das cerâmicas. No entanto, a escavação de duas jazidas arqueológicas subaquáticas, na chamada “Ria de Aveiro”, uma das quais de um casco de navio do século XV,²⁰⁶ forneceram um importante acervo cerâmico, cuja proveniência é complexa, mas a continuidade da investigação tipológica, comparada e arqueométrica poderá reservar outras leituras.

Submeteu-se igualmente à análise química e mineralógica um fragmento de material cerâmico (cerâmica de revestimento/construção), cujas características tecnológicas correspondiam à caracterização das pastas de fabrico local. Trata-se de uma amostra de pasta de tonalidade castanho avermelhada (R53), com uma espessura de 17mm (Fig. 235), proveniente de um estrato atribuído ao final do século XVII, do espaço exterior do edifício da Junta de Freguesia de Machico. Os resultados das análises arqueométricas indicam tratar-se de uma amostra cuja composição da pasta é de origem vulcânica, com escasso material plástico e de toque vidrado interno e externo, com uma forte probabilidade de ser uma produção local.

Uma das perspectivas de estudo que pretendemos encetar futuramente, reunindo dados arqueológicos, etnográficos e documentais, tem por objectivo essencial conhecer as produções cerâmicas madeirenses do período moderno e contemporâneo. Equacionam-se, desde já, vários problemas. Aquele que nos parece, à partida, mais complexo reside no facto das fontes documentais referirem, pontualmente, a importação de argilas de outros contextos geográficos para o fabrico da louça madeirense (barros que vinham das ilhas dos Açores e Porto Santo e do continente português). No entanto, como já foi referido, muita da louça era feita à base de mistura de barro do exterior e local. A estratégia metodológica passa, necessariamente, além da investigação arquivística e etnográfica, pelo recurso às análises laboratoriais da composição química e mineralógica das cerâmicas, possibilitando assim o confronto entre os agrupamentos macroscópicos e os conjuntos sujeitos às análises químicas. Na verdade, para o desenvolvimento deste interessante estudo, contamos com a matéria-prima essencial, sem a qual ele não seria concretizável: vários conjuntos cerâmicos que compõem o grupo de fabrico local, recolhidos nos níveis arqueológicos de Machico desde os finais do século XVI até ao presente (muitos deles possibilitando reconstituições morfológicas).



Arqueologia da Cidade de Machico.

A Construção do Quotidiano nos Séculos XV, XVI e XVII

Élvio Duarte Martins Sousa

CEAM – Centro de Estudos de Arqueologia Moderna e Contemporânea

Machico, Julho de 2006

ISBN: 972-99741-1-X

Copyright: © Élvio Sousa

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro
pode ser reproduzida por processo mecânico, electrónico ou outro,
sem autorização escrita do autor.



[246]

4.1.2. Os grupos cerâmicos

Como já referimos de passagem, na rubrica relativa à metodologia do estudo dos materiais cerâmicos, interessa explicitar o conteúdo que atribuímos à expressão de *grupo cerâmico* conceptualizado neste estudo. No fundo, o conceito integra o conjunto de fragmentos e de peças cerâmicas que foram agrupadas por afinidades tecnológicas comuns, com especial atenção para a particularidade do revestimento das superfícies e da textura das pastas (obtendo-se, basicamente, a classificação dos grupos de cerâmica comum, vidrada, faiança - e dentro desta subdividiram-se dois subgrupos, o esmaltado e o pintado - e por fim, a porcelana. A excepção foi dada, sobretudo por critérios de funcionalidade dos materiais em estudo, aos grupos da cerâmica de revestimento e de construção (da qual fazem parte os azulejos e outros objectos cerâmicos como as tijoleiras e as telhas) e da cerâmica de uso industrial ²⁰⁷ expressivamente representado pelas formas de purgação de açúcar (Fig. 246).

Por último, a rubrica da cerâmica de importação procurou agrupar, à excepção da porcelana chinesa, os materiais que correspondem às faianças de importação europeia (de origem espanhola, italiana e holandesa) e a outras produções que se supõe de origem andaluza, como é o caso das anforetas.

A análise dos conjuntos cerâmicos exumados nos sítios arqueológicos da Cidade de Machico, atesta uma gradual transformação tipológica da louça de mesa e de ir ao fogo, no decorrer

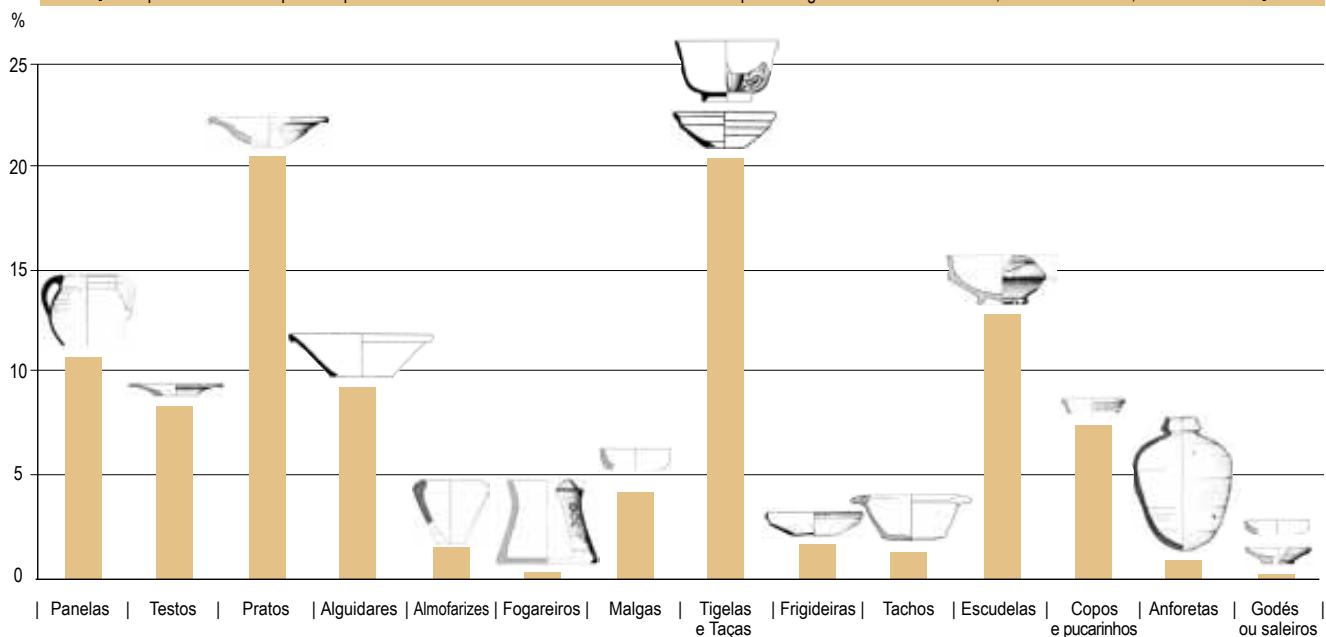
204- Cfr. Cláudio Torres, *Um Forno Cerâmico dos séculos XV e XVI na cintura industrial de Lisboa*, (s.l.), Câmara Municipal do Barreiro, (s.d.).

205- Há, no entanto, algumas referências dispersas sobre a intervenção recente em fornos cerâmicos na área do Eixo, pese embora não sejam conhecidas, até ao momento, cronologias para essas estruturas (ALMEIDA; FERNANDES, 2001:38).

206- Cfr. AAVV, "A cerâmica dos destroços do navio dos meados do século XV Ria de Aveiro A e da zona Ria de Aveiro B. Aproximação tipológica preliminar", *Actas das 2as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval de Tondela*, Porto, 1998, pp. 185-210.

207- Recentemente e no seguimento da realização de duas mesas-redondas no Funchal (11 e 12 de Novembro de 2004 e 25 de Fevereiro de 2005), adoptou-se o conceito de "Cerâmica do Açúcar" para designar, *grosso modo*, o universo de fragmentos e de peças cerâmicas, agrupadas por afinidades tecnológicas comuns, cuja funcionalidade se admite estar directamente relacionada com a produção açucareira e seus derivados. A publicação das actas está calendarizada para o mês de Novembro de 2006, numa edição do CEAM – Centro de Estudos de Arqueologia Moderna e Contemporânea.

[Frequência das principais formas cerâmicas nos sítios arqueológicos de Machico, séculos XV, XVI e XVII]



[247]

dos séculos XV, XVI e XVII (Fig. 247). A evolução dos hábitos alimentares e a introdução de conjuntos de importação parecem ter conduzido a uma maior individualização nos modos de comer, evidência essa que o registo arqueológico dos níveis modernos deixa transparecer (sobretudo pela expressiva quantidade de pratos, escudelas, tachos e copos).

A escudela, a tigela e o prato são, pois, peças que conquistam o gosto da mesa moderna, adaptando-se às novas formas de cozinhar e de organizar os sabores, cada vez mais à base de alimentos sólidos. Os cereais (sob a forma de pão, papas ou sopas), a carne, o peixe e o vinho constituíam basicamente o essencial da alimentação moderna que, inevitavelmente, se enriquece e se acentua, sobretudo pela condimentação exagerada herdada com os Descobrimientos portugueses.²⁰⁸ Há, pois, novos alimentos em circulação: especiarias, milho, tomate, pimentos, batatas, feijão-verde, entre outros.

O acto de comer à mesa, que assentava tradicionalmente na partilha da comida em escudelas e pratos comuns²⁰⁹ (ARNAUT, 1986:77; MARQUES, 1987:19; LAURIUOX, 1992:96; FERRO, 1996:37), tende a esbater-se, generalizando-se, uma atitude mais individualizante.²¹⁰ Posteriormente ao século XVII, os modos de comer sofrem alterações, sobretudo no que diz respeito à utilização dos talheres e do hábito de comer-se em pratos individuais e a beber-se em copos de vidro.

As escudelas e as suas congéneres malgas, que no gráfico de distribuição das principais formas cerâmicas atingem valores de 12,9% e 4,2% (Fig. 247) respectivamente, são as peças mais comuns dentro dos grupos da cerâmica esmaltada e vidrada. Nos estratos dos séculos XV e XVI são uma presença muito notada, sublinhando-se as variantes esmaltadas a branco e as decoradas a azul, a azul-vinoso e a verde, de possível fabrico andaluz.



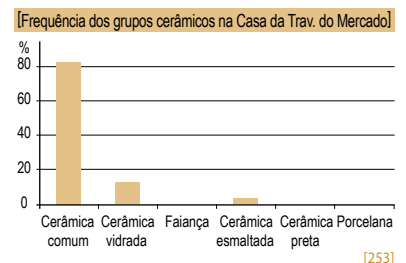
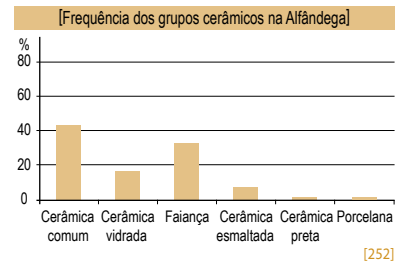
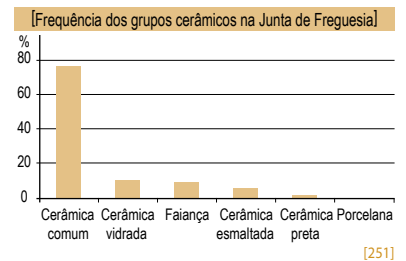
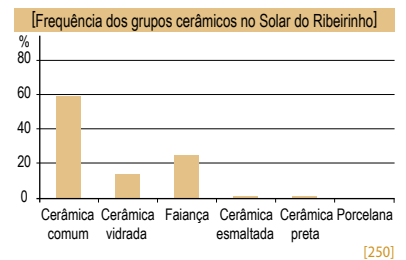
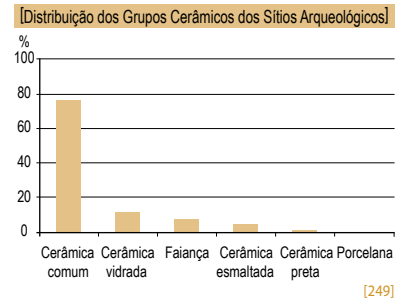
[248]

Certamente que a linguagem tipológica das peças também terá acompanhado estes novos hábitos de cozinhar e de estar à mesa, com o advento da época moderna. Podemos admitir, em primeira análise, uma tendência para uma maior abertura das peças, sublinhando-se, no caso concreto da louça de cozinha, uma maior utilização dos tachos e das frigideiras de cerâmica comum e vidrada, em detrimento das vulgares panelas de forma mais ou menos globular. Saliente-se que, em relação às panelas de ir ao fogo, os tachos e as frigideiras são peças mais abertas e geralmente mais baixas. Do ponto de vista estatístico, as panelas e os testos de cerâmica comum representam o tipo mais representativo dos estratos dos séculos XV e XVI, sobretudo no sítio arqueológico da Casa da Travessa do Mercado (com trinta e quatro fragmentos de bordos identificados), enquanto os tachos e as frigideiras começam a aparecer muito timidamente nos estratos do século XVI, sendo portanto mais numerosos nas camadas arqueológicas balizadas no século XVII. No geral, as frigideiras e os tachos representam, respectivamente, 1,7% e 1,3% da totalidade das formas cerâmicas contabilizadas nos quatro sítios arqueológicos (Fig. 247).

Efectivamente, a identificação tipológica dos materiais cerâmicos dos estratos arqueológicos seiscentistas revela uma predominância numérica, por um lado, dos tachos e frigideiras, como peças típicas de ir ao fogo, e, por outro, dos pratos e das escudelas, objectos que se destinavam ao serviço de mesa.

É neste contexto que o grupo da faiança, seja a importada ou a de produção nacional, começa a ganhar uma maior aceitação nos serviços de mesa modernos, em substituição dos metais. A faiança pintada aparece valorizada não só pelo seu aspecto decorativo, mais atractivo, mas também, pelas suas características de impermeabilidade e limpeza. A sua presença no registo arqueológico ocorre na primeira metade do século XVII, primeiro, com uma gramática decorativa à base de representações geométricas e vegetalistas em tons de azul-cobalto, e depois com a introdução do azul-vinoso em temas seiscentistas do tipo “rendas” e “contas”. Este grupo representa 6,8% do total dos conjuntos cerâmicos da amostra disponibilizada para os quatro sítios (Fig. 249).

De uma maneira geral, a Figura 249 mostra o universo da distribuição dos vários grupos cerâmicos pelos sítios arqueológicos em estudo, observando-se a quase exclusividade da cerâmica comum (75,8%) - situação, também análoga no contexto global de cada sítio (Figs. 250 à 253) - logo seguida pelo grupo da louça vidrada (12%) e pela faiança pintada a azul e azul-vinoso (6,8%). Os valores mais baixos verificaram-se na louça esmaltada branca (4,5%) e nas séries de louça preta (0,7%) e porcelana (0,2%).



208- Cfr. João Pedro Ferro, *Arqueologia dos Hábitos Alimentares*, Lisboa, 1996, pp. 15-16.

209- Esta situação esteve provavelmente na origem da expressão: “comer com alguém no prato”.

210- James Deetz, por exemplo, referindo-se aos hábitos de comer na América do século XVII, dá conta da existência de uma baixela de madeira (“*trencher*”) que era colocada sobre o centro da mesa para uma utilização colectiva, enquanto a tigela de porcelana de importação - como recipiente de excepção nas habitações - era colocada numa estante. Em meados do século XVIII com o processo de individualização mais generalizado, a baixela de madeira dá lugar à tigela de porcelana que deixa a sua função inicial, mais expositiva, para corresponder a outras necessidades da alimentação quotidiana que afastam cada comensal do contacto com os outros (DEETZ, 1980:40-45). Observe-se, no entanto, que este costume de comer usando um recipiente comum foi, justamente, observado por Kate Brüdt, nos anos trinta do século XX, nas comunidades rurais da Ilha da Madeira: “*A comida, quási sempre muito escassa, é deitada numa cesta em forma de prato, tampa. Geralmente põe-se a panela no chão e a tampa em cima, de maneira que esta desempenha ao mesmo tempo a função de coador. A família acocora-se em volta da tampa e cada qual tira o seu quinhão à mão*” (BRÜDT, 1937:86).

4.1.2.1. Cerâmica comum

A percentagem mais elevada (75,8%) do espólio cerâmico dos vários sítios arqueológicos da área urbana de Machico corresponde ao grupo que, vulgarmente, se tem chamado de cerâmica comum (peças cujas superfícies não apresentam nenhum acabamento vitrificado).²¹¹

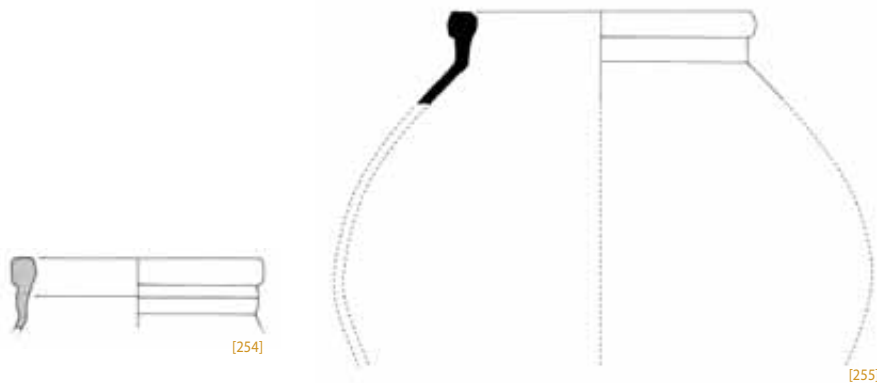
Do conjunto tipológico dos níveis arqueológicos atribuídos aos séculos XV, XVI e XVII destacamos a presença das panelas, tachos e frigideiras ou sertãs - tradicionalmente peças de utilização na cozinha quinhentista e destinadas a ir ao fogo - e outras de uso mais corrente, caso dos alguidares, testos, pratos, tigelas, copos e púcaros.

Das peças de cozinha que se destinavam à cozedura de alimentos (representadas pelas peças de ir ao fogo, facilmente identificáveis pelas manchas negras ou fuligem visível na superfície externa) é possível isolar três formas:

- A Panela constitui a forma fechada mais representada nos estratos dos séculos XV e XVI, embora com menor expressividade numérica a partir da segunda metade do século XVII. Os exemplares recolhidos apresentam variedades no tipo de bordo e bojo e superfícies caneladas e, nalguns casos, engobadas (de cor laranja e rosa), (Figs. 254 e 255). Geralmente são peças de paredes altas, de perfil mais ou menos convexo que estreita para o fundo e para a boca, que, por sua vez, recebia a cobertura de um testo. São peças que serviam para a cozedura de alimentos, em ambiente líquido demorado, como é o caso dos caldos. Este conjunto parece acompanhar um outro, da cerâmica preta, de paredes muito finas (2mm) e acabamentos alisados e brunidos (um dos quais com decoração ondulada na superfície interna (Fig. 256) e com algumas variantes na tipologia do bordo.²¹² Normalmente, estas panelas aparecem associadas aos testos, objectos que se destinavam a tapar os recipientes que iam ao lume ou também outros contentores de água, como as bilhas e os cântaros. São exemplares muitos comuns nos depósitos dos séculos XV e XVI (embora menos numerosos no século XVII), apresentando alguma diversidade de tamanhos (os mais pequenos com 9cm de diâmetro, os maiores com 11cm), base plana e pega central de preensão em forma de pitorra (Figs. 178 e 257).

- O tacho (Figs. 218, 248 e 259) e a frigideira são duas formas abertas, aptas a suportar temperaturas elevadas e muito frequentes em níveis arqueológicos dos séculos XVI e XVII.²¹³ Apresentam pegas triangulares que partem do bordo, ou nalguns casos, do bojo (como é o caso da frigideira da figura 258) e superfícies nitidamente manchadas a negro e com algumas caneluras. Em relação aos tachos, as frigideiras são peças mais baixas, permitindo, assim, uma maior visualização dos alimentos cozinhados, bem como um melhor remeximento do conteúdo com o auxílio de uma colher (muito provavelmente de pau). No fundo, são peças que parecem acompanhar a dieta alimentar quinhentista e seiscentista, adaptando-se às cozeduras rápidas e à generalização de novos alimentos. Nos estratos correspondentes aos finais do século XVII e pleno século XVIII, estes objectos começam a rarear, o que pode, portanto, evidenciar um uso mais frequente de peças de metal na cozedura dos alimentos.

Dos serviços de mesa faziam parte os púcaros, as tigelas, os copos e os pratos. Estes últimos, de presença muito rara nos estratos do século XV, apresentam geralmente pastas avermelhadas compactas, com as superfícies internas engobadas e brunidas (Fig. 244), com bordos



[JFM/00-Vala1-10]

Panela. Fragmento de bordo e bojo de panela, com superfície externa com caneluras, de cor rosada M47, engobada e manchada a negro. Pasta de cor rosada M67, compacta e com escassos ENP de fina dimensão (micas e quartzo). Bordo extrovertido, de lábio aplanado.
DE: 130mm, EB: 12mm, EBJ: 4mm.

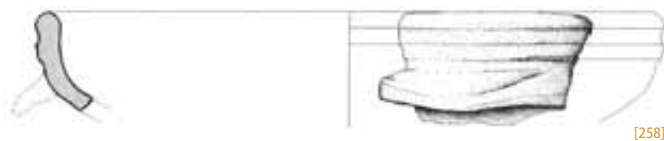


[JFM/00-Vala3-259]

Panela. Fragmento de bordo e parede de panela, de pasta porosa, de cor rosada M35, com escassos ENP. Superfície externa engobada, de cor alaranjada M20. Bordo extrovertido, com lábio direito.
DE: 135mm, EB: 13mm, EP: 5mm.

[CTM/03-9-12]

Panela. Fragmento de bordo e bojo de panela de cerâmica preta. Pasta compacta, de cor P73 com abundantes ENP, de médias dimensões, nomeadamente feldspato e micas. Bordo não espessado, de lábio afilado.
DE: 137mm, EB: 3mm, EBJ: 2mm.



[JFM/00-3-29]

Testo. Fragmento de perfil de um testo de pasta homogénea, com a superfície externa de cor rosada L47. A base de assentamento discoidal, apresenta-se estriada. Cozedura do tipo redutora. ENP de dimensão fina, distribuídos regularmente e em abundância, destacando-se a presença de micas. Bordo não espessado e lábio boleado.
DE: 111mm, EBJ: 5mm, EF: 6mm.



[ALF/00-5-391]

Frigideira. Fragmento de bordo e bojo de frigideira, com pega triangular. Superfície externa canelada e engobada a cor avermelhada R25. Pasta porosa, com escassos ENP, de cor avermelhada N35.
DE: 391mm, EB: 13mm, EBJ: 7mm.

[ALF/00-5-392]

Tacho. Fragmento de bordo e parede de tacho com pega triangular. Bordo ligeiramente espessado, introvertido, com lábio boleado. Superfície externa de cor acastanhada, notando-se na zona do bordo e na superfície interna acabamento engobado, de cor alaranjada P40. Pasta porosa de cor castanho avermelhado R29, com escassos ENP.
DE: 390mm, EB: 23mm, EP: 6mm.

211- Embora, nalguns casos, as peças apresentem as superfícies engobadas e brunidas.

212- Encontramos paralelos com estas formas nos conjuntos arqueológicos da Casa do Infante, no Porto, com cronologias a apontar para o século XVII (BARREIRA; DÓRDIO; TEIXEIRA, 1998:173-178).

213- A título de exemplo, podemos encontrar paralelos com estas peças em vários contextos dos séculos XV (GASPAR; AMARO, 1997: 345) e XVI, em Cascais (CARDOSO; RODRIGUES, 1999:195, 203), em Almada (SABROSA; SANTO, 1992:7; SABROSA, 1994:40,42) e Palmela (FERNANDES; CARVALHO, 1998:213). Num estudo sobre a *Olaria de uso doméstico na arquitectura conventual do século XVI*, proveniente das estruturas do Convento de São Domingos de Montemor-o-Novo, Margarida Ribeiro publicou imagens de vários tachos de diferentes tamanhos, identificando-os, com base no Regimento de Oleiros de 1572 de Lisboa, como "tigelas de fogo" (RIBEIRO, 1984:61-64). As posturas da Câmara Municipal do Funchal de 1587 fazem referência a "Huã tigella de fogo de duas canadas vinte reis, huã mais pequena dez reis. E outra de tres canadas". Aponta, ainda, "Huã de quatro orelhas grande ointenta reis. Outra mais pequena cinco reis" (AHM, Vol. I e II, 1931, ob. cit., p. 19).

214- Encontramos alguns paralelos com estes pratos em Cascais (CARDOSO; RODRIGUES, 1999:195, 202) e Almada. Um outro prato (JFM/00-3-501) com brunido interno de cor vermelha M37 (Cailleux), de pasta compacta acinzentada, encontra consideráveis semelhanças com uma forma exumada nas escavações da Ria de Aveiro (Formas 2 e 3), (AAVV, 1998:193), sobretudo na sua forma troncocônica e acabamento das superfícies.



[260]

[JFM/00-Vala2-227]

Tigela. Dois fragmentos de bordo e bojo de tigela de cerâmica comum, com superfícies engobadas, de cor rosada. Pasta compacta, de cor acastanhada P30, com ENP em abundância (micas e quartzo). Bordo extrovertido e lábio convexo. DE: 170mm, EB: 15mm, EBJ: 6mm.



[261]

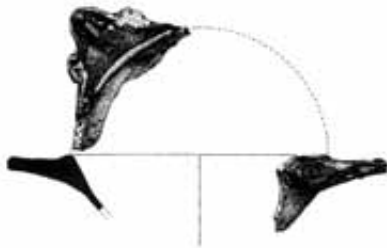
[CTM/03-19-18]

Tigela. Fragmento e bojo de tigela, de cerâmica preta, de pasta não muito bem depurada de cor castanha escura S51. Apresenta ENP, de médias dimensões (quartzo e feldspato). O bordo é ligeiramente espessado, de lábio convexo. DE: 225mm, EB: 12mm, EBJ: 5mm.



[262]

extrovertidos e lábios ligeiramente afilados.²¹⁴ Mais frequentes, são as tigelas de cerâmica comum de ir à mesa, (com setenta e um bordos, Fig. 260) presentes nos níveis dos séculos XVI e XVII, de pastas compactas de cor castanha ou vermelha (e, nalguns casos, em cerâmica preta, Fig. 261), bordos espessados externamente e superfícies engobadas e brunidas. São peças muito frequentes nas escavações portuguesas, em contextos dos séculos XV e XVI, e que, nos estratos seiscentistas de Machico (nomeadamente na última UE do poço-cisterna da Junta de Freguesia), aparecem nas variantes de pastas vermelho escuro com as superfícies brunidas, antevendo uma produção de carácter local. Note-se, ainda, que o regimento dos oleiros, presente nas posturas da Câmara Municipal do Funchal de 1587, faz referência a umas “*tigellas de comer*”,²¹⁵ provavelmente peças que se enquadrarão nesta tipologia.

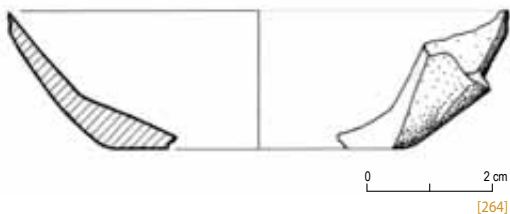


[263]

Embora com apenas um interessante fragmento de asa moldado de uma possível escudela de cerâmica comum, é muito provável que a população local utilizasse escudelas para a serventia da mesa. O fragmento exumado reúne afinidades morfológicas com outros exemplares vidrados do século XV, exumados em trabalhos arqueológicos do continente (Figs. 262 e 263).

À mesa tinha lugar também a presença de outras peças de louça de acabamento mais requintado, de pastas finas de cor vermelha: os afamados púcaros ou pucarinhos de produção portuguesa que, provavelmente, acompanhavam os copos. Pelo elevado grau de fragmentação das amostras cerâmicas não foi possível reconstituir o corpo destas peças, à excepção de alguns exemplares de fundo e de arranque de parede. Os exemplares recolhidos em Machico, sobretudo no espaço da Junta de Freguesia, denotam pastas de textura compacta com as superfícies engobadas de cor rosada e vestígios de pintura a branco²¹⁶ (Fig. 264). As representações da pintura portuguesa quinhentista de temática religiosa mostram pequenos recipientes de barro vermelho (provavelmente púcaros de água), acompanhando pequenas refeições (fruta, conservas ou mel), em ambientes de interior. São temas frequentemente presentes nas representações do culto mariano, como por exemplo no *Trânsito da Virgem*²¹⁷ (Figs. 265 à 268) associados a manjares, doces, conservas ou mel. Também a pintura de Josefa de Óbidos mostra interessantes associações entre objectos cerâmicos, com maior destaque para os púcaros de cor avermelhada.

Caracterizam-se, geralmente, pelas suas paredes muito finas (entre 2 a 5mm) de pastas avermelhadas muito bem depuradas e compactas, superfícies engobadas e decoração exterior



[JFM/00-Vala1-500]

Pucarinho. Fragmento de fundo e parede de pucarinho, com superfícies interna e externa engobadas, de cor rosada M37. A superfície externa apresenta vestígios de decoração e arranque de asa. Pasta alaranjada M40, muito bem depurada e compacta, com escassos ENP. Base de assentamento discoidal e fundo ligeiramente convexo. DB: 45mm, EF: 4mm, EP: 3mm.



[265]



[266]



[267]



[268]

215- Cfr. AHM, Vol. I e II, ob. cit., 1931, p.19.

216- As escavações na Praça Cristóvão Colombo, no Funchal, forneceram igualmente vários fragmentos de cerâmica de pastas cor-de-laranja ou vermelha com superfícies bem alisadas (GOMES; GOMES, 1998:342).

217- O Museu Nacional de Arte Antiga, em Lisboa, apresenta, entre outros, dois casos interessantes: uma pintura cuja autoria é atribuída a Cristóvão de Figueiredo, do século XV, e uma outra atribuída a Gregório Lopes, do século XVI.



[269]

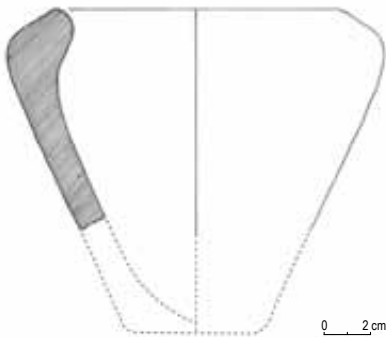
[JFM/00-Vala1-3]

Pucarinho? Fragmento de bordo e bojo de um possível pucarinho, com superfícies engobadas, de cor rosada N19, apresentando decoração exterior com linhas onduladas. Pasta fina, de cor rosada L47, muito bem depurada e compacta, com escassos ENP. Bordo espessado externamente, de lábio boleado.

DE: 80mm, EB: 5mm, EBJ: 2mm.



[270]



[271]

[JFM/00-4-162]

Almofariz. Fragmento de bordo e parede de almofariz, de perfil troncocónico invertido. Pasta grosseira de cor rosada M67, com escassos ENP.

DE: 120mm, EB: 27mm, EBJ: 13mm.



[272]

[S.RIB/98-4-394]

Almofariz. Fragmento de bordo e bojo de almofariz com pasta de textura semi-compacta de cor rosada, K70, com bordo saliente e lábio aplanado. Exibe duas estrias salientes na superfície externa.

DE: 137mm, EB: 19mm EBJ: 9mm.

com linhas onduladas (Figs. 269 e 270). São munidos de asas que, normalmente, terminam próximo da base que é plana. Dentro deste grupo da cerâmica comum contabilizaram-se cinquenta e sete bordos. Por outro lado, no gráfico geral da distribuição das principais formas cerâmicas agrupadas por afinidades tecnológicas, estas peças atingem uma percentagem de 7,3% (Fig. 247).

Temos também presente nos estratos da Junta de Freguesia de Machico (UE3 do logradouro e UE4 da cisterna), um conjunto de fragmentos de paredes engobadas e com decoração muito modelada, cuja forma atribuímos ao cântaro.

Do serviço de cozinha faziam parte também os cântaros (destinavam-se a conter e transportar), os alguidares (Fig. 185) e os almofarizes. Estes últimos eram utilizados para pisar ou triturar substâncias sólidas com um pilão, quer nos preparos de cozinha quer para uso ou fabrico dos fármacos. Exumaram-se, ao todo, treze fragmentos de bordos, um dos quais de pasta grosseira de cor rosada M67 (cujas superfícies parecem ter sido esmaltadas), com bordo introvertido e lábio afilado de perfil troncocónico invertido (Fig. 271). Trata-se de uma peça muito semelhante a uma outra de superfícies esmaltadas, exumada do poço-cisterna de Silves (GOMES; GOMES, 1991: 471). Um outro almofariz, também de pastas claras, exhibe o bordo saliente e lábio aplanado com as superfícies demarcadas por um conjunto de estrias fundas (Fig. 272), com semelhanças morfológicas com um exemplar existente no Museu da Cidade, em Lisboa.²¹⁸

Os fogareiros marcam, igualmente, presença no uso quotidiano machiquense, nos séculos XVI e XVII. Além da sua utilidade na cozinha para uso culinário, terá sido usado para o aquecimento das diferentes divisões da casa, como é possível observar nas pinturas portuguesas quinhentistas.²¹⁹ Um dos exemplares recolhidos do poço-cisterna da Junta de Freguesia (Fig. 233) corresponde a uma parte inferior com abertura para a alimentação do fogo, de base rasa, pasta grosseira de cor avermelhada (T37), destacando-se na superfície externa caneluras e inscrições circulares, parecendo desenhar-se uma marca de oleiro.²²⁰ Se considerarmos as características da pasta e da superfície, muito próxima à de outros exemplares identificados em níveis bem individualizados do século XVII, presumimos que esta seja uma peça de fabrico local. Note-se, a título de curiosidade, que eram peças já fabricadas em dois tamanhos pelos



[273]



[274]

oleiros do Funchal, a julgar pelas posturas de 1587: “*fugareiro grande oitenta reis. Meão quorenta reis*”.²²¹

Exumaram-se, embora em número muito diminuto, alguns fragmentos pertencentes ao corpo de talhas, isto é, a contentores de grandes dimensões, destinados ao armazenamento de produtos alimentares, tanto líquidos como sólidos (caso dos cereais, vinho, azeite e outros). Alguns exemplares mostram, na superfície externa, pormenores geométricos, com linhas onduladas, à base decoração incisa.

Dentro deste grupo da cerâmica comum identificou-se, também, vários fragmentos cerâmicos com pormenores decorativos diversificados. Entre eles, salienta-se os exemplares decorados com motivos geométricos à base da técnica decorativa incisa (formando-se linhas onduladas, rectas horizontais e verticais e, noutros casos, um reticulado oblíquo e horizontal-vertical), modelada, canelada e pintada (com pormenores decorativos de cor branca e preta).

Uma outra composição decorativa mais rara que se obtém por incrustação de pedrinhas brancas de quartzo na superfície do objecto cerâmico, técnica conhecida por empedrado,²²² foi identificada num pequeno fragmento cerâmico recolhido dos estratos seiscentistas da Casa da Travessa do Mercado. O exemplar de Machico, de pasta de textura compacta de cor vermelha (R39), mostra apenas dois fragmentos de quartzo incrustados na pasta pela superfície externa (Fig. 275). Do ponto de vista morfológico, o fragmento parece corresponder a uma pega de um determinado objecto cerâmico, cujo paralelismo faz recordar um excepcional exemplar de tampa de barro, recolhido nas escavações na Mata da Machada, no Barreiro (Fig. 276).



[275]



[276]

218- Cfr. Rodrigo da Silva e Paulo Guinote, *O Quotidiano na Lisboa dos Descobrimentos*, Lisboa, 1998, pp.128 -129.

219- Note-se, por exemplo, dois painéis alusivos ao *Nascimento de São João Baptista* no Museu Nacional de Arte Antiga e no Museu de Arte Sacra, no Funchal (Figs. 45 à 47 e da 273 à 274).

220- Segundo Alberto Artur Sarmento, o Senado do Funchal, em 9 de Dezembro de 1679, fez aprovar que as marcas no barro deviam corresponder às letras iniciais do nome do fabricante (SARMENTO, 1941).

221- Cfr., *AHM*, Vol. I e II, *ob. cit.*, 1931, p.20.

222- Esta técnica do empedrado é referida nos textos escritos do século XVI, tendo como referência as regiões de Estremoz e de Montemor-o-Novo (CARNEIRO, 1989:9-11).

4.1.2.2. Cerâmica vidrada

Dos estratos que compõem as fases correspondentes aos séculos XV, XVI e XVII, exumou-se um considerável número de fragmentos de pratos, malgas, escudelas, tigelas e alguidares com vidrados de chumbo de cor verde, amarelo e castanho ou melado.

As formas mais características dos estratos do século XVI são os alguidares (cinquenta e três bordos) e as escudelas (quarenta bordos), estas de pastas claras (sobretudo rosada e creme) e compactas. Apresentam, geralmente, superfícies totalmente cobertas de vidrado castanho e tom melado, carena e base de assentamento anelar (Figs. 214, 215, 239, 277 e 278). São peças muito comuns, em contextos arqueológicos do século XV e XVI, identificadas também nas escavações dos fornos cerâmicos da região do Barreiro (TORRES, s.d.; BARROS; CARDOSO; GONZALEZ, 2000:72-87).

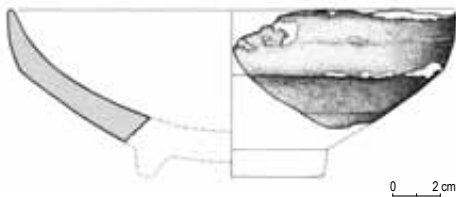
Muito comuns, também, nos níveis dos séculos XV e XVI, são os vidrados verdes de pastas vermelhas, por vezes combinando uma tonalidade verde escura no exterior e amarelada no interior, representados sobretudo pelas tigelas de bordo ligeiramente extrovertido e lábio convexo (Figs. 279 e 280).

A decoração a óxido de manganés, conjugada predominantemente à base de motivos geométricos, surge individualizada na superfície interior dos pratos e escudelas de cor castanha, recolhidos predominantemente nos estratos arqueológicos do século XVI, embora os estratos dos finais do século XV da Casa da Travessa do Mercado e da Alfândega fornecessem alguns exemplares (Fig. 281). As bases são reentrantes, alguns com uma fina incisão (Fig. 204). É muito provável que algumas destas peças tenham sido importadas das oficinas andaluzas ou valencianas. Identificaram-se, também, modalidades de pratos, exibindo pastas de textura compacta e tonalidade creme (K75), com ambas as superfícies vidradas a verde (com brilho metálico) e outros exibindo nuances verdes.

Os alguidares vidrados a verde são formas relativamente comuns nos estratos modernos dos quatro sítios arqueológicos em estudo. Geralmente, caracterizam-se pelas suas pastas claras de textura grosseira, bordos extrovertidos ou com espessamento externo e lábios afilados. Nalguns casos, o vidrado apresenta um ligeiro brilho metálico.

Da análise do conjunto sobressai uma primeira leitura do tipo de acabamentos e dos aspectos decorativos utilizados. Enquanto os exemplares identificados numa fase mais recuada do século XVI apresentam soluções decorativas simples à base de incisões paralelas ou onduladas na zona do bordo e do lábio, com o século XVII e XVIII essa gramática decorativa parece atenuar-se. Obtêm-se, na generalidade, fragmentos vidrados com acabamentos lisos, sem decoração, bem ao gosto do uso quotidiano do espaço do Solar do Ribeirinho (onde os exemplares identificados não apresentam qualquer tipo de decoração). Um dos exemplares (Fig. 282) apresenta, externamente, um orifício abaixo da linha do bordo, provavelmente para efeitos de suspensão.

São peças de médias e grandes dimensões (com diâmetros externos à volta dos 300 a 500mm) e podiam servir de uso na cozinha (preparação de alimentos e amassar o pão) ou, efectivamente, noutras funções de carácter higiénico (como por exemplo para a lavagem de roupa).



[JFM/00-3-74]

Escudela. Fragmento de bordo e bojo de escudela vidrada a melado de cor rosada L47 e com escassos ENP. Superfície externa ligeiramente estriada, bordo direito de lábio afilado. Possível reconstrução da peça de pé em anel.
DE: 190mm, EB: 6mm, EBJ: 11mm.

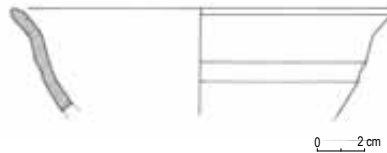
[277]



[278]



[279]



[280]

[ALF/00-3-413A]

Tigela. Fragmento de bordo e bojo de tigela. Bordo ligeiramente extrovertido de lábio convexo, com caneluras exteriores. Pasta compacta, muito bem depurada de cor vermelha N35 com escassos ENP de muito pequena dimensão e distribuídos regularmente. Superfícies vidradas a verde-escuro no exterior e amarelo claro no interior.
DE: 160mm, EB: 6mm, EP: 5mm.



[281]

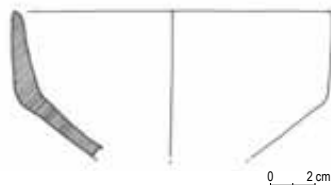


[CTM/03-20-19]

Alguidar. Fragmento de bordo e bojo de alguidar com vidrado interno a verde-escuro e de pasta semi-compacta de cor creme M75, exibindo um orifício logo abaixo do bordo (possivelmente para gatos). Bordo extrovertido com espessamento externo, sem a presença do lábio (devido à peça estar fragmentada).
DE: 400mm, EB: 23mm, EBJ: 17mm.

[282]

[137]



[283]

[CTM/03-18-4]

Escudela. Fragmento de escudela carenada com superfícies esmaltadas de cor rosada. Pasta compacta, de cor creme K91 e com escassos ENP. Bordo não espessado e lábio afilado. DE: 140mm, EB: 5mm, EBJ: 11mm.



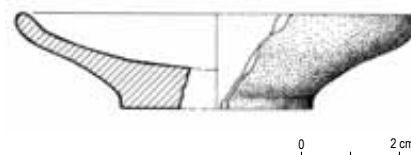
[284]

[JFM/00-Vala3-279]

Prato. Fragmento de bordo e bojo de prato esmaltado de cor amarelada. Pasta compacta, de cor creme M75. Bordo ligeiramente extrovertido e lábio convexo. DE: 210mm, EB: 5mm, EBJ: 9mm.



[285]



[286]

[JFM/00-4-70]

Godé. Fragmento de perfil de tacinha esmaltada a branco e de base rasa. Esmalte pouco espesso, apenas na superfície interna. Pasta muito bem depurada de cor creme K91, com escassos ENP. DE: 82mm, EB: 5mm, EBJ: 6mm, EF: 7mm.

4.1.2.3. Faiança

As faianças são um grupo de cerâmicas cobertas por vidro de estanho, dando-lhe uma característica opaca, geralmente conhecida por esmalte. São objectos pouco frequentes nos estratos mais antigos (séculos XV e primeira metade do XVI) dos sítios de Machico (respectivamente, Junta de Freguesia, Alfândega e Casa da Travessa do Mercado), observando-se, todavia, um crescente número de exemplares nos finais do século XVI e centúria seguinte, período que corresponde ao início da sua produção em Lisboa.²²³

De facto, a análise e interpretação da presença de faiança portuguesa nos estratos arqueológicos de Machico atesta, efectivamente, o corredor evolutivo desta louça, numa primeira fase, entre o século XVI e os inícios do XVII, de absoluto domínio da faiança branca, sem decoração (designada, com frequência, em estudos de ceramologia arqueológica, por cerâmica esmaltada ou louça malegueira) e que, depois, é largamente ultrapassada pela faiança pintada a azul ou a azul e vinoso, logo nos inícios e no decorrer do século XVII.

Desta feita, optou-se por dividir a faiança em dois subgrupos principais: a cerâmica esmaltada e a pintada.

[138]

4.1.2.3.1. Esmaltada

A cerâmica esmaltada, na quantificação geral dos grupos cerâmicos, apresenta uma percentagem de 4,5% (Fig. 249). No entanto, nos estratos do século XVI representa o segundo grupo cerâmico mais numeroso, logo a seguir à cerâmica comum. Notamos, apenas, a sua presença, ainda que muito reduzida, juntamente com a cerâmica vidrada de tons melados e decorada a óxido de manganés, nos estratos mais recuados (finais do século XV) da Casa da Travessa do Mercado e do espaço da Alfândega.

Os dois tipos de formas mais representativas dos conjuntos em estudo são as escudelas e os pratos de superfícies esmaltadas em tom variado, sem decoração, apresentando pastas depuradas de cor creme e rosadas. Alguns exemplares, com apontamentos decorativos geométricos de cor azul, negro, verde e castanho, antevêm uma importação de Espanha.²²⁴

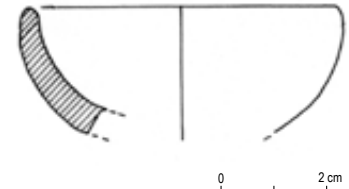
Dos exemplares em estudo, denota-se uma predominância das escudelas (setenta e um bordos) em relação aos pratos (cinquenta e nove bordos). As escudelas apresentam, normalmente, paredes ligeiramente espessas, com carena e pé de anel, bordo não espessado e lábio convexo ou ligeiramente afilado. Os diâmetros da abertura variam entre os 120 e os 140mm (Fig. 283)

Os pratos apresentam, na sua generalidade, pastas muito bem depuradas de tonalidades claras, com bordos não espessados, combinando tipologias de lábios convexos ou ligeiramente afilados. Alguns fundos apresentam, na parte inferior, um ônfalo bem saliente rodeado por um filete relevado, com bases côncavas. Os diâmetros do bordo oscilam entre os 180mm e os 210mm (Fig. 284).

Encontramos afinidades tipológicas com estas peças (escudelas e pratos) em contextos modernos (dos séculos XV e XVI) de Silves, Cascais e Porto (GOMES; GOMES, 1991: 461,469, 470; CARDOSO; RODRIGUES, 1991: 576,585; OSÓRIO; SILVA, 1998:308-310 e BARREIRA; DÓRDIO; TEIXEIRA, 1998: 152). Note-se, também, que este grupo de cerâmicas esmaltadas se aproxima tipologicamente às formas comuns do grupo de cerâmica vidrada, em tons de melado, já referidos anteriormente.

Apenas com três exemplares recolhidos em cerâmica esmaltada, temos os godés ou pequenas tacinhas esmaltadas (uma das quais é possível integrar no grupo das pequenas malgas, Figs. 285 à 287), provenientes quer dos níveis estratigráficos seiscentistas da Junta de Freguesia de Machico, quer dos contextos quinhentistas da Casa da Travessa do Mercado. São pequenos recipientes, também conhecidos por saleiros, que exibem o esmalte, pouco espesso e acentuadamente irregular, normalmente nas duas superfícies, embora o exemplar da Junta de Freguesia (Figs. 285 e 286) apresente o esmalte apenas na superfície interna. Apresentam as pastas muito bem depuradas de cor creme (K91, M70, K71), base rasa e um diâmetro da abertura que oscila entre os 82mm e os 60mm. São objectos cerâmicos muito raros, que foram fabricados também em cerâmica comum e vidrada, utilizados, possivelmente para conter condimentos e especiarias. Encontramos paralelos destas peças em níveis do século XVI em Almada, Cascais e Porto (PEQUITO; BARROS, 2000:62; CARDOSO; RODRIGUES, 1999:196; TEIXEIRA; DÓRDIO, 1998:117).

Exumou-se, também, um outro conjunto de fragmentos que aponta para um outro tipo de forma de pastas de cor rosada, com superfícies decoradas a verde e a azul (Fig. 288), cuja identificação é, no entanto, problemática. Porém, levantamos a hipótese de se enquadrarem no grupo da cerâmica esmaltada sevilhana do século XVI, à qual fazemos referência mais adiante.



[CTM/03-20-5]

Godé. Fragmento de bordo e bojo de malga de pequenas dimensões. Superfícies esmaltadas a amarelo. Bordo não espessado com lábio convexo. Pasta compacta e muito bem depurada, de cor creme M70 e com escassos ENP. DE: 60mm EB: 4mm, EBJ: 6mm.



223- Segundo Rafael Salinas Calado, a faiança terá começado a ser produzida em Lisboa, na segunda metade do século XVI (1550-1650), pelos "malequeiros" de louça branca, que os regimentos dos ofícios quinhentistas distinguiam em relação aos "malequeiros de louça vidrada amarela ou verde" e aos "oleiros de barro vermelho" (CALADO, 1988:10).

224- Sobre este assunto, consulte o ponto 4.1.4. "Conjuntos de importação europeia: cerâmicas de Espanha, Itália e Holanda".



[289]



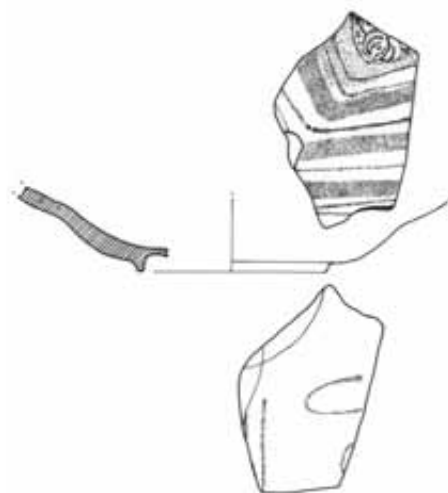
0 2 cm

[290]

[JFM/00-4-4]

Tigela. Fragmento de corpo de taça de faiança esmaltada a branco. Pasta compacta de cor branca K71. Bordo ligeiramente extrovertido e lábio convexo. Apresenta na superfície externa motivos predominantemente vegetalista, articulados com decoração geométrica. O fundo da peça apresenta círculos concêntricos. Base de assentamento anelar.

DE: 110mm, EB: 4mm, EF: 7mm.



0 2 cm

[291]

[CTM/03-9-14]

Tigela. Fragmento de base e parede de taça de faiança, com superfícies esmaltadas a branco e decoradas a azul, de composição muito estilizada, com alguns elementos fitomórficos. Pasta de cor bege L75, compacta com escassos ENP de finíssima dimensão. Base de assentamento anelar.

EP: 4mm, EF: 2mm.

4.1.2.3.2. Pintada

Os fragmentos de faiança portuguesa pintada a azul (geralmente em tons de azul cobalto) e a azul com roxo vinoso de manganés constituem dois conjuntos representativos dos depósitos do século XVII de Machico. A sua distribuição na sequência estratigráfica permitiu individualizar, com base na análise e interpretação de estratos homogéneos e bem definidos, duas observações diacrónicas principais:

- Uma primeira, correspondente à primeira metade do século XVII, com a presença de faianças de boa qualidade de esmalte (denso e homogéneo), de pastas de textura compacta e muito bem depurada, representados essencialmente pelos pratos e tigelas hemisféricas com uma temática decorativa, dando preferência aos motivos geométricos e figurativos vegetalista de inspiração europeia (Figs. 289 à 291). Caracterizou-se por um período de grande expansão da faiança portuguesa,²²⁵ em que as peças “*apresentam inesperadas composições geométricas, estilizações florais, representações de animais isolados e símbolos renascentistas*” (CALADO, 1992:27), bem ao gosto da tradição decorativa europeia, combinando também a imitação da porcelana chinesa Ming do período Wan-Li (1573-1622), (CALADO, 1992:27).

Outros estudos sobre a faiança pintada portuguesa encontrada em sítios urbanos europeus e americanos, caso das escavações no bairro dos judeus portugueses de Amesterdão (BAART, 1987:19-26) e nos E.U.A (PENDERY, 1999:58-77), permitiram definir períodos cronológicos mais curtos (produções que variam entre os anos 1600-1625; 1625-1650; 1650-60);

[140]



[292]

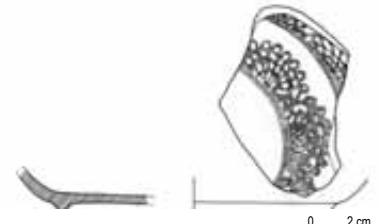
[JFM/00-3-81]

Prato. Fragmento de base e parede de prato esmaltado, exibindo pasta semi-compacta, de cor creme K71. Decoração combinada a azul e vinoso, constituindo uma composição decorativa vegetalista e geométrica. Base de assentamento anelar.

EP: 6mm.



[293]



[294]

[JFM/00-3-80]

Prato. Fragmento de base e parede de prato esmaltado, de paredes finas, exibindo pasta muito bem depurada, de cor amarela K90. Decoração na superfície interna a azul-cobalto, constituindo uma composição decorativa rendilhada. Base de assentamento anelar.

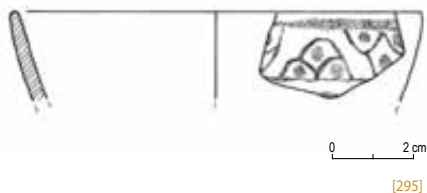
EP: 5mm.

- Num outro momento da segunda metade do século XVII, os estratos arqueológicos fornecem fragmentos de faiança com decoração em azul e vinoso, combinando motivos e figurações presentes no período anterior e outros de feição seiscentista: as “rendas”, “contas”, “espirais”, “aranhões”²²⁶ e “barroca” (CALADO, 1992:37), (Figs.198 e 199 e da 292 à 295). Apesar de raros, surgem alguns fragmentos com decoração de figura miúda, de inspiração oriental, de composição vegetalista e paisagística (Figs. 240, 241 e 296). As formas mais comuns neste período são os pratos e as tigelas, geralmente de base de assentamento anelar.

Os trabalhos arqueológicos no bairro judeu de Amesterdão procuraram elaborar, entre outras problemáticas, um modelo de investigação assente na questão relativa à “estratificação social”, tendo por base o registo da faiança portuguesa (BAART, 1988:18-24). O desenvolvimento dos estudos mostrou que a ocorrência desta faiança, nos recheios das casas escavadas, era desigual. Existiam, pois, famílias que possuíam peças desta natureza, outras porém, não

225- A faiança portuguesa conquistou, de facto, na primeira metade do século XVII, um lugar de destaque no mercado internacional, acompanhando os grandes circuitos comerciais. As investigações arqueológicas dos últimos anos mostram a distribuição destes achados por todo o noroeste europeu, África, Ásia e América do Norte, Central e Sul.

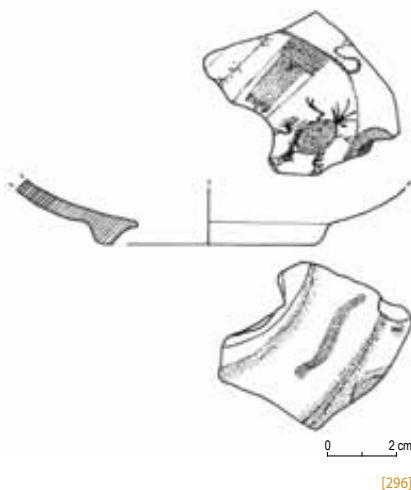
226- O conceito popular de “aranhões” corresponde às composições decorativas mais reproduzidas na faiança portuguesa, constituindo as folhas de artemisa, os leques de Bu-qui, as pedras sonoras, as cabaças e os rolos de papel envoltos em cordões (CALADO, 1989:17).



[ALF/00-4-50]

Tigela. Fragmento de bordo e bojo de tigela esmaltada a branco, com pintura externa a azul e vinoso, formando um tema decorativo do tipo "contas". Apresenta pasta de textura compacta, de paredes finas, exibindo bordo direito e lábio afilado. A pasta é de cor amarelada K91, com escassos desengordurantes.

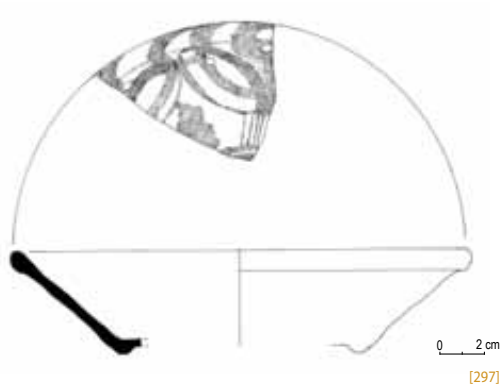
DE: 100mm, EB: 3mm, EBJ: 4mm.



[ALF/00-4-51A]

Tigela. Base e parede de tigela esmaltada a branco, com decoração combinada a azul e vinoso, em ambas as superfícies, formando uma interessante composição "orientalizante", do tipo figura miúda. A pasta é de textura compacta, de cor amarela K90, com escassos desengordurantes. Fundo côncavo e base de assentamento anelar.

[296]



[ALF/00-4-52]

Taça. Fragmento de perfil de taça esmaltada a branco e pintada a azul-cobalto. Predominam os motivos de natureza fitomórfica e geométrica. Pasta semi-compacta de cor amarelada K91 e com escassos ENP. Bordo espessado externamente com lábio convexo e fundo de assentamento discoidal.

DE: 200mm, EB: 8mm, EBJ: 6mm.

[297]

possuíam nenhuma peça (BAART, 1988:23). No caso concreto do nosso universo de estudo, é extemporâneo ponderar essa leitura, essencialmente, em nosso entender, por duas razões: primeiro, pelo facto da faiança portuguesa registar, indistintamente, a sua presença nos níveis arqueológicos do século XVII e centúrias seguintes; segundo, porque o contexto estratigráfico dos sítios em análise não só reflecte a proximidade espacial de habitações abastadas, como também não incidiu, apenas, em espaço de interior que pudesse inferir outras leituras do uso do espaço de uma habitação.

A partir de meados do século XVII, verificou-se um forte incremento dos centros produtores da faiança holandesa, entre os quais a região de Delft, que deixou de importar louça portuguesa (BAART, 1987:22). A faiança portuguesa começa, assim, a perder mercado, reconhecendo-se uma acentuada perda de qualidade e repetição de modelos (CALADO, 1992:40).



[298]



[299]

4.1.2.4. Porcelana

As importações orientais estão igualmente presentes nos contextos arqueológicos da Cidade de Machico. Ao todo exumaram-se sete fragmentos de porcelana da série azul e branca, com cronologias a apontar para os séculos XVI e XVII, período das grandes dinastias Ming (1368-1644) e Qing (1644-1916).

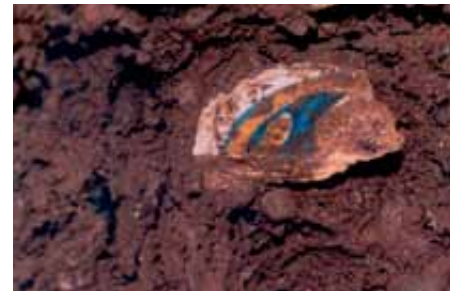
A maior parte dos fragmentos exibem pastas de tonalidade branca muito bem depuradas, com esmalte brilhante e homogéneo. São peças requintadas de fabrico muito cuidado e que conquistaram o gosto ocidental, nos séculos XVI e XVII. Julga-se que começaram a ser transportadas pelas embarcações portuguesas a partir de Macau, depois de 1533.

O aspecto muito fragmentário destas porcelanas não permitiu, no entanto, determinar a que forma tipológica pertencem, embora a observação dos fragmentos aponte para a possibilidade de serem componentes de pratos e taças. No entanto, dois dos sete fragmentos em estudo, com uma decoração nitidamente vegetalista, mostram ser elementos de uma taça Ming do século XVI (Fig. 298). Os restantes enquadram-se nas séries seiscentistas da Dinastia Qing (Fig. 299).²²⁷

227- Na identificação e classificação dos fragmentos de porcelana chinesa, contamos com a colaboração do Dr. Armando Sabrosa.



[300]



[301]

4.1.2.5. Cerâmica de revestimento e de construção

Os conjuntos que integram este grupo da cerâmica de revestimento e de construção são o resultado de uma simples classificação que teve por base uma leitura da funcionalidade dos objectos, na sua aplicação quotidiana. Com efeito, coube neste conjunto os elementos cerâmicos destinados a serem aplicados na arquitectura em geral, em espaços de exterior e interior, onde a diversidade formal, funcional, decorativa e técnica dos objectos se ajustaram ao perfil do gosto e das necessidades.

Do tradicional grupo de cerâmica de revestimento fazem parte os azulejos – corpo cerâmico destinado essencialmente ao revestimento parietal – embora se considere que outros artefactos cerâmicos, como o tijolo, a tijoleira, o mosaico e a telha, se integrem naquele grupo conceptual (CAMPOS, 1999:21).

As escavações forneceram apenas vinte e cinco fragmentos pertencentes às séries policromas, cuja cronologia aponta para a segunda metade do século XVII. Há, no entanto, um pequeno fragmento policromo (azul e amarelo), proveniente de um contexto estratigráfico de entulho do espaço da Alfândega, que parece integrar-se noutra conjunto decorativo. O fragmento, com onze milímetros de espessura, apesar de exíguo, exhibe a superfície esmaltada a branco com pintura a azul e amarelo (sendo este contornado a azul), formando motivos fitomórficos.

A grande maioria dos fragmentos de azulejos recolhidos nas escavações de Machico provém do Solar do Ribeirinho e integra as séries seiscentistas portuguesas policromas do conhecido padrão de pinhas ou massaroca. A presença destes exemplares de azulejos, nos estratos arqueológicos, poderá estar directamente relacionada com um anterior achado de uma quantidade apreciável de azulejos numa das lojas do rés-do-chão do Solar do Ribeirinho, em Fevereiro de 1984²²⁸ (Figs.152 e 153), e que, segundo se presume, terão pertencido ao revestimento interior da desaparecida Capela do Rosário, existente nas proximidades do solar (TRUEVA, 1984:9-10).

Estes azulejos do século XVII, de gramática massaroca, oriundos provavelmente das oficinas de Lisboa e que alguns investigadores associam à introdução do milho em Portugal, surgem em vários espaços religiosos e museológicos da Ilha da Madeira, nomeadamente no Convento de Santa Clara e na Capela de São Filipe (Funchal), na sacristia da Capela de São Roque (Machico), no Solar de Nossa Senhora da Piedade (Jardim do Mar), no púlpito e na capela do Santíssimo da Igreja do Espírito Santo (Calheta) e na colecção do Museu Frederico de Freitas (TRUEVA, 1984:10; GASPAR, 2000:24; SIMÕES, 1963; CALADO, 1999:104-106; FREITAS, 1989:27).



[302]

Das vinte e cinco unidades que totalizam a nossa amostra de estudo, dezanove pertencem ao sítio do Solar do Ribeirinho, compreendendo maioritariamente elementos do padrão massaroca (Fig. 302). De uma forma geral, os fragmentos apresentam pintura policroma (amarelo, azul e verde) sobre o esmalte branco, com a particularidade dos desenhos serem contornados a preto, característica, aliás, presente nos conjuntos encontrados em 1984. As pastas variam entre o creme (K75) e o rosa (L50) e são normalmente de textura semi-compacta com escassos ENP (quartzo e feldspato). Um dos fragmentos (Fig. 303) parece, no entanto, pertencer a um friso e encontra paralelos muito próximos com os conjuntos que compõem um padrão armoriado achado também em 1984. As espessuras variam entre os 13 e os 15mm.



[303]

Do conjunto cerâmico que integra o grupo dos materiais de revestimento e de construção destaca-se, pelo elevado número de fragmentos, a presença de telhas e de tijoleiras.

A telha era empregue na cobertura das construções e a grande maioria integra a tipologia de meia-cana ou canudo, com revestimentos que vão do creme amarelado à cor de tijolo e pastas muito variadas. As espessuras variam entre os 13 e os 17mm. Dado o estado de fragmentação não foi possível determinar o comprimento.

Além das telhas, a utilização dos tijolos ou das tijoleiras está intimamente ligada à arquitectura dos espaços de vivência. Efectivamente, a sua produção relativamente simples, sem necessidade de outros acabamentos (primeiro eram secos ao ar livre e depois eram cozidos em fornos), contribuiu decididamente para uma maior qualidade de vida, não só pelo facto de serem mais resistentes ao fogo, mas também pelo valor estético e durabilidade que estes materiais trouxeram aos espaços habitados do quotidiano (POUNDS, 1999:418).

A tijoleira constitui um elemento cerâmico compacto, usado normalmente para revestir pavimentos. Grande parte dos exemplares exumados apresenta-se fragmentado, embora alguns deles, quase inteiros, exibam um formato mais ou menos quadrangular (150x180mm ou 140x170mm).²²⁹ As pastas são, geralmente, de cor avermelhada (S20), de textura grosseira e com abundantes elementos não plásticos (feldspatos e quartzo). A espessura das paredes varia entre os 35 e os 50mm. Alguns exemplares mostram a superfície com nítidos sinais de desgaste e a base e extremidades com vestígios da argamassa, indicadores que parecem evidenciar a sua utilização no revestimento de determinados espaços.



[304]

A maior parte destes materiais cerâmicos surge associada aos estratos do século XVI do espaço da Alfândega de Machico e também em níveis de entulho da última UE do poço-cisterna da Junta de Freguesia (Fig. 304). Admite-se, no entanto, a hipótese de estarem associados aos espaços pavimentados daquelas edificações.

Não se exclui a hipótese deste tipo de cerâmica ter sido fabricado localmente, à semelhança do que foi exposto em relação ao fabrico de recipientes de cerâmica de uso utilitário. Note-se que, para a década de trinta do século XVIII, sabemos, inclusive, que a Freguesia de São Vicente fabricava telha, alguma da qual foi adquirida para cobrir a casa da Câmara de Machico.²³⁰ A tradição oral remete a existência desta olaria para o lugar dos Barros, no Sítio dos Lameiros, sabendo-se que, além de telha, produzia alguidares e outras peças em barro (RIBEIRO, 1993c:9).

228- Cfr. Carlos Cristóvão, "Azulejos enterrados numa loja em Machico", *Diário de Notícias - Madeira*, Funchal, 15/04/1984, p.10 e José de Sainz- Trueva, "O achado no Solar de Nossa Senhora do Rosário em Machico", *Diário de Notícias - Madeira*, Funchal, 3/6/1984, pp.9-10.

229- A ordenação das dimensões é feita com a indicação da altura, seguida da largura do objecto.

230- " (...) encaregarão ao vereador Pedro Barbosa obrigace ao arais Manuel de Mendonça fouse a sam Vicente buscar a telha para se cobrir a casa da câmara (...)", (GOMES, 2002:124).

Arqueologia da Cidade de Machico.

A Construção do Quotidiano nos Séculos XV, XVI e XVII

Élvio Duarte Martins Sousa

CEAM – Centro de Estudos de Arqueologia Moderna e Contemporânea

Machico, Julho de 2006

ISBN: 972-99741-1-X

Copyright: © Élvio Sousa

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro
pode ser reproduzida por processo mecânico, electrónico ou outro,
sem autorização escrita do autor.

4.1.3. Cerâmica de uso industrial: as formas de açúcar

Os sítios arqueológicos da área urbana de Machico, com especial destaque para o espaço da Casa da Travessa do Mercado, forneceram aproximadamente um milhar e meio de fragmentos de formas de açúcar – indicadores materiais representativos da produção de açúcar naquela localidade. Estes materiais aparecem, fundamentalmente, nos estratos arqueológicos dos séculos XVI e XVII, sendo muito escassos nos níveis estratigráficos dos séculos XVIII e XIX, salvo em contextos de entulho ou lixeira.

Recentemente remetemos para publicação um texto sobre a tipologia das formas de açúcar de dois sítios arqueológicos de Machico (Casa da Travessa do Mercado e Junta de Freguesia de Machico), isolando-se uma amostra constituída por 1115 unidades (fragmentos de bordo, de parede e pontas), (SOUSA, no prelo a). Nesse estudo definiram-se três variantes tipológicas que, *grosso modo*, se enquadram na síntese aqui tratada. Todavia, procurando-se evitar o tratamento repetitivo de alguns conteúdos expostos posteriormente em publicações e comunicações da especialidade, o texto original foi criteriosamente ajustado a essa realidade.

A figura 306 permite comparar a distribuição dos fragmentos de formas, observando-se os valores mais elevados na Casa da Travessa do Mercado (com 75,3%), em virtude do elevado aglomerado de fragmentos identificados na UE20, logo seguido pela Junta de Freguesia de Machico (com 16,9%), sítio arqueológico que se situa nas imediações daquele imóvel. A Alfândega e o Solar do Ribeirinho mostram valores muito próximos, respectivamente, 3,8% e 4%.

Desde muito cedo se apontou a localidade Machico como a área pioneira na experimentação do cultivo da cana-de-açúcar. Quer Gaspar Frutuoso²³¹ quer Jerónimo Dias Leite deram conta desse registo, ao referirem o ensaio do fabrico de açúcar na Vila de Machico:

*“Depois que ho Infante Dom Henrique mandou has canas de Cesilia pera se pouoarem na ilha, e da Candia mandou trazer bacellos de maluazia pera se plantarem, deu se tudo tambem na ilha que depois de se plantar no Funchal troxerão ha planta ha Machiquo que aprendeo de maneira que ho primeiro asucre que se uendeo nesta Ilha da Madeira foi na Villa de Machiquo donde se começou ha fazer e recolherão treze arrobas delle que se vendeo cada arroba por cinco cruzados que mais se comprou por mostra pera se uer ha fermosura delle (...)”*²³²

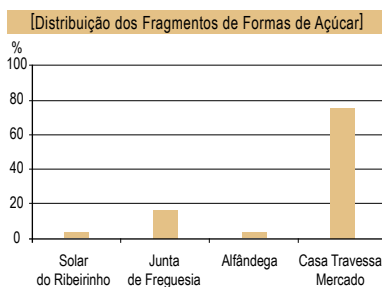
Curiosamente, os “Annaes do Municipio da Antiga Villa de Machico” situam este ensaio de plantação e fabrico de açúcar “no anno de 1452 ou 33 da sua descoberta” e terá sido confeccionado num engenho existente no espaço da vila.²³³

Ao princípio, segundo o Cónego Jerónimo Dias Leite, terão-se aproveitado as águas da Ribeira de Machico para a sua plantação: “ (...) e não foi menos deleitoza ahos olhos, que de proveito pellos canaveaes dasucre que nella plantou depois, de hua parte e doutra, regados com ha mesma Ribeira, que mui grande, larga, e fermosa parece, assi da terra, como do mar (...)”²³⁴

Os estudos sobre a produção e o comércio do açúcar madeirense referem a Capitania do Funchal como a área por excelência de melhor cultivo e produção desse produto. Contrariamente à Capitania de Machico, que dispunha de uma ínfima parcela cultivável e um vasto espaço de terreno acidentado impróprio para o cultivo da cana-de-açúcar – a do Funchal assumiu-



[305]



[306]



[307]



[308]

se, desde o início da produção, como a principal zona açucareira. Os dados da produção dessas capitanias ilustram nitidamente esse desfasamento. Por exemplo, da totalidade do açúcar produzido na Ilha da Madeira, em 1494, 20% é proveniente da Capitania de Machico e o restante da Capitania do Funchal. Em 1520, os dados atingem 25%, na primeira, e 75% na segunda (VIEIRA; CLODE, 1996:26).

A localidade de Machico, segundo as informações constantes nos “Annaes do Município de Machico”, teve três engenhos em lugares distintos: um pertencente a João Teixeira, no Caramanchão, outro na Ribeira Seca de João Vieira, o Velho, e um outro no Sítio da Serra D’Água, pertencente a Sebastião de Morais.²³⁵ Por outro lado, o cronista Gaspar Frutuoso, em finais do século XVI, aponta para a existência de quatro engenhos de açúcar na localidade de Machico, acrescentando-se ainda, no espaço pertencente à capitania, dois no Faial e um no Porto da Cruz.²³⁶

Os recentes trabalhos arqueológicos levados a cabo na área urbana de Machico, mais propriamente no espaço exterior do imóvel da Casa da Travessa do Mercado, puseram à vista um volumoso conjunto de materiais cerâmicos de formas de açúcar exumado num contexto estratigráfico deposicional (UE20), formando uma unidade caracterizada por uma significativa acumulação de fragmentos de formas com uma espessura aproximada de 30cm (Figs. 211 à 213 e 305). A singularidade desta ocorrência, no contexto dos restantes sítios arqueológicos em estudo, levantou justamente várias interrogações. Em primeira análise, a combinação de duas evidências – por um lado, a expressiva quantidade dos materiais cerâmicos identificados (contabilizando-se novecentos e onze fragmentos de formas de açúcar) e, por outro, o facto destes aparecerem concentrados sob a forma de um possível despejo ou entulho – deixava,

231- Cfr. Gaspar Frutuoso, *Livro Segundo das Saudades da Terra*, Ponta Delgada, 1968, p.146.

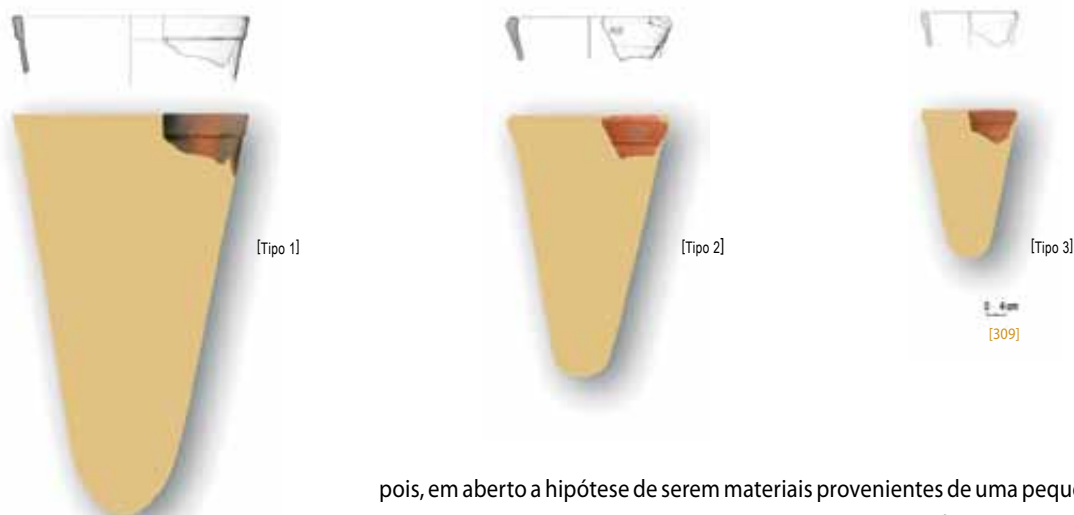
232- Jerónimo Dias Leite, *ob. cit.*, p.102.

233- Cfr. “Annaes do Município da Antiga Villa de Machico”, *ob. cit.*, n.º 259.

234- Jerónimo Dias Leite, *ob. cit.*, p.18.

235- Cfr. “Annaes do Município da Antiga Villa de Machico”, *ob. cit.*, n.º 259.

236- Sabemos que António Teixeira, de cognome “Rei Pequeno”, filho de Lançarote Teixeira, tinha um engenho relativamente grande e bem apetrechado na localidade do Porto da Cruz. Alberto Artur Sarmiento publicou uma súpula do equipamento existente nesse engenho dado pelo inventário da viúva do “Rei Pequeno”, Isabel de Vasconcelos (SARMENTO, 1950a: 8-9 e Annaes do Município da Antiga Villa de Machico, 1865-1866: n.º258).



pois, em aberto a hipótese de serem materiais provenientes de uma pequena unidade industrial seiscentista de produção de açúcar.²³⁷ No entanto, a confrontação dos dados arqueológicos e a impossibilidade de se estender a área de intervenção em virtude do crescente índice de construção que envolve o espaço estudado, acabou por limitar a confirmação da hipótese inicialmente equacionada. Por outro lado, a singularidade do achado e a identificação de realidades estratigráficas semelhantes às observadas no logradouro da Junta de Freguesia de Machico (caso, por exemplo, do piso de calhau rolado, Fig. 210), deixa em aberto a hipótese de se tratar de uma pequena unidade familiar de transformação, provavelmente pertencente ao edifício abastado, que hoje compreende a actual Junta de Freguesia. Efectivamente, os espaços que hoje aparecem individualizados, ou seja, os logradouros da Casa da Travessa do Mercado e da Junta de Freguesia, reencontram características comuns na leitura das estruturas e dos materiais soterrados, deduzindo-se que, em épocas anteriores, constituíam uma área comum, confinada por um edifício. O espaço exterior da Junta de Freguesia forneceu também um conjunto apreciável de fragmentos de formas de açúcar²³⁸ com uma proximidade morfológica e tecnológica (textura das pastas e acabamento de superfícies) ao grupo identificado no logradouro da Casa da Travessa do Mercado.

Outros elementos materiais que podem integrar uma relação muito próxima com o fabrico de açúcar ou de outros produtos, tais como as conservas, doçarias e compotas, são os caldeirões ou tachas em cobre. Deste modo, o achado de um interessante exemplar de caldeirão de cobre, no fundo da cisterna da Junta de Freguesia de Machico (Figs. 351 e 352), constitui mais um indicador material que pode atestar a confecção de açúcar e de outros derivados nas lides quotidianas daquela habitação, nos séculos XVI e XVII.

A hipótese de se tratar de uma pequena unidade de produção, provavelmente para o consumo interno e externo (embora com pouca expressão produtiva) ou, porventura, para actividade de refinação do açúcar, enquadra-se numa conjuntura económica seiscentista feita transparecer pela leitura da documentação histórica que dá conta de um retraimento da área ocupada pelos canaviais. O século XVII é, pois, um período em que a média propriedade é substituída pela pequena, resultando daí uma capacidade produtiva mais baixa, na ordem das cinco e cinquenta arrobas (VIEIRA, 1993:36).

Numa postura da Câmara Municipal de Machico de 1673, transcrita pelo historiador Nelson Veríssimo, faz-se indirectamente referência à cessação do fabrico de açúcar na Vila de Machico,

num período que coincide com o final de Seiscentos: “ (...) *antigamente a vera setenta annos os officiais passados com o povo fizeram posturas que visto ter sessado nesta villa a lavoura dos assuquares e por aver neessidade do sustento se esmoutasse e com outras cauzas que lhes pareseu era porque nesse tempo não estavão as terras que temos esmoutadas (...).*”²³⁹ Por outro lado, os Anais do Município de Machico referem que a Câmara de Machico deu por completamente extinto o fabrico de açúcar em Maio de 1775.²⁴⁰

O açúcar produzido na Madeira destinava-se essencialmente à exportação. Este produto, pensado numa óptica de mercado, sobretudo tendo como destino os portos do Reino, da Europa mediterrânica e nórdica, ganha, depois, uma maior expressão ao nível do consumo interno, em boa parte devido aos novos hábitos alimentares e ao fabrico de conservas.²⁴¹ A dinamização comercial gerada pela produção de açúcar trouxe uma crescente afluência de mercadores, sobretudo de estrangeiros (Italianos, Flamengos, Franceses), que acabaram por deter o maior volume de transacções (RAU; MACEDO, 1962).

As formas de açúcar são, de facto, os materiais cerâmicos mais característicos da chamada “arqueologia do açúcar”. Genericamente, são recipientes cónicos de diferentes tamanhos com uma perfuração no vértice que se destinava a verter os líquidos resultantes do processo de purgação do açúcar. Serviam, basicamente, de moldes cerâmicos para a confecção do pão de açúcar, em forma de cone, que, depois de extraído da forma cerâmica, era cuidadosamente separado pela sua qualidade, para posteriormente ser comercializado dentro de caixas de madeira.²⁴²

Os exemplares identificados nos sítios arqueológicos de Machico correspondem, genericamente, a três tipos de formas (Fig. 309): um, de maiores dimensões, (Tipo1, SOUSA, no prelo a), que se veio a admitir que possam corresponder aos sinos (com um diâmetro externo a variar entre os 550 e os 420mm, Fig. 310), apresentando um bordo emoldurado com engrossamento externo; um segundo tipo, (Tipo 2, SOUSA, no prelo a) de tamanho intermédio (entre 390mm e 300mm, Figs. 200, 201 e 311), também de bordo espessado externamente do tipo emoldurado; e, um terceiro, (Tipo 3, SOUSA, no prelo a) nitidamente de menores dimensões (entre 280 e 220mm, Fig.162), sem moldura exterior, exibindo um bordo ligeiramente espessado e lábio arredondado.

As formas maiores, como referimos, mostram, em comum, um bordo saliente do tipo emoldurado (com alturas que variam entre os 65 e os 38mm) e um lábio de formato aplanado



[310]

[JFM/00-4-78]

Forma de açúcar/Sino. Fragmento de bordo e bojo, de grandes dimensões, com pasta compacta, de cor alaranjada, e com ENP em número razoável (micas, quartzo e feldspato). Apresenta bordo com engrossamento externo, do tipo emoldurado, com aproximadamente 52mm de altura e lábio aplanado. DE: 550mm, EB: 22mm, EBJ: 8mm.



[311]

[CTM/03-20-50]

Forma de açúcar. Fragmento contendo porção de bordo e bojo, com engrossamento externo emoldurado, com 43mm de altura e de lábio aplanado. Peça fabricada com pasta homogênea, semi-compacta, contendo ENP quartzosos, feldspáticos e micáceos, de grão fino e médio. O núcleo das paredes é de cor acastanhada P55 e as superfícies apresentam um engobe de cor alaranjada M39, destacando-se no interior um acabamento à base de alisamento.

DE: 350mm, EB: 21mm, EBJ: 8mm.

237- Note-se que, apesar da documentação histórica referir a existência de vários engenhos distribuídos pela ilha nos séculos XVI e XVII, não conhecemos até à data quaisquer evidências físicas dessas unidades.

238- A terceira campanha de trabalhos arqueológicos realizados entre 2004 e 2006 no espaço do logradouro da Junta de Freguesia de Machico forneceu um conjunto apreciável de formas de pão de açúcar, a destacar os exemplares oriundos dos estratos da segunda metade do século XV, figurando várias marcas de oleiro (ORNELAS, 2006:28).

239- Cfr. Nelson Veríssimo, “Em defesa dos recursos naturais de Machico. A proibição de esmoutadas em 1673”, *ob.cit.*, p. 71.

240- Cfr. “Annaes do Município da Antiga Villa de Machico”, *ob. cit.*, n.º 259.

241- A manufactura de conservas de fruta diversa (citrinos, peras, pêssegos, marmelos, entre outros) teve grande procura, sobretudo para o abastecimento das provisões das embarcações que aportavam no Funchal. No entanto, além de uma grande variedade ter sido exportada, no século XVII, para a Europa, a Casa Real portuguesa foi desde sempre uma consumidora habitual das afamadas conservas e doçarias madeirenses, com maior destaque para o reinado de D. Manuel I (RIBEIRO, 1993a: 345-352; SOUSA, 1984).

242- As caixas de açúcar eram fabricadas em madeira de cedro e til. Deviam ser bem fechadas e calafetadas, evitando-se a humidade e as contingências das embarcações nas viagens marítimas. Valentim Fernandes, em 1507, referindo-se à diversidade de madeiras da ilha, apontou o seguinte: “*Tyll he huu que cheyra propriamete como lixo de homem. E ha tâ gordo de q fazem tauoa de cinco palmas de largo. E das tauoas deste pão fazem as caixas de açúcar.*” (FERNANDES, 1940:III).



[312]



0 4cm

[313]

[CTM/03-20-55]

Forma de açúcar. Fragmento contendo porção de bordo e bojo, com pasta grosseira, de textura semi-compacta com veio de cor acinzentada, P51. Apresenta um bordo com engrossamento externo, do tipo emoldurado, com aproximadamente 62mm de altura e lábio convexo. As superfícies oferecem um acabamento à base de uma aguada, de cor avermelhada, N35, destacando-se na externa, junto à linha do bordo, um negativo de possível marca de fabricante.

DE: 280mm, EB: 23mm, EBJ 10mm.

ou convexo. As pastas são, na maior parte dos exemplares, de cor avermelhada e de textura semi-compacta, contendo ENP quartzosos, micáceos, feldespáticos e nódulos de barro cozido. As superfícies exibem, normalmente, um acabamento à base de uma aguada de cor alaranjada ou vermelha. Um dos exemplares do tipo 3 mostra, na superfície externa, junto à linha do bordo, uma possível marca de fabricante (Figs. 312 e 313).

Contrariamente ao que se tem defendido em relação a este processo, não parece claro afirmar-se que as formas eram quebradas com o objectivo de poder extrair o pão de açúcar do seu interior, sobretudo quando se alega como principal argumento para a defesa desta hipótese o facto destes materiais aparecerem no registo arqueológico com um aspecto muito fragmentado e geralmente em frequentes acumulações.²⁴³ Em nosso entender, a questão da fragmentação das peças não é, justamente, um dado relevante na tentativa de explicar que as formas eram quebradas intencionalmente para retirar o conteúdo, sobretudo pela simples razão, também ela deduzida da componente prática da metodologia arqueológica, de que se assim fosse teríamos de conjecturar essa interpretação para outros materiais cerâmicos que aparecem, também, muito fragmentados nos contextos arqueológicos. Naturalmente que podemos admitir que algumas se partiam, por várias razões, ou fossem mesmo intencionalmente quebradas em casos de extrema dificuldade em separar o pão de açúcar.²⁴⁴ Contudo, comungando da mesma linha de pensamento de José Gisbert Santoja²⁴⁵ e de Cláudio Torres,²⁴⁶ parece-nos pouco provável que os moldes cerâmicos fossem quebrados voluntariamente nessa actividade.

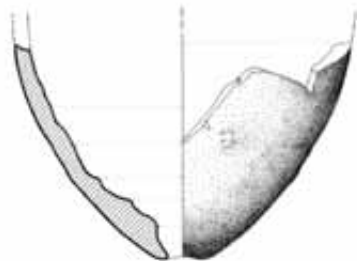
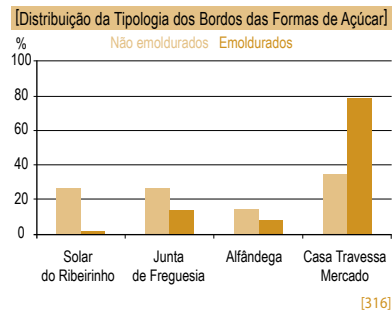
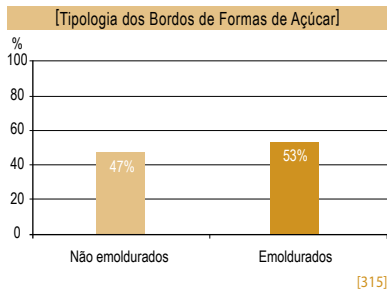
Outro conjunto menos representativo, na quantificação geral das formas de açúcar, é o das peças de tamanho mais reduzido, de pasta de textura homogénea, semi-compacta, com bordos ligeiramente espessados e lábios variando entre o arredondado e o aplanado. Normalmente as superfícies mereceram um acabamento à base de uma aguada, nalguns casos de cor semelhante à da pasta. Este tipo de peças apresenta geralmente um diâmetro que varia entre os 280 e os 220mm e tem uma característica tipológica comum de não possuírem bordos emoldurados, contrariamente às suas congéneres de maior capacidade metrológica, facilmente identificáveis pela moldura saliente que acompanha o bordo.

No cômputo geral dos sítios arqueológicos em estudo, a tipologia dos bordos com moldura é ligeiramente superior (53%) à dos bordos não emoldurados (47%), (Fig. 315). No entanto, se observarmos os valores obtidos no gráfico da distribuição da tipologia dos bordos por cada sítio arqueológico (Fig. 316), verificamos que o grupo dos bordos emoldurados só é nitidamente mais expressivo (78,7%) apenas no espaço da Casa da Travessa do Mercado sendo, portanto, minoritário nos restantes sítios (note-se que no caso concreto do Solar do Ribeirinho, este grupo tipológico representa apenas 1,1%, um valor muito reduzido quando comparado com o dos bordos não emoldurados, com 25,9%). Verifica-se que no caso concreto da UE20 da Casa da Travessa do Mercado, estes dois tipos de formas de açúcar (com bordos emoldurados e não emoldurados) foram identificados no mesmo contexto estratigráfico, dado este que permite supor que foram entretanto contemporâneos.

Por outro lado, as pontas de formas de açúcar (Figs. 317 à 320) exumadas mostraram pequenas diferenças morfológicas, nomeadamente no tipo de perfuração representada. Basicamente o diâmetro dos furos oscilam entre os 12 e os 16mm, reconhecendo-se em vários casos que os furos foram realizados indistintamente, quer a torno quer por intermédio de um instrumento perfurante, após a cozedura da forma.



[314]



[CTM/03-20-11]

Forma de açúcar. Fragmento de ponta de forma de açúcar, com pasta compacta, de cor avermelhada, M39. A superfície interna possui um acabamento estriado, em direcção ao vértice apresentando, ainda, um acabamento à base de uma aguada, de tonalidade mais clara. O furo da ponta apresenta um diâmetro aproximado de 8mm e a espessura da parede é de 7mm.

0 2cm

[318]



243- Tal hipótese é levantada por António Malpica Cuello, no texto apresentado ao *Segundo Seminario Internacional - La Caña de Azúcar en el Mediterráneo*: "Todo parece indicar, según ya dijimos, que aquéllos se rompían para obtener el pan de azúcar. No es, pues, extraño que las formas cerámicas hayan aparecido hasta el presente muy fragmentadas y la mayoría de los fragmentos acumulados" (CUELLO, 1990:151). Esta linha de pensamento é, também, reforçada por Alberto Vieira: "Lembre-se que no fabrico do açúcar as formas só serviam uma vez, necessitando quase sempre de ser partidas para retirar-lhe o pão de açúcar." (VIEIRA, 2000-01:6).

244- Segundo David Ferreira de Gouveia, as formas de açúcar antes da sua utilização recebiam uma preparação prévia, que passava pela sua imersão numa solução de água e mel (GOUVEIA, 1985:265), com o objectivo de facilitar a separação do pão de açúcar das paredes internas das formas.

245- O investigador, ao intervir no debate que se seguiu à apresentação da comunicação de Cláudio Torres, no decorrer do *Segundo Seminario Internacional - La Caña de Azúcar en el Mediterráneo*, Motril, 1990, levanta sérias dúvidas na hipótese das formas de açúcar serem quebradas prepositadamente: "En principio el molde no está claro que siempre se rompa, pero, desde luego, se rompe siempre que no hay más remedio y quizás en ocasiones un poco más".

246- Cfr., Cláudio Torres, "A indústria do açúcar nos alvares da expansão atlântica portuguesa", *Segundo Seminario Internacional - La Caña de Azúcar en el Mediterráneo*, Motril, 1990, p. 206: "Não é verosímil que esta operação obrigasse à fractura voluntária das formas".

Como já se referiu, as formas exumadas em Machico correspondem a três tamanhos distintos, dois dos quais podem incluir um grupo que coincide com as peças de maior diâmetro. Assim, mediante uma leitura generalista, reconhece-se um tipo que compreende exemplares de formas de maiores dimensões, cujo diâmetro varia entre os 550 e os 310mm, e um outro de dimensão e capacidade mais reduzida, que oscila entre os 280 e os 220mm. Estas variantes tipológicas foram, também, assinaladas por Cláudio Torres, nas escavações do forno cerâmico da Mata da Machada, no Barreiro, em contextos dos séculos XV e XVI. O conjunto dos materiais cerâmicos recolhidos às centenas naquelas escavações, enquadra igualmente dois tipos,²⁴⁷ um deles mais pequeno, podendo conter 2,5kg de açúcar, e um outro de maiores dimensões, com bordo de acabamento emoldurado²⁴⁸ e com uma capacidade que duplica as mais pequenas, ou seja, de 4 a 5 kg (TORRES, 1990:160, 196).

Esta questão do foro metrológico, remete-nos para duas posturas que procuraram uniformizar uma medida padrão para o fabrico das formas de açúcar. A primeira diz respeito aos registos do *Livro de Vereações da Câmara Municipal do Funchal* (1470-1472), que estabeleceu um padrão, no qual sete e oito formas correspondessem a uma arroba.²⁴⁹ Anos mais tarde, um Regimento do Rei D. Manuel I, datado de 27 de Março de 1501, procurou determinar que as formas fossem todas iguais (de modo a que seis pães de açúcar correspondessem a uma arroba), conforme uma bitola padronizada. O mesmo regimento dava conta da existência de formas grandes prejudiciais à purgação e à qualidade do açúcar, pelo que o rei ordenou o estabelecimento desta medida-padrão, que servisse de modelo não só aos oleiros do Reino e de Castela mas também aos mercadores e às pessoas encarregadas do fabrico do açúcar na Madeira:

*" (...) Por quanto como Jaa disemos aoutra parte que causa os açuquares nam vijrem em sua perfeçam he serem feytos em grandes formas E se nam poderem purgar avemos por bem se se fazerem hos ditos açuquares em formas ygaaes E que Razoada mente pouco mays ou menos venham seis pães aaroba E pera se bem poder fazer mandamos fazer bitollas que se dem nestes nosos Regnos aos olleyros E assy mādamos fazer hua pera la estar nessa ylha E cada lealldador teer sua (...)."*²⁵⁰

Outro parágrafo do regimento descreve as normas a seguir, relativamente aos mercadores que fossem vender as formas de açúcar à ilha, referindo que, logo que chegassem ao porto, deviam entrar em contacto com o lealdador e escrivão, afim de se certificar que as formas se encontravam de acordo com a medida pré-estabelecida.²⁵¹ No entanto, a consciência de que a entrada momentânea do presente regimento normativo acabaria por trazer dificuldades e prejuízos aos mercadores e produtores de açúcar fez o Rei determinar que o documento passasse a vigorar a partir do dia 1 de Janeiro do ano seguinte, ou seja, em 1502.

A já referida inferior qualidade da argila madeirense limitou, pois, o fabrico local destas cerâmicas de uso industrial, sujeitas a suportar temperaturas elevadas. Por esta razão, as formas de açúcar eram importadas de Portugal Continental e de Castela.²⁵²

Do continente português, apenas se conhecem actualmente evidências materiais do fabrico de formas de açúcar provenientes dos fornos da Mata da Machada e de Santo António da Charneca,²⁵³ no Barreiro. No entanto, os estudos arqueométricos realizados sobre uma amostra de onze fragmentos de formas de açúcar provenientes dos estratos arqueológicos dos séculos XVI e XVII de três sítios de Machico (Solar do Ribeirinho, Alfândega e Junta de Freguesia) afastam, de momento, a possível origem destas cerâmicas dos fornos do Barreiro. Os indicadores actualmente disponíveis apontam, com elevada probabilidade, Aveiro como o centro produtor das formas de pão de açúcar (SOUSA; SILVA; GOMES, 2005:267).

Progressivamente, e à medida que fomos tomando contacto com o resultado das análises arqueométricas dos exemplares de Machico, procurou-se isolar um grupo cerâmico definido pela composição química da pasta que, por sua vez, ajudou a constituir outros agrupamentos de materiais provenientes de contextos arqueológicos, com estratigrafia bem individualizada. Foi o caso concreto do estudo dos fragmentos cerâmicos de formas de açúcar da UE20 da Casa da Travessa do Mercado, cuja primeira observação (com base nos critérios de acabamento e composição da pasta das formas grandes e pequenas), nos remete para uma possível proveniência aveirense.

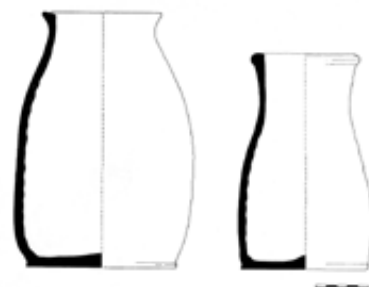
Os porrões e os sinos são outros recipientes cerâmicos associados à produção de açúcar. Os primeiros têm uma relação directa com as formas de açúcar, pois eram basicamente receptáculos cerâmicos com paredes ligeiramente curvadas, de base plana, com um colo ligeiramente estrangulado, destinados a servirem de apoio à forma de açúcar para receber os meles que vertiam da perfuração da ponta. Essencialmente, eram objectos cerâmicos²⁵⁴ com uma função específica e que não exigiam uma morfologia especial, pois, necessitavam apenas de um aperto suficiente na boca para sustentar o equilíbrio da forma e uma base plana a fim de proporcionar alguma estabilidade.

Uma das referências morfológicas que conhecemos sobre este género de cerâmicas é-nos dada por um trabalho de Josep Gisbert Santoja no qual se reproduz dois tipos de porrões modernos provenientes do Sul de Espanha (SANTOJA, 1990:261,262), (Figs. 321 e 322).

A evidência muito provável de que alguns fragmentos de bordos, paredes e fundos exumados em estratos dos séculos XVI e XVII em Machico, podiam corresponder aos referidos porrões – com a função de servirem de apoio ao processo de purgação do açúcar – ganhou maior



[321]



[322]

247- José Gisbert, no debate do *Segundo Seminario Internacional - La Caña de Azúcar en el Mediterráneo*, ob. cit., p. 157, refere-se também à existência de dois tamanhos distintos de formas de açúcar de Valência (Espanha), estimando a possibilidade da forma maior (que tinha praticamente o dobro da capacidade da outra mais pequena) ser utilizada para uma primeira cozedura, pese embora o padrão fosse estabelecido pela forma mais pequena.

248- A forma maior MM2, datada do século XV, recolhida nas escavações da Mata da Machada, mostra afinidades tipológicas com alguns exemplares seiscentistas da Casa da Travessa do Mercado e da Junta de Freguesia de Machico.

249- Cfr., José Pereira da Costa, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal. Século XV*, Funchal, CEHA, 1995: "Item disse que faziam grandes formas que as fizessem todas per huua vitolla - a saber - de sete e oito em arroua. E os dictos officiaes deternynaram que deste anno em diante nenhum nom tevesse formas saluo de set e oito em arroua".

250- Cfr. "Regimento del Rey nosso señor que falla da maneyra que am de teer os allealladores no allealdamento dos açuquares", AHM, Vol.XVII, doc. 246,1973, pp. 408-416.

251- Cfr. "Regimento del Rey nosso señor que falla da maneyra que am de teer os allealladores no allealdamento dos açuquares", AHM, Vol. XVII, doc. 246, ob. cit., pp. 414: "(...) E quando hy chegar quallquer naujo em que vão mercadores ou outros homes que leuem formas avender descarregallas ham na ribeyra do porto aque forem teer E quanto que averem descarregadas as ditas formas sem njhua vederem nem levarem da Ribeyra pera outra parte o farão saber ao lealdador E espriuam daquella comarqua homde descarregarem os quaees officiaes as passaram pella bitolla que péra yso lhe mandamos daar E o mercador poderá emtam vender as que forem da dita bitolla E pasarem E as que forem mayores as quebrarem ally E ho dito mercador as nam vemdera doutra maneyra so pna das perder (...)."

252- Por uma referência indirecta do citado regimento de D. Manuel I de 1501, pressupõe-se que houve uma importação de formas castelhanas, à semelhança do que acontecia com outras peças cerâmicas. A interpretação deriva de uma passagem daquela postura, em que se refere que todas as formas do Reino e de Castela deviam ter por base a bitola instituída: "Em todallas formas que forem destes Reynos como dos Reynos de castella por que todas passem pella dita bitolla" (AHM, Vol. XVII, doc. 246, ob. cit., p.414).

253- Consulte, Luís Barros, Guilherme Cardoso e António Gonzales, "Primeira Notícia do Forno de St.º António da Charneca – Barreiro", *Las Jornadas Arqueológicas e do Património da Corda Ribeirinha Sul*, Barreiro, Câmara Municipal do Barreiro, 2000, pp.72-87.

254- Rafael Bluteau refere que o porrão correspondia, no Minho, a um "certo vaso de barro, comprido, e estreyto" (BLUTEAU, 1720, Vol. VI: 624).



[CTM/03-21-36]

Porrão. Fragmento contendo uma porção de bordo e bojo de um possível porrão, de pasta semi-compacta, com escassos ENP.

DE:160mm, EB:12mm, EBJ: 9mm.

0 2cm

[323]

consistência no decorrer da análise e interpretação da UE20 da Casa da Travessa do Mercado. Efectivamente, além da expressiva maioria do conteúdo material deste estrato ser constituído por fragmentos de formas de açúcar, uma outra parte dos exemplares cerâmicos, detectados no estrato, correspondiam às anforetas e a outros fragmentos de cerâmica comum, cuja interpretação morfológica poderá aproximar-se ao porrão (Fig. 323). O facto destes materiais terem sido identificados, do ponto de vista crono-estratigráfico, em associação com as formas, levanta a probabilidade de terem uma mútua relação directa. O mesmo se pode deduzir em relação às anforetas, contentores de líquidos por excelência (Figs. 341 à 345). Por outro lado, se aceitarmos a hipótese de estarmos na presença de elementos que atestam uma pequena produção, vocacionada para suprir as necessidades caseiras, é muito provável que o uso destes recipientes (que serviam de apoio às formas para a recolha do mel) se ajustasse mais a essa circunstância, naturalmente distinta da actividade realizada nos engenhos, justamente com outras exigências tecnológicas.

O já citado inventário do século XVI de António Teixeira, o “Rei Pequeno”, que refere os apetrechos de um engenho que possuía na actual Vila do Porto da Cruz, levanta uma questão muito curiosa, relativamente aos objectos utilizados na confecção do açúcar. Entre vários objectos citados, caso por exemplo de uma tacha de cozer e uma de receber, uma coadura, uma escumadeira das caldeiras, um cubo de cobre, refere-se que o engenho tinha duas tinhas grandes de cedro de receber mel, seis correntes de ferro das formas, novecentas formas, noventa sinos de meles e três jarros de Castela de recolher mel (SARMENTO, 1950a: 8-9 e Annaes do Municipio da Antiga Villa de Machico, 1865-1866: n.º258). Ora, é bem possível que esta última referência aos jarros de Castela²⁵⁵ possa corresponder aos porrões (embora se admita, sendo menos provável, que se refiram às anforetas), pois o inventário descreve, implicitamente, que eram recipientes destinados à recolha do mel.

Os sinos são um outro tipo de recipientes cerâmicos utilizados na produção do açúcar. O citado inventário de António Teixeira descreve que o engenho tinha “2 andaimos de sinos (formas grandes) de seis tábuas”²⁵⁶ e noventa formas. Pelo texto depreendemos que os sinos seriam uma espécie de formas de barro de grandes dimensões. A identificação de vários fragmentos de formas de grandes dimensões (com diâmetros de 550 e 420mm), recolhidas na Junta de Freguesia e na Casa da Travessa do Mercado (Figs. 309 e 310), pode, efectivamente, corresponder aos designados sinos. Tratavam-se de peças com bordos de acabamento do tipo emoldurado (provavelmente para facilitar a colocação das peças nas aberturas dos andaimos de madeira), cuja morfologia das pontas²⁵⁷ é muito significativa da elevada capacidade metrológica do recipiente (Fig. 324).



[324]

[154]

4.1.4. Conjuntos de importação europeia: cerâmicas de Espanha, Itália e Holanda

O estudo do espólio arqueológico associado a contextos habitacionais da Cidade de Machico mostra a presença de peças de cerâmica de importação europeia, caso das faianças valencianas (Paterna/Manises) e andaluzas (Sevilha), a par das séries de majólicas italianas (Montelupo) e holandesas.

O estudo deste grupo de cerâmica, independentemente do aspecto tecnológico relacionado com a sua produção, remete-nos para um enredo de relações sociais e económicas, tendo por base a utilização social dessa cerâmica, adquirida por intermédio dos circuitos comerciais. Efectivamente, o registo arqueológico destas louças de importação releva-nos para o aspecto dos circuitos económicos subjacentes à sua distribuição, expressando, também, o valor económico, social e cultural que representaram nos diversos segmentos da sociedade machiquense que delas fizeram uso.

A afluência de estrangeiros que se fez sentir na Ilha da Madeira, logo nos finais do século XV,²⁵⁸ em grande parte mercadores italianos, flamengos e franceses atraídos pelo rico tráfico açucareiro, terá sido determinante na introdução de outros artigos, entre os quais a cerâmica, no mercado regional e local. Admite-se, portanto, que a riqueza e os ganhos do açúcar terão garantido a aquisição de bens sumptuosos (como é o caso dos conhecidos painéis de pintura flamenga hoje expostos no Museu de Arte Sacra do Funchal) e de outros ao alcance da capacidade económica e do poder de compra do consumidor, como é o caso da louça de importação, quer a que se destinava ao comércio em geral, quer a que resultava de solicitações de encomenda.

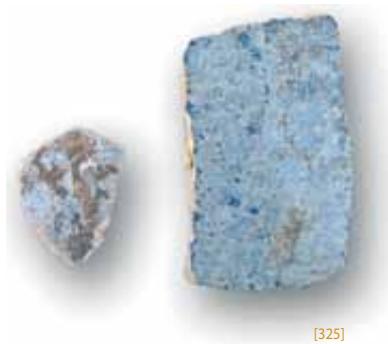
Desta feita, a sociedade abastada da antiga Vila de Machico terá certamente acompanhado os circuitos comerciais em voga na altura e adquirido bens móveis, junto dos mercados abastecedores. As séries de majólicas italianas identificadas nas escavações constituem, por exemplo, importantes referências físicas destes hábitos comerciais. A expressiva maioria dos

255- As crónicas quinhentistas castelhanas designavam os porrões por "*jar[r]jicas*" (BARCELÓ; LABARTA, 1990:88).

256- Segundo David Gouveia, os andaimes de sinos eram uma espécie de mesão de madeira com orifícios redondos, onde as formas assentavam para purgar (GOUVEIA, 1985: 265).

257- Alguns fragmentos de pontas e paredes de peças que identificamos como sinos mostram a presença de um orifício, com um diâmetro distinto, na extremidade. Esta evidência é manifestamente distinta de uma outra interpretação, da qual desconhecemos a fonte de origem, em que se refere que os sinos não possuíam furo (GOUVEIA, 1985:265).

258- Note-se, por exemplo, que os "Annaes do Município da Antiga Villa de Machico", *ob. cit.*, n.º 258 mostram uma curta relação dos estrangeiros de origem italiana que ocuparam determinadas terras da Capitania de Machico, entre os quais "*Micer Baptista Uzadamar (Genovez)*"; "*Urbano de Melim (Genovez)*" e "*Hyrio Cattanho*".



fragmentos recolhidos aponta para as produções de exportação da região de Montelupo, num período considerado entre o segundo quartel do século XVI e a segunda metade da mesma centúria (Figs.14, 346 à 349).

A documentação histórica dá-nos um importante contributo no conhecimento da proveniência dos conjuntos cerâmicos de importação. A transcrição de um documento manuscrito²⁵⁹ que publicaremos em breve, inserida num estudo sobre a louça de mesa e cozinha da época moderna na Madeira, aponta para o facto de toda a louça ser oriunda de Castela, embora não discrimine a localidade de produção. Trata-se de um interessante registo que testemunha a presença de louça importada de Espanha, ainda no primeiro quartel do século XVI.

O grosso do conjunto de cerâmica esmaltada presente nos sítios em estudo de Machico aponta para as produções da zona de Sevilha do século XVI (louça esmaltada a branco sem decoração, esmaltada decorada azul e esmaltada decorada com motivos simples a azul e vinoso). A Ilha da Madeira, terá importado neste período, quantidades consideráveis de louça, que, uma vez recebidas na Alfândega do Funchal, seriam redistribuídas pelas diversas localidades da ilha, nomeadamente para Machico, sede da capitania. Note-se que o referido documento faz referência, entre muitas peças, a um conjunto muito reduzido de *“mea duzia de pucoros azus”*, fazendo lembrar alguns fragmentos de cerâmica esmaltada a azul, identificados em contextos cronológicos do século XVI, respectivamente na Alfândega e no logradouro da Casa da Travessa do Mercado (Fig. 325). Curiosamente, este tipo de cerâmicas, designadas pelos autores espanhóis de *“Azul lisa”*²⁶⁰ ou *“monocromas azules”*,²⁶¹ é atribuída às produções das oficinas sevilhanas, a partir dos inícios do século XVI. Aparecem, de facto, associados a formas fechadas, normalmente recipientes de mesa, como os jarros (MUÑOZ; CAMBRA, 1999:162).

É, pois, possível que esta louça esmaltada acompanhasse a importação de azulejos sevilhanos para a Ilha da Madeira.²⁶² Apesar de não conhecermos referências documentais a este respeito, há, no entanto, conjuntos azulejares na ilha, cuja proveniência se aponta para as oficinas andaluzas,²⁶³ como é o caso dos azulejos enxaquetados de várias cores, existentes no coruchéu da torre da Sé do Funchal, de encomenda do Rei D. Manuel I (SIMÕES, 1963:10; FREITAS, 1989:26).

Apenas com um exemplar recolhido,²⁶⁴ de uma UE com uma cronologia relativa atribuída aos finais do século XV, a cerâmica do grupo gótico-mudéjar valenciana²⁶⁵ ou, como tem sido geralmente designada, louça de Paterna/Manises, marca presença no espaço da Alfândega de Machico. Trata-se de um fragmento de base e parede de uma possível escudela ou taça (Fig. 205), de pasta compacta esbranquiçada, exibindo uma decoração dourada com tonalidades metálicas, combinando motivos decorativos muito provavelmente vegetalistas. É um fragmento que se enquadra na fase de produção da segunda metade do século XV e inícios do XVI. Segundo Mercedes Mesquida Garcia, foi um período de viragem na gramática decorativa valenciana, marcada por uma nova ideologia do “Renascimento”, em que os contactos sociais, económicos e culturais com a Itália trouxeram *“un nuevo aire fresco”* que, por sua vez, ajudou a renovar *“las decoraciones de la cerámica dorada, desapareciendo por completo las últimas reminiscencias musulmanas e introduciendo nuevas formas que imitan las vajillas de plata que comienzan a aparecer en las mesas de los Grandes de España, así como nuevos motivos animales y vegetales que recuerdan la flora y fauna del Nuevo Continente descubierto.”* (MESQUIDA GARCÍA, 2002: 30-31).

Trata-se, assim, de uma louça de excepcional qualidade, que se destaca pelos motivos decorativos a dourado com um brilho muito especial, muito provavelmente peças ao alcance



das bolsas mais abastadas da sociedade de Machico. É frequente observar-se, nas cenas interiores da pintura portuguesa quatrocentista e quinhentista, em associação com outros objectos e louça de cerâmica comum, representações de escudelas de orelhas de decoração dourada²⁶⁶ (Figs. 265 e 266).

Outros três fragmentos integram as decorações valencianas dos séculos XV e XVI, destacando-se um pequeno fragmento de bordo e bojo de um prato decorado a azul brilhante combinado com vermelho²⁶⁷ (Fig. 326), recolhido de da camada 23 do pátio exterior da Casa da Travessa do Mercado. Outros dois exemplares mostram uma gramática decorativa de inspiração valenciana, caso de um fragmento afeiçoado para o fabrico de uma peça de jogo (Fig. 327) e de um outro, fazendo lembrar um componente de tampa, visivelmente decorado com retículas de transparência dourada sobre o esmalte (Fig. 328). Um outro conjunto de fragmentos cerâmicos, vidrados a verde (Fig. 329), recolhidos nas camadas do século XV da Casa da Travessa do Mercado, antevê também uma importação do Sul peninsular, muito provavelmente das oficinas valencianas.

259- ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte II, Maço 97, doc. 60.

260- Cfr. Pilar Muñoz e Rosário Cambra, "La cerámica moderna en el Convento del Carmen (Sevilla)", *Arqueología Medieval*, n.º 6, 1999, pp.160-171.

261- Cfr. Alfonso Pleguezuelo e Pilar Lafuente, "Cerámicas de Andalucía Occidental (1200-1600)", *Spanish Medieval Ceramics in Spain and the British Isles/Cerámica medieval española en España y en las Islas Británicas*, Oxford, 1995, pp. 217- 244.

262- A excepcional pia baptismal em cerâmica vidrada verde existente na Igreja Matriz da Ponta do Sol tem sido tradicionalmente apontada como uma peça arquitectónica de origem andaluza (PLEGUEZUELO; LAFUENTE, 1995:236) ou mesmo de produção portuguesa (LIZARDO, 1989:152).

263- A recente descoberta de azulejos de aresta (alguns deles em estado inacabado de produção e em estado de refugo), num contexto de uma olaria dos finais do século XV e meados do XVI, no Barreiro, abre o debate acerca da produção destes azulejos de origem andaluza em território português (BARROS; CARDOSO; GONZALES, 2000:72-87).

264- Os trabalhos arqueológicos levados a cabo recentemente pelo Gabinete de Arqueologia e Património da Câmara Municipal de Machico no logradouro da Junta de Freguesia e na Casa com a Porta Manuelina, permitiram identificar vários fragmentos desta louça dourada.

265- Adoptando o conceito actualmente proposto por vários autores (AMIGUES, 1995:141). Expressão que reforça o desempenho dos oleiros mudéjares no excepcional fabrico destas séries de louças caracterizadas essencialmente por dois grandes grupos decorativos: um grupo em que a cerâmica é pintada com dourado e um outro que combina a pintura azul e dourada.

266- A representação do *Transito da Virgem* da escola de pintura portuguesa do século XV, existente no Museu Nacional de Arte Antiga, em Lisboa, mostra sobre uma mesa baixa vários objectos, entre os quais uma escudela de orelhas com decoração dourada (Figs. 265 e 266).

267- Segundo a investigadora Graziella Berti, trata-se de uma produção valenciana típica do século XV.

No século XVI, a região de Sevilha conquistou um lugar de destaque na ligação comercial com as possessões ultramarinas castelhanas. Constituindo a sede da Casa da Contratação para o Comércio com as Índias Ocidentais, depressa a cidade se tornou num dos principais centros portuários de Castela, acompanhando as crescentes necessidades materiais e humanas dos novos territórios povoados.

A produção de louça, ao longo do século XVI, acompanha gradualmente estas necessidades, onde se incluem as séries de louça esmaltada de mesa, branca lisa sem decoração (classificada por Coggin, de *Columbia Plain*),²⁶⁸ seguindo-se as variantes de cor verde e branca, azul linear, azul vinoso e preto linear e meladas, decoradas com óxido de manganés (PLEGUEZUELO; LAFUENTE, 1995: 228-244).

O início da produção da faiança portuguesa terá tido por referência estes modelos sevilhanos, sobretudo nas séries esmaltadas decoradas a azul. Esta louça de mesa sevilhana acompanharia, provavelmente, as frequentes importações de azulejos de aresta de Sevilha para Portugal, durante o século XVI.²⁶⁹

O grupo mais representativo da cerâmica de importação é o da louça esmaltada, lisa e sem decoração, com paralelos que se enquadram nas diferentes séries andaluzas e que terá sido também produzida em Lisboa, na segunda metade do século XVI (CALADO, 1988: 10; GOMES; GOMES, 1998: 345). É representado, essencialmente, pelos pratos com ônfalo e pelas escudelas carenadas.

Temos, de seguida, as séries de louça de mesa decoradas a azul linear e azul vinoso (esta última, conhecida pelos autores anglo-saxónicos como *Isabela polychrome*²⁷⁰ e pelos espanhóis de *azul y morada*). Os tipos mais característicos são os pratos e as escudelas, de pastas compactas de tonalidade clara (variando entre o creme e o rosa). As escudelas mostram as superfícies esmaltadas a branco ou rosa claro, também com decoração linear a azul, variando a base entre o pé de anel (Fig. 330) e de assentamento em aresta (Fig. 331). Dentro desta decoração azul linear observam-se variantes geométricas à base de linhas paralelas onduladas e concêntricas (Figs. 330, 332 e 333).

Mais raras são as séries de tonalidade verde e negro. Estes dois pormenores decorativos aparecem em dois fundos de escudelas com pé em anel, um dos quais apresenta manchas de cor verde forte sobre o esmalte branco (Fig. 334) e um outro, com círculos concêntricos de cor preta no fundo convexo de uma escudela com superfícies esmaltadas de cor branca rosada (Fig. 335). Um dos fragmentos (Fig. 288), de paredes grossas, pasta grosseira rosada, com a superfície externa esmaltada de cor amarelada decorada a verde, parece pertencer a um recipiente de maiores dimensões (provavelmente a um jarro) das oficinas andaluzas do século XVI.²⁷¹

Um outro fragmento de cerâmica esmaltada levanta, no entanto, muitas interrogações no que respeita à sua origem. Trata-se de um fragmento de bordo e parede de uma peça quadrangular, com as superfícies esmaltadas de cor amarelo pálido e pasta muito bem depurada de cor creme (L75), observando-se na superfície externa uma decoração do tipo relevado, com nuances a verde-claro (Figs. 336 e 337).

Do tipo *Isabela polychrome*, decorado a azul e vinoso, identificaram-se vários fragmentos de pratos²⁷² e escudelas, com uma correspondência cronológica a apontar para a segunda metade do século XVI. A decoração exhibe motivos decorativos esquemáticos e florais pintados a azul-cobalto e vinoso sobre o esmalte claro (Fig. 338).



[330]



[331]



[332]



[333]



[334]



[335]



[336]



[337]



[338]

268- Cfr. John Goggin, *Spanish Majolica in the New World. Types of the sixteenth to eighteenth centuries*, New Haven, Department of Anthropology, Yale University, 1968, pp. 117-126.

269- O documento mais antigo que se conhece referente à importação de azulejos sevillhanos para Portugal remonta ao ano de 1479, da oficina sevillhana de Fernán Martínez Guijarro (Apud, ARRUDA, 1995:365).

270- Cfr. John Goggin, *Spanish Majolica in the New World, ob. cit.*, pp. 126-134.

271- Segundo Alfonso Pleguezuelo e Pilar Lafuente, algumas produções a verde e branco andaluzas, em paredes finas e mais espessas, apresentam variantes de acabamento, nomeadamente com revestimento interior e exterior esmaltado a verde ou a verde por fora e branco por dentro (PLEGUEZUELO; LAFUENTE, 1995:236).

272- Encontramos paralelos destes pratos e escudelas nos estudos de Goggin (GOGGIN, 1968: Plate 1, k, plate 4, c, d); de Alfonso Pleguezuelo (PLEGUEZUELO; LAFUENTE, 1995:230-233) e de Pilar Muñoz e Rosario Cambra (MUÑOZ; CAMBRA, 1999:161).



[339]



[340]

Das séries mais tardias, muito provavelmente de imitação italiana (da faiança lígure),²⁷³ exumamos dois fragmentos provenientes da UE4 (atribuída ao século XVII)²⁷⁴ do Solar do Ribeirinho. Um dos fragmentos, de pequenas dimensões, paredes finas e pasta bem depurada de cor esbranquiçada (K71), (Fig. 339), mostra as superfícies esmaltadas em tom de azul claro com decoração vegetalista em tons de azul-escuro, fazendo lembrar o estilo *berettino* e integrando-se nas séries tardias sevilhanas esmaltadas em azul. Um dos exemplares, de paredes mais grossas e pasta clara de textura menos compacta, apresenta um revestimento interno esmaltado com decoração policroma (variantes de azul, verde e amarelo).

Não é, no entanto, de excluir, como peças de importação andaluza, os vários conjuntos de fragmentos de cerâmica vidrada de cor melada decorados a óxido de manganés, produções que tiveram grande expressão na antiga tradição islâmica peninsular. As formas presentes são sobretudo as escudelas e os pratos (Figs. 281 e 340).

Dentre dos vários conjuntos de cerâmica, cuja produção se aponta para a zona da Andaluzia, destaca-se a presença das anforetas ou das *olive jars*, termo divulgado por John Goggin,²⁷⁵ nos anos sessenta do século XX.

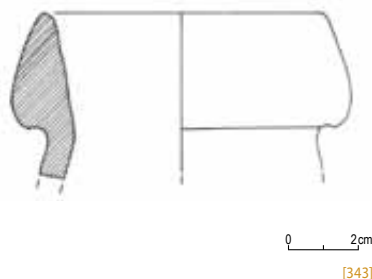
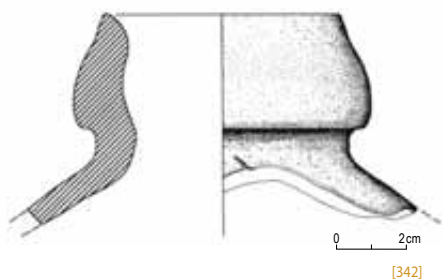
Os fragmentos identificados nos sítios arqueológicos da Cidade de Machico (dum universo de duzentos e noventa e oito fragmentos contabilizados nos depósitos dos séculos XVI e XVII, dez dos quais componentes de bordo, do tipo gargalo), apresentam, na sua generalidade, pastas de textura grosseira e tonalidades que variam entre o creme (K91) e o rosa (L25). Alguns fragmentos de parede pertencentes a este grupo de anforetas mostram as superfícies internas vidradas (com variações entre o verde escuro S91, verde claro N89 e amarelo escuro P65 e engobadas de cor alaranjada, M39).

A forma dos bordos dos exemplares em estudo apresentam consideráveis variantes, o que pode indicar, *à priori*, diferentes cronologias para o seu fabrico. Com efeito, dois dos gargalos, encontrados em estratos da primeira metade do século XVII, de bordo vertical e lábio afilado (Figs. 341 à 343), mostram semelhanças morfológicas com a forma B do “estilo médio” (1580-1800) da classificação cronomorfológica de John Goggin. Um dos gargalos mostra no interior do bordo uma ligeira concavidade para rolhamento (Figs. 341 e 344).

Outro exemplar (Fig. 345) de bordo alto espessado, ligeiramente extrovertido, assemelha-se a um outro encontrado em níveis do século XVI, nas escavações da Praça Colombo, no Funchal, e



[341]



[JFM/00-3-33]

Anforeta. Fragmento de gargalo com bordo vertical e lábio afilado. Apresenta no interior do bordo uma concavidade para rolhamento. Pasta mais ou menos compacta, de cor creme K91, com escassos ENP distribuídos irregularmente. DE: 67mm, EB: 11mm, EP: 9mm.

[ALF/00-5-399A]

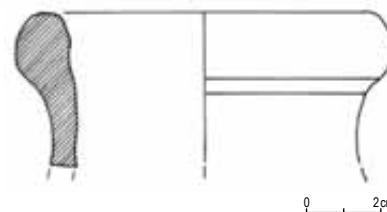
Anforeta. Fragmento de gargalo de anforeta, com bordo vertical e lábio afilado, com 9mm de espessura. O gargalo apresenta uma espessura máxima de 18mm. Pasta rosada L49, grosseira e de cozedura redutora, com escassos ENP. Superfície interna com vestígios de tratamento de impermeabilização à base de vidro verde. DE: 80mm, EB: 8mm.

integra o estilo antigo da sistematização de Goggin (GOMES; GOMES, 1998:324, Fig. 7).

Alguns exemplares mostram acabamentos de impermeabilização à base de vidro verde e sinais de deficiente qualidade de fabrico, como são as bolhas de ar na pasta, evidenciando, assim, um carácter utilitário sem preocupações de acabamento. São, aliás, recipientes normalmente de corpo com tendência ovóide, indicados para a estiva e transporte marítimos (as formas permitiam maximizar a integridade estrutural do contentor, enquanto a pequena abertura permitia um fecho mais fácil com um mínimo de câmara de ar no interior). O próprio gargalo, mais estreito e espesso, constituía um ponto seguro de fixação destes contentores às embarcações.

Estes recipientes cerâmicos, como o próprio nome indica, eram utilizados como contentores de azeite, mas também serviram para embalar outros produtos líquidos ou sólidos (óleo lubrificante,²⁷⁶ óleo de iluminação, vinho, vinagre, mel, água e frutos).

A documentação castelhana associada à Casa da Contratação refere, segundo um estudo de Colin Martin, uma terminologia própria consoante a capacidade das anforetas: as *botijas* de maior dimensão para o transporte de vinho; as *botijas medias ou peruleras*²⁷⁷ para o azeite e as *botijuelas* para o mel (MARTIN, 1979:284). A este propósito, os livros de vereações da Câmara Municipal do Funchal fornecem interessantes indicações. Referem, em situações pontuais, o



[ALF/00-5-399B]

Anforeta. Fragmento de gargalo de anforeta, com bordo direito e lábio convexo, de pasta rosada L25, textura grosseira e de cozedura redutora. Apresenta um número razoável de ENP, particularmente constituídos por micas e quartzo. Espessura do gargalo 11mm, DE: 90mm, EB: 8mm.

273- Na segunda metade do século XVI os modelos mais seguidos nas produções de Sevilha são os de tipo lígure, com séries branco, azul sobre branco e azul sobre azul, como técnica local da *berettina* italiana (PLEGUEZUELO; LAFUENTE, 1995:240; MUÑOZ; CAMBRA, 1999:162).

274- Período que corresponde a uma fase de grande desenvolvimento das produções sevilhanas com base em modelos italianos, sobretudo nas séries de azul sobre azul, de nítida influência lígure (MUÑOZ; CAMBRA, 1999: 164).

275- Vide John Goggin, *The Spanish Olive Jar. An introductory study*, Sidney and W. Yale, Yale University Publications in Anthropology (papers in Caribbean Anthropology, vol. 62), 1960. O investigador classificou as anforetas em três períodos, com base na sua morfologia: o "estilo antigo" (1500-1580), o "estilo médio" (1580-1800) e o "estilo recente" (1800-1850). O conceito de *olive jar*, proposto por Goggin, é hoje comumente aceite para designar todo um conjunto de contentores cerâmicos navais, pois, segundo o autor "it seems best to use the term olive jar as the equivalent to a type name with no local ethnographic or linguistic significance" (GOGGIN, 1960:5). No entanto, apesar do termo à partida pressupor o transporte de azeite, estes recipientes serviram, inclusivamente, para o transporte de outros produtos líquidos ou sólidos.

276- Dois fragmentos de parede do sítio arqueológico da Junta de Freguesia mostram as superfícies internas escuras, provavelmente por qualquer matéria resinosa.

277- Sobre o conceito de "perulero" consulte Florence Lister e Robert Lister, *A Descriptive Dictionary for 500 years of Spanish-Tradition Ceramics (13th Through 18th Centuries)*, The Society for Historical Archaeology, 1976, p. 69.



[346]



[347]

[JFM/00-4-4]

Taça. Fragmento de base e arranque parede de um taça de faiança italiana. Pasta de tonalidade clara M71, apresentando uma textura compacta, muito bem depurada.
DB: 65mm, EF: 7mm.

desembarque de azeite de Sevilha, Lisboa e do Algarve, que vinha armazenado em botijas e em jarras.²⁷⁸

Vários conjuntos de anforetas têm sido encontrados em sítios arqueológicos terrestres e subaquáticos portugueses, europeus, africanos²⁷⁹ e americanos, sugerindo uma vocação de recipiente comercial marítimo, acompanhando os trajectos de ligação entre a Espanha e os seus entrepostos.

Os investigadores têm apontado, frequentemente, a zona da Andaluzia, nomeadamente o bairro de Triana, em Sevilha, como um possível centro de fabrico destes contentores cerâmicos (MARKEN, 1994:48; MARTIN, 1979:299), embora também se sugira, com base na documentação histórica da Invencível Armada, uma hipotética produção (pelo menos a título temporário) na zona de Lisboa. Num documento citado por Colin Martin, refere-se que, para a organização logística da Invencível Armada, as cidades de Sevilha e Lisboa, forneceram, cada uma, em 1586, cerca de metade de 100.000 peças de cerâmica, incluindo pratos, escudelas, taças, painéis e jarros de barro vidrado: “*The 100,00 pieces of pottery required were to be supplied by Seville and Lisbon, at a unit cost of 10 maravedis, each town providing half of the order.*” (MARTIN, 1979:299). Acrescenta, ainda, o autor, também corroborado por Mitchell Marken (MARKEN, 1994:48), que os conjuntos cerâmicos, incluindo as *olive jars*, a cerâmica vermelha e a chamada *Mérida-type* (cerâmica vermelha de paredes finas, cuja produção se atribui a Portugal), são comuns nos espólios cerâmicos dos naufrágios de embarcações oriundas de Lisboa (MARTIN, 1979:299-300).

No presente momento, em face de não conhecermos a existência de fornos que atestem esta produção em território português, fica em aberto a possibilidade de se concretizar um estudo da composição química, textural e mineralógica das pastas cerâmicas que constituem estes recipientes, utilizando as técnicas de espectrometria de fluorescência de raios X (FRX), de microscopia óptica com luz polarizada (MOP) e de difractometria de raios X (DRX).²⁸⁰

Os estratos arqueológicos atribuídos ao século XVI forneceram também alguns fragmentos de majólicas italianas, sobretudo produções da região de Montelupo, na Toscana. Este centro produtor ganhou, efectivamente, com a conjuntura político-económica do início do século XV, em que a supremacia de Florença sobre Pisa permitiu uma maior abertura comercial, em função do porto local de Pisa e da posição de Montelupo nas proximidades do Rio Arno (MILANESE, 1994:85).

O período que medeia os finais do século XV e a primeira metade do século XVI foi, de facto, extraordinariamente relevante, quer no aspecto tecnológico e decorativo da indústria cerâmica, quer ao nível das exportações de Montelupo, grande parte por influência dos mercadores florentinos, para toda a área do Mediterrâneo, Noroeste europeu (MILANESE, 1993:32) e, neste caso também, para as ilhas do Atlântico.

O conjunto de Machico integra-se, efectivamente, nas séries montelupinas da segunda metade do século XVI,²⁸¹ exibindo uma maior profusão de cores (azul, vermelho, verde e laranja) e típicos motivos florais. Na sua maioria, constituem fragmentos de parede de recipientes, cuja identificação tipológica é problemática, embora em determinados casos fosse possível caracterizar elementos pertencentes a pequenas taças e pratos (Figs. 346 à 349). As pastas são claras, de textura compacta e muito bem depuradas com esmaltes finos de fraca aderência. Alguns fragmentos, também policromos, podem pertencer às séries montelupinas do segundo quartel do século XVI com decoração do tipo “*blu graffito*” (Figs. 14 e 348).



[348]



Por último, temos a presença, ainda que muito escassa, de produções alegadamente de faiança holandesa do século XVII. Os fragmentos recolhidos, na UE4 do espaço da Alfândega de Machico, apresentam pastas de textura muito bem depuradas de cor creme (K91), com as superfícies esmaltadas a branco de vidro espesso e uniforme. A decoração é monocroma com pintura a azul-cobalto intenso, combinando motivos geométricos e fitomórficos (Fig. 350).

A exiguidade dos fragmentos não permite, efectivamente, inferir outras observações caso, por exemplo, de uma leitura mais abrangente da temática decorativa retratada nos exemplares que, infelizmente, não possibilitaram uma análise morfológica.

O início das produções de faiança holandesa, entre os anos sessenta e setenta do século XVII, determinou substancialmente a diminuição das exportações da faiança portuguesa, que a partir dos finais da centúria de seiscentos se virou mais para o mercado interno (CALADO, 1992:16). Segundo informações veiculadas por Jan Baart, após 1650, as exportações de faiança portuguesa para os Países Baixos começam a decair, para, dez anos depois, cessar completamente (BAART, 1987:22). A posição destacada da Holanda no comércio internacional, com especial referência para a actividade comercial da Companhia Holandesa das Índias, contribuiu decididamente para a dinamização do mercado da porcelana chinesa na Europa. Aliás, as produções da faiança holandesa, com vários centros de produção em Amesterdão, Antuérpia, Roterdão e o mais conhecido, Delft,²⁸² reproduziram, sobretudo nos fabricos esmaltados com decoração a azul, os estilos decorativos da porcelana chinesa (CALADO, 1992:40) e da faiança italiana, sobretudo das produções lígures (nos modelos vegetais e esquemáticos), (ALIPRANDINI; MILANESE, 1986: 287).

278- " (...) João Távira e declarou que tinha duzentas arrobas de azeite em botijas e em jaras do Algarve (...)", (ARM, CMF, *Livro de Vereações*, L.º1326, fl.9, 1632). Noutra situação, as vereações fazem referência à dimensão das anforetas: " (...) declarou Pero Antunes que não tinha azeite mais que (ate?) duas botijas grandes que herão para seu comer e que de botijas piquenas (...)", (ARM, CMF, *Livro de Vereações*, L.º1324, fl.14vº,1626).

279- Recipientes desta natureza foram recolhidos no Quénia, Mombaça, quer na escavação dos destroços de uma fragata portuguesa, "Santo António de Tanna", afundada em 1697, no porto de Mombaça (SASSOON, 1981:119), quer nas escavações no Forte de Jesus (KIRKMAN, 1974: 119, 120,296).

280- As possibilidades de concretizar um estudo desta natureza, versando os conjuntos cerâmicos identificados em intervenções arqueológicas na Ilha da Madeira e Porto Santo, foram já, entretanto, equacionadas no âmbito do espírito de colaboração entre a Associação de Arqueologia e Defesa do Património da Madeira (ARCHAIS), a Madeira Rochas - Divulgações Científicas e Culturais e o Centro de Investigações Minerais Industriais e Argilas, sedado na Universidade de Aveiro.

281- Cumpre-nos agradecer, com amizade, a identificação e a classificação das majólicas em estudo por parte do Professor Doutor Marco Milanese da Universidade de Pisa, Departamento de Ciências Arqueológicas.

282- A Casa-Museu Frederico Freitas, no Funchal, possui um conjunto de peças de faiança do século XVII, cuja proveniência se aponta para o centro produtor de Delft (CLODE, 1990:9).

Arqueologia da Cidade de Machico.

A Construção do Quotidiano nos Séculos XV, XVI e XVII

Élvio Duarte Martins Sousa

CEAM – Centro de Estudos de Arqueologia Moderna e Contemporânea

Machico, Julho de 2006

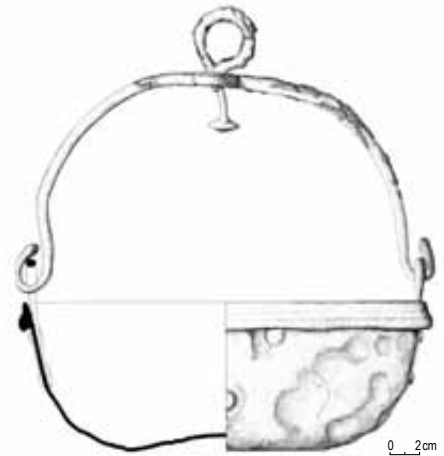
ISBN: 972-99741-1-X

Copyright: © Élvio Sousa

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro
pode ser reproduzida por processo mecânico, electrónico ou outro,
sem autorização escrita do autor.



[351]



[352]

4.2. Material metálico

No estudo dos dados arqueológicos, agrupamos, dentro do grupo dos materiais metálicos, um conjunto muito diversificado de objectos que incluem, por um lado os numismas – indicadores cronológicos de reconhecido interesse para a datação dos estratos – e, por outro, vários artefactos em ferro e em cobre, autênticos testemunhos da vida quotidiana na primitiva Vila de Machico, como por exemplo, alfinetes de cabelo, pregos e cavilhas, botões, fivelas, tachas, dedais, pontas de fuso e ferraduras.

Do conjunto, destaca-se um excepcional exemplar de um pequeno caldeirão ou tacha em cobre, exumado da última UE do poço-cisterna da Junta de Freguesia de Machico. Trata-se de um exemplar, muito provavelmente de uso culinário (para cozedura de conservas e doces), com 25cm de diâmetro externo e 9,5cm de altura.²⁸³ O corpo é de perfil semi-esférico com rebites salientes e distribuídos de forma regular, base ligeiramente plana e abertura com pega de suspensão em ferro (Figs. 351 e 352). Encontramos algumas referências a estas tachas de cobre na documentação arquivística, nomeadamente nos processos testamentários de personalidades abastadas de Machico, como é o caso de Manuel Tello de Menezes, Capitão Cabo do Porto da Cruz que, ao longo do seu testamento, refere a posse de vários objectos de prata (tacinha, púcaro, colheres, garfos, botões, fivelas, copos) e de cobre: *“dois caldeirões de cobre e duas tachinhas pequenas também de cobre (...) deixo mais a dita taixa de que se uza e a tacha grande também (...).”*²⁸⁴ Mais à frente deixa uma interessante indicação do uso culinário destes recipientes em cobre: *“Ihe ade fazer três tachas de marmalada nella.”*²⁸⁵

Também o inventário da Misericórdia de Machico, de 1546, menciona vários objectos de metal, entre outros de estanho (*“20 tocheiras e bacios de estanho”*), de latão (*“1 turíbulo de latão de incensar na Casa”*) e de cobre (*“1 tacha de cobre velha”*).²⁸⁶

Este assunto remete-nos, efectivamente, para o uso de objectos de metal no quotidiano moderno, realidade, aliás, vivamente transmitida pela pintura portuguesa quinhentista, na representação de cenas de interior, à mesa, onde o uso de recipientes de metal é, justamente, mais abundante que o da louça de faiança (observe-se, por exemplo, a representação da última

ceia da oficina de Francisco Henriques, primeiro terço do séc. XVI, do Retábulo da Igreja de São Francisco de Évora, Fig.353). É certo que o uso de baixelas de estanho, importadas ou de fabrico nacional,²⁸⁷ ou mesmo peças de prata²⁸⁸ e ouro, marcavam presença na mesa dos mais abastados, admitindo-se depois, à medida que o século XVII se aproxima, uma maior generalização dos objectos de faiança, eleitos como louça de mesa e de decoração.²⁸⁹ Efectivamente, o registo arqueológico de Machico evidencia, sobretudo nos estratos dos finais século XVII e centúria seguinte, uma denunciada diminuição das formas que constituem a chamada louça de ir ao lume (caso das panelas, das frigideiras e dos tachos), dado este que pode indicar um uso mais frequente de recipientes de metal na preparação e cozedura de alimentos.

O fabrico destes e outros objectos de cobre, neste caso concreto de caldeirões ou tachas, era desempenhado pelos caldeireiros,²⁹⁰ nome pelo qual era conhecido um arruamento de Machico.²⁹¹

Outro recipiente de ferro, identificado no decorrer das obras de acompanhamento arqueológico de uma das casas de tipologia seiscentista da Rua do Ribeirinho, parece evidenciar a actividade de fundição. O exemplar recolhido, que aparentemente serviria para fundir metal, apresenta o corpo cilíndrico e base descontinua com pega de suspensão também em ferro. Dispõe de um bordo saliente com 14mm de espessura, 200mm de diâmetro externo e 170mm de altura (Fig. 354). Do mesmo contexto onde foi achado o anterior recipiente de ferro foi recolhido um exemplar de um projectil (bala esférica de ferro, Fig. 355)²⁹² de uma determinada peça de artilharia ou boca de fogo.

As escórias são, também, outros dados arqueológicos que indiciam a prática da fundição. Encontramos alguns elementos destes resíduos sólidos (Fig. 216), nos estratos do século XVI (UE23) da Casa da Travessa do Mercado.



[353]

283- A título de curiosidade, num estudo sobre caldeirões de cobre de produção francesa (séculos XVI e XVII), encontrados no Canadá, os autores classificaram quatro modelos de acordo com o diâmetro de abertura: 1- com aproximadamente 250mm; 2- 350-400mm; 3- 450-550mm; 4- 600-700mm (AAVV, 1993: 51).

284- Cfr. ARM, *Livro de Óbitos do Porto da Cruz*, fls. 144-155v.º, 6 de Abril de 1733 (Testamento de Manuel Tello de Menezes). Manifestamos o nosso agradecimento à Dr.ª Fátima Freitas Gomes pela cedência de parte da transcrição relativa ao processo de testamento considerado.

285- Ibidem, ARM, *Livro de Óbitos do Porto da Cruz*, fls. 144-155v.º, 6 de Abril de 1733.

286- Cfr. Álvaro Manso de Sousa, "O Fato do Diabo. Curiosas notas sobre a Misericórdia de Machico" *Das Artes de da História da Madeira*, Vol. V, n.º 5, Funchal, 1959, pp. 26-29.

287- Além das importações de Inglaterra e da Flandres, há referências documentais da produção de louça de estanho em Portugal, nos séculos XVI e XVII (produzindo-se bacios, escudelas, salseiras, jarros, pichéis, vinagreiras e galhetas), (CORTEZ, 1946:5-11).

288- Os inventários referidos no texto (Testamento de Manuel Tello de Menezes e o inventário das espécies da Misericórdia de Machico) referem uma quantidade apreciável de objectos de metal (tacinhas, púcaros, colheres, garfos, botões, fivelas, copos, caldeirões e tachas, bacios, lanternas, castiçais, entre outros), expressando, além da condição de vigorarem na documentação inventariada, um uso generalizado para diversas utilizações. Por outro lado, é nítida a ausência de referência em relação à cerâmica, salvo outros casos excepcionais, em que se enumeram as louças de excepção, por natureza mais luxuosas.

289- As peças de faiança são mais representadas nos contextos intimistas da pintura portuguesa do século XVI, como por exemplo nos episódios do Nascimento e da Morte da Virgem (Figs. 45 à 47, 265 à 268 e 273 à 274).

290- Sobre este assunto consulte um artigo de Fernanda Espinosa sobre o artífice de "caldeireiro" (ESPINOSA, 1972:307).

291- No citado Testamento de Manuel Tello de Menezes, de 6 de Abril de 1733, fazia-se referência a uma determinada quantidade de cobre que estava na posse do caldeireiro de Machico para fazer tachas (ARM, *Livro de Óbitos do Porto da Cruz*, ob. cit. fls. 144-155v.º).

292- Estes projecteis esféricos (de pedra, ferro ou chumbo), de diâmetro inferior ao tubo, eram introduzidos com a carga de pólvora, na câmara ou canhão servidor fechado na extremidade posterior e com um orifício circular numa das geratrizes onde se introduzia um varão de ferro incandescente (MATOS, 1971: 213).



[354]



[355]



Os pregos e os alfinetes constituem os materiais metálicos mais abundantes, nos contextos arqueológicos dos séculos XV, XVI e XVII. Os pregos e as cavilhas relacionam-se directamente com os trabalhos de construção civil. A fixação das traves e barrotes de madeira, os assentos dos tabuados, a construção de tectos e pavimentos dos andares sobradados das habitações, fazia-se com o precioso auxílio dos pregos e das cavilhas de ferro. Também se utilizavam na construção naval e no fabrico de peças de mobiliário.



Os pregos identificados nestes contextos são, normalmente, de secção quadrada e cabeça plana e chata em tamanhos variados (Figs. 356 e 357), adaptados às utilizações pretendidas.²⁹³ Outros materiais arqueológicos evidenciam uma estreita ligação ao mobiliário. É o caso das tachas de cobre e latão e dos fechos ou ferrolhos de ferro (Figs. 358 e 359). As primeiras eram utilizadas para a apreensão dos forros de cadeiras, canapés e outros móveis de assento, ou mesmo para a decoração dos tampos das arcas e baús,²⁹⁴ da qual os fechos também seriam parte integrante (como dispositivo metálico para fechar). Geralmente, as tachas apresentam tamanhos diferenciados e secção quadrada.



Por outro lado, os alfinetes de cobre revelam outras facetas do quotidiano do período moderno. As maneiras de vestir e de pentear impunham um leque de acessórios e adornos diversificados, com que os alfinetes, uns mais pequenos outros maiores, constituíam objectos essenciais para o gosto pretendido. As dimensões variadas que estes apresentam (os mais pequenos com 25mm e os maiores com aproximadamente 70mm) deduzem aplicações diferentes nos hábitos do dia-a-dia. Com efeito, os maiores – de melhor acabamento e requinte, geralmente com a cabeça de forma esférica decorada com uma pequena cercadura intermédia – parecem indicar uma utilização nos penteados ou nos arranjos de cabelo (Fig. 360). Os de dimensão mais pequena, uns de cabeça de forma mais simples, esférica, e outros de perfil discoidal (com dois discos sobrepostos), (Fig. 361 e 362), seriam usados para segurar as peças de vestuário ou mesmo como objecto de uso culinário, a julgar pela curiosa associação estratigráfica destes alfinetes com os moluscos gastrópodes marinhos (caramujos, Fig. 363).

O conhecimento dos componentes do vestuário seiscentista é enriquecido com o achado de outros objectos metálicos, caso dos botões em ferro e das fivelas de cinto em cobre com decoração incisa (Fig. 364).²⁹⁵ Os botões de metal, recolhidos apenas nos estratos do século XVII do Solar do Ribeirinho, exibem formas circulares em diferentes tamanhos e possuem faces achatadas com encaixes circulares em forma de argola no reverso (Figs. 366 e 367).



[360]

[361]

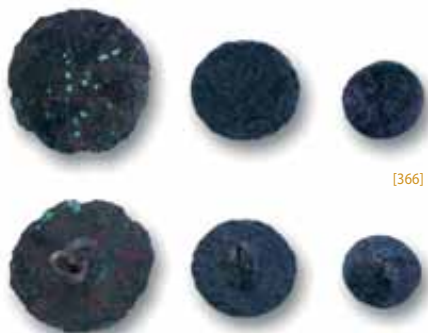
[362]



[363]



[364]



[366]

[367]



[365]

293- As posturas da Câmara Municipal do Funchal de 1587, numa lista de artigos de ferro com os respectivos preços, registam cinco tipologias de pregos, provavelmente para usos diferenciados: "Prego de meo telhado"; "Prego de telhado"; "Pregos caixas (...) feitos na terra"; "Pregos contaes" e "Pregos Palmares" (Cfr. "Posturas que fizerão os officiaes do anno de oiteta e sete (1587)", *AHM, ob. cit.*, Vol. I, n.º1 e 2, 1931, pp. 15-20 (vide também *ARM, Posturas*, L.º 685, fls. 60-67).

294- Sobre este assunto consulte, por exemplo, o estudo em forma de catálogo de Maria Mendes Pinto, *Os Móveis e o seu tempo. Mobilário Português do Museu Nacional de Arte Antiga (Séculos XV - XIX)*, Lisboa, 1987.

295- Uma das pinturas portuguesas da Capela e Solar de São Cristóvão, em Machico, mostra uma representação de São Cristóvão, trajando uma veste castanha e à cintura um cinturão com uma fivela bem saliente (Fig.365).



[368]



[369]

Além das moedas, muitos outros objectos metálicos foram recolhidos, tais como ferraduras de cavalo,²⁹⁶ argolas de ferro, pontas de fuso (Fig. 368), dedais²⁹⁷ (Fig. 369) e cabos em ferro pertencentes a outros utensílios, evidenciando, assim, outras leituras das actividades quotidianas, nos séculos XV, XVI e XVII.

Os achados de numismas levantam, como já vimos anteriormente, problemas particulares ao arqueólogo. No entanto, não obstante as habituais reservas subjacentes à sua interpretação, a presença de moedas nos estratos arqueológicos proporcionam uma análise cronologicamente mais fechada,²⁹⁸ sobretudo para a construção da sequência estratigráfica dos sítios.

Estudos recentes mostram que a moeda metálica, como reserva e padrão de valor e meio de pagamento, foi um bem escasso em determinados períodos, na Madeira. Em muitos casos, a letra de câmbio, como moeda escritural, veio a colmatar o vazio gerado pela insuficiência de espécies metálicas (SILVA, 1995:454). Nem mesmo o comércio do açúcar gerava um fluxo normal de moeda no sentido inverso. Frequentemente, os mercadores optavam por levar outras mercadorias que eram vendidas no Funchal, para, depois, com esse dinheiro, pagar o açúcar. De maneira que muito do dinheiro que entrava pela venda do açúcar saía pela compra de bens móveis e alimentares que vinham do exterior (SILVA, 1995: 453).

A grande escassez de moeda que a investigação histórica aponta para a Madeira, no século XVII, curiosamente, é visível nos níveis arqueológicos dessa centúria. De facto, todos os numismas identificados, nos contextos arqueológicos da Cidade de Machico, correspondem a dois momentos fundamentais: um primeiro, que corresponde aos séculos XV e XVI, caracterizado sobretudo pela presença de ceitis de D. Afonso V, D. Manuel I e D. João III, e um segundo, que baliza a partir do século XVIII em diante. Efectivamente, as unidades estratigráficas que integram os momentos que compõem o século XVII não forneceram uma única moeda, situação que não se verificou nas outras sequências estratigráficas.

O estudo aprofundado dos exemplares recolhidos, nos trabalhos arqueológicos de Machico, constitui um contributo importante no conhecimento da circulação monetária do período moderno (séculos XV e XVI). Dos vinte e um exemplares encontrados (Fig. 370), dezanove são ceitis de cobre, um real preto e um tostão de prata, demonstrando, assim, que o cobre continuou a ser o metal preferido nas pequenas transacções,²⁹⁹ pois o grosso das espécies fiduciárias circulantes era constituído, essencialmente, por ceitis, sobretudo do reinado de D. Afonso V (nestes numismas observa-se o escudo real e, no reverso, um castelo sobre ondas, interpretado como a representação de Ceuta). O ceitel começa a ser cunhado no reinado de D. Afonso V e teve um valor inicial de um quinto de real branco (MARQUES, 1996:185). Note-se que estes exemplares fiduciários em cobre tornaram-se, pois, cada vez mais abundantes e

[Inventário dos numismas]

	SÍTIO ARQUEOLÓGICO	UE	DESCRIÇÃO
CTM/03-18-51	Casa da Travessa do Mercado	18	Ceitel D. Manuel I
CTM/03-18-52	Casa da Travessa do Mercado	18	Ceitel D. Manuel I
CTM/03-19-3	Casa da Travessa do Mercado	19	Ceitel D. João III
CTM/03-20-2	Casa da Travessa do Mercado	20	Ceitel D. Manuel I ou D. João III (?)
CTM/03-21-2	Casa da Travessa do Mercado	21	Ceitel D. Manuel I ou D. João III (?)
CTM/03-22-76	Casa da Travessa do Mercado	22	Ceitel D. Afonso V
CTM/03-22-77	Casa da Travessa do Mercado	22	Ceitel D. Afonso V
CTM/03-23-5	Casa da Travessa do Mercado	23	Ceitel D. Afonso V
CTM/03-23-50	Casa da Travessa do Mercado	23	Ceitel D. Afonso V
CTM/03-23-7	Casa da Travessa do Mercado	23	Ceitel D. Afonso V
CTM/03-23-9	Casa da Travessa do Mercado	23	Ceitel D. Afonso V
CTM/03-23-6	Casa da Travessa do Mercado	23	Ceitel D. Afonso V
CTM/03-23-8	Casa da Travessa do Mercado	23	Ceitel D. Afonso V
CTM/03-24-75	Casa da Travessa do Mercado	24	Ceitel D. Afonso V
ALF/00-14-37	Alfândega de Machico	14	Ceitel D. Afonso V
ALF/00-14-38	Alfândega de Machico	14	Real preto de D. Afonso V
ALF/00-7-47	Alfândega de Machico	7	Tostão de prata D. Manuel I
JFM/00-vala1-3	Junta de Freguesia de Machico	Vala 1	Ceitel D. João III
JFM/00-vala1-4	Junta de Freguesia de Machico	Vala1	Ceitel D. Afonso V
JFM/00-4-5	Junta de Freguesia de Machico	4	Ceitel D. Afonso V
JFM/00-vala2-6	Junta de Freguesia de Machico	Vala2	Ceitel D. Manuel I

[370]



[371]



[372]

eram largamente usados nas transacções correntes, pese embora representassem um baixo valor nominal (MARQUES, 1996:161).

O único exemplar de prata presente no espólio monetário é representado por um tostão do reinado de D. Manuel I (Fig. 371), exumado nas escavações do espaço da primitiva Alfândega de Machico. Foi uma moeda mandada lavar, pela primeira vez, pelo próprio Rei D. Manuel I, valendo cinco vinténs, ou seja, um quarto do “português”, moeda em ouro também mandada cunhar por este monarca (ARAGÃO, 1966; TEIXEIRA, 2003:35).

Os restantes exemplares são de cobre e, apesar de alguns levantarem dificuldades de leitura e interpretação,³⁰⁰ o conjunto enquadra-se cronologicamente nos séculos XV e XVI (Fig. 372). Identificaram-se, assim, doze ceitis de D. Afonso V (1438-1481); um real preto de D. Afonso V; cinco ceitis de D. Manuel I (1495-1521) e dois ceitis de D. João III (1521-1557).

Uma parte considerável deste material metálico, sobretudo o conjunto seleccionado para fazer parte do Núcleo Arqueológico da Junta de Freguesia de Machico, recebeu uma intervenção de conservação preventiva.³⁰¹ Esta operação teve por base, fundamentalmente, uma atitude curativa, através de uma limpeza mecânica que permitisse revelar a superfície original do objecto. De uma maneira geral, o processo de conservação e restauro procurou seguir uma conduta de intervenção mínima, tendo por objectivo garantir o carácter autêntico do objecto, bem como a preservação das condições (inatas ou adquiridas) que permitirão ulteriores estudos com base noutros métodos analíticos.

296- A identificação de ferraduras, nos níveis arqueológicos dos séculos XVII, XVIII e XIX do Solar do Ribeirinho, pode estar conectada com a existência de uma cavalaria. Os trabalhos arqueológicos do Verão de 1999 puseram à vista, na parte Oeste do edifício, uma estrutura simples de pavimento de calhau rolado tosco intercalado com pequenos buracos, que interpretamos ser o espaço da cavalaria.

297- Os estratos arqueológicos do Solar do Ribeirinho forneceram um pequeno exemplar de dedal em cobre com decoração pontilhada com aproximadamente 11mm de diâmetro e 15mm de altura (S.RIB/98. SB-4-10, Fig.369).

298- Philip Barker referiu-se às moedas como um relevante indicador cronológico, à semelhança de outras inscrições datáveis: “Coins, together with seals, tokens and specifically datable inscriptions, are probably the most closely datable of all archaeological finds.” (BARKER, 1982:188).

299- Segundo Fernand Braudel, o cobre representa um dos metais monetários mais utilizados, ao lado da prata e do ouro, tendo mesmo feito concorrência ao uso sistemático do ferro (BRAUDEL, 1992:336).

300- Contámos com a inestimável colaboração de dois amigos: o arqueólogo da Câmara Municipal de Almada, Luís Barros e o Professor Doutor Pedro Gomes Barbosa.

301- Os trabalhos de conservação e restauro do espólio do Núcleo Arqueológico da Junta de Freguesia de Machico foram desenvolvidos pelo conservador-restaurador Nuno Moreira. Sobre este assunto consulte: Nuno Moreira, “Conservação e Arqueologia: Metodologia da Intervenção no espólio arqueológico da Junta de Freguesia de Machico”, *ILHARQ*, N.º1, 2001, pp.29-33. A continuação dos trabalhos arqueológicos no logradouro da Junta de Freguesia de Machico forneceu, em estratos dos séculos XV e XVI, um numeroso conjunto de numismas de D. Afonso V e D. Manuel I.



[373]

4.3. Material lítico

Os estratos arqueológicos dos séculos XV, XVI e XVII forneceram abundantes elementos líticos, entre os quais variados tamanhos de blocos de sílex e de quartzo com vestígios de marca de talhe humano. Estes materiais, inexistentes no contexto litológico regional, poderão incluir as famosas “pederneiras” – nome vulgar atribuído ao sílex ou a uma variedade de quartzo de cor cinzenta ou acastanhada. É provável que a sua função estivesse relacionada com a necessidade quotidiana de produzir fogo. O objecto lítico produzia faíscas, através de percussão directa, empregando-se um objecto de ferro (fuzil). As pederneiras eram geralmente minerais muito duros e resistentes, óptimas para uma percussão eficaz.

Estes materiais podem, também, ter uma relação com o funcionamento mecânico de armas de fogo, precisamente de “fecho de pederneira” (MARDEL, 1887:12-15).

Note-se, a título de curiosidade, que existem referências documentais do primeiro quartel do século XVII da venda de pederneira no mercado da Ribeira, em Lisboa, com proveniência da zona saloia (SILVA; GUINOTE, 1998: 86, 95, 96).

Em Machico, os exemplares identificados provêm de níveis arqueológicos da segunda metade dos séculos XVI (Casa da Travessa do Mercado) e XVII (Solar do Ribeirinho e Junta de Freguesia) e ainda do século XVIII (também no Solar do Ribeirinho). São, basicamente, pequenos blocos de aspecto amorfo de sílex de cor acinzentada, avermelhada ou negra (Fig. 373) e quartzo leitoso (Fig. 374).

As escavações forneceram também abundantes blocos de calcário e de cantaria mole de cor castanha avermelhada (tufo de *lapilli*). A origem dos primeiros poderá estar na Ilha do Porto Santo, com a qual a localidade de Machico mantinha privilegiados contactos comerciais e familiares (VERÍSSIMO, 1998:295; GOMES, 2002:50; RIBEIRO, 1993b:9). O Porto Santo dispunha, pois, de calcário³⁰² do qual se extraía a cal – matéria-prima fundamental para a obtenção da argamassa³⁰³ (mistura de cal, areia e água) – indispensável para a construção civil.

Assim, além do Funchal, as populações de Machico e Santa Cruz faziam viagens regulares à Ilha do Porto Santo,³⁰⁴ onde certamente carregavam a pedra de cal que, normalmente, era calcinada em fornos de cal improvisados junto às construções (VERÍSSIMO, 2000:193).

Os blocos de calcário encontrados nas escavações apresentam tamanhos variados e provêm sobretudo de níveis estratigráficos dos séculos XVI e XVII (Fig. 375). Alguns deles apresentam



[374]

[170]

vestígios de argila carbonizada biogénita. A sua origem pode ter sido, como já foi referido, a Ilha do Porto Santo, provavelmente das extracções do Ilhéu da Cal.³⁰⁵

Recolheram-se também vários elementos de cantaria mole³⁰⁶ de cor castanho-avermelhada (alguns deles, componentes de espaços arquitectónicos) e outros de menor dimensão, geralmente muito desfeitos,³⁰⁷ conhecidos cientificamente por tufos de *lapilli*, que apareceram sobretudo associados aos numerosos fragmentos de forma de açúcar, identificados na UE 20 da Casa da Travessa do Mercado. Note-se que a vizinha localidade do Caniçal possui dois locais de extracção de tufo de *lapilli* de cor castanho-avermelhado, tendo, portanto, abastecido a Vila de Machico em cantaria mole que era usada como componente construtivo das habitações ou mesmo para o fabrico de fornos (devido às suas características isolantes, fundamentais à conservação do calor e de adequada refractaridade).

Igualmente frequente, nos estratos dos séculos XVII e XVIII, são as pedras de calhau rolado, utilizadas no calcetamento dos pavimentos em espaços abertos e fechados, destacando-se o facto de muitos dos calhaus recolhidos serem de cor branca, pois era comum serem utilizados em composições monocromáticas formando desenhos diversos de pedra preta e branca.

De um estrato de entulho, datado do século XVIII, do Solar do Ribeirinho, exumou-se uma excepcional pedra brasonada em cantaria rija regional, de formato quadrangular, medindo 43x41cm e 21cm de espessura média (Fig. 376). Trata-se de um belíssimo exemplar de pedra de armas de família, ostentando o escudo peninsular com elmo, paquífe e timbre, provavelmente da primeira metade do século XVII. O investigador José de Sainz-Trueva é de opinião que as armas representadas poderão pertencer à descendência de Pedro Lopes de Figueiredo,³⁰⁸ cavaleiro da Ordem de Cristo, que fixou residência em Machico, no século XVI, onde também o seu filho, Roque de Figueiredo, casou na antiga Vila de Machico com Maria Álvares (TRUEVA, 2000:122).

A análise macroscópica mostra que se trata de uma rocha vulcânica de origem local, traquito, de cor cinzento-claro, sem porosidade aparente, designada localmente por cantaria “branco-sujo”. Presume-se que seja proveniente de um depósito fluvial do Concelho de Machico.

Recolheram-se, também, vários fragmentos de lâminas de xisto, quer nos níveis seiscentistas do Solar do Ribeirinho, quer no espaço da Alfândega de Machico.



[375]

302- Existem calcários Miocénicos tanto na Ilha do Porto Santo como no Ilhéu da Cal ou de Baixo, com fácies litoral e recifal (GOMES; SILVA, 1997:24).

303- As numerosas amostras de argamassa recolhidas, sobretudo no espaço da Alfândega e na Casa da Travessa do Mercado, aguardam a oportunidade de serem sujeitas a estudos químicos e mineralógicos, a fim de se determinar a sua origem.

304- O historiador Nelson Veríssimo refere que, na década de sessenta do século XVII, as embarcações que faziam o transporte da pedra de cal do Porto Santo para a Ilha da Madeira, pertenciam a moradores de Santa Cruz e Machico (VERÍSSIMO, 2000:193).

305- A complementariedade da interpretação macroscópica deste género de líticos teve a preciosa colaboração do engenheiro geólogo João Baptista Silva, conhecedor dos tipos litológicos da Ilha do Porto Santo.

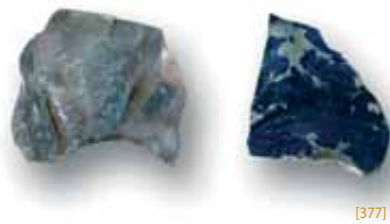
306- Termo que designa a rocha ornamental de textura e cromatismo variado que integra o grupo das rochas vulcânicas extrusivas e piroclásticas resultantes da actividade explosiva do vulcão.

307- Charles Lepierre, num estudo químico e tecnológico sobre a cerâmica portuguesa, refere, a propósito do fabrico da cerâmica da Ilha da Madeira, que havia o costume de adicionar ao barro uma mistura de pedra mole que era reduzida a pó e que dava às peças uma resistência eficaz ao fogo (LEPIERRE, 1912: 77-78).

308- Segundo Sainz-Trueva, a pedra de armas exhibe a representação heráldica do apelido Figueiredo: “de vermelho, com cinco folhas de figueira verde, nervadas e perfiladas de ouro. Timbre um braço vestido de azul, com um ramo de figueira de ouro na mão, folhado de cinco peças de verde. Por diferença uma estrela de oito pontas em chefe.” (TRUEVA, 2000:122).



[376]



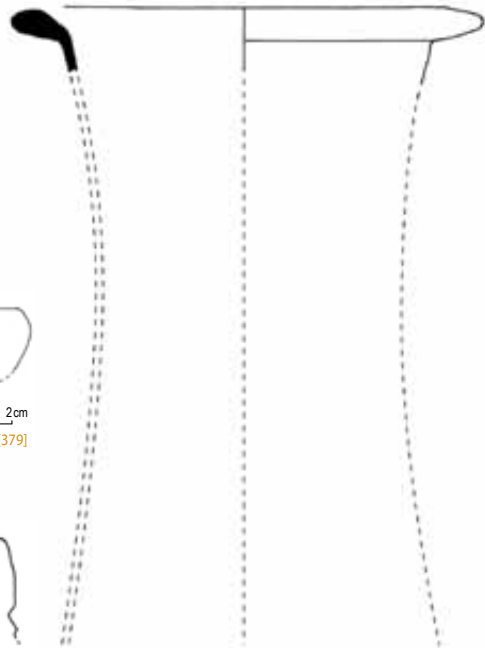
[377]



[378]



[379]



[380]

4.4. Vidro

O material vítreo é pouco abundante nos níveis dos séculos XVI e XVII de Machico. No entanto, esta situação altera-se por completo no registo arqueológico mais recente, sobretudo em estratos que balizam na centúria de oitocentos (recolhendo-se, maioritariamente, peças de serviços de mesa e garrafas de diferentes tamanhos).

O vidro coloca vários problemas de conservação e, justamente, de identificação dos fragmentos, operação que nem sempre é possível concretizar, perante um índice muito elevado de fragmentação. Grande parte dos dezoito fragmentos recolhidos não obtiveram leitura tipológica, a agravar o facto de muitos deles se apresentarem de aspecto muito frágil com as superfícies irisadas, formando finas camadas paralelas.³⁰⁹ As tonalidades variam entre o incolor, o azul-escuro e claro, o verde e o amarelo. Dois dos fragmentos de cor-de-rosa transparente e azul (Fig. 377) mostram decoração moldada, provavelmente conseguida recorrendo a um molde auxiliar.

Numa análise muito sumária, com base na interpretação dos exemplares que permitiram, efectivamente, uma interpretação formal aproximada, temos presente formas abertas e fechadas, tais como as taças (Fig. 379) e as garrafas de colo moldurado e estreito e de bordo saliente em aba soerguida (Fig. 380). Identificaram-se, também, dois fragmentos de asa de fita e dois exemplares de bracelete de vidro de acabamento torço ou torcido (Fig. 378), com paralelos muito próximos aos encontrados em Alcácer Ceguer (REDMAN; BOONE, 1979: Fig.21).

4.5. Material vegetal e faunístico

“Não é fácil ficar a conhecer o regime alimentar da maioria da população. Os pobres não deixaram arquivos e as contas da cozinha ou da dispensa que ficaram para a posteridade dizem sempre respeito à aristocracia ou, no máximo, à burguesia. (...) Com a arqueologia, tem-se mais hipóteses. As escavações levadas a cabo nestes últimos anos permitiram que se reconstituísse a vida e o ambiente de aldeias inteiras (...)”

Bruno Lauriou³¹⁰

O estudo dos restos de fauna e flora dos estratos arqueológicos da Cidade de Machico constitui uma fonte essencial para o conhecimento dos hábitos alimentares entre os séculos XV e XVII. Na verdade, a análise destes materiais³¹¹ permite conhecer em maior pormenor os elementos paleoetnobotânicos (por exemplo, troncos de árvores, frutos e sementes) e osteológicos (ossos de mamíferos, aves, peixes e conchas), que acompanharam a vida quotidiana local. Naturalmente que a Arqueologia, tal como sublinhou Bruno Lauriou, desempenha um papel de inegável valor no estudo destes restos deixados pelo Homem no espaço de vivência. A análise espacial da sua distribuição, assim como os imprescindíveis estudos de quantificação, permitem inferir comportamentos e atitudes sublinhando-se, por exemplo, a sua frequente acumulação em áreas que consideramos relativamente perto do espaço de alimentação, como é a cozinha.

A análise, ainda sumária, dos restos de flora e fauna provenientes das escavações dos sítios arqueológicos revela-nos, à primeira vista, uma dieta alimentar à base de carne (vaca, porco, cabra, coelho e galinha), peixe (consumido fresco, salgado ou fumado), moluscos (lapas, caramujos e búzios), frutas e sementes (ameixas, nozes, castanhas, pêssegos, damascos, pinhões, azeitonas e outros mais exóticos, como sejam os cocos), cujos restos eram acumulados geralmente em áreas anexas às habitações (exceptuando-se o contexto das cisternas, muito ricas em espólios desta natureza).

Actividades como a pesca, a caça, a criação de animais e aves domésticas e a recollecção de mariscos na orla costeira, estão bem representadas no quotidiano destas gentes, visualizando-se uma alimentação mais ou menos diversificada, pese embora a dieta alimentar da população portuguesa na centúria de seiscentos carregasse uma certa simplicidade.³¹²

309- O tratamento de conservação e restauro de alguns destes fragmentos de vidro seguiu uma metodologia elementar, que passou pela imersão dos objectos em água destilada, depois pela secagem, com o auxílio de álcool etílico, e armazenagem em local com baixo nível de humidade relativa.

310- Cfr. *A Idade Média à Mesa*, ob. cit., p. 17.

311- Os materiais vegetais foram analisados sob a coordenação do biólogo Roberto Jardim, responsável pelo Jardim Botânico da Madeira. Por outro lado, os restos faunísticos foram entregues aos técnicos da Direcção Regional de Ambiente, tendo-se efectuado um primeiro estudo da fauna malacológica por parte do seu actual director, biólogo Domingos Abreu. Manifestamos o nosso sincero agradecimento aos responsáveis citados, sublinhando-se, naturalmente, o contributo destas duas instituições, no esclarecimento destes dados de excepcional importância para o conhecimento do quotidiano da antiga Vila de Machico.

312- Sobre este assunto consulte, por exemplo, o estudo de João Pedro Ferro, *Arqueologia dos Hábitos Alimentares*. ob. cit.



[381]



[382]



[383]



[384]

O pescado, a julgar pela elevada quantidade de restos osteológicos exumados, terá sido um dos recursos alimentares mais procurados. Naturalmente que a própria localização costeira da antiga Vila de Machico propiciava o desempenho dessa actividade económica. No entanto, não podemos esquecer as próprias prescrições do calendário religioso, que determinavam a abstinência de carne durante a Quaresma. Em situações várias, os oficiais concelhios intervieram directamente na gestão do abastecimento de peixe à vila, nomeadamente em ocasiões de grande falta de peixe obrigando, mesmo, os “*homens do mar*”, sob penas de elevadas coimas, a deixarem os barcos de carreira para se dedicarem à pesca (VERÍSSIMO, 1998:293).

Os restos ósseos, particularmente os ovicaprinos e os bovinos, ostentam abundantes marcas de corte obtidas por um instrumento cortante. Esta ocorrência pode ser reveladora da actividade de talhamento e da obtenção de pequenos nacos de carne. São escassas as marcas de fogo, sobretudo em restos osteológicos de bovinos provenientes dos estratos dos séculos XV e XVI. No fundo, é um dado que parece admitir a hipótese da generalização de uma solução culinária à base de cozidos e de ensopados leituros, aliás, corroborada pela tipologia dos recipientes cerâmicos identificados nesses níveis.

A cisterna da Junta de Freguesia e os dois canteiros da Alfândega produziram os elementos vegetais mais relevantes das escavações, reconhecendo-se que o ambiente aquoso propiciado no interior dessas estruturas contribuiu, justamente, para a conservação das espécies.

O estudo das sementes permitiu identificar algumas árvores fruteiras, tais como o pessegueiro (*Prunus persica*), representando a maioria dos exemplares exumados, a ameixeira (*Prunus domestica*), a noqueira (*Juglans regia*), o castanheiro (*Castanea sativa*) e o damasqueiro (*Prunus*



[386]



[385]

armeniaca) (Fig. 382). O médico e naturalista irlandês Hans Sloane, numa visita à Madeira em 1687, deu testemunho da abundância de frutas da ilha: “*Produzem-se aqui maçãs, peras, nozes, castanhas, amoras e figos assim como grande quantidade das nossas frutas europeias. Os damascos e pêssegos crescem em árvores lisas e direitas, não carecendo o amadurecimento da fruta de cuidados especiais. Possuem também bananeiras, além de laranjeiras, limoeiros e citrinos (...)*”; (SLOANE, 1981:158).

Registaram-se outras espécies como é o caso particular do pinheiro manso (*Pinus pinea*) e de árvores indígenas da Madeira, existentes na floresta laurissilva: o til (*Ocotea*) (Fig. 383) e o vinhático (*Persea indica*), (Fig.145). As duas espécies estão intimamente ligadas aos trabalhos de carpintaria, designadamente o til – usado para o fabrico de caixas de madeira utilizadas para o transporte de açúcar nas embarcações.³¹³ Os restos arqueológicos do vinhático foram identificados *in situ* no interior do canteiro 1 (UE9), do espaço da Alfândega de Machico.

A camada 4 da cisterna da Junta de Freguesia forneceu, também, dois endocarpos de azeitonas (*Olea*), (Fig. 384) e curiosamente dois fragmentos da parte superior de um coco (*Cocos nucifera*), (Fig. 385).

A recolha do espólio faunístico foi muito elevada e diversificada. Numa análise muito sumária, verifica-se a presença das seguintes espécies: caprino/ovino, galináceo e outras pequenas aves, suíno, leporídeo e bovino, sendo, esta última, a espécie mais representativa do conjunto. A

313- Vide nota n.º 242.



fauna ictiológica é também muito diversificada, o que expressa a importância que os recursos marinhos desempenharam na dieta alimentar da população ribeirinha de Machico. Foram isoladas as vértebras, as escamas, os raios de barbatanas, os ossos cranianos e alguns dentes de peixe grosso e miúdo (Fig. 386).

A classificação da fauna malacológica recolhida nos níveis arqueológicos, atribuídos aos séculos XV, XVI e XVII, baseou-se, essencialmente, na observação e análise das conchas. Embora não tenhamos efectuado os estudos de quantificação destes conjuntos, observa-se claramente uma maior predominância das espécies de lapas (*Patela sp.* e *Patela candei*), (ABREU; ABREU, 2003; NÓBREGA, 2000: 62-71) – moluscos tradicionalmente de grande interesse em termos alimentares. A presença desta última espécie (*Patella candei*), nos níveis arqueológicos dos séculos XVI e XVII, veio, de facto, demonstrar que foi um recurso alimentar de grande procura naquela época, na medida em que, hoje em dia, se encontra completamente extinta da Ilha da Madeira³¹⁴ (Fig. 387).

Um outro molusco, também com elevada percentagem nos contextos arqueológicos, é o vulgarmente conhecido caramujo (*Osilunus edulis*), (Fig. 388) que, do ponto de vista estratigráfico, surge frequentemente associado aos alfinetes de cobre (provavelmente um instrumento de auxílio para retirar a parte comestível da concha univalve).

Os níveis arqueológicos forneceram, igualmente, outras espécies de moluscos comestíveis como é o caso das conchas de cracas (*Chthamalus*), (Fig. 381) e dos búzios, sobretudo, da espécie *Stramonita haemastoma* (Fig. 389), utilizada também para outras finalidades. Este molusco é popularmente conhecida na Madeira por “búzio de marcar”, pois, a púrpura extraída da concha era frequentemente utilizada para a marcação da roupa que era lavada nas poças e nas ribeiras (ABREU; ABREU, 2003).

Curiosamente, a UE3 do Solar do Ribeirinho forneceu um exemplar de um coral marinho (*Carallina ofcinalis*), (Fig. 390), utilizado provavelmente para fins ornamentais.



4.6. Material diverso

Outros objectos fazem parte do quotidiano das gentes que habitaram a localidade ribeirinha de Machico. Coisas que testemunham os hábitos e as formas de viver, o dia-a-dia, como sejam as peças ou marcas de jogo, as contas de colar ou de rosário, os elementos de cachimbo e os vários objectos em osso, entre os quais os botões.

Abundantes nestes contextos arqueológicos de Machico, as peças de jogo são pequenos objectos em cerâmica de forma tendencialmente circular destinados a serem usados em jogos, um dos quais se pode considerar muito semelhante ao actual jogo do galo. Do ponto de vista arqueológico, são peças largamente utilizadas durante a época romana e que tiveram uma grande pervivência no tempo, embora, em Machico, serem praticamente inexistentes, nos estratos atribuídos à segunda metade do século XVII. Por norma, estas marcas de jogo exigiam uma base, ou seja, um tabuleiro que poderia, eventualmente, ser improvisado na superfície de uma rocha.

Estas peças são obtidas pela alicatagem e afeiçoamento de fragmentos de parede de cerâmica, no presente caso com maior expressividade no reaproveitamento de elementos de cerâmica esmaltada (alguns dos quais de origem andaluz e valenciana, Figs. 327 e 391). Também surgem exemplares em cerâmica vidrada e em telha.

Contabilizaram-se cerca de vinte e sete peças (Fig. 392), a grande maioria executada em cerâmica esmaltada, algumas com decoração a azul-cobalto sobre esmalte branco, fazendo lembrar a temática decorativa das produções andaluzas de *azul figurativo* (conhecida pela

314- Actualmente é uma espécie que ocorre com uma densidade consideravelmente elevada nas Ilhas Selvagens e em menor frequência nas Canárias (ABREU; ABREU, 2003).



[393]

bibliografia anglo-saxónica como *Santo Domingo Blue and White*) e outros em faiança de produção portuguesa cujos diâmetros variam entre os 26 e os 60mm. As espessuras também apresentam valores variáveis, entre os 5 e os 10mm. Algumas mostram um melhor acabamento, denotando um maior cuidado no trabalho de polimento das superfícies fracturadas. Refira-se, ainda, que duas das peças de jogo executadas em paredes de cerâmica esmaltada exibem uma perfuração ao centro (Fig. 391), característica esta que podemos observar noutros exemplares facturados ao meio, pois deixaram o negativo numa das arestas. Neste caso podemos estar na presença de exemplares de cossoiros.

O consumo de tabaco aparece atestado pela presença de vários fragmentos de boquilha ou haste cachimbo em gesso. Os seis fragmentos exumados, nos estratos atribuídos ao século XVII, são de reduzida dimensão (entre 20 a 40mm de comprimento e 8mm de espessura máxima) e de coloração clara (entre o bege muito claro e o branco) e pertencem todos a componentes de boquilha recta de cachimbos, muito provavelmente de produção inglesa.³¹⁵ A exiguidade da amostra não permite, efectivamente, uma leitura tipológica mais aprofundada³¹⁶ (Fig. 393).



[394]

A vulgarização do consumo do tabaco, fumado por intermédio do cachimbo, terá ocorrido na centúria de seiscentos, período em que a comunidade inglesa na Madeira, sobretudo no Funchal, mantinha uma considerável predominância comercial. Nesta centúria, os comerciantes ingleses dedicavam-se à comercialização do vinho e à importação de bens alimentares, principalmente cereais, tecidos e outras matérias-primas (VERÍSSIMO, 2000:92). Embora não tenhamos encontrado referências documentais à importação ou à entrada destes artefactos para consumo de tabaco, é bem provável que estes acompanhassem as mercadorias importadas.

O investigador americano Steven Pendery procurou interpretar a associação de faiança e cerâmica vidrada lisboeta com os cachimbos de proveniência inglesa, nos sítios arqueológicos da América do Norte, através da existência de uma rede de intercâmbio, nos finais do século XVII, em que Lisboa recebia das regiões americanas peixe e aduelas para as pipas provenientes da região de Massachusetts (Apud, MARTINS, 1988:16). Mais recentemente, o mesmo investigador procurou identificar os numerosos exemplares de faiança portuguesa, nos contextos arqueológicos da América do Norte, com a intensificação do comércio anglo-português, posterior à Restauração Portuguesa, onde, em troca de bacalhau e produtos de madeira, os territórios insulares e o continente português exportavam vinho, fruta, sal, azeite e cerâmica (PENDERY, 1999: 58-77).

Outros objectos inferem outros hábitos e vivências do quotidiano de Machico, nos séculos XV, XVI e XVII. A religiosidade e os adornos pessoais estão intimamente ligados ao achado de três contas de colar ou de rosário (Figs. 395). Um outro exemplar de conta característica dos adornos dos finais do século XVI e do século XVII, em forma de balaústre, mede 17mm de comprimento e 9mm de diâmetro máximo (Figs.179 e 180). Trata-se de um objecto em osso, que encontra paralelos morfológicos com outros exemplares identificados nas escavações do poço-cisterna de Silves (CARDOSO; GOMES, 1996:252) e em Mombaça, no Forte Jesus (KIRKMAN, 1974: Fig. 80).



[395]

Outros artefactos atestam os adereços do vestuário, como é o caso dos botões em osso, com grande expressividade numérica nos estratos do século XVII do Solar do Ribeirinho e da Junta de Freguesia. Recolheram-se catorze exemplares com diâmetros variáveis (Fig. 396) e, normalmente, com duas perfurações, à excepção de um exemplar com apenas um furo (Fig.



397), e um outro, de uma UE mais recente, exibindo quatro furos. Outros botões mostram um melhor acabamento e requinte. É o caso de um belo exemplar em osso, tingido a verde com 23mm de diâmetro máximo (Fig. 398).

Exumaram-se, também, outros artefactos em osso, alguns de identificação mais plausível – caso dos dois fragmentos de osso, um deles formando um elemento vegetal polido na superfície e nas arestas com decoração incisa, talvez elementos destinados à actividade do embutido (Fig. 399) – e outros de interpretação mais problemática. Um destes objectos, recolhido da UE23 da Casa da Travessa do Mercado, com uma cronologia a apontar para os inícios do século XVI, denuncia um afeiçoamento numa das faces, dando a ideia de ter sido usado para alisar ou polir (Fig. 400).

Para iluminação nocturna do interior das casas usavam-se candeias de cerâmica. As escavações forneceram apenas um fragmento, facilmente identificável pelo bico que caracteriza estes objectos, fabricado com uma pasta de textura semi-compacta de cor rosada (M49), contendo abundantes elementos não plásticos micáceos e feldespáticos de pequenas dimensões. Este exemplar apresenta paralelos morfológicos com outros encontrados nas escavações dos fornos da Mata da Machada, no Barreiro (TORRES, s.d).

Outros objectos de cerâmica parecem ter sido utilizados como pesos de rede ou de tear, sobretudo se observarmos uma concavidade comum a todos eles. Um outro exemplar, mais tardio, é muito raro pela sua decoração combinada pela técnica impressa, incisa e pintada com círculos a branco, mostrando a representação de uma figura, provavelmente, de temática animal, em miniatura (Fig. 401).



315- A cidade de Bristol, na Inglaterra, conheceu um verdadeiro surto de produção em série de cachimbos, na segunda metade do século XVII, exportando-os para vários países da América, África e Europa. Em pouco tempo, outras cidades inglesas seguiram-lhe o exemplo, ao mesmo tempo que os Países-Baixos, sobretudo a localidade de Gouda, se começa a impor com um dos mais importantes centros mundiais de fabrico artesanal de cachimbos (LECLAIRE; LECLAIRE, 1986:7-8).

316- A identificação e a classificação dos cachimbos têm em consideração uma série de atributos técnicos, especificamente, a forma do objecto, a espessura do orifício do tubo e as características da superfície, como o polimento, as marcas do fabricante e os elementos decorativos (MARTINS, 1998:365-366; HIGGINS, 1997:129-136).

4.7. As estruturas

“A arqueologia deveria aqui [arquitectura, higiene e saúde] prestar ajuda relevante, esclarecendo sobre as formas de pavimentação – as calçadas, por exemplo –, a construção de regos e esgotos rudimentares, e assim por diante”.

A. H. Oliveira Marques³¹⁷



[402]

A Arqueologia não se revê, simplesmente, no estudo dos objectos de que o Homem se serviu na sua relação com o tempo e com o espaço. Ela procura, também, registar um outro tipo de elementos físicos que acompanharam o Homem nos sucessivos cenários diacrónicos e sincrónicos, ou seja, as estruturas e os espaços funcionais que compreendem as habitações, os jardins, os pavimentos, os muros, os canteiros, as levadas, os poços, enfim, um conjunto de componentes intimamente ligados à organização do espaço.

A dinâmica dos estudos arqueológicos e a respectiva publicação de resultados têm disponibilizado, nos últimos anos, um conjunto de informações interessantes respeitantes às estruturas que compõem a organização do espaço rural e urbano. Essa informação tem sido, aliás, depreendida (embora, nalguns casos muito tardiamente) pelos vários sectores de investigação, designadamente, por parte dos investigadores que se têm debruçado sobre estas questões, nomeadamente sobre a problemática do urbanismo medieval e moderno português, entre os quais, o historiador Oliveira Marques que reconhece particularmente a validade da Arqueologia na obtenção de dados específicos do ordenamento urbano das localidades.

Os estudos que temos vindo a realizar nos últimos anos na Cidade de Machico, têm disponibilizado um conjunto de dados de excepcional interesse para o conhecimento destas realidades construtivas. No entanto, apesar da informação recolhida ser ainda pesadamente fragmentária para justificar uma tentativa de sistematização mais aprofundada, é possível, para já, expor uma breve leitura de alguns componentes identificados arqueologicamente. A análise remete-nos, pois, para uma diversidade de tipologias e técnicas construtivas materializadas pela descoberta de pavimentos empedrados, canteiros de jardim, poços, levadas e outras construções que serviam de apoio ao ordenamento do espaço.

As próprias escavações conduzidas no antigo espaço da Alfândega de Machico constituem o paradigma destas realidades construtivas. Efectivamente, o plano das estruturas visíveis remete-nos para uma leitura interpretativa de um espaço verde, vivido no interior da vila, localizado a paredes-meias com o próprio edifício da Alfândega. A observação e análise dos registos gráficos da escavação mostram um espaço de planta ligeiramente rectangular, calcetado em pedra de calhau rolado de orientação e colocação horizontal, alinhado no sentido poente-nascente (Fig.192). O pavimento desenhava, por sua vez, um corredor com uma largura aproximada de 0,70m, ladeado por lancis de pedra tosca paralelo a uma levada construída em pedra com a base de terra batida. A largura interna da levada é variável nos dois extremos (a Oeste atinge um valor de 0,25m e a Este 0,20m). Esta estrutura garantia, pois, a irrigação ao espaço ajardinado, supondo-se que se ligaria em rede a uma outra canalização secundária que alimentaria as necessidades quotidianas de Machico.

[180]

Este espaço apresenta-se, assim, mais ou menos compartimentado, com curtos corredores empedrados e ao centro dois canteiros semi-circulares com bordos de pedra. A Oeste, um muro portante de alvenaria de pedra argamassada parece delimitar o espaço, todo ele aparentemente construído em harmonia. A presença do muro pode ser interpretada como uma tentativa de criar uma certa privacidade e segurança do exterior e de outros agentes naturais como o vento admitindo-se, também, a hipótese daquela construção oferecer outras possibilidades construtivas (tais como, bancos, outros canteiros adossados à estrutura e fenestranças). É muito provável que este espaço constituísse o jardim do edifício da Alfândega, um local de quietação e de lazer, perfilado pelas árvores enraizadas no interior dos canteiros e pelo muro, mais ou menos elevado, que lhe garantia um carácter mais intimista.

Estas inferências da realidade observada inspiraram a construção de cenários virtuais utilizados, essencialmente, como recurso didáctico-pedagógico para a recriação de ambientes históricos (Figs.17 à 23).

A escavação de outros sítios permitiu, efectivamente, identificar tipologicamente os pavimentos utilizados nos contextos habitacionais. Além da Alfândega e do Solar do Ribeirinho, identificaram-se pisos calcetados com calhau rolado de pequenas e médias dimensões nos níveis do século XVII da Junta de Freguesia e da Casa da Travessa do Mercado. A sua variabilidade reside essencialmente no tipo de cenário geométrico que o empedrado transmite, na maior parte dos casos representado por conjuntos de grande simplicidade.

A ocorrência de tijoleiras de barro vermelho de formato mais ou menos quadrangular, com as superfícies desgastadas e as extremidades com restos de argamassa, faz supor a sua utilização no revestimento dos pavimentos. No entanto, os exemplares recuperados compreendem objectos descontextualizados recolhidos em níveis de entulho, tanto na cisterna da Junta de Freguesia como nos estratos da Alfândega (Fig. 304).

Uma outra estrutura de levada foi identificada recentemente com o derrube de uma loja na parte lateral direita do logradouro da Junta de Freguesia de Machico (Fig.181). É construída por blocos de pedra semi-aparelhados de dimensão considerável, sendo a base em pedra calcetada de talhe irregular. Compreende uma orientação no sentido poente-nascente.

Um outro equipamento que se destinava ao abastecimento e captação de água era o poço-cisterna. Hoje em dia sabemos, sobretudo pela tradição oral, que muitas das habitações abastadas de Machico possuíam estas estruturas nos seus espaços anexos. Os trabalhos arqueológicos permitiram identificar dois exemplares, um no exterior do Solar do Ribeirinho com um diâmetro de 1,10m e 6m de profundidade (Figs.154 à 156) e outro, no interior da Junta de Freguesia de Machico com 0,90m e 2,50m de profundidade (Fig.15).

Basicamente, este tipo de estruturas consistia numa perfuração vertical, geralmente cilíndrica e revestida de alvenaria, orientada no sentido a captar o lençol de água subterrâneo mais próximo da superfície do solo. O forro de pedra, como foi possível observar no exemplar da



[403]

317- Cfr., A. H. Oliveira Marques, *Novos ensaios de História Medieval portuguesa*, 1.ª edição, Lisboa, Editorial Presença, 1988, p.66.

318- As escavações arqueológicas de emergência no espaço exterior da Casa com Porta Manuelina (CPM/06) detectaram uma outra estrutura de poço, curiosamente com um fundo rematado com uma pedra de mó, assente sobre um travejamento de madeira de configuração circular.



[404]

Junta de Freguesia, assentava sobre uma estacaria de madeira³¹⁸ cuidadosamente ligada entre si (Fig.173). A retirada da água deveria fazer-se por intermédio de um recipiente de madeira, elevado por uma roldana.

Normalmente este tipo de equipamentos estão associados às casas de habitação mais abastadas, como aliás se pode comprovar pela referência do cronista Gaspar Frutuoso, acerca de umas casas de um rico proprietário do Funchal: “ (...) onde mora um Tristão Gomes, que chamam o Peru, o qual tem umas ricas casas de dois sobrados, com poço dentro e portas de serventia, com muitos abrolhos de ferro (...)”.³¹⁹

Supõe-se que a cisterna que existia junto ao “Campo de Igreja” da localidade de Machico relativamente próximo do pelourinho – como aliás é possível observar na referida *Planta da Vila de Machico de 1799* – seja uma peça que remonte aos primórdios do ordenamento urbano da vila.



[405]

Outras estruturas foram, entretanto, observadas no decorrer dos trabalhos de acompanhamento arqueológico. Duas delas integram a rede viária da vila respectivamente como elementos estruturais pertencentes a duas pontes. Uma delas, identificada na Rua do Ribeirinho e já noticiada anteriormente, mostra um arco abobadado ligeiramente abatido, concebido em pedra de cantaria (Fig.123). A ponte apresenta um extradorso (interface do arco com a parede da ponte) liso, o que revela cuidado de construção, porque assim mantinha o arco como uma estrutura independente do resto do corpo fazendo descarregar lateralmente todo o peso da infra-estrutura da ponte. O arco apresentava aproximadamente 5 metros de diâmetro na base revelando uma técnica construtiva concebida com arco de “luz pequena”.

Um outro componente certamente pertencente à ponte para a Banda D’ Além foi detectado no leito da Ribeira da Machico, após as grandes chuvadas no Inverno de 1998. Trata-se de dois conjuntos de grandes lajes de pedra regular, paralelepípedica, que provavelmente se destinariam a suportar os arcos da ponte (Fig.124).

Outros dois elementos arquitectónicos remetem-nos para a esfera do sagrado. Um deles, encontrado embutido numa das paredes de um arruamento do Sítio da Misericórdia, mostra um fragmento baixo-relevo de ornato esculpido em cantaria mole com tema aparentemente vegetalista (Fig. 405). A tradição oral refere-o como um elemento da antiga Misericórdia de Machico, então destruída pela aluvião de 1803.

O outro elemento é revelador de um maior requinte artístico. Trata-se de uma interessante peça em cantaria rija regional barroca, em arco com dois orifícios, provavelmente um elemento de uma fonte ou mesmo de um paço processional (Fig. 406). O arco é encimado por volutas e rematado com elemento vegetalista. Ao centro, observa-se um girassol com a data de 1699 e na base uma inscrição epigráfica: “LOUVADO SEJA O SANTISSIMO SACRUM”. É bem possível que esta peça tenha uma correspondência directa com uma outra registada numa fotografia dos finais do século XIX, onde se observa uma construção semelhante (embora a fotografia não seja elucidativa) integrada na fachada de um imóvel de feição seiscentista virado para a antiga Rua Direita (Fig.113).

319- Cfr. Gaspar Frutuoso, *Livro Segundo das Saudades da Terra*, ob. cit., p. 112-113.

Arqueologia da Cidade de Machico.

A Construção do Quotidiano nos Séculos XV, XVI e XVII

Élvio Duarte Martins Sousa

CEAM – Centro de Estudos de Arqueologia Moderna e Contemporânea

Machico, Julho de 2006

ISBN: 972-99741-1-X

Copyright: © Élvio Sousa

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro
pode ser reproduzida por processo mecânico, electrónico ou outro,
sem autorização escrita do autor.

[5]

A construção
do conhecimento:
“recriar” o quotidiano
na quotidianidade actual



[406]

"Todo o conhecimento se enraíza numa vida, numa sociedade, numa linguagem que têm uma história; e nessa história mesmo se encontra o elemento que lhe permite comunicar com outras formas de vida, outros tipos de sociedade, outras significações"

Michel Foucault³²⁰

O arqueólogo, ao escavar, descobre um "mundo" que não é o seu, mas de outros! Um "mundo" que foi de outros homens, com outros hábitos, sentimentos e outras representações colectivas. Uma das tarefas do arqueólogo é, seguramente, a de procurar interpretar os dados que provêm desse "mundo" – e através deles, chegar bem perto ao conhecimento da comunidade. Como vimos, essa tarefa exige uma preparação prévia, pois a tentativa de construir o passado que estamos a observar revela-se pelo uso de conceitos, de modelos e de outros pressupostos metodológicos que, entretanto, podem variar de investigador para investigador.

O passado não se reflecte na narrativa como uma imagem no espelho. O passado é pensado, interpretado e construído na contemporaneidade. Em muitas situações, conhecemos imperfeitamente o que se passou, pois uma parte substancial dos conhecimentos adquiridos deriva da operação de dedução dos dados – que são os vestígios materiais do passado. Assim, o conhecimento obtido é em parte plausível, ou melhor, verosímil.

Independentemente destes pressupostos teóricos que orientam a discursividade, considera-se que uma das funções mais importantes da Arqueologia reside na estratégia de promoção do conhecimento arqueológico à comunidade. Essa é, sem dúvida, uma acção imprescindível na consciencialização e sensibilização para o património arqueológico.

Mas, antes de desenvolvermos esta temática relacionada com a divulgação dos conjuntos arqueológicos, seria pertinente abordar a dialéctica do quotidiano, ou seja, procurar perceber, no fundo, como é que os dados obtidos pela Arqueologia são fundamentais para o conhecimento do quotidiano passado. Efectivamente, ao longo deste estudo, procurou-

[184]



[407]

se expor as materialidades que ajudaram a construir as várias leituras do quotidiano de Machico nos séculos XV, XVI e XVII. No fundo, essas materialidades que compõem os dados arqueológicos, permitiram “reconstruir” determinados cenários históricos quotidianos que, na perspectiva de Fernand Braudel, constituem “*os factos miúdos que quase não deixam marca no tempo e no espaço.*” (BRAUDEL, 1992:13). Assim, foi possível chegar a uma quotidianidade com uma espessura diacrónica considerável (ou seja, numa perspectiva de “longa duração” se quisermos invocar, novamente, Fernand Braudel), retratada nos aspectos gerais ligados à alimentação, ao vestuário, aos divertimentos, aos utensílios, às actividades económicas, à habitação e a outros equipamentos funcionais.

Jacques Le Goff, por seu turno, procurou destacar o papel da Arqueologia no universo da História do quotidiano,³²¹ dando especial ênfase à relevância dos objectos da vida quotidiana na condução da investigação (GOFF, 1994:88). Na verdade, os objectos arqueológicos estabelecem uma espécie de “corredor cronológico-cultural” com o passado e com os hábitos e comportamentos dos Homens, que os utilizaram nas mais diversas tarefas. Os objectos criados pelo Homem contemplam significados e, normalmente, procuram corresponder a uma determinada utilidade que, por sua vez, se pode revelar na sua configuração física.

O mesmo autor entende que a história do quotidiano se revela num “*sentimento de duração*”, ou seja: “*nas colectividades e nos indivíduos, o sentimento daquilo que muda, bem como o daquilo que permanece*” (GOFF, 1994:95). Esta questão remete-nos, efectivamente, para uma outra problemática que tem a ver com os momentos de continuidade e mudança no tempo. O registo material parece, no entanto, sequenciar alguns desses ritmos diacrónicos.

320- Cfr. *As Palavras e as Coisas. Uma Arqueologia das Ciências Humanas*, ob. cit., p. 408.

321- Georges Duby salientou, também, o contributo da disciplina arqueológica, no conhecimento da “História da Vida Privada” medieval: “*Com efeito, a contribuição de uma arqueologia do quotidiano medieval ilumina essencialmente os dois últimos séculos da Idade Média: quase todas as escavações foram levadas a cabo em sítios de aldeias abandonadas (...)*”, (DUBY; ARIÈS, 1990: 11).



[408]



[409]



[410]



[411]

Podemos salientar duas possíveis leituras deduzidas, por exemplo, pela análise e interpretação dos materiais cerâmicos. A primeira tem a ver com uma mudança morfológica ligada à louça de ir ao fogo entre os séculos XV e XVII – documentada pela progressiva diminuição dos fragmentos de painéis nos estratos arqueológicos dos séculos XVII e XVIII, ao mesmo tempo que entram em cena outras peças mais abertas, como os tachos e as frigideiras de pegas laterais – e, a segunda, com a introdução da cerâmica de fabrico local apenas nos estratos arqueológicos do século XVII. O primeiro momento, como aliás já referimos anteriormente, parece resultar de uma mudança nos hábitos alimentares do período moderno e que se reflectiu na morfologia dos recipientes, visivelmente mais abertos, ao mesmo tempo que terão acompanhado um crescente processo de individualização, sustentado, sobretudo, pelos pratos. O segundo, não deixa de ser extremamente relevante na temática da introdução no mercado da louça de fabrico local (admitindo-se, também, produções de oleiros de Machico), que surge apenas no registo arqueológico, a partir do século XVII e daí ininterruptamente até ao século XX.

A estratégia de divulgação do conhecimento à comunidade, neste caso ao público em geral, passa inquestionavelmente por uma abordagem directa à história do quotidiano, por certo, uma história que faz despertar outras leituras do dia-a-dia no passado e onde o papel da Arqueologia é, sem dúvida, fundamental. Temos que ter a consciência que um determinado projecto de conservação e apresentação do património arqueológico tem, como destinatário principal (naturalmente, além do público especializado), a sociedade em geral: *“porque los arqueólogos somos socialmente responsables no solo de preservar el pasado sino también de hacerlo accesible - física e intelectualmente - al público. Y no cabe duda de que la presentación de yacimientos y monumentos arqueológicos constituye, por la inmediatez de su mensaje y su dimensión emotiva y aún afectiva, una vía muy eficaz para divulgar el patrimonio arqueológico.”* (ZAPATERO, 1998:11).

A intervenção arqueológica nos sítios de Machico previu, justamente, a dimensão da exposição e apresentação dos vestígios arqueológicos à comunidade. Procurou-se, efectivamente, criar

sempre que possível condições que propiciassem uma leitura mais táctil e emotiva com o passado, promovendo a musealização de estruturas e a criação de conjuntos expositivos com base nos materiais arqueológicos. E foi assim que nasceu, em Dezembro de 2001, o Núcleo Arqueológico da Junta de Freguesia de Machico (Figs. 407 à 412). O projecto, reflectido e planificado em torno de uma equipa interdisciplinar, teve a humilde pretensão de apenas abrir uma “pequena janela” para o passado daquela habitação. De uma maneira geral, a estratégia de apresentação, que teve por base o carácter científico do sítio (PRICE, 1987:126), procurou conjugar a musealização de algumas estruturas (como o forno, a cisterna e o arco de pedra) com a exposição do espólio através de estantes de vidro (Figs. 409 à 412). O discurso expositivo procurou seguir uma linha minimalista dando especial ênfase aos recursos visuais (expositores com texto em linguagem acessível, gravuras e ilustrações complementares), onde, também, não foi descurada a apresentação tridimensional (com levantamento da casa e a sequência estratigráfica identificada no espaço escavado).

Actualmente estão a ser equacionados outros programas expositivos com vista à valorização dos sítios intervencionados de Machico. O programa museológico do Solar do Ribeirinho (SOUSA, 2004), em fase de elaboração, contempla a vertente da história do quotidiano, tendo por base a diacronia da habitação solarenga e toda a envolvência histórica da comunidade local.³²²

Por outro lado, e no que diz respeito ao espaço da Alfândega de Machico, prevê-se a criação de um espaço comercial ligado à restauração, que contemple um discurso expositivo alusivo àquela casa fiscal, prevendo-se a utilização de recursos gráficos e de objectos imóveis (selecção de materiais arqueológicos a serem expostos em espaços enquadráveis na linguagem arquitectónica e estética do projecto).

Não é difícil ver a Arqueologia como uma actividade de grande valor formativo e educativo.³²³ A capacidade de informação e conhecimento que ela transmite revela-se na sua condição de disciplina eminentemente histórica, reveladora de histórias e de conhecimentos de outras práticas quotidianas. O papel dos objectos é, sem dúvida, fundamental. Na verdade, através deles é possível chegar ao Homens que fizeram esses objectos; é possível contemplá-los, mas mais importante, é possível tocá-los e experimentar a textura e as sensações que deles emanam. Josep Ballart, expressou com realismo, essa condição: *“Los objetos cotidianos del pasado con su atractiva apariencia y su aura casi mágica abren los ojos del público de nuestro tiempo como no lo pueden hacer los documentos antiguos de los archivos o los mismos libros de historia. Y lo hacen precisamente sobre las formas de vida no únicamente de los reyes y de los poderosos, sino también de los más comunes de los mortales, de los campesinos, de los obreros, de las mujeres y los niños, de todos aquellos que pocas veces tuvieron en vida la oportunidad de dejar testimonios escritos de sus vivencias”* (BALLART, 1997: 108).



[412]



[413]



[414]

322- Sobre este assunto consulte, por exemplo, Teresa Florença, "Machico abre Núcleo Museológico", *Revista Diário de Notícias*, Funchal, 22 - 28 de Janeiro de 2006, pp. 26 - 29.

323- Salientamos a concretização de várias estratégias formativas no domínio da educação para o património, a saber: a "Escola de Arqueologia" e o "Aprendiz de Arqueólogo", (Figs.413 e 414), (SOUSA; NETO; BRAZÃO, 2005; SOUSA, no prelo b).

[6]

Conclusão

O contacto, quase diário, com os dados que compõem os restos arqueológicos da Cidade Machico deixou bem vincada a imagem da complexidade estratigráfica e da variabilidade do registo das materialidades soterradas, ao mesmo tempo que essa realidade fazia transparecer outros momentos, circunscritos no tempo e no espaço, sujeitos por natureza aos ritmos de mudança e continuidade.

Ao longo desta reflexão pudemos, pois, constatar o peso e o valor cronológico-cultural de um mero fragmento de cerâmica ou mesmo de um outro elemento arquitectónico posto a descoberto nas escavações. Procurou-se extrair informações e conhecimentos dessas realidades fragmentárias e com elas tentar construir leituras da vida quotidiana machiquense nos séculos XV, XVI e XVII. Como vimos, a operação de interpretação e inferência dos dados circunscreveu-se numa linha epistemológica que parte do princípio que o conhecimento arqueológico é em parte verosímil ou provável. Expusemos, pois, as nossas inferências à eventualidade da refutação, partilhando da visão de Roland Barthes que alega que *“o signo da História, de hoje em diante, já não é o real, mas o inteligível”* (BARTHES, 1997).

Incorreríamos em falsa modéstia ao partilhar a ideia de que a presente reflexão trouxe uma visão sustentada da problemática do quotidiano machiquense no passado. Na verdade, aquilo que aqui se apresenta – incompleto e muitas vezes repleto de interrogações – é um pequeno esboço a versar as leituras da realidade histórica local, tendo como base principal os objectos e as estruturas identificadas nos trabalhos arqueológicos. Como vimos, a própria natureza do contexto arqueológico dificulta presentemente uma exposição mais complexa, não só pelas dificuldades inerentes ao processo de intensificação construtiva a que o centro urbano está permanentemente sujeito mas, também, pelas dimensões muitas vezes diminutas das áreas escavadas, resultando daí uma visão mais individualizada, por natureza mais fragmentada das realidades em análise. Daí que entendemos, que o processo de antropização de determinados espaços (tendo presente os diversos momentos a que estiveram sujeitos, designadamente as fases de ocupação/utilização e abandono/destruição) se compreende melhor quando a estratégia de escavação visar a sua recuperação em área aberta.

A análise e a interpretação dos dados arqueológicos conduziram à inferência de leituras individualizadas, em estreita relação com as actividades quotidianas. Neste caso concreto destaca-se, pela expressividade e diversidade numérica, o conjunto do material cerâmico, analisado não só numa perspectiva de utilização social e económica mas, também, no quadro de uma relação de uso e funcionalidade nas variadas tarefas do dia-a-dia. Assim, no caso específico da cerâmica, foi possível construir, em reflexão com o contexto histórico, várias representações sociais, económicas e culturais que atestam os hábitos e os comportamentos quotidianos da comunidade de Machico entre os séculos XV e XVII. A este título, sublinhamos:

- O estabelecimento de um quadro evolutivo da chamada louça de ir ao fogo e louça de mesa, identificadas nos estratos arqueológicos desde os finais do século XV aos meados do século XVII. Nos conjuntos destinados a ir ao fogo, observou-se um predomínio inicial das típicas panelas fechadas, de perfil mais ou menos convexo, que depois vai cedendo lugar, com o advento do século XVII, a outras peças mais abertas, expressivamente representadas pelos tachos e frigideiras. Nas séries de mesa, predominam as escudelas e as malgas esmaltadas (decoradas a azul, azul e vinoso e a verde, antevendo-se uma importação mediterrânica),

registando-se nos estratos do século XVII uma maior presença dos pratos. A lenta progressão tipológica detectada neste extenso cenário diacrónico – apesar de se verificarem a presença e a pervivência de formas características de outros contextos cronológico-culturais mais recuados – foi confrontada com um possível cenário de evolução dos hábitos de cozinhar e estar à mesa com o advento da Época Moderna;

- Constatou-se a presença de fragmentos cerâmicos do grupo de pasta de produção regional nos estratos arqueológicos do século XVII, representados essencialmente pelas peças de uso utilitário (alguidares, tigelas, tachos, frigideiras e fogareiros). Admite-se que as peças sejam provenientes das olarias de Machico, uma das quais documentada nas proximidades da Foz do Ribeirinho ou, provavelmente, de outras olarias da ilha, talvez do Funchal, cujas peças entravam nas transacções do comércio local. As próprias análises químicas e mineralógicas efectuadas na Universidade de Aveiro, cujos resultados permitiram reforçar essa proveniência insular foram, particularmente, decisivas na constituição de um grupo de pasta regional. Criou-se, assim, uma base material assente na comparação macroscópica, tendo por referências as análises arqueométricas. Como perspectiva de investigação futura, fica em aberto a realização de um estudo aprofundado sobre a caracterização tipológica e tecnológica destes materiais cerâmicos de fabrico regional, considerando-se a necessidade de articulação entre os dados arqueológicos (reunindo, também, elementos provenientes de outros sítios arqueológicos da ilha, com contextos estratigráficos homogéneos) e o conhecimento etnográfico e documental;

- A evolução dos principais grupos de faiança entre os séculos XVI e XVII, observando-se um predomínio inicial da cerâmica esmaltada, normalmente sem decoração, que cede à expansão da faiança pintada a azul-cobalto e a azul e vinoso, a partir da primeira metade do século XVII, expressivamente representada pelos pratos e pela tigelas;

- A presença significativa de fragmentos de formas de açúcar nos quatro sítios arqueológicos advoga a sua relação muito directa com o fabrico ou refinação de açúcar e seus derivados. Os conjuntos estudados – destacando-se a expressiva quantidade identificada num contexto de entulho no exterior da Casa da Travessa do Mercado, balizado na sequência estratigráfica entre a segunda metade do século XVI e os inícios do século XVII – permitiram obter novos conhecimentos acerca da tecnologia e da confecção açucareira no espaço da antiga Vila de Machico. A reconstituição gráfica das peças definiu, essencialmente, três grupos tipológicos distintos, caracterizados pela tipologia e acabamento dos bordos e pela capacidade metrológica: um tipo 1 de grandes dimensões, correspondendo provavelmente ao sinos, com um diâmetro externo entre os 550 e os 420mm; um tipo 2, de tamanho intermédio (com um diâmetro a oscilar entre os 390mm e os 300mm), com bordo emoldurado engrossado externamente e um tipo 3, de menores dimensões (entre 280 e 220mm), sem moldura exterior e bordo simples, embora ligeiramente espessado. Independentemente da sua relação com as posturas vigentes na época, as peças analisadas correspondem genericamente a contextos cronológicos homogéneos, verificando-se efectivamente a existência de pelo menos dois tipos de formas de açúcar contemporâneas no tempo. Admitimos que a ocorrência destas formas esteja directamente relacionada com uma pequena produção de carácter familiar, talvez para suprir as necessidades caseiras. Esta leitura é, no entanto, reforçada pela recolha de outros objectos cerâmicos (porrões), em associação estratigráfica com os fragmentos de formas

de açúcar. Tratavam-se, basicamente, de recipientes cerâmicos de paredes curvadas e colo ligeiramente estrangulado, destinados a servirem de apoio às formas cónicas;

- Além dos referidos conjuntos de louça de ir ao fogo (panelas, testos, tachos e frigideiras) e de mesa (pratos, escudelas e tigelas), muitos outros objectos cerâmicos acompanharam os hábitos e as actividades quotidianas da sociedade machiquense desde os finais do século XV até ao século XVII. A diversidade de peças identificadas permite encenar um quadro material multifacetado, muito provavelmente condicionado pela categoria social e capacidade económica do proprietário. Dos serviços de mesa, além das peças de cerâmica comum – algumas de acabamento requintado exibindo pormenores decorativos à base de pintura ou de incisões onduladas (presentes nos copos e nos afamados púcaros ou pucarinhos) – faziam parte os pratos vidrados (profusamente decorados a óxido de manganés) e esmaltados, normalmente acompanhados, também, pelas escudelas de acabamento vidrado a castanho de tom melado e por outras de superfícies esmaltadas a branco, com ou sem decoração. A aceitação dos serviços de faiança portuguesa pintada (pratos e tigelas) é bem visível no registo arqueológico do século XVII, aparecendo valorizada pelo seu aspecto decorativo e pelas suas características de impermeabilidade. Nos estratos arqueológicos do século XVI começam a aparecer os saleiros em barro vidrado e esmaltado, indiciando a vulgarização das especiarias. Outras peças, como os fogareiros, as talhas, os cântaros, os alguidares e os almofarizes enriqueciam os serviços da cozinha da Época Moderna;

- A presença no registo arqueológico quinhentista da louça esmaltada de qualidade do Sul de Espanha (Valência e Sevilha) e Itália permite estabelecer uma leitura do quadro das relações sociais e económicas, numa conjuntura fortemente marcada pela Expansão Portuguesa e pelo dinamismo comercial e económico criado pela cultura da cana-de-açúcar. Deste modo, em comparação com o século XVII, os estratos arqueológicos dos séculos XV e XVI forneceram conjuntos cerâmicos de importação, com especial destaque para as produções da região italiana de Montelupo e para as séries sevilhanas de mesa do tipo azul linear e azul e vinoso. O gosto pela ostentação e pelo requinte surge documentado pelas importações orientais de porcelana das séries azul e branca, de decoração vegetalista. Entende-se, assim, que o conjunto desta louça de qualidade teria como destinatário principal, determinados segmentos, mais abastados, da sociedade machiquense, adquirida em circuitos comerciais com o exterior.

Além da cerâmica, a análise e interpretação dos restantes dados arqueológicos, releva-nos para outras leituras de reflexão do quotidiano. No capítulo da alimentação, a análise dos restos de fauna e flora mostram uma dieta alimentar diversificada, à base de carne (vaca, porco, cabra, coelho e galinha), peixe, moluscos (lapas, caramujos e búzios), doçarias e conservas, frutas e sementes (ameixas, nozes, castanhas, pêssegos, damascos, pinhões, azeitonas e outras espécies mais exóticas, como os cocos). A grande quantidade de fauna ictiológica e malacológica recolhida expressa a importância que estes recursos marinhos desempenharam na dieta alimentar da população de Machico, sublinhando-se, efectivamente, a presença de certas espécies de moluscos, hoje extintas dos ecossistemas costeiros. Curiosamente, a presença de restos osteológicos com escassas marcas de fogo e com abundantes marcas de corte, podem ser reveladores de uma solução culinária à base de cozidos e ensopados. Esta interpretação é, aliás, consolidada pela tipologia dos recipientes cerâmicos, particularmente pelas panelas de ir ao fogo.

Uma outra série de objectos recolhidos nas escavações, tais como as contas de colar em osso, os vários tipos de alfinetes em cobre (alguns de melhor acabamento e requinte, com a cabeça esférica decorada), as fivelas de cinto e os botões (nas variantes de osso e de metal), ilustram um quadro de hábitos e comportamentos de vida que se expressam nos variadíssimos adereços do vestuário e nas maneiras de vestir e de pentear, amplamente enriquecidos pelos adornos pessoais. É neste contexto que o gosto pelo vidro não se resume aos serviços de beber (com a presença de garrafas e de taças), entrando também na esfera dos acessórios pessoais, sendo eleito como matéria-prima de primor para a confecção dos belos exemplares de braceletes de acabamento torso.

Na lida da casa, os fogareiros e as candeias prestavam um serviço essencial de iluminação e aquecimento, onde porventura as lascas de sílex e de quartzo (“pederneiras”), através de percussão, serviriam de acendalha. Por outro lado, o domínio do fogo e das técnicas de fundição aparecem atestados conjuntamente pelos numerosos fragmentos de escórias e por um interessante exemplar de balde de fundição. O registo arqueológico mostra-nos, também, desde os finais do século XV, várias tipologias de pregos e cavilhas que eram utilizados para a fixação das traves e barrotes de madeira das habitações e demais construções. Curiosamente, outros componentes metálicos mais pequenos como, por exemplo, as tachas de cobre, usadas para a prensão e decoração dos forros dos móveis e os ferrolhos de ferro, evidenciam uma estreita ligação com as peças de mobiliário em uso.

Outros hábitos e costumes são inferidos dos objectos encontrados. As peças ou as marcas de jogo, de forma tendencialmente circular, afeiçoadas a partir de fragmentos de cerâmica comum, esmaltada e faiança, fazem “reconstituir” um quotidiano dos tempos livres e dos jogos mais populares, como é, por exemplo, o jogo da malha ou do actual jogo do galo. O Conde Giulio Landi, que terá visitado Machico por volta do ano de 1530, deu testemunho desses momentos de lazer: *“dão-se uns a jogar à bola, outros aos dados ou às cartas e outros, ainda a outras espécies de jogos, segundo mais lhes agrade”* (LANDI, 1981:96).

O século XVII traz consigo outros costumes, como a generalização do hábito de fumar, através da utilização de cachimbos de gesso, de provável origem inglesa. A vulgarização destes objectos, nos contextos arqueológicos seiscentistas, pôde ser observada pelo predomínio dos comerciantes ingleses que se dedicavam à comercialização do vinho da Madeira.

No plano das estruturas, identificaram-se diversos espaços funcionais que compreendem as habitações, os jardins com os seus canteiros e levadas, os poços, as pontes e os diversos pavimentos utilizados nas áreas humanizadas. No que diz respeito a esta última ocorrência material, foi possível desenhar uma tendência de uso, vocacionada para o calcetamento em calhau rolado, de pequenas e médias dimensões – um recurso, aliás, disponível quer nos depósitos fluviais (Ribeira de Machico) quer dos contextos marinhos (Calhau de Machico).

A identificação de uma estrutura que se veio a interpretar como um espaço verde contíguo ao edifício da Alfândega não deixa, porém, de “abrir a janela” para o conhecimento da arquitectura e da tipologia dos jardins nos séculos XV e XVI. Apesar da escavação se ter limitado a uma área particularmente restrita, a informação colhida permite tecer uma leitura de um espaço de planta mais ou menos rectangular, todo ele perfilado por um calcetamento irregular de pedra de calhau rolado, ladeado por um curto corredor do género vereda, possuindo, ao centro, dois

canteiros semi-circulares com bordos de pedra. A presença, a Oeste, de um muro portante de alvenaria de pedra argamassada e rebocada em ambas as superfícies, parece evidenciar uma delimitação daquele compartimento com o exterior, admitindo-se a hipótese da sua construção em altura ter oferecido outras possibilidades construtivas (bancos, fenestrações e canteiros adossados).

As levadas e as cisternas (conhecidas, na Madeira, por poços) são um outro tipo de equipamentos intimamente ligados à organização do abastecimento e da captação de água. Os dois exemplares de cisternas identificados no Solar do Ribeirinho e na Junta de Freguesia de Machico mostram que eram, basicamente, estruturas cilíndricas revestidas a alvenaria de pedra basáltica semi-aparelhada, construídas através de uma perfuração vertical com vista a captar o lençol de água subterrâneo. As escavações permitiram observar que a estrutura de pedra assentava, na base, sobre um travejamento de madeira.

Conhecer os meandros da vida quotidiana no passado não é tarefa fácil. Neste estudo, servimo-nos daquilo que, por assim dizer, carrega o “selo admirável” do Homem. Servimo-nos, pois, dos objectos, de alguns documentos escritos, da tradição oral e das imagens e desenhos que ficaram registados no papel. No fundo, essa busca, incipiente e ainda prematura, contribuiu para construir no plural esses “factos miúdos” que constituem a história do quotidiano. Através da Arqueologia conseguimos chegar ao “mundo” das materialidades quase sempre soterradas, quase sempre submersas.

No contacto, quase diário, que mantivemos com a realidade material encontrada nas escavações, aprendemos a olhar e a observar essas pequenas coisas portadoras de mensagens infindáveis. E foi, na verdade, a partir dessas coisas materiais, que se procurou construir estas leituras em direcção ao conhecimento da vida social, económica e cultural da comunidade de Machico entre os séculos XV e XVII. Não hesitamos em registar, para concluir, uma curta e profunda reflexão de António Lobo Antunes, que conscientemente nos transporta para o “fabuloso mundo” da Arqueologia: *“É com estes pequenos nada, com estas pequenas coisas que o romance se constrói, coisas afinal que a gente vê e em que não repara, mas que nos tornam mais conscientes quando mexemos nelas”*.

AAVV - Autores vários
ACMM - Arquivo Câmara Municipal de Machico
AHM – Arquivo Histórico da Madeira
AL - Altura
ANTT - Arquivo Nacional Torre do Tombo
Apud – Segundo, citado por...
ARM - Arquivo Regional da Madeira
BAHOP - Biblioteca e Arquivo Histórico das Obras Públicas
BN - Biblioteca Nacional
CARM - Coleção Arquivo Regional da Madeira.
CC - Carlos Costa
CECA - Centro de Estudos de Cartografia Antiga
Cfr. - Confira
CMF - Câmara Municipal do Funchal
CMFV – Coleção Museu Fotografia Vicentes
CMM - Câmara Municipal de Machico
Coord. – Coordenação
DB – Diâmetro da base
DE – Diâmetro externo
DI – Diâmetro interno
Dir. - Direcção
Doc. – Documento
EB – Espessura do bordo
EBJ – Espessura do bojo
Ed. - Edição
Edit., Edits. – Editor, editores
EF – Espessura do fundo
ENP - Elementos não plásticos
EP – Espessura da parede
ES – Élvio Sousa
Est. - Estampa
et alii - E outros
Fig.,figs. - Figura, figuras
Fl. - Fólio
GAAEM - Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar
HM – Helder Mota
Ibidem – A mesma obra, cuja referência é idêntica a que lhe antecedente
in – Dentro de
Int. – Introdução
JL – Jorge Lucas
L.º - Livro
LM – Lino Moreira
LN – Liliana Neto
MCN – Miguel Correia Nunes
MN – Manuel Nicolau
Ob. Cit. - Obra citada
p., pp. - Página, páginas
p.e – Padre
PRC – Paulo Ricardo Caldeira
RC – Rui Camacho
s.d. - Sem data
s.l. - Sem local
Transc. - Transcrição
UE., UEs - Unidade estratigráfica, unidades estratigráficas
VG – Virgílio Gomes
Vol., Vols. - Volume, volumes

[X]
Legenda das Figuras

- 1 Perspectiva do centro de Machico nos finais do século XIX. Foto CMFV.
- 2 Perspectiva actual da Cidade de Machico. Foto MCN.
- 3 Trabalhos de laboratório do espólio cerâmico da Junta de Freguesia de Machico. Foto MCN.
- 4 Vista parcial sobre o Centro Histórico de Machico observando-se, em primeiro plano, a Igreja Matriz. Foto MCN.
- 5-6 Imagens de pormenor da *Planta de Ordenamento do Plano Director Municipal de Machico*, escala 1:10000, Geometral, 2005. Fotos MCN.
- 7 Localização dos sítios arqueológicos intervencionados na Cidade de Machico (1998-2003), sobre a fotografia aérea de 1963.
- 8 Sequência estratigráfica do sítio arqueológico da Casa da Travessa do Mercado, com a relação dos numismas.
- 9 Colagem de um púcaro de cerâmica comum da 2.ª metade do século XV da Junta de Freguesia de Machico. Foto MCN.
- 10 Pormenor do pavimento de tijoleira encontrado debaixo do soalho da Capela dos Milagres nos trabalhos de melhoramento de 2003. Foto ES.
- 11 Epígrafes na cantaria do logradouro da Capela dos Milagres. Foto MN.
- 12 Forma de pão-de-açúcar do Museu de Aveiro. Foto ES.
- 13 Ceitel de cobre de D. Afonso V (1438-1481), identificado na UE22 do logradouro da Junta de Freguesia de Machico. Foto MCN.
- 14 Fragmento de prato de majólica italiana recolhido nas escavações da Junta de Freguesia de Machico. Foto MCN.
- 15 Abertura da escavação da cisterna da Junta de Freguesia de Machico. Foto ES.
- 16 Trabalhos de caracterização e identificação da cerâmica de importação, com o apoio científico do Professor Doutor Marco Milanese. Foto LN.
- 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23 Sequência de imagens da reconstituição virtual do espaço da Alfândega de Machico.
- 24 Aspecto dos trabalhos arqueológicos no Solar do Ribeirinho (Agosto de 1999). Foto CC.
- 25 Aspecto de um dos encontros temáticos (I Encontro Regional de Arqueologia e Património) realizados pela Associação de Arqueologia e Defesa do Património da Madeira (ARCHAIS). Foto LN.
- 26 Imagem da chaminé do edifício da antiga indústria das conservas de Machico. O projecto de construção imobiliária para o local integrou as fachadas, parte da cobertura e a chaminé. Foto ES.
- 27-28 Perspectivas do actual edifício da Câmara Municipal de Machico. Fotos MN.
- 29 Trabalhos arqueológicos no antigo quarteirão das casas de João Esmeraldo – Cristóvão Colombo (1989). Foto VG.
- 30 Aspecto da escavação no Solar do Ribeirinho (Agosto de 1998). Foto ES.
- 31-32 O *Plano da Villa de Machico*, de 22 de Agosto de 1799 pelo Major Ignácio Joaquim de Castro (papel aguarelado, 1010x760mms, escala aproximada 1/1.700, cota 33-20, CECA). Fotos MCN.
- 33 *Planta de Encanamento das ribeiras e ribeiros da Ilha da Madeira*, de Manuel José Júlio Guerra, 1844 (desenho em papel a tinta-da-china e aguarelado com 842x643mm, cota D53 – 2C BAHOP). Foto ES.
- 34-35 *Planta da Villa de Machico e do Forte de Nossa Senhora do Amparo*, de António Pedro de Azevedo, de 1860 e aproximação da representação do centro de Machico, (tela aguarelada no verso, com 450x350mm, escala 1/300, cota 5542 1A/12A/16, GAAEM). Fotos ES.

- 36-37 *Planta da Bahia de Machico e do Forte S. João Baptista*, de António Pedro de Azevedo, 1860 e pormenor do Caminho do Pé da Ladeira (tela aquarelada, com 440x350mm, cota 5543 1A/12A/16, GAAEM). Fotos ES.
- 38 *Reconhecimento Militar da ilha da Madeira* de António Pedro de Azevedo, de 1841 (cota 1344 1A/12A/16, GAAEM). Foto ES.
- 39 *Plano Hidrográfico do Porto de Machico*, escala de 1:5000, Instituto Hidrográfico de Lisboa, 1974, 2ª edição (do levantamento de 1937). Foto ES.
- 40 "A Villa de Machico", *Archivo Pittoresco*, Vol. IX, 1866, p. 353. Foto MN.
- 41 Gravura de Machico de Lady Susan H. Vernon Harcourt de 1851, *Estampas Antigas da Madeira*, Funchal, 1935. Foto RC.
- 42 Panorâmica do centro da Cidade de Machico, com o Pico do Facho ao fundo. Foto MN.
- 43 Aspecto da Baía de Machico, a partir do Miradouro Francisco Álvares de Nóbrega. Foto MN.
- 44 O centro da Vila de Machico na primeira metade do século XX. Foto ACMM.
- 45-46-47 Nascimento de São João Baptista (Museu de Arte Sacra, Funchal). Fotos RC.
- 48 Manuscrito de uma das plantas de escavação. Foto MCN.
- 49 Registo gráfico da planta de escavação. Foto MCN.
- 50 Perfil estratigráfico do poço-cisterna da Junta de Freguesia de Machico. Desenho de ES e arranjo de LN.
- 51 Reconstituição aproximada do centro de Machico no século XVII. Cartografia de LN e arranjo gráfico de PRC.
- 52 Mapa de localização da Cidade de Machico. Cartografia elaborada por LN e arranjo gráfico de PRC.
- 53 Mapa de localização do Arquipélago da Madeira. Cartografia elaborada por LN e arranjo gráfico de PRC.
- 54 Vista aérea sobre o Vale de Machico (2004). Foto ES.
- 55 Vista parcial do Vale de Machico. Foto MN.
- 56 Vista parcial sobre a baía e o vale de Machico, observando-se, de Sul para Norte, o Pico do Facho, o Pico de Nossa Senhora, o Pico Castanho e o Pico da Coroa. Foto MCN.
- 57 Disjunção colunar prismática dos Marços, Machico. Foto MCN.
- 58 A Baía de Machico, 1582 (Arquivo Geral de Simancas, Espanha).
- 59 Vista sobre a Ribeira de Machico. Foto MN.
- 60 A consternação da população de Machico, com a ruptura da ponte sobre a Banda d'Além, aquando da aluvião de 3 de Novembro de 1956. Foto ACMM.
- 61 Aglomerado de pedras por ocasião da aluvião de 1956. Foto ACMM.
- 62 O caudal da Ribeira de Machico por altura de uma enchente. Foto MN.
- 63 Gravura de Machico de James Bulwer de 1827, observando-se a vivência no uso quotidiano da ribeira. *Estampas Antigas da Madeira*, Funchal, 1935. Foto RC.
- 64 Perspectiva da antiga Vila de Machico, nos finais do século XIX. Foto ACMM.
- 65 Panorama sobre as Funduras. Foto Hélder Spínola.
- 66 O centro da antiga Vila de Machico nos inícios do século XX. Foto CMFV.

67-68-69-70 Vistas sobre os conjuntos históricos de Machico destacando-se, em pormenor o Forte de Nossa Senhora do Amparo (Fig.70) . Fotos MCN.

71 Postal de Machico (Union postale universelle – Madeira).

72 “Robert Machim’s Chapel, Machico”, de Frank Dillon, 1856. Foto RC.

73 “Capella de Machico” *Archivo Pittoresco*, Vol. IX, 1866, p. 357. Foto MN.

74-75-76 Igreja Matriz de Machico, observando-se as colunas em mármore e os pormenores arquitectónicos. Fotos MN e ES.

77 Uma das raras fotografias, dos finais do século XIX, em que se observa o provável edifício da câmara. Foto CARM.

78 Vista aérea da costa litoral Este de Machico. Foto ES.

79 O Sítio da Banda d’Além, avistando-se em primeiro plano a actual Capela de Nosso Senhor dos Milagres. Foto MN.

80-81-82 Vistas sobre a antiga Rua Direita (actual Rua General António Teixeira de Aguiar), observando-se os edifícios históricos e o fervilhar da vida quotidiana. Fotos CARM.

83 A Rua General António Teixeira de Aguiar, após as obras de recalçamento. Foto MCN.

84-85 Suportes toponímicos (antigos e actuais). Fotos MCN.

86-87 Vistas diacrónicas sobre a Rua do Ribeirinho, notando-se à esquerda o imóvel do Solar do Ribeirinho. Fotos CARM e ACMM.

88-89 Perspectivas, antiga e actual, do trajecto da Rua da Árvore. Observe-se, na imagem mais antiga (finais dos anos setenta do século XX), a plantação de cana-de-açúcar. Fotos CARM e MCN.

90 Rua Conselheiro José Ribeiro da Cunha (antiga Rua da Cadeia). Foto MCN.

91-92 Vistas diacrónicas da Travessa do Mercado. Note-se, na imagem de arquivo, um edifício seiscentista entretanto desaparecido. Fotos CARM e MCN.

93-94 Praceta 25 de Abril (antiga Praça de Salazar). Fotos CARM e MCN.

95 Alameda José António de Almada. Foto MN.

96-97 Capela e Fonte de São Roque. Fotos MN.

98 O entrosado Caminho do Pé da Ladeira. Foto MCN.

99 Escultura de São Sebastião. Foto MN.

100 Ruínas de estruturas que a tradição oral refere terem sido do Reduto de São Roque. Segundo informações do Sr. Cupertino da Câmara, nos anos sessenta terão se encontrado cantarias lavradas, algumas das quais com motivos heráldicos. Foto CARM.

101-102-103 Vistas sobre o encalço da Rua da Banda d’Além. Fotos CARM.

104 Extinto marco toponímico (Rua do Leiria). Foto ES.

105 “Forte de São João Baptista” *Descrição da Ilha da Madeira em Geral, (...)*, Paulo Dias de Almeida, Cod. 6705, BN. Foto Luís Pavão.

106 O pitoresco Largo da Igreja, nos finais do século XIX. Foto CMFV.

107-108 Moinhos do Sítio da Pontinha. Fotos MN.

109-110 Fontanário de mármore, actualmente integrado no pitoresco Café do Mercado Velho. Fotos CARM e MN.

111 Praça de São Pedro (mercado do peixe), actualmente transformado em Mercado Municipal. Foto ACMM.

- 112 Pormenor da “*Explicação*” do referido *Plano da Villa de Machico*, de 22 de Agosto de 1799 pelo Major Ignácio Joaquim de Castro, com a descrição da “*Prassa do Pelourinho*” (Q) e da “*Sisterna no meyo da Prassa*” (R). Foto MCN.
- 113 Largo da Igreja, onde se pode ver, à esquerda, um interessante edifício de feição seiscentista, ostentando um elemento arquitectónico em cantaria, provavelmente um fontanário ou um paço processional. Foto CARM.
- 114-115-116 Panorâmicas sobre o Forte de São João Baptista. Fotos CARM, MCN e MN.
- 117-118 A vigia do Pico do Facho. Fotos MN.
- 119 Vista sobre o calhau de Machico, observando-se os barcos de carreira. Foto ACMM.
- 120 As tarefas da pesca no calhau de Machico, nos anos oitenta. Foto MN.
- 121 Trabalhos de construção naval no calhau. Observe-se o cabrestante. Foto ACMM.
- 122 Aspecto da estrutura soterrada da muralha da Ribeira de Machico, na sequência das obras de construção civil no edifício das conservas. Foto ES.
- 123-124 Estruturas de pontes identificadas em acções de acompanhamento de arqueológico. Fotos Lídia Neves e ES.
- 125 Travessa da Figueira. Foto CARM.
- 126 Outro aspecto da Baía de Machico (1.ª metade do século XX). Foto ACMM.
- 127-128 Diferentes perspectivas dum edifício já desaparecido, localizado na Travessa do Forno. Fotos CARM.
- 129 Capela dos Milagres. Foto CARM.
- 130 Corte estratigráfico, metade Este, da Casa da Travessa do Mercado. Foto ES.
- 131 Modelo da Ficha de Unidade Estratigráfica (UE).
- 132 Registo gráfico e topográfico das estruturas arqueológicas no espaço do Solar do Ribeirinho (Verão de 1999). Foto CC.
- 133 Limpeza do terreno do Solar do Ribeirinho (Verão de 1998). Foto ES.
- 134 O edifício solarengo do Ribeirinho nos anos oitenta do século XX. Foto MN.
- 135-136-137-138 Aspectos da Casa do Romeiro, junto à Capela de São Roque. Fotos MN, CARM e ES.
- 139 Escavação do sítio arqueológico da Casa da Travessa do Mercado (2003). Foto ES.
- 140 Pormenor do espaço onde decorreram os trabalhos arqueológicos no edifício da Junta de Freguesia de Machico (Verão de 2000). Foto LM.
- 141 Corte estratigráfico da Casa da Travessa do Mercado. Desenho ES.
- 142-143-144 Sequência cronológica do levantamento de um ceitel de D. Afonso V, identificado no interior de um fragmento de parede de uma anforeta (UE23 da Casa da Travessa do Mercado). Fotos ES.
- 145 Raiz e tronco do vinhático do canteiro 1 (UE 9) da Alfândega (ALF/00-9-4). Foto ES.
- 146 Quadro com as datas convencionais e calibradas obtidas por radiocarbono (Laboratório de Radiocarbono do Instituto Tecnológico e Nuclear).
- 147-148-149 Diferentes perspectivas do Solar do Ribeirinho. Fotos ES e MCN.
- 150 Pormenor do piso da cavaliça do Solar do Ribeirinho (Verão de 1998). Foto ES.
- 151 Óculo de iluminação quadrilobado existente no andar térreo do edifício do Solar do Ribeirinho. Foto ES.

152-153 Dois conjuntos de azulejos do tipo massaroca e armoriados, encontrados numa loja do rés-do-chão do Solar do Ribeirinho, em Fevereiro de 1984. Fotos MN.

154-155-156 Perspectivas dos trabalhos arqueológicos levados a cabo no Solar do Ribeirinho, destacando-se a escavação do poço-cisterna. Fotos ES.

157 Planta de escavação (fase intermédia UE5, Solar do Ribeirinho, sector A). Desenho de ES e arranjo gráfico de PRC.

158 Perfil estratigráfico da metade Oeste do Solar do Ribeirinho. Desenho de ES e arranjo gráfico de PRC.

159 Matriz do Ambiente I do Solar do Ribeirinho.

160-161 Reconstituição gráfica e imagem de um fragmento de prato vidrado (SRIB/98-3-401). Desenho e foto de ES.

162 Reconstituição gráfica de um fragmento de forma de pão-de-açúcar do tipo 3 do solar do Ribeirinho (SRIB/98-4-47). Desenho ES.

163 Estrato composto por materiais arqueológicos alegadamente provenientes da acção de limpeza da cisterna do Solar do Ribeirinho (Verão de 1999). Foto ES.

164-165 Duas perspectivas do edifício da Junta de Freguesia de Machico (na imagem mais antiga, observa-se a sua utilização como escola). Fotos CARM e MCN.

166-167-168 Vistas diacrónicas do Solar Urbano Cupertino da Câmara. Fotos CARM, MN e ES.

169 O arco de cantaria mole e a cisterna do edifício da Junta de Freguesia de Machico. Foto LM.

170 Matriz do poço-cisterna da Junta de Freguesia de Machico (Ambiente 1).

171-172 Reconstituição gráfica e imagens de uma tampa de um recipiente de paredes finas, do grupo de pasta regional (JFM.P/00-4-39). Fotos MCN e desenho JL.

173 Travejamento formado por barrotes de madeira identificados no fundo da estrutura do poço da Junta de Freguesia de Machico. Foto LM.

174-175 Aspectos do forno com moldura de cantaria rija da Junta de Freguesia de Machico. Fotos ES.

176 O logradouro calçadado com pedra de calhau rolado (Ambiente II, exterior da Junta de Freguesia). Foto ES.

177 Matriz estratigráfica do Ambiente 2 da Junta de Freguesia de Machico.

178 Teste de cerâmica comum (JFM/00-4-33). Desenho JL.

179-180 Conta em osso em forma de balaústre (JFM/00-Vala2-14) e possível reconstituição. Foto ES.

181 Estrutura de levada encontrada com o derrube de uma construção no canto superior direito do logradouro da Junta de Freguesia de Machico. Foto ES.

182-183 O potencial arqueológico da vala 2 (UE17) da Junta de Freguesia de Machico, observando-se abundantes fragmentos de louça de ir ao fogo. Fotos ES.

184 Vala 1 (UE16). Foto ES.

185 Alguidar de cerâmica comum (JFM/00-vala1-6). Desenho HM.

186 Planta do logradouro da Junta de Freguesia de Machico. Desenho de ES e arranjo gráfico de PRC.

187-188 Vistas sobre o edifício da Alfândega nos finais do século XIX. Fotos CMFV.

189 Gravura de Luís Tomé Teixeira alusiva às "Ruínas da Alfândega de Machico (Madeira)" de 1916. Cortesia de Manuel Rufino Teixeira.

190-191 Sondagens arqueológicas no espaço da Alfândega (Outono 2000). Fotos ES e CC.

192 Planta do espaço da Alfândega. Desenho de ES e arranjo gráfico de PRC.

193-194 Estruturas postas a descoberto nas escavações da Alfândega. Fotos ES.

195 Planta da fase intermédia do espaço da Alfândega. Desenho ES e arranjo gráfico de PRC.

196-197 Cortes estratigráficos do espaço da Alfândega (A e B). Desenho de ES e arranjo gráfico de PRC.

198-199 Fragmento *in situ* de um prato de faiança portuguesa do século XVII e respectiva reconstituição gráfica (ALF/00-4-41). Foto ES e Desenho HM.

200-201 Reconstituição e imagem de um fragmento de forma de açúcar do tipo 2 da Alfândega (ALF/00-5-30). Foto e Desenho de ES.

202 Matriz do Corte B do espaço da Alfândega de Machico.

203 Matriz do Corte A do espaço da Alfândega de Machico.

204 Desenho de um fragmento de um prato melado com decoração a óxido de manganés (ALF/00-5-414). Desenho HM.

205 Fragmento de fundo de uma peça com decoração dourada do grupo Paterna/Manises (ALF/00-14-1). Foto ES.

206 Matriz estratigráfica do canteiro1 (UE9).

207 O edifício da Casa da Travessa do Mercado (antigo Colégio Tristão Vaz Teixeira). Foto MCN.

208 Estruturas (UE18) da Casa da Travessa do Mercado. Foto ES.

209 Planta da fase intermédia do logradouro da Casa da Travessa do Mercado. Desenho de ES e arranjo gráfico de PRC.

210 Piso de calhau rolado, UE 16, da Casa da Travessa do Mercado. Foto ES.

211 Imagem em 3D da UE20.

212-213 Fragmentos de formas de açúcar *in situ* (UE20 da Casa da Travessa do Mercado). Fotos ES.

214-215 Imagem e reconstituição de um perfil de uma escudela carenada melada exumada na Casa da Travessa do Mercado (CTM/03-19-16). Foto ES e desenho de JL.

216 Escórias (CTM/03-23-18). Foto ES.

217 Almofariz da Casa da Travessa do Mercado. Foto MN.

218 Reconstituição gráfica de um tacho de pega triangular (CTM/03-20-15). Desenho HM.

219 Ruínas do Solar/Capela de São José, Sítio do Piquinho. Foto CARM.

220 Distribuição dos sítios de interesse arqueológico da Cidade de Machico, identificados no ano de 2003 sobre a fotografia aérea de 1963.

221-222 Perspectivas da Casa com Porta Manuelina, Rua General António Teixeira de Aguiar. Fotos MN.

223-224 Vistas sobre os imóveis do Beco do Portão, na Banda d'Além. Fotos MN.

225 Pia de água-benta encontrada no recheio dos entulhos da Capela dos Milagres. Foto MN.

226 Corte estratigráfico aquando das obras no espaço do Largo dos Milagres. Foto ES.

227-228 Perspectivas diacrónicas do Aqueduto do Engenho de Machico. Fotos CARM e MN.

229 Trabalhos de laboratório do espólio arqueológico da Junta de Freguesia de Machico. Foto MCN.

230-231 Aspectos do levantamento de um púcaro de cerâmica comum no logradouro da Junta de Freguesia de Machico. Fotos MCN.

232 Fragmento de um recipiente de cerâmica fina não vidrada da Cidade de Machico. Foto ES.

233 Base de um fogareiro do grupo de pasta regional (JFM.P/00-3-40). Desenho JL.

234 Conjunto de fragmentos do grupo de pasta regional. Foto ES.

235 Amostra cerâmica de produção local enviada para a análise química e mineralógica (JFM/00-4-15). Foto ES.

236 Aspecto da marcação do espólio cerâmico. Foto MCN.

237 Trabalhos de laboratório dos materiais cerâmicos do grupo de “cerâmica do açúcar/uso industrial” da Casa da Travessa do Mercado (Outono de 2005). Foto ES.

238 Exemplo da Ficha Descritiva de Cerâmica.

239 Escudela vidrada exumada nas escavações da Casa da Travessa do Mercado. Foto MN.

240-241 Imagem e reconstituição gráfica de um fragmento de prato de faiança portuguesa da 2.^a metade do século XVII (JFM/00-3-79). Foto ES, desenho HM.

242 Alguns dos fragmentos de formas de pão-de-açúcar sujeitos a análises químicas. Foto ES.

243 Fragmento de forma de açúcar do Convento de Jesus de Aveiro. Foto ES.

244 Desenho de prato de cerâmica comum (JFM/00-3-501). Desenho JL.

245 Aspecto da crivagem das terras nos trabalhos arqueológicos da Cidade de Machico. Foto MCN.

246 Fragmento de uma ponta de forma de açúcar do Solar do Ribeirinho. Foto ES.

247 Frequência das principais formas cerâmicas nos sítios arqueológicos de Machico (séculos XV, XVI e XVII).

248 Fragmento de tacho de pegas triangulares proveniente do poço-cisterna da Junta de Freguesia de Machico. Foto ES.

249 Distribuição dos grupos cerâmicos dos sítios arqueológicos.

250 Frequência dos grupos cerâmicos no Solar do Ribeirinho.

251 Frequência dos grupos cerâmicos na Junta de Freguesia de Machico.

252 Frequência dos grupos cerâmicos na Alfândega.

253 Frequência dos grupos cerâmicos na Casa da Travessa do Mercado.

254-255 Reconstituição gráfica de painéis de cerâmica comum (JFM/00-vala1-10; JFM/00-vala3-259). Desenhos HM.

256 Desenho de um fragmento de cerâmica preta (CTM/03-9-12). Desenho HM.

257 Teste de cerâmica comum (JFM/00-3-29). Desenho ES.

258 Reconstituição gráfica de um fragmento de frigideira (ALF/00-5-391). Desenho JL.

259 Reconstituição gráfica de um fragmento de tacho de cerâmica comum da Alfândega de Machico (ALF/00-5-392). Desenho JL.

260 Tigela de cerâmica comum (JFM/00-vala2-227). Desenho HM.

261 Tigela de cerâmica preta (CTM/03-19-18). Desenho HM.

262-263 Fragmento de asa de uma escudela (JFM/03-vala1-147, Foto ES) e reconstituição gráfica de um outro exemplar semelhante do século XV (LUNA; CARDOSO, 2001:16).

264 Fragmento de fundo de um pucarinho (JFM/00-vala1-500). Desenho HM.

265-266 Trânsito da Virgem, Cristóvão de Figueiredo (Museu Nacional de Arte Antiga). Fotos ES.

267-268 Retábulo da Igreja do Paraíso, Gregório Lopes, século XVI (Museu Nacional de Arte Antiga). Fotos ES.

269-270 Imagem e reconstituição gráfica de um possível pucarinho de cerâmica fina não vidrada da Junta de Freguesia de Machico (JFM/00-vala1-3). Foto ES e Desenho JL.

271 Desenho de um almofariz (JFM/00-4-162). Desenho HM.

272 Imagem de um outro fragmento de almofariz exumado no Solar do Ribeirinho (SRIB/98-4-394). Desenho ES.

273-274 Nascimento de São João Baptista, Mestre desconhecido, século XVI (Museu Nacional de Arte Antiga). Fotos ES.

275-276 Fragmento de uma possível pega de cerâmica com incrustação de pedras de quartzo (CTM/03-19-797, Foto ES), provavelmente de tipologia similar a um outro exemplar de tampa de cerâmica com decoração empedrada, da segunda metade do século XV, recolhida nas escavações da Mata da Machada, Barreiro. (imagem reproduzida de Eugénio Carneiro, *Empedrado. Técnica de decoração cerâmica*, 1989, Fig. 1).

277 Reconstituição gráfica de uma escudela com vidrado castanho de tom melado (JFM/00-3-74). Desenho JL.

278 Perfil de uma escudela exumada nos últimos trabalhos do logradouro da Junta de Freguesia de Machico. Foto ES.

279-280 Imagem e reconstituição gráfica de um fragmento de bordo e bojo de uma tigela vidrada (ALF/00-3-413A). Foto ES e desenho HM.

281 Vários fragmentos de pratos com decoração a óxido de manganés (CTM/03-24-2149; CTM/03-23-39; CTM/03-23-601; CTM/03-21-34). Foto ES.

282 Reconstituição gráfica de um fragmento de alguidar vidrado de cor verde (CTM/03-20-19). Desenho HM.

283 Desenho de uma escudela esmaltada da Casa da Travessa do Mercado (CTM/03-18-4). Desenho HM.

284 Reconstituição de um fragmento de prato com a superfície esmaltada proveniente da Junta de Freguesia de Machico (JFM/00-vala3-279). Desenho HM.

285-286 Imagem e reconstituição gráfica de um godé de cerâmica esmaltada (JFM/00-4-70). Foto MCN, desenho JL.

287 Desenho de um godé proveniente da Casa da Travessa do Mercado (CTM/03-20-5). Desenho HM.

288 Fragmento de cerâmica esmaltada decorada a verde, provavelmente das oficinas andaluzas do século XVI (ALF/00-5-378). Foto ES.

289-290 Imagem e respectiva reconstituição gráfica de uma tigela de faiança portuguesa decorada com motivos predominantemente vegetais (JFM/00-4-4). Foto ES e desenho JL.

291 Desenho de uma tigela de faiança (CTM/03-9-14). Desenho HM.

292 Fragmento de base e parede de faiança (JFM/00-3-81). Desenho HM.

293-294 Imagem e reconstituição gráfica de um prato de faiança portuguesa (JFM/00-3-80). Foto ES, desenho HM.

295 Desenho de uma tigela de faiança com tema decorativo do tipo "contas" (ALF/00-4-50). Desenho HM.

- 296 Reconstituição gráfica de uma base de uma tigela de faiança, com decoração combinada a azul e vinoso (ALF/00-4-51A). Desenho HM.
- 297 Reconstituição gráfica de um perfil de uma taça proveniente das escavações do espaço de Alfândega de Machico (ALF/00-4-52). Desenho HM.
- 298 Dois fragmentos de uma taça de porcelana chinesa (Ming, século XVI), (JFM/00-3-20). Foto ES.
- 299 Fragmentos de porcelana chinesa do século XVII (Qing), (CTM/03-20-540; ALF/00-63; JFM/00-3-3). Foto ES.
- 300-301 Fragmentos de azulejos *in situ* no decorrer das escavações no espaço do Solar do Ribeirinho. Fotos ES.
- 302 Vários fragmentos de azulejos policromos do padrão *massaroca* do Solar do Ribeirinho. Foto ES.
- 303 Fragmento de azulejo de friso do Solar do Ribeirinho (S. RIB/98-3-12). Foto ES.
- 304 Exemplares de tijoleiras da Alfândega e da Junta de Freguesia de Machico. Foto ES.
- 305 Pormenor do aglomerado de fragmentos de formas de açúcar (UE20) na Casa da Travessa do Mercado. Foto ES.
- 306 Distribuição dos fragmentos de formas de açúcar nos sítios arqueológicos de Machico.
- 307 Aspecto do Engenho do Porto da Cruz. Foto MN.
- 308 Apanha da cana-de-açúcar no Porto da Cruz. Foto MN.
- 309 Tipologia das formas de açúcar da Cidade de Machico (séculos XVI e XVII). Arranjo gráfico PRC.
- 310 Reconstituição gráfica de um fragmento de forma de açúcar, tipo1 (JFM/00-4-78). Desenho JL.
- 311 Reconstituição gráfica de um fragmento de forma de açúcar, tipo2 (CTM/03-20-50). Desenho HM.
- 312-313 Imagem e reconstituição gráfica de um fragmento de forma de açúcar, tipo3, da Casa da Travessa do Mercado (CTM/03-20-55). Foto ES, desenho HM.
- 314 Amostra de fragmentos de formas de açúcar da Cidade de Machico. Foto ES.
- 315 Tipologia dos bordos de formas de açúcar.
- 316 Distribuição da tipologia dos bordos das formas de açúcar.
- 317-318 Imagem e reconstituição gráfica de um fragmento de ponta de forma de açúcar (CTM/03-20-11). Foto ES e desenho JL.
- 319-320 Dois tipos de pontas de formas de açúcar da Cidade de Machico. Fotos ES.
- 321-322 Figuras de porrões castelhanos, observando-se a disposição das formas de açúcar sobre os respectivos porrões (de acordo com Josep Gisbert Santoja, 1990: 262).
- 323 Reconstituição gráfica de um provável porrão da Casa da Travessa do Mercado (CTM/03-21-36). Desenho HM.
- 324 Fragmento de ponta de um possível sino de cerâmica comum (CTM/03-20-33). Foto ES.
- 325 Imagem de dois fragmentos de parede de cerâmica esmaltada do tipo "Azul lisa" (ALF/00-7-65; CTM/03-19-5). Foto ES.
- 326 Fragmento de prato de faiança, provavelmente valenciana, do século XV (CTM/03-23-27). Foto ES.
- 327 Peça de jogo em cerâmica esmaltada de origem valenciana (JFM/00 – vala1-10). Foto ES.

- 328 Possível fragmento de tampa esmaltada com decoração reticulada em tons de dourado (CTM/03-24-2003). Foto ES.
- 329 Fragmentos de cerâmica vidrada (CTM/03-23-26; CTM/03-23-27). Foto ES.
- 330 Fragmento de base e parede de escudela com decoração a azul (ALF/00-5-370). Foto ES.
- 331 Fragmentos de escudela esmaltada com decoração linear de assentamento em aresta (ALF/00-5-379-1-2). Foto ES.
- 332 Fragmento de escudela com decoração a azul (círculos concêntricos), (JFM/00-vala3-275). Foto ES.
- 333 Fragmentos de escudelas esmaltadas com decoração a azul (CTM/03-18-3; CTM/03-20-544). Foto ES.
- 334 Base de escudela decorada a verde (JFM/00-vala3-276). Foto ES.
- 335 Base de uma escudela decorada com círculos concêntricos a preto (JFM/00-4-322). Foto ES.
- 336-337 Imagens de um fragmento de peça quadrangular esmaltada com decoração relevada (JFM/00-4-321). Fotos ES.
- 338 Fragmentos de pratos e escudelas de cerâmica esmaltada sevilhana do tipo azul vinoso (CTM/03-21-17; CTM/03-21-28; CTM/03-21-28 A). Foto ES.
- 339 Fragmentos de cerâmica esmaltada de possível imitação italiana (S.RIB.98-4-31; S. RIB/98-4-32). Foto ES.
- 340 Fragmentos de escudelas vidradas a castanho, decoradas a óxido de manganés. Foto ES.
- 341-342 Imagem e reconstituição gráfica de um fragmento de gargalo de anforeta (JFM/00-3-33). Foto ES e desenho JL.
- 343 Reconstituição gráfica de um fragmento de gargalo de anforeta (ALF/00-5-399A). Desenho HM.
- 344 Pormenor do gargalo de uma anforeta (JFM/00-3-33). Foto ES.
- 345 Desenho de um outro gargalo de uma anforeta do espaço da Alfândega de Machico (ALF/00-5-399B). Desenho HM.
- 346-347 Imagem e reconstituição gráfica de um fragmento de taça de majólica italiana alegadamente de Montelupo (JFM/00-4-4). Foto ES, desenho HM.
- 348 Fragmentos de pratos de majólica de Montelupo, com a decoração do tipo “blu graffito”, segundo quartel do século XVI, (CTM/03-21-25; CTM/03-21-28; CTM/03-21-31). Foto ES.
- 349 Outros fragmentos de exemplares de majólicas italianas de Montelupo. (JFM/00-4-69; JFM/00-4-2; JFM/00-4-68; JFM/00-4-3; JFM/00-4-4). Foto ES.
- 350 Fragmentos de faiança provavelmente holandesa (ALF/00-4-61). Foto ES.
- 351-352 Imagem e desenho de um caldeirão ou tacha em cobre (JFM.P/00-4-17). Foto ES e desenho JL.
- 353 Última Ceia, Mestre do Retábulo da Capela-mor de São Francisco de Évora, primeiro terço do século XVI (Museu Nacional de Arte Antiga). Foto ES.
- 354 Recipiente utilizado na fundição, após o restauro (C.RIB./01 – Achad.3). Foto MCN.
- 355 Projétil de ferro (C.RIB/01-Achad.4). Foto ES.
- 356 Amostragem de pregos e cavilhas. Foto ES.
- 357 Cavilha (JFM/00-3-25). Foto ES.
- 358 Tachas de cobre (SRIB/98-3-10; S.RIB.98-3-7). Foto ES.

- 359 Fecho ou ferrolho (ALF/00-4-35). Foto ES.
- 360 Alfinetes de cabelo em cobre (JFM/00-4-22; JFM/00-3-64). Foto ES.
- 361 Conjunto de alfinetes de cobre, de tamanhos variados, de cabeça esférica. Foto ES.
- 362 Exemplo de alfinete de cabeça de perfil discoidal, com dois discos sobrepostos (JFM/00-3-18). Foto ES.
- 363 Recriação em linguagem museológica da associação entre os caramujos, os alfinetes e a cerâmica utilitária. Foto MCN.
- 364 Fivelas em cobre (CTM/03-24-80; JFM/00-3-42). Foto ES e MCN.
- 365 Pintura de São Cristóvão, observando-se um cinturão com uma fivela saliente (Capela e Solar de São Cristóvão, Machico). Foto RC.
- 366-367 Botões de metal, reverso e verso (SRIB/98-3-9; SRIB/98-3-5; SRIB/98-SB-3-8). Fotos MCN.
- 368 Pontas de fuso em cobre (JFM/00-3-20; JFM/00-3-9). Foto ES.
- 369 Dedal em cobre (SRIB/98-4-10). Foto ES.
- 370 Inventário dos numismas dos sítios arqueológicos de Machico.
- 371 Tostão de prata de D. Manuel I (1495-1521), (ALF/00-7-47). Foto ES.
- 372 Imagens de alguns ceitis dos séculos XV e XVI. Foto MCN.
- 373 Blocos de sílex de cor acinzentada e negra (SRIB/98-4-5; CTM/03-20-2; CTM/03-21-26). Foto ES.
- 374 Quartzos leitosos (SRIB/98-4-6; JFM/00-vala1-142). Foto ES.
- 375 Blocos de calcário (CTM/03-20-1; CTM/03-20-3). Foto ES.
- 376 Pedra brasonada (SRIB/98-2-13). Foto ES.
- 377 Fragmentos de vidro cor-de-rosa transparente e azul, com decoração moldada (JFM/00-3-157-158). Foto ES.
- 378 Fragmentos de braceletes de vidro (CTM/03-20-9; CTM/03-23-11). Foto ES.
- 379 Reconstituição gráfica de uma taça de bordo tubular (SRIB/98-4-4). Desenho HM.
- 380 Dois desenhos de fragmentos de garrafas (JFM/00-4-1; SRIB/98-3-5). Desenhos HM.
- 381 Conchas de cracas. Foto ES.
- 382 Restos vegetais de endocarpos de árvores fruteiras (pessegueiro, ameixeira, damasqueiro, nogueira e castanheiro) armazenadas em laboratório. Foto ES.
- 383 Pedúnculo do fruto do til (JFM.P/00-4-4). Foto ES.
- 384 Dois endocarpos de azeitonas (JFM.P/00-4-10). Foto ES.
- 385 Dois fragmentos da parte superior de um coco (JFM.P/00-4-11). Foto ES.
- 386 Restos osteológicos de fauna ictiológica armazenados em laboratório. Foto ES.
- 387 Lapas da espécie *Patella candei*, actualmente extinta. Foto VG.
- 388 Espécie de caramujo. Foto VG.
- 389 Búzio. Foto VG.
- 390 Exemplar de coral marinho recolhido nas escavações do Solar do Ribeirinho (SRIB/98-3-34). Foto ES.
- 391 Duas peças de jogo ou cossoiros com perfuração (CTM/03-21-32; CTM/03-18-25). Foto ES.

- 392 Amostragem das peças de jogo (CTM/03-23-24; ALF/00-4-12; CTM/03-9-1; S.RIB/98-3-21; S.RIB/98-4-33; CTM/03-20-11; CTM/03-20-543). Foto ES.
- 393 Fragmentos de boquilhas de cachimbos ingleses (JFM/00-3-1; ALF/00-4-4; SRIB/98-4-4). Foto ES.
- 394 Exemplar de cachimbo exposto na Casa Museu Cristóvão Colombo, Porto Santo. Foto ES.
- 395 Contas de colar ou de Rosário (JFM/00-3-8; JFM/00-3-8A; JFM/00-3-7). Foto ES.
- 396 Conjunto de botões (CTM/03-18-10; SRIB/98-4-5; SRIB/98-4-8; RIB/98-4-7; SRIB/98-4-6; SRIB/98-4-11). Foto ES.
- 397 Botão em osso com um único furo (JFM/00-4-14). Foto ES.
- 398 Botão em osso tingido a verde (JFM/00-4-13). Foto ES.
- 399 Dois fragmentos de objectos em osso de uso provável em embutidos (SRIB/98.SB-4-2 e 2A). Foto ES.
- 400 Objecto em osso (CTM/03-23-58). Foto ES.
- 401 Fragmento cerâmico de uma figura de temática animal, com pintura a branco (CTM/03-15-15). Foto ES.
- 402 Estruturas hidráulicas postas a descoberto na última campanha de escavações do Solar do Ribeirinho (Inverno de 2004). Foto ES.
- 403 Pormenor das estruturas postas a descoberto no logradouro da Junta de Freguesia de Machico. Foto ES.
- 404 Estruturas encontradas durante as obras de saneamento na Rua General António Teixeira de Aguiar. Foto ES.
- 405 Elemento arquitectónico barroco inserido numa das paredes de um arruamento no Sítio da Misericórdia. Foto MN.
- 406 Elemento arquitectónico. Foto MN.
- 407 Imagem parcial do Núcleo Arqueológico da Junta de Freguesia de Machico. Foto MCN.
- 408 Perspectiva do espaço musealizado, observando-se a cisterna e o forno. Foto MN.
- 409-410-411 Aspectos vários da estratégia museológica. Fotos MN e MCN.
- 412 Aspecto dos recursos visuais utilizados na musealização. Foto MN.
- 413-414 Cenários do jogo didáctico-pedagógico o “Aprendiz de Arqueólogo – A Lenda de Machim”.

[*]

Bibliografia

Fontes Manuscritas

Arquivo Regional da Madeira (ARM)

Câmara Municipal de Machico (CMM):

Livro do Registo Geral da Câmara, (Foral da Vila de Machico), n.º 87, Tomo I, 1764-1771.

Livro de Óbitos do Porto da Cruz, fls. 144-155v.º, 6 de Abril de 1733 (Testamento de Manuel Tello de Menezes).

Resumos e transcrições de testamentos, escrituras, tombo e medição de bens de capelas e outros documentos insertos nos tombos do Juízo dos Resíduos e Capelas (Capitania de Machico, 1489-1688), (compilação existente no Arquivo Regional da Madeira, transcrição de Luís de Sousa Melo).

Câmara Municipal do Funchal:

Livro de Vereações, L.º 1316, 1605; L.º 1324, 1626; L.º 1326, 1632; L.º 1327, 1635.

Posturas, L.º 685, 1587.

Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT)

ANTT, *Corpo Cronológico, Parte II*, Maço 97, doc. 60, Microfilme 5867.

Arquivo da Câmara Municipal de Machico

Annaes do Municipio da Villa de Machico, Câmara Municipal de Machico, 1864.

Estudos

AAVV (2003) – *1803-2003. Memórias de uma Aluvião*, Machico, Câmara Municipal de Machico.

AAVV (1998) – “A cerâmica dos destroços do navio dos meados do século XV Ria de Aveiro A e da zona Ria de Aveiro B. Aproximação tipológica preliminar”, *Actas das 2^{as} Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval de Tondela*, Porto, Câmara Municipal de Tondela, pp.185-210.

AAVV (1996) – *Laurissilva da Madeira. Caracterização Quantitativa e Qualitativa*, Funchal, Parque Natural da Madeira.

AAVV (1993) – “Late Sixteenth-Century Basque Banded Copper Kettles”, *Historical Archaeology*, Vol. 27, Number 1, California, pp. 44-57.

AAVV (1992) – *Carta dos Solos da Ilha da Madeira*, 1.ª edição, Lisboa, CEP, ISA, CPUTL, DRAM.

AAVV (1975) – *Carta Geológica de Portugal. Notícia Explicativa das Folhas «A» e «B» da Ilha da Madeira*, Lisboa, Junta de Investigações Científicas do Ultramar e Faculdade de Ciências de Lisboa.

AAVV (1940) – *Vida e Arte do Povo Português*, Lisboa, Secretaria da Propaganda Nacional.

ABREU, António; ABREU, Cristina (2003) – “Arqueologia Malacológica na Cidade de Machico” (comunicação apresentada no II Colóquio Nacional de Malacologia, Lisboa, 16-17 de Maio).

ALARCÃO, Jorge de (2001) – “A Interdisciplinaridade da Arqueologia”, *ILHARQ – Revista de Arqueologia e Património Cultural do Arquipélago da Madeira*, n.º 1, Gaula, pp.7-10.

ALARCÃO, Jorge de (2000) – *A Escrita do Tempo e a sua Verdade (Ensaio de Epistemologia da Arqueologia)*, Coimbra, Quarteto.

ALARCÃO, Jorge de; JORGE, Vítor Oliveira (1997) – *Pensar a Arqueologia, Hoje*, Porto, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia (Mesa-redonda realizada no Porto, em 21 e 22 de Fevereiro de 1997 intitulada “Conceptualização e Interpretação em Arqueologia: Perspectivas Actuais”).

ALARCÃO, Jorge de (1974) – *Cerâmica comum e regional de Conímbriga*, Coimbra, Faculdade de Letras de Coimbra (Tese de Doutoramento em Pré-história e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra).

ALBUQUERQUE, Luís de, dir. (1994) - *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, Vol.I e II, Lisboa, Círculo de Leitores.

ALIPRANDINI, Giovanni; MILANESE, Marco (1986) – *La Ceramica Europea. Introduzione alla tecnologia alla storia e all'arte*, Genova, Edizioni Culturali Internazionale.

ALMADA, José António de (1952a) – “Apontamentos para a Descrição Histórica, Topográfica e Económica do Concelho de Machico”, *Das Artes e da História da Madeira*, Vol. III, n.º 13, Funchal, pp.35-37.

ALMADA, José António de (1952b) – “Apontamentos para a Descrição Histórica, Topográfica e Económica do Concelho de Machico”, *Das Artes e da História da Madeira*, Vol. III, n.º 17, Funchal, pp.53-56.

ALMEIDA, Carlos Alberto; FERNANDES, Francisco (2001) – *Carta Arqueológica do Concelho de Aveiro*, Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro.

ALMEIDA, Paulo Dias de (1982) – “Descrição da Ilha da Madeira em geral, e cada uma das suas Freguesias, Vilas, e Lugares em particular. Suas produções, número de fogos, e seus habitantes, e estudo actual de suas fortificações acompanhado de Estampas, referindo-se ao mapa geral da mesma Ilha (em 1817)”, in CARITA, Rui, *Paulo Dias de Almeida e a Descrição da Ilha da Madeira*, Funchal, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, pp. 49-103.

AMIGUES, François (1995) – “La céramica gótico-mudéjar valenciana y las fuentes de inspiración de sus temas decorativos”, in GERRARD, Christopher; GUTIÉRREZ, Alejandra e VINCE, Alan, *Spanish Medieval Ceramics in Spain and the British Isles/Cerâmica medieval espanhola en España y en las Islas Británicas*, Oxford, Tempos Reparatum (Bar Internacional series, 610), pp. 141- 158.

AMORES, Fernando (1997) – “La arqueología postmedieval en España. Panorama Y perspectivas”, *Archeologia Postmedievale*, I, Firenze, pp. 51-67.

ANDRÉN, Anders (1998) – *Between Artifacts and Texts. Historical Archaeology in Global Perspective*, New York and London, Plenum Press.

“Annaes do Municipio da Antiga Villa de Machico”, *Flor do Oceano*, n.ºs 247 a 286, (1865-1866).

ARAGÃO, António, coord. e notas (1981) – *A Madeira Vista por Estrangeiros – 1455 – 1700*, Funchal, Secretaria Regional da Educação e Cultura, Direcção Regional dos Assuntos Culturais.

ARAGÃO, A. C. Teixeira (1966) – *Descrição Geral e História das Moedas Cunhadas em Nome dos Reis e Governantes de Portugal*, 2.ª edição, (Edição Fac-similada), Porto, Livraria Fernando Machado.

ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges; LE GOFF, Jacques (1994) – *História e Nova História*, 3.ª edição, Lisboa, Teorema.

ARNAUT, Salvador Dias (1986) – *A Arte de Comer em Portugal na Idade Média (Introdução a O “Livro de Cozinha” da Infanta D. Maria de Portugal)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Arquivo Histórico da Madeira (AHM), Funchal, Vols. I e II (1931), VII (1949), XV (1972), XVII (1973), XVIII (1974), (Transcrição de Luís de Sousa Melo).

ARRUDA, Luísa (1995) – “Formas hispânicas. Azulejaria portuguesa dos séculos XV e XVI”, in PEREIRA, Paulo, coord., *História da Arte Portuguesa*, II. Vol., (s.l), Círculo de Leitores, pp.365-375.

AZEVEDO, Álvaro Rodrigues (1873) – “Notas”, in FRUTUOSO, Gaspar *As Saudades da Terra pelo Doutor Gaspar Frutuoso. História das Ilhas do Porto-Sancto, Madeira, Desertas e Selvagens*, Funchal, Typ. Funchalense, pp. 313-869.

- AZEVEDO, Álvaro Rodrigues (1866) – “A Villa de Machico e a Capella de Machim”, *Archivo Pittoresco*, Vol. IX, p.353.
- BAART, Jan (1988) – “Faiança portuguesa, 1600-1660. Um estudo sobre achados e colecções de museus”, in KISTEMAKER, Renée, dir., *Portugueses em Amesterdão (1600-1680)*, Amesterdão, Amsterdams Historisch Museum, pp.18-24.
- BAART, Jan (1987) – “Faiança portuguesa escavada no solo de Amesterdão”, *Faiança portuguesa. Portuguese Faience. 1600-1660*, Lisboa e Amesterdão, pp.19-26.
- BALLART, Josep (1997) – *El patrimonio histórico y arqueológico: valor y uso*, 1ª edición, Barcelona, Editorial Ariel, S.A.
- BALUT, Pierre – Yves; BRUNEAU, Philippe (1997) – “L’archéologie moderne et contemporaine en France”, *Archeologia Postmedievale*, I, Firenze, pp. 69-72.
- BARBOSA, Bernardo (1985) – “Os sedimentos da coluna cretácica de Aveiro-Vagos. Análise da evolução granulométrica, mineralógica e química aplicada às argilas para fins cerâmicos”, *Estudos, Notas e Trabalhos*, n.º 27, Porto, pp. 94-104.
- BARBOSA, Pedro Gomes (1990) – “O Medievalista e a Arqueologia (Reflexões sobre o caso português)”, *ICALP*, n.º 19, Lisboa, pp.109-121.
- BARCELÓ, C.; LABARTA, A. (1990) – “La industria azucarera en el litoral valenciano y su léxico (siglos XV – XVI)”, *Actas del Segundo Seminario internacional - La Caña de Azúcar en el Mediterráneo*, (Motril, 17-21 Septiembre 1990), Motril, Deportación Provincial de Granada, pp. 73- 94.
- BARCELÓ, Miquel et alii (1988) – *Arqueología Medieval. En las afueras del “Medievalismo”*, Barcelona, Editorial Crítica.
- BARKER, Philip (1986) - *Understanding Archaeological Excavation*, first published, London, B.T. Batsford.
- BARKER, Philip (1982) – *Techniques of Archaeological Excavation*, New edition, London, B.T. Batsford.
- BARRAL i ALTET, Xavier (1992) – “Arqueología industrial o Arqueología del mundo moderno y contemporáneo”, in RIPOLL LÓPEZ, Gisela, ed., *Arqueología Hoy*, Madrid, Universidad Nacional de Educación a Distancia, pp. 175-184.
- BARREIRA, Paula; DÓRDIO, Paulo; TEIXEIRA, Ricardo (1998) – “200 anos de cerâmica na Casa do Infante: do séc. XVI a meados do século XVIII”, *Actas das 2ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval de Tondela*, Porto, Câmara Municipal de Tondela, pp.145-184.
- BARROS, Luís; CARDOSO; Guilherme; GONZALEZ, António (2000) – “Primeira Notícia do Forno de St.º António da Charneca- Barreiro”, *Actas das 1ªs Jornadas Arqueológicas e do Património da Corda Ribeirinha Sul*, Barreiro, Câmara Municipal do Barreiro, pp. 72-87.
- BARTHES, Roland (1997) – “The discourse of history”, in JENKINS, Keith, ed., *The postmodern reader*, Londres.
- BECKOU, S. (1982) – “Culture, History and Artifacts”, in SCHELERET, J., *Material Culture Studies in América*, Nashville, Tenn, pp. 114-123.
- BENTZ, Bruno (1990) – “Les fouilles modernes et contemporaines”, *Revue d’Archéologie Moderne et d’Archéologie Générale*, Vol. 8, pp.17-39.
- BLUTEAU, Rafael (1720) – *Vocabulário português e latino*, Vol. II, III e VI, (s.l.), Oficina de Pascoal da Silva.
- BOONE, James (1997) - *Artifacts deposition and demographic change an archaeological case study of medieval colonialism in the age of expansion* (ed. Fac-similada da tese de doutoramento em Filosofia pela State University of New York, 1980), Ann Arbor, Michigan, UMI.
- BOONE, James (1984) - “Majolica escudillas of the 15th and 16th centuries: A typological analysis of 55 examples from Qsar es-Seghir”, *Historical Archaeology*, California, Vol. 18, pp. 79-86.

- BOÜARD, Michel de (1977) – *Manual de Arqueología Medieval. De la prospección a la historia*, Barcelona, Editorial Teide/ Base.
- BRAUDEL, Fernand (1992) – *Civilização Material, Economia e Capitalismo, Séculos XV – XVIII. As Estruturas do Quotidiano: O Possível e o Impossível*, Tomo I, Lisboa, Editorial Teorema.
- BRÜDT, Käte (1937) – “Madeira Estudo linguístico-etnográfico”, *Boletim de Filologia*, Tomo V, fascículos 1-2, Lisboa, pp. 59-91.
- BUCAILLE, Richard; PESEZ, Jean-Marie (1989) – “Cultura Material”, *Enciclopédia Einaudi*, Vol. 16, (s.l.), Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 11-47.
- CADAMOSTO, Luís de (1981) – “ A primeira navegação”, *A Madeira Vista por Estrangeiros – 1455 – 1700 (Coordenação e notas de António Aragão)*, Funchal, Secretaria Regional da Educação e Cultura, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, pp. 35-37.
- CAEIRO, Alberto (2001) – *Poesia*, Lisboa, Assírio & Alvim.
- CAETANO, Carlos (2004) – *A Ribeira de Lisboa na Época da Expansão Portuguesa (Séculos XV a XVIII)*, Lisboa, Pandora.
- CAILLEUX, André de (s.d.) – *Note Sur le Code des Coleurs des Sols*, Boubée.
- CALADO, Rafael Salinas (1999) – *Azulejaria na Madeira e na colecção da Casa-Museu Frederico de Freitas*, (s.l.), Direcção Regional dos Assuntos Culturais.
- CALADO, Rafael Salinas (1992) – *Faiança Portuguesa: sua evolução até ao início do século XX*, Lisboa, Correios de Portugal.
- CALADO, Rafael Salinas (1989) – “Faiança portuguesa da primeira metade do século XVII”, *Cerâmicas*, n.º 2, pp.15-18.
- CALADO, Rafael Salinas (1988) – “Antecedentes históricos da faiança portuguesa”, *Cerâmicas*, n.º 1, pp. 9-12.
- CAMPOS, Teresa (1999) – *Cerâmica/Cerâmica de Revestimento*, 1.ª edição, (s.l.), Instituto Português de Museus.
- CARANDINI, Andrea (1997) - *Historias en La Tierra. Manual de excavación arqueológica*, Barcelona, Editorial Crítica.
- CARDOSO, Guilherme; RODRIGUES, Severino (1999) – *Tipologia e cronologia de cerâmicas dos séculos XVI, XVII e XIX encontradas em Cascais*, Separata de Arqueologia Medieval, n.º 6.
- CARDOSO, Guilherme; RODRIGUES, Severino (1991) – “Alguns tipos de cerâmica dos sécs. XI a XVI encontrados em Cascais”, *Actas do IV Congresso Internacional – A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental* (Lisboa, 16-22 Novembro de 1987), Lisboa, Campo Arqueológico de Mértola, pp. 575-585.
- CARDOSO, João Luís; GOMES, Mário Varela (1996) – “Contributo para o estudo das faunas encontradas no poço-cisterna de Silves (Séculos XVI-XVI)”, *Xelb – Revista de Arqueologia, Arte, Etnologia e História*, n.º 3, Silves, pp. 207-268.
- CARDOSO, Zita (2001) – *Machico. Cidade Histórica*, 2.ª edição, (s.l.), Acaporama/Casa do Povo de Machico.
- CARITA, Rui (1994) – *A Demanda da Capitania de Machico nos séculos XVI e XVII. Texto e Estudo Histórico*, Funchal, (Dissertação complementar para doutoramento em História Moderna apresentada à Universidade de Lisboa).
- CARITA, Rui (1993) – *A Arquitectura Militar na Madeira: séculos XV a XVII*, Funchal, Vols. I, II, III, (Dissertação de Doutoramento em História Moderna e História de Arte apresentada à Universidade de Lisboa).
- CARITA, Rui (1989) – *História da Madeira (1420-1566). Povoamento e Produção Açucareira*, Vol. I, Funchal, Secretaria Regional da Educação.

CARNEIRO, Eugénio (1989) – *Empedrado. Técnica de decoração cerâmica*, Barcelos, Câmara Municipal de Barcelos.

Carta da Ilha da Madeira (Este), escala de 1:50000, Instituto Geográfico e Cadastral, 3.ª edição, 1994.

Carta de Solos da Ilha da Madeira, escala 1:50000, 1.ª edição, 1992.

Carta Geológica de Portugal – Ilha da Madeira, escala 1:50000, Folha B, Direção-Geral de Minas e Serviços Geológicos.

Carta Militar de Portugal – Machico (Ilha da Madeira), escala 1:25000, folhas 6 (1975) e 7 (1974), Serviços Cartográficos do Exército.

CARVALHO, A.M. Galopim; BRANDÃO, José (1991) – *Geologia do Arquipélago da Madeira*, 1.ª Edição, (s.l.), Museu Nacional de História Natural.

CARVALHO, Adalberto (2001) – *Avaliação da Perigosidade das Cheias Rápidas na Bacia da Ribeira de Machico (Ilha da Madeira)*, Lisboa, (trabalho final de seminário em Geografia Física e Ordenamento do Território apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa – texto policopiado).

CASTELEIRO, João Malaca, coord. (2001) – *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, Vol. I e II, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa e Editorial Verbo.

CASTRO, F.; LIMA; Pires (1961) – *A Arte Popular em Portugal*, Vol. II, Lisboa, Editorial Verbo.

CHAVES, Luís (1965) – *Nos domínios da Arte e da Artesania: olarias rústicas e cerâmicas artísticas*. Separata de Ethnos, n.º4.

CHAVES, Luís (1961) – *Acerca da louça de Maфра*. Separata do Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa, 2.ª Série, 55-56.

CHILDE, Gordon (1977) – *Introdução à Arqueologia*, 2.ª edição, (s.l.), Publicações Europa-América.

CLODE, Francisco (1990) – “As faianças de Delft de coleção do Museu das Cruzes”, *Diário de Notícias-Madeira*, Funchal, (7-12-1990), p.9.

CORDEIRO, José Lopes (1993) – “Editorial”, *Arqueologia Industrial*, Segunda Série, Vol. I, n.º 1-2, pp.5-9.

CORREIA, António Aragão Mendes (1959) – *Pelourinhos da Madeira*, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal.

CORTEZ, Russel (1946) – *Louça de Estanho Portuguesa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.

COSTA, Américo (1940) – *Dicionário Chorographico de Portugal Continental e Insular*, Vol.II, Porto, edição do autor.

COSTA, José Pereira, transc. (1995) – *Vereações da Câmara Municipal do Funchal. Século XV*, 1.ª edição, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.

CRISTÓVÃO, Carlos (1989) – *Elucidário de Machico*, 3.ª edição, Machico, Câmara Municipal de Machico.

CRISTÓVÃO, Carlos (1984) – “Azulejos enterrados numa loja em Machico” *Diário de Notícias – Madeira*, Funchal, (15/04/1984), p.10.

CUELLO, Antonio Malpica (1990) – “Arqueología y azúcar, estudio de un conjunto preindustrial azucarero en el Reino de Granada: La Palma (Motril)”, *Actas del Segundo Seminario internacional - La Caña de Azúcar en el Mediterráneo*, (Motril, 17-21 Septiembre 1990), Motril, Deportación Provincial de Granada, pp.123-153.

DAVEAU, Susanne (1981) – “Arqueologia e Geografia”, *Arqueologia*, n.º4, Porto, pp. 46-49.

Decreto-Lei n.º 270/99 de 15 de Julho (*Regulamento de Trabalhos Arqueológicos*), *Diário de República – I.ª Série*, n.º165, 15-7-1999.

DEAGAN, Kathleen (1999) – “The First European Artefacts in the Americas: La Isabela, Dominican Republic (1493-8)”, in HOOK, Duncan; GAIMSTER, David, edit., *Trade and Discovery: The Scientific Study*

- of *Artefacts from Post-Medieval Europe and Beyond*, London, (British Museum, occasional Paper n.º 109), 1999, pp. 3-11.
- DEAGAN, Kathleen – (1987) - *Artifacts of the Spanish Colonies of Florida and the Caribbean, 1500-1800*, Washington, Smithsonian Institution Press.
- DEETZ, James (1980) – “A sense of another world: history museums and cultural change”, *Museum News*, 58 (6), Washington, pp. 40-45.
- DEETZ, James (1977) – “Material Culture and Archaeology – What’s the Difference?”, in FERGUSON, Leland, edit., *Historical Archaeology and the Importance of Material Things*, (s.l.), The Society for Historical Archaeology.
- DESCARTES, René (1997) – *O discurso do método*, 2.ª edição, Lisboa, Editora Replicação.
- DÓRDIO, Paulo; LIMA, Alexandra (1998) – “Introdução: breve relatório para um debate”, *Actas das 2.ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval. Métodos e Resultados para o seu Estudo*, Tondela, Câmara Municipal de Tondela, 1998, pp. 461-467.
- DUBY, Georges; ARIÈS, Philippe, dir., (1990) – *História da vida privada*, Vol. 2, Porto, Edições Afrontamento.
- DYMOND, P. (1974) – *Archaeology and History. A Plea for Reconciliation*, first published, London, Thames and Hudson.
- ESPINOSA, Fernanda (1972) – “Caldeireiro”, *Escritos Históricos*, Porto, Porto Editora.
- FABIÃO, Carlos (1989) – “Para a História da Arqueologia em Portugal”, *Penélope, Fazer e Desfazer História*, n.º 2, pp. 10-26.
- FEBVRE, Lucien (1989) – *Combates pela História*, 3ª edição, Lisboa, Editorial Presença.
- FERNANDES, Isabel (1998) – “Da necessidade de uniformizar a terminologia cerâmica”, *Actas das 2.ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval. Métodos e Resultados para o seu Estudo*, Tondela, Câmara Municipal de Tondela, 1998, pp. 479-480.
- FERNANDES, Isabel Cristina; CARVALHO, Rafael (1998) – “Conjuntos cerâmicos Pós-Medievais de Palmela”, *Actas das 2.ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval de Tondela*, Porto, Câmara Municipal de Tondela, pp. 211-255.
- FERNANDES, José Manuel (1996) – *Cidades e Casas da Macaronésia*, Porto, FAUP-Publicações.
- FERNANDES, José Manuel (1986) – “O Funchal e o Urbanismo de raiz portuguesa no Atlântico. Estudo comparativo e de enquadramento histórico estrutural”, *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira*, I Vol., Funchal, Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração, pp. 247-260.
- FERNANDES, Valentim (1940) – *O Manuscrito “Valentim Fernandes”*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, (leitura e verificação de António Baião).
- FERRO, João Pedro (1996) – *Arqueologia dos Hábitos Alimentares*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- FLORENÇA, Teresa (2006) – “Machico abre Núcleo Museológico”, *Revista Diário de Notícias*, Funchal, (22-28 -1-2006), pp. 26-29.
- FOUCAULT, Michel (1991) – *As Palavras e as Coisas. Uma Arqueologia das Ciências Humanas*, Lisboa, Edições 70.
- FREITAS, Paulo de (1989) - “Azulejaria na Madeira”, *Isleña*, n.º4, Funchal, pp. 25-34.
- FRUTUOSO, Gaspar (1968) – *Livro Segundo das Saudades da Terra* (introdução e notas de João Oliveira Rodrigues), Ponta Delgada, Instituto Cultural da Ponta Delgada.
- GASPAR, Alexandra; AMARO, Clementino (1997) – “Cerâmicas dos séculos XIII-XV da Cidade de Lisboa”, *Actes du VI^e Congrès de L’AIECM2 (Aix-en-Provence, 13-18 Novembre 1995)*, Aix-en-Provence, Narration Éditions, pp. 337-345.

GASPAR, Emanuel (2005) – “Fichas de Caracterização”, *Inventário do Património Imóvel do Concelho de Machico*, Machico, Câmara Municipal de Machico/ ARCHAIS – Associação de Arqueologia e Defesa do Património da Madeira, pp. 35-155.

GASPAR, Emanuel (2000) – “Os azulejos”, *A Propósito do Solar do Ribeirinho*, Machico, Machico, Câmara Municipal de Machico, pp. 23-25.

GOFF, Jacques Le (1994) – “A História do Quotidiano”, in DUBY, Georges; ARIÈS, Philippe; LE GOFF, Jacques, *História e Nova História*, 3.ª edição, Lisboa, Teorema.

GOGGIN, John (1968) - *Spanish Majolica in the New World. Types of the sixteenth to eighteenth centuries*, New Haven, Department of Anthropology, Yale University, (Yale University publications in Anthropology).

GOGGIN, John (1960) - *The Spanish Olive Jar. An introductory study*, Sidney and W. Yale, Yale University Publications in Anthropology (papers in Caribbean Anthropology, Vol. 62).

GOMES, Álvaro Reis (1968) – *Casas Madeirenses*, 2.ª edição, Funchal, Editorial Eco do Funchal.

GOMES, Celso de Sousa; SILVA, João Baptista (1997) – *Pedra Natural do Arquipélago da Madeira. Importância social, cultural e económica*, Câmara de Lobos, Madeira Rochas – Divulgações Científicas e Culturais.

GOMES, Fátima Freitas (2002) – *Machico – A Vila e o Termo: Formas de Exercício do Poder Municipal (Fins do século XVII a 1750)*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, DRAC.

GOMES, Mário Varela; GOMES, Rosa Varela (1998) – “Cerâmicas, dos séculos XV a XVII, da Praça Cristóvão Colombo no Funchal”, *Actas das 2.ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval de Tondela*, Porto, Câmara Municipal de Tondela, pp. 315-348.

GOMES, Mário Varela; GOMES, Rosa Varela (1991) – “Cerâmicas vidradas e esmaltadas, dos séculos XIV, XV e XVI, do poço-cisterna de Silves”, *Actas do IV Congresso Internacional – A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental* (Lisboa, 16-22 Novembro de 1987), Lisboa, Campo Arqueológico de Mértola, pp. 457-490.

GOMES, Mário Varela; GOMES, Rosa Varela (1989) – “Intervenção arqueológica”, *Escavações nas Casas de João Esmeraldo – Cristóvão Colombo, 1989 (1.ª fase)*, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1989, pp. 27-48, (Catálogo de Exposição, Dezembro de 1989, Átrio do Teatro Municipal “Baltazar Dias”).

GOUVEIA, David Ferreira (1985) – “O Açúcar da Madeira. A manufactura açucareira madeirense (1420-1550)”, *Atlântico*, n.º4, Funchal, pp. 260-272.

HARRIS, Edward (1991) – *Princípios de Estratigrafia Arqueológica*, Barcelona, Editorial Crítica.

HIGGINS, David (1997) – “The identification, analysis and interpretation of tobacco pipes from wrecks”, in REDKNAP, Mark, ed., *Artefacts from Wrecks. Dated assemblages from the late Middle Ages to the Industrial Revolution*, Oxford, Oxbow Books, pp.129-136.

JORGE, Vítor Oliveira (1990) – “Arqueologia e História: Algumas reflexões prévias”, *Revista da Faculdade de Letras*, 2.ª série, Vol. VII, Porto, pp. 367-372.

KIRKMAN, James (1974) - *Fort Jesus. A Portuguese Fortress on the East African Coast*, Oxford, Clarendon Press.

KIRKMAN, James (1972) - “A Portuguese Wreck of Mombasa, Kenya”, *The International Journal of Nautical Archaeology*, 1, London, pp.153-157.

KUBLER, G. (1962) – *The Shape of Time. Remarks on the History of Things*, New Haven, London, Yale University Press.

LANDI, Giulio (1981) - “Descrição da Ilha da Madeira”, *A Madeira Vista por Estrangeiros – 1455 – 1700 (coordenação e notas de António Aragão)*, Funchal, Secretaria Regional da Educação e Cultura, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, pp. 79-98.

LAURIOUX, Bruno (1992) – *A Idade Média à Mesa*, (s.l.), Publicações Europa- América.

LE GOFF, Jacques; LADURIE, Emmanuel le Roy; DUBY, Georges, et alii (1991) – *A Nova História*, Lisboa, Edições 70.

LECLAIRE, André; LECLAIRE, Mariette (1986) – *Naissance de la pipe en terre a Saint-Quentin-La-Poterie*, Avignon, Atelier de l' Office Culturel Place de l'Horloge.

Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro (*Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural*), *Diário da República – I.ª Série*, n.º 209, 8-9-2001.

LEITE, Jerónimo Dias (1947) – *Descobrimto da Ilha da Madeira e Discurso da Vida e Feitos dos Capitães da dita Ilha*, (introdução e notas de João Franco Machado), Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

LENCASTRE, Armando; FRANCO, F. (1984) – *Lições de Hidrologia*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências e Tecnologia.

LEPIERRE, Charles (1912) – “Estudo químico e tecnológico sobre a cerâmica portuguesa moderna”, *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 78, (2.ª edição anotada), Lisboa, pp.1-205.

Levantamento *Aerofotogramétrico do Concelho de Machico*, escala 1:2000, Tecafo, cobertura fotográfica de 1980.

LIMA, Fernando de Castro, dir. (1968-1975) – *A Arte Popular em Portugal, Ilhas Adjacentes e Ultramar* Vol. II, Lisboa, Editorial Verbo.

LISTER, Florence; LISTER, Robert (1987) – *Andalusian Ceramics in Spain and New Spain. A cultural Register from the third Century B.C. to 1700*, Tucson, University of Arizona Press.

LISTER, Florence; LISTER, Robert (1976) - *A Descriptive Dictionary for 500 years of Spanish-Tradition Ceramics (13th Through 18th Centuries)*, (s.l.), The Society for Historical Archaeology.

LIZARDO, João (1989) – “Arte Mudéjar na Madeira. A pia baptismal da matriz da Ponta do Sol”, *Atlântico*, n.º18, Funchal, pp.149-152.

LUNA, Isabel; CARDOSO, Guilherme (2001) – “Poço do Pátio da Câmara de Torres Vedras”, *Arqueologia no Distrito de Lisboa*, (Catálogo de exposição, Assembleia Distrital de Lisboa, 6 de Abril a 4 de Maio de 2001), pp.12-19.

MACEDO, Jorge Borges (1977) – “Prefácio”, in CHILDE, Gordon, *Introdução à Arqueologia*, 2.ª edição, (s.l.), Publicações Europa América.

MACHICO, Câmara Municipal, ed. (2002) – *Carta de Doação da Capitania de Machico feita pelo Infante Don Henrique a Tristão Vaz Teixeira*, Machico.

MARDEL, Luiz (1887) – *História da Arma de Fogo Portátil*, Lisboa, Imprensa Nacional.

MARKEN, Mitchell (1994) – *Pottery from Spanish shipwrecks, 1500-1800*, Gainesville, University Press of Florida.

MARQUES, A. H. de Oliveira (1988) – *Novos ensaios de História Medieval Portuguesa*, 1.ª edição, Lisboa, Editorial Presença.

MARQUES, A. H. de Oliveira (1987) – *A Sociedade Medieval Portuguesa. Aspectos da Vida Quotidiana*, 5.ª edição, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora.

MARQUES, João Martins da Silva (1988) – *Descobrimtos portugueses: documentos para a sua História*, Vol.I, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, (reprodução fac-similada da edição de 1944).

MARQUES, Mário Gomes (1996) – *História da Moeda Medieval Portuguesa*, Sintra, Instituto de Sintra.

MARTIN, Colin (1979) – “Spanish Armada pottery”, *The International Journal of Nautical Archaeology and Underwater Exploration*, Vol. 8, n.º 4, pp. 279-302.

MARTINS, Artur; RAMOS, Carlos (1992) – “Elementos para a análise e descrição de produções cerâmicas”, *Vipasca*, Vol.I, pp. 91-101.

- MARTINS, Miguel (1998) – “Um fragmento de tubo de cachimbo da Secção II, contexto n.º8 do Moinho de Alfragide (MV-21.07) (Amadora)”, *Actas das 2.ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval de Tondela*, Porto, Câmara Municipal de Tondela, pp. 365-366.
- MARTINS, Miguel (1988) – “Três cachimbos do Hospital de Todos-os-Santos”, *Revista Municipal*, n.º 23, 2.ª Série, pp. 16-18.
- MATOS, Gastão de Mello (1971) – “Artilharia”, in SERRÃO, Joel, coord., *Dicionário de História de Portugal*, Vol. I, Iniciativas Editoriais.
- MATTOSO, José (1997) – *A Escrita da História. Teoria e Métodos*, Lisboa, Editorial Estampa.
- MATTOSO, José, dir. (1993) – *História de Portugal*, Vols. III (coordenação de Joaquim Romero de Magalhães) e IV (coordenação de António Manuel Hespanha), Lisboa, Círculo de Leitores.
- MELO, Luís de Sousa (1983) – *Gentes e Lugares de Machico nos Séculos XVI e XVII*, Machico, Departamento de Iniciativas Culturais da Junta de Freguesia de Machico.
- MESQUIDA GARCÍA, Mercedes, dir. (2002) – *La Cerámica de Paterna. Reflejos del Mediterráneo, (Museo de Bellas Artes de Valencia, del 19 de Abril al 9 de Junio de 2002)*, (s.l.) Generalit Valenciana.
- MILANESE, Marco (1997) – “Archeologia postmedievale: questioni generali per una definizione disciplinare”, *Archeologia Postmedievale*, I, Firenze, pp.13-17.
- MILANESE, Marco (1994) – “La ceramica postmedievale in Toscana: centri di produzione e manufatti alla luce delle fonti archeologiche”, *Atti XXVII Convegno Internazionale della ceramica – La ceramica postmedievale in Italia. Il contributo dell’ Archeologia*, Albisola, Centro Ligure per la Storia della Ceramica, pp. 79-111.
- MILANESE, Marco (1993) – “Italian Pottery exported during the 15th and 16th centuries”, *Medieval Ceramics*, Vol.17, pp. 23-33.
- MIRANDA, Susana Münch (1994) – *A Fazenda Real na Ilha da Madeira. Segunda metade do século XVI*, 1.ª edição, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.
- MORA, José Ferrater (1991) – *Dicionário de Filosofia*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- MOREIRA, João Lino (2000) – “O Morgadio do Ribeirinho”, *A Propósito do Solar do Ribeirinho*, Machico, Câmara Municipal de Machico/ARCHAIS, pp. 12-21.
- MOREIRA, Nuno (2001) – “Conservação e Arqueologia: Metodologia da intervenção no espólio arqueológico da Junta de Freguesia de Machico”, *ILHARQ – Revista de Arqueologia e Património Cultural do Arquipélago da Madeira*, n.º1, Gaula, pp. 29-33.
- MUÑOZ, Pilar; CAMBRA, Rosário (1999) – “La cerámica moderna en el Convento del Carmen (Sevilla)”, *Arqueología Medieval*, n.º 6, Porto, pp. 160-171.
- NASCIMENTO, João Cabral do, transc.,int. e notas (1949) - *Os pedreiros-livres na Inquisição e Corografia Insulana*, Funchal, Câmara Municipal do Funchal.
- NASCIMENTO, João Cabral do, int. e texto (1935) – *Estampas Antigas da Madeira. Paisagem, Costumes, Traje, Edifícios, Marinhas*, Funchal, Club Rotário do Funchal.
- NASCIMENTO, João Cabral, transc. e notas (1930) – *Documentos para a História das capitánias da Madeira*, Lisboa, (s.n.).
- NEVES, Amaro (1985) – *Azulejaria Antiga em Aveiro. Subsídios para o estudo da cerâmica*, Aveiro, ed. Autor.
- NÓBREGA, Humberto (2000) – “Restos de fauna e flora: resultados preliminares (Julho/Agosto de 1998)”, *A Propósito do Solar do Ribeirinho*, Machico, Câmara Municipal de Machico, pp. 62-71.
- NORONHA, Henrique Henriques de (1996) – *Memória Seculares e Eclesiásticas para a Composição da História da Diocese do Funchal na Ilha da Madeira (Transcrição e notas de Alberto Vieira)*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, CEHA.

NUNES, Naidea (2003) – *Palavras Doces. Terminologia e Tecnologia históricas e actuais da cultura açucareira: do Mediterrâneo ao Atlântico*, Funchal, CEHA.

ORNELAS, Sílvia (2006) – “ARCHAIS fez curso sobre cerâmica da época moderna”, *Diário de Notícias – Madeira*, Funchal, (14/02/2006), p.28.

ORSER, Charles E. (1996) – *A Historical Archaeology of the Modern World*, New York and London, Plenum Press.

ORTON, Clive; TYERS, Paul; VINCE, Alan (1993) - *Pottery in Archaeology*, first published, Cambridge, Cambridge University Press.

OSÓRIO, Maria Isabel; SILVA, António Manuel (1998) – “Cerâmicas vidradas da época moderna no Porto”, *Actas das 2^{as} Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval de Tondela*, Porto, Câmara Municipal de Tondela, pp. 283-314.

OVINGTON, John (1981) – “Uma viagem a Surat no ano de 1689”, *A Madeira Vista por Estrangeiros – 1455-1700 (Coordenação e notas de António Aragão)*, Funchal, Secretaria Regional da Educação e Cultura, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, pp. 175-209.

PALMER, Marilyn (1993) – “Arqueologia Industrial como Arqueologia Histórica”, *Arqueologia Industrial*, Segunda Série, Vol.I, n.º 1-2, Braga, pp. 67-71.

PAVIOT, Jacques (1995) – “Importation de bois d’if de l’île de Madère pour an faire des arcs, avant le 7 novembre 1446”, *Portugal et Bourgogne au XV^e siècle (1384-1482)*, Lisbonne – Paris, pp. 363-364.

PENDERY, Steven (1999) – “Portuguese tin-glazed earthenware in seventeenth-century New England: A preliminary study”, *Historical Archaeology*, Vol.33, Number 4, California, pp. 58-77.

PEQUITO, Luís ; BARROS, Luís (2000) – *O Núcleo Medieval/Moderno de Almada Velha. O passado como expressão do presente*, Almada, Câmara Municipal de Almada.

PEREIRA, Eduardo (1989) – *Ilhas de Zargo*, 4.^a edição, Vols. I, II, Funchal, Câmara Municipal de Funchal.

PEREIRA, Esteves e RODRIGUES, Guilherme (1909) – *Portugal. Dicionário Histórico, Chorográfico, Biográfico, Bibliográfico, Heraldico, Numismático e Artístico*, Vol.IV, Lisboa, João Romano Torres & C.^a Editores.

PEREIRA, Fernando Jasmins (1990) – *Documentos sobre a Madeira no Século XVI existentes no Corpo Cronológico*, Vols. I e II, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

PINTO, Maria Mendes (1987) – *Os Móveis e o seu tempo. Mobiliário Português do Museu Nacional de Arte Antiga (Séculos XV – XIX)*, Lisboa, Instituto Português do Património Cultural.

Plano Director Municipal de Machico, *Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira*, I.^a Série, n.º 143, 15-11-2005.

Plano da Villa de Machico, de 22 de Agosto de 1799 pelo Major Inácio Joaquim de Castro (papel aguarelado, 1010x760mms, escala aproximada 1/1.700, cota 33-20).

Plano Hidrográfico do Porto de Machico, escala de 1:5000, Instituto Hidrográfico de Lisboa, 2^a edição, 1974 (do levantamento de 1937).

Planta de Ordenamento do Plano Director Municipal de Machico, escala 1:10000, Geometral, 2005.

Plano de Ordenamento Territorial da Região Autónoma de Madeira (POTRAM), (Relatório Síntese e Regulamento), Lisboa, Governo Regional da Madeira, Secretaria Regional das Finanças, 1994.

Planta da Bahia de Machico e do Forte S. João Baptista do ano 1860, (tela aguarelada, com 440x350mm, cota 5543 1A/12A/16).

Planta da Villa de Machico e do Forte de Nossa Senhora do Amparo, de 1860, (tela aguarelada no verso, com 450x350mm, escala 1/300, cota 5542 1A/12A/16).

Planta de Encanamento das ribeiras e ribeiros da Ilha da Madeira de 1844 de Manuel José Júlio Guerra (contém nota explicativa e caderno de encargos) desenho em papel a tinta-da-china e aguarelado com 842x643mm, cota D53 – 2C BAHOP.

Planta do Plano de Ordenamento Territorial da Região Autónoma da Madeira, escala 1:50000, Governo Regional da Madeira, Secretaria Regional de Finanças, 1994.

PLEGUEZUELO, Alfonso; LAFUENTE, Pilar (1995) – “Cerámicas de Andalucía Occidental (1200-1600)”, in GERRARD, Christopher; GUTIÉRREZ, Alejandra e VINCE, Alan, *Spanish Medieval Ceramics in Spain and the British Isles/Cerâmica medieval espanhola en España y en las Islas Británicas*, Oxford, Tempus Reparatum (Bar Internacional series, 610), pp. 217-244.

PONTES, Fernando Augusto de, padre (1891) – *Excursões na Madeira*, Funchal, Typografia da “Verdade”.

POUNDS, Norman (1999) - *La Vida Cotidiana. Historia de la Cultura Material*, Barcelona, Crítica.

PRICE, Stanley, dir. (1987) – *La Conservación en excavaciones arqueológicas*, Madrid, Dirección General de Bellas Artes y Archivos.

RAU, Virginia; MACEDO, Jorge Borges, (1962) – *O Açúcar da Madeira nos finais do século XV. Problemas de Produção e Comércio*, Funchal, (s.n.).

RAUX, Stéphanie (1998) - “Méthodes de quantification du mobilier céramique”, in ARCELIN, Patrice e TUFFREAU –LIBRE, Marie, *La quantification des céramiques. Conditions et protocole*, (Actes de la table ronde du Centre Archéologique européen du Mont Beuvray, Glux-en-Glenne, 7-9 avril 1998), Centre Archéologique Européen du Mont Beuvray, pp.11-16.

Reconhecimento Militar da ilha da Madeira do ano de 1841 (cota 1344 1A/12A/16).

REDMAN, Charles (1986) – *Qsar es-Seghir. An Archaeological View of Medieval Life*, London, Academic Press.

REDMAN, Charles (1980) – “Late Medieval Ceramics from Qsar es-Seghir”, *La Céramique Médiévale en Méditerranée Occidentale, X^e – XV^e siècles*, (Colloque Internationaux du C.N.R.S, Valbonne 11-14 Septembre 1978), Paris, Editions du C.N.R.S., pp. 251-263.

REDMAN, Charles; BOONE, James (1979) - “Qsar es-Seghir (Alcácer Ceguer) a 15th and 16th century Portuguese colony in North Africa”, *Studia*, 1979, pp. 5-50.

REFREW, Colin; BAHN, Paul (1998) – *Arqueologia. Teorías, Métodos y Práctica*, 2.ª Edición, Madrid, Ediciones Akal.

RIBEIRO, João Adriano (1993a) – “A casquinha na rota das navegações do Atlântico Norte nos séculos XVI – XVIII”, *Actas do III Colóquio Internacional de História da Madeira (1992)*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, pp. 345-352.

RIBEIRO, João Adriano (1993b) – “A indústria de cal no concelho de Machico, sécs. XVII – XVIII”, *Diário de Notícias – Madeira*, Funchal, (31/3/1993), p. 9.

RIBEIRO, João Adriano (1993c) – “Olarias na Madeira nos sécs. XIX – XX (II)”, *Diário de Notícias – Madeira*, Funchal, (9/6/1993), p.9.

RIBEIRO, Margarida (1984) – *Olaria de uso doméstico na arquitectura conventual do século XVI*, Montemor-o-Novo, Edição do Grupo de Amigos de Montemor-o-Novo (Cadernos de Etnologia, 1).

RIBEIRO, Orlando (1985) – *A Ilha da Madeira até meados do século XX. Estudo geográfico*, 1.ª edição, Lisboa, Ministério da Educação/Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

RIBEIRO, Orlando (1971) – “Cidade”, in SERRÃO, Joel, dir., *Dicionário de História de Portugal*, Vol. I, Lisboa, Iniciativas Editoriais, pp. 574-580.

RIBEIRO, Orlando (1962) – *Aspectos e Problemas da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e Sociais (Estudos de Ciências Políticas e Sociais, n.º 59).

RICOUER, Paul (1987) – *Teoria da Interpretação*, Lisboa, Edições 70.

- RODRIGUES, Maria; SOUSA, Pedro; BONIFÁCIO, Horácio (1990) – *Vocabulário Técnico e Crítico de Arquitectura*, (s.l.), Quimera.
- RODRIGUES, Miguel Jasmins (1994) – “Açúcar”, in ALBUQUERQUE, Luís de, dir., *Dicionário de História dos Descobrimientos*, Vol.I, Lisboa, Círculo de Leitores, pp.15-19.
- SABROSA, Armando (1994) – “Cerâmicas quinhentistas do Palácio Pragana”, *Al-Madan*, 2.ª série, n.º3, Almada, pp. 38-44.
- SABROSA, Armando; SANTO, Paulo (1992) – “Almada Medieval e Moderna. Um projecto de investigação”, *Al-Madan*, 2.ª série, n.º1, Almada, pp. 5-12.
- SALGUEIRO, Teresa Barata (1992) – “A Espacialidade no Tempo Urbano”, *Penélope*, n.º 7, pp. 7-25.
- SANTOJA, José Gisbert (1990) – “En torno a la producción y elaboración de azúcar en las comarcas de la Sabor – Valencia – y la Marina Alta – Alicante – Siglos XIV-XIX. Arquitectura y la evidencia arqueológica”, *Actas del Segundo Seminario internacional – La Caña de Azúcar en el Mediterráneo*, (Motril, 17-21 Septiembre 1990), Motril, Deportación Provincial de Granada, pp. 211-265.
- SARMENTO, Alberto Artur, ten-cor. (1957) – “Um caso de amor fervente”, *Das Artes e da História da Madeira*, n.º4, Vol.I, Funchal, p.7.
- SARMENTO, Alberto Artur, ten-cor. (1953) – *Freguesias da Madeira*, 2.ª edição, Funchal, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal.
- SARMENTO, Alberto Artur, ten-cor. (1950a) – “Apontamentos históricos de Machico”, *Das Artes e da História da Madeira*, Vol. I, n.º2, Funchal, p. 8-9.
- SARMENTO, Alberto Artur, ten-cor. (1950b) – “O vínculo do Rosário”, *Das Artes e da História da Madeira*, Vol. I, n.º3, Funchal, p. 8.
- SARMENTO, Alberto Artur, ten-cor. (1941) – *As pequenas indústrias da Madeira*, Funchal, Imp. “Diário de Notícias”.
- SASSOON, Hamo (1981) – “Ceramics from the wreck of a portuguese ship at Mombasa”, *Azania*, Nairobi, Kenya, pp.97-130.
- SCHELERET, J. (1982) – *Material Culture Studies in América*, Nashville, Tenn.
- SERRÃO, Joel; OLIVEIRA MARQUES, A. H., dir. (1998) – *Nova História de Portugal. Do Renascimento à crise dinástica*, Vol. V, Lisboa, Editorial Presença.
- SERRÃO, Joel (1971) – *Dicionário de História de Portugal*, Vols. I, II, III, IV, Lisboa, Iniciativas Editoriais.
- SERRÃO, Joel (1951) – “Rendimento das Alfândegas do Arquipélago da Madeira (1581-1587)”, *Das Artes e da História da Madeira*, Vol. I (n.º5 e 16), Funchal, pp.1-5 e pp.14-18.
- SILVA, Fernando Augusto, p.º, MENESES, Carlos Azevedo, (1998) – *Elucidário Madeirense (Fac-símile da edição de 1940-1946)*, Vols. I, II, III, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura – DRAC.
- SILVA, Fernando Augusto, p.º (1946) – *Subsídios para a História da Diocese do Funchal*, Volume I (1425-1800), Funchal.
- SILVA, Fernando Augusto, p.º (1934) – *Dicionário Corográfico do Arquipélago da Madeira*, Funchal, Edição do Autor.
- SILVA, José (1995) – *A Madeira e a construção do mundo atlântico (séculos XV- XVII)*, Vol. I, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.
- SILVA, Rodrigo; GUINOTE, Paulo (1998) – *O Quotidiano na Lisboa dos Descobrimientos. Roteiro Arqueológico e Documental dos Espaços e Objectos*, 1.ª edição, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses.
- SILVEIRA, Luís (1956) – *Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar*, Vol. I, Lisboa, Ministério do Ultramar, Junta de Investigações do Ultramar.

SIMÕES, J. M. dos Santos (1963) – *Azulejaria Portuguesa nos Açores e na Madeira*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

SLOANE, Hans (1981) – “Uma viagem às ilhas da Madeira, Barbados, Nieves, S. Christophers e Jamaica, [1687]”, *A Madeira Vista por Estrangeiros – 1455 – 1700 (Coordenação e notas de António Aragão)*, Funchal, Secretaria Regional da Educação e Cultura, Direção Regional dos Assuntos Culturais, pp.155-163.

SOUSA, Álvaro Manso (1959) – “O Fato do Diabo. Curiosas notas sobre a Misericórdia de Machico”, *Das Artes de da História da Madeira*, Vol. V, n.º 5, Funchal, pp. 26-29.

SOUSA, Élvio Duarte Martins (no prelo a) – “Tipologia das formas de açúcar dos séculos XVI e XVII da Cidade de Machico, Ilha da Madeira”, *Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*, (Universidade do Algarve, 14 a 19 de Setembro de 2004).

SOUSA, Élvio Duarte Martins (no prelo b) – “Brincar com a Arqueologia a sério. A promoção de estratégias formativas na Ilha da Madeira”, *O Estudo da História*, Associação de Professores de História.

SOUSA, Élvio Duarte Martins (2006) – “Cerâmica Fina não Vidrada da Época Moderna no Arquipélago da Madeira”, *Actas do VI Encontro de Olaria Tradicional de Matosinhos*, no prelo.

SOUSA, Élvio Duarte Martins (2005) – “Fazer falar o silêncio da terra habitada”, *E depois? Sobre a cultura na Madeira*, 1.ª edição, Funchal, Universidade da Madeira, pp. 83-90.

SOUSA, Élvio; SILVA, João; GOMES, Celso (2005) - “Chemical and physical characterization of fragments from ceramic jars called “formas de açúcar” exhumed in the town of Machico, Madeira Island”, in PRUDÊNCIO, Maria; DIAS, Maria; WAERENBORGH, J. edits, *Understanding people through their pottery. Proceedings of the 7th European Meeting on Ancient Ceramics (EMAC’03)*, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, pp. 263-268.

SOUSA, Élvio Duarte Martins; NETO, Liliana; BRAZÃO, Fernando Alexandre (2005) – *O Aprendiz de Arqueólogo – A Lenda de Machim*, Funchal, CEAM/GIJD.

SOUSA, Élvio Duarte Martins (2004) – *Programa Preliminar para a Instalação do Núcleo Museológico de Machico – Solar do Ribeirinho*, Machico, Câmara Municipal de Machico, (texto policopiado).

SOUSA, Élvio Duarte Martins (2002) – “A reabilitação do Solar do Ribeirinho, Machico”, *ILHARQ – Revista de Arqueologia e Património Cultural do Arquipélago da Madeira*, n.º 2, Gaula, pp.17-26.

SOUSA, Élvio Duarte Martins (2001) – “O Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Machico”, *Al-Madan*, II.ª Série, n.º10, Almada, p.191.

SOUSA, Élvio Duarte Martins (2000) – “Intervenção Arqueológica no Solar: Resultados Preliminares (Junho/Agosto de 1998)”, *A Propósito do Solar do Ribeirinho*, Machico, Câmara Municipal de Machico, pp. 33-53.

SOUSA, João José de (1984) – “A indústria de conservas na Madeira, séc. XV – XIX”, *Diário de Notícias-Madeira*, Funchal, (1/04/1984).

TEIXEIRA, Manuel, coord. (2001) – *A Praça na Cidade Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte.

TEIXEIRA, Manuel (1985) – *Dicionário Ilustrado de Belas-Artes*, Lisboa, Editorial Presença.

TEIXEIRA, Manuel; VALLA, Margarida (1999) – *O Urbanismo Português – Séculos XIII – XVIII (Portugal – Brasil)*, (s.l.), Livros Horizonte.

TEIXEIRA, Manuel Rufino (2003) – “Espólios numismáticos”, *ILHARQ – Revista de Arqueologia e Património Cultural do Arquipélago da Madeira*, n.º 3, Gaula, pp. 35-37.

TEIXEIRA, Manuel Rufino (1991) – *Tristão Vaz Teixeira quem era?*, (s.l.), edição do autor, Separata da Islenha, n.º 8.

- TEIXEIRA, Ricardo; DÓRDIO, Paulo (1998) – “Como pôr ordem em 500 000 fragmentos de cerâmica? Ou discussão da metodologia de estudo da cerâmica na intervenção arqueológica da Casa do Infante (Porto)”, *Olaria: Estudos Arqueológicos, Históricos e Etnológicos*, n.º2, Barcelos, pp. 115-124.
- TORRES, Cláudio (1990) – “A indústria do açúcar nos alvares da expansão atlântica portuguesa”, *Actas del Segundo Seminario internacional – La Caña de Azúcar en el Mediterráneo*, (Motril, 17-21 Septiembre 1990), Motril, Deportación Provincial de Granada, pp.183-206.
- TORRES, Cláudio (s.d.) - *Um Forno Cerâmico dos séculos XV e XVI na cintura industrial de Lisboa*, (s.l.) Câmara Municipal do Barreiro.
- TRUEVA, José de Sainz (2000) – “Outros brasões de armas do património heráldico insular”, *Isleña*, n.º 26, Funchal, pp.120-127.
- TRUEVA, José de Sainz (1984) – “Património Para Quê? – O achado no Solar de Nossa Senhora do Rosário em Machico”, *Diário de Notícias – Madeira*, Funchal, (3/06/1984), pp. 9-10.
- VASCONCELOS, José Leite (1995) – *Etnografía Portuguesa* (reimpressão fac-similada da edição de 1980), Vol. II, (s.l.), Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- VERÍSSIMO, Nelson (2004) – “Diz-me como te chamas, dir-te-ei quem és. Toponímia: Património a Preservar”, *ILHARQ – Revista de Arqueologia e Património Cultural do Arquipélago da Madeira*, n.º4, Gaula, pp. 49-59.
- VERÍSSIMO, Nelson (2001) – “Em Defesa dos Recursos Naturais de Machico. A Proibição das Esmoutadas em 1673”, *Isleña*, n.º 29, Funchal, pp. 61-73.
- VERÍSSIMO, Nelson (2000) – *Relações de Poder na Sociedade Madeirense do Século XVII*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, Direcção Regional dos Assuntos Culturais.
- VERÍSSIMO, Nelson (1998) – “Poder municipal e vida quotidiana: Machico no século XVII”, *O Município no Mundo Português (Seminário Internacional, Funchal – 26 a 30 de Outubro de 1998)*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, pp. 291-302.
- VERÍSSIMO, Nelson (1997) – “A Descrição Poética da Ilha da Madeira, de Manuel de Sousa Moreira”, *Isleña*, n.º 20, Funchal, pp.157-180.
- VIEIRA, Alberto (2000-01) – “Ofícios e artesãos na história da Madeira”, *Xarabanda*, n.º13, Funchal, pp. 3-9.
- VIEIRA, Alberto; CLODE, Francisco (1996) – *A Rota do Açúcar na Madeira – The Sugar Route in Madeira*, 1.ª edição, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.
- VIEIRA, Alberto (1993) – “O açúcar na Madeira: produção e comércio nos séculos XV a XVII”, *Actas del Tercer Seminario internacional. Producción y comercio del azúcar de caña en época preindustrial*, (Motril, 23-27 Septiembre 1991), Motril, Deportación Provincial de Granada, pp. 29-70.
- ZAPATERO, Gonzalo Ruiz (1998) – “Fragmentos del pasado: la presentacion de sitios arqueologicos y la funcion social de la Arqueologia”, *Actes del II seminari Arqueologia i Ensenyament* (12-14 de Novembre de 1998), Bellaterra, Paloma González Marcén Editora, pp. 7-34.
- ZURARA, Gomes Eanes da (1973) – *Crónica de Guiné*, (Porto), (modernização, introdução, notas, novas considerações e glossário de José Bragança).